

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**A CONCEPÇÃO DE PAIS E PROFESSORES SOBRE
A EDUCAÇÃO PARA A MÍDIA TELEVISIVA NA ESCOLA**

AUTOR: ESTER CECÍLIA FERNANDES BAPTISTELLA
ORIENTADORA: PROF^a.DR^a. ORLY ZUCATTO MANTOVANI DE ASSIS

Tese apresentada para obtenção do grau de Doutor
em Educação pela Faculdade de Educação da
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Psicologia, Educação e Desenvolvimento Humano.

CAMPINAS
2009

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Baptistella, Ester Cecília Fernandes.
B229c A concepção de pais e professores sobre a educação para a mídia televisiva na escola / Ester Cecília Fernandes Baptistella. – Campinas, SP: [s.n.], 2009.
Orientador : Orly Zucatto Mantovani de Assis.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.
1. Televisão. 2. Educação. 3. Mídia. 4. Infância. 5. Escolas. 6. Pais e professores. I. Assis, Orly Zucatto Mantovani de. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.
09-001/BFE

Título em inglês: The conception of parents and teachers about education to the TV media at school

Keywords: Television ; Education ; Media ; Childhood ; Schools ; Parents and teachers

Área de concentração: Psicologia Educacional

Titulação: Doutora em Educação

Banca examinadora: Prof^a. Dr^a. Orly Zucatto Mantovani de Assis (Orientadora)

Prof. Dr. Rogério Eduardo Rodrigues Bazi

Prof. Dr. Ricardo Leite Camargo

Prof. Dr. Valério José Arantes

Prof^a. Dr^a. Roseli Palermo Brenell

Prof^a. Dr^a. Telma Pileggi Vinha

Data da defesa: 20/02/2009

Programa de Pós-Graduação: Educação

e-mail : estercelia@uol.com.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

**A CONCEPÇÃO DE PAIS E PROFESSORES SOBRE A EDUCAÇÃO PARA A MÍDIA
TELEVISIVA NA ESCOLA**

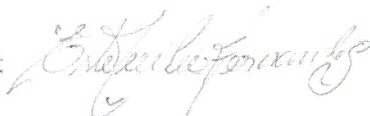
Autor: Ester Cecília Fernandes Baptistella

Orientador: Orly Zucatto Mantovani de Assis

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por
Ester Cecília Fernandes Baptistella e aprovada pela Comissão
Julgadora.

Data: 20/02/2009

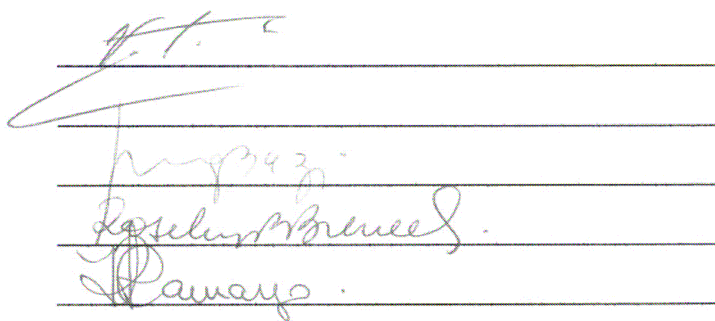
Assinatura:



Orientador:



COMISSÃO JULGADORA:



Four horizontal lines with handwritten signatures above them. The signatures are: 1. A stylized signature starting with 'H.T.'. 2. A signature that appears to be 'M. B. 343'. 3. A signature that appears to be 'Rogério B. B. B.'. 4. A signature that appears to be 'D. A. A.'.

2009

Senhor,
Dá-me a graça de esperar meus irmãos,
medir meus passos pelos passos deles,
para com eles caminhar.
Faze-me mais humilde e mais discreto.
Livra-me de me impor
por um brilho artificial
pois só tua luz em mim, Senhor,
deve atrair o olhar dos outros.

Amém

...As estrelas brilham sem saber,

Mas cada vez melhor.....

Dedico esse trabalho ao meu bem maior...

Dudu

AGRADECIMENTOS

*A minha “PAIXÃO” Marcos,
Por me ensinar a cada dia ser uma pessoa melhor.*

*Aos meus queridos e amados Sobrinhos
Amanda, Gabriela, Rafael, Juliana, Matheus, Luiza e Maísa.
..as ausências e pelas esperas. Vocês tornaram a minha
vida cheia de sentidos, emoções e grandes aprendizagens.*

*Ao meu pai Sidney e a memória de minha mãe....
pelos exemplos, pela vida!*

*As minhas irmãs: Andréa e Silmara,
Pelo amor e companheirismo
Sempre!*

*Aos meus cunhados: Flávio, Alessandra, Celso, Mari,
Cecília, Carlos e Val, por sempre acreditarem em meu trabalho...
Aos meus sogros: Tarcizio e Geni, pelas bênçãos de pais...*

*Aos meus anjos da guarda
D. Olga, Márcia e Dani*

Aos meus queridos amigos da Universidade São Francisco,

Pelo exemplo de profissionalismo e humildade....

Aos meus amigos da “Turma de Caronas”

“é caminhando que se faz o caminho”

Aos meus queridos amigos do LPG/FE/UNICAMP

Sem palavras: Fernanda, Talita e Dani....

À amiga de toda hora Valéria Almeida pela correção.....

Ao Fúlvio, Itamar e Edna pela ajuda inestimável.

*Aos meus Admiráveis Professores da Banca de Doutorado
que aceitaram contribuir com este trabalho....*

E com todo carinho...

À Prof^a. Dr^a. Orly Zucatto Mantovani de Assis,

por me fazer superar....sempre!

RESUMO

BAPTISTELLA, Ester Cecília Fernandes. “**A concepção de pais e professores sobre a Educação para a Mídia Televisiva na Escola**”, Tese de Doutorado, LPG/FE/UNICAMP, Campinas/SP, 2009.

O presente estudo caracterizado como uma pesquisa básica seguindo um modelo descritivo na área do Conhecimento Social, tem por objetivo principal conhecer os hábitos televisivos de pais e professores sobre a educação para a mídia na escola, estabelecendo relações sobre a forma como estes participantes compreendem a televisão e suas funções tanto no contexto familiar como na escola. A pesquisa foi realizada com uma amostragem, por conveniência de 100 pais e 100 professores do município de Americana/SP. Como instrumentos foram utilizados dois questionários: sendo um para os pais e outro e para os professores, elaborados a partir de pesquisas existentes sobre a temática deste trabalho. Para o tratamento estatístico realizou-se a análise exploratória dos dados por meio de estatística descritiva (frequência, porcentagem, média, desvio padrão, mínimo mediana e máximo) e gráficos de barras. Para a análise comparativa utilizou-se o teste *t de Student*; Teste Exato de Fisher e o Teste Qui-Quadrado e os estudos de sobre educação para a mídia (1997, 2005, 2007). As hipóteses norteadoras foram assim expressas: As concepções que os pais e professores apresentaram sobre a educação para a mídia televisiva na escola são positivas e muito similares. A escolarização e o nível socioeconômico dos pais e professores influenciam seus próprios hábitos televisivos e as orientações dadas às crianças no que diz respeito à educação para a mídia televisiva. Tanto pais como professores sabem o que é Classificação Indicativa, mas não conseguem defini-la corretamente e, portanto, não a legitimam como uma das formas de proteger as crianças e os adolescentes de conteúdos midiáticos inapropriados. Além de possibilitar uma ampla idéia dos hábitos televisivos dos pais e professores e as questões relativas a educação para a mídia, os dados indicaram que as hipóteses foram comprovadas, evidenciando ainda uma associação significativa entre pais e professores (Qui-Quadrado; $p\text{-valor} < 0,001$) sobre como a escola pode ajudar às crianças a se tornarem mais críticas e seletivas diante do que a TV lhes oferece.

Palavras-chave: Televisão; Educação para Mídia; Infância; Pais; Professores.

ABSTRACT

BAPTISTELLA, Ester Cecília Fernandes. “The Conception of parents and teachers about education to the TV media at school”. Campinas, 2009. Pos-Graduation in Education Course, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2009.

The present study that is characterized as a basic research, following a descriptive model in the area of Social Knowledge, has for main objective to know the televising habits of parents and teachers on the education for the media in the school, establishing relations on the way that these participants understand the television and its function both in the family and at school. The research was conducted with a sampling, for convenience of 100 parents and 100 teachers in the city of Americana / SP. Two questionnaires had been used as instruments: one for the parents and another one for the teachers, these questionnaires were prepared from existing research on the subject of this study. For the statistical treatment was carried out an exploratory analysis of data through a descriptive statistics (frequency, percentage, deviation standard, minimum, median and maximum) and bar graphs. For the comparative analysis, test *t* was used from Student, Fisher's exact test, “Qui-Square Test” and studies about education for the media (1997, 2005, and 2007). The guiding hypotheses have been expressed in this way: The conceptions that the parents and teachers had presented on the education for the televising media in the school are positive and very similar. The education and socioeconomic level of parents and teachers influence their television habits as well as the guidance given to children about the education for the televising media. Both parents and teachers know what Indicative Classification is but they can not define it properly, therefore they do not legitimize it as one of the forms to protect children and adolescents of inappropriate contents from media. Besides providing a broad idea of parents and teachers TV habits and issues relating to education for the media, the data indicated that the hypotheses were proven, evidencing a significant association between parents and teachers (Qui-Square; $p\text{-value} < 0.001$) on how the school can help children become more critical and selective about what TV offers to them.

Key-words: Television; Education for Media; Childhood; Parents; Teachers.

SUMÁRIO

RESUMO.....	XV
ABSTRACT.....	XVII
LISTA DE TABELAS	XXV
LISTA DE FIGURAS	XXXI
INTRODUÇÃO	1
1. A EDUCAÇÃO PARA A MÍDIA TELEVISIVA: UMA NECESSIDADE DO SÉCULO XXI	19
1.1. A compreensão do conteúdo televisivo na infância e na adolescência e sua relação como o desenvolvimento cognitivo.	20
1.1.1. A percepção da TV no Sensório-Motor	22
1.1.2. A compreensão da TV no Pré -Operatório	23
1.1.3. A compreensão da TV no Operatório Concreto	25
1.1.4. A Compreensão da TV no Operatório Formal	26
1.2 O papel da Família.....	28
1.3 O papel da Escola	34
2. CONHECENDO A HISTÓRIA DA TV NO BRASIL E O HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO SOBRE COMUNICAÇÃO DE MASSA	39
2.1 O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Classificação Indicativa: uma conquista da regulação da mídia televisiva com princípios aos Direitos das Crianças e Adolescentes	45
2.1.1.O sistema brasileiro de Classificação Indicativa	49

3. A PESQUISA	51
3.1. Justificativa.....	51
3.2. Objetivos.....	55
3.3. Problema e Hipótese.	56
3.4. Caracterização da Pesquisa.....	58
3.5. Participantes	58
3.6. Os Instrumentos de Pesquisa	59
3.7. Procedimentos metodológicos e aspectos éticos da pesquisa.....	60
4. ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS RESULTADOS	63
4.1. O Contexto.....	63
4.2. Análise Estatística utilizada.....	63
4.3. Parte I: Conhecendo os pais e professores e suas preferências televisivas	64
4.3.1 Parte I: Bloco 1.	64
4.3.2 Parte I: Bloco 2.....	86
4.4. Parte II: Questionário – Pais: A influência da TV na Educação dos filhos	114
4.5. Parte III: Questionário- Professores: A influência da TV na Educação dos alunos	131
4.6. Parte IV: Conhecendo o nível econômico dos pais e professores	157
4.7. Síntese dos resultados	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	183
BIBLIOGRAFIA.....	193

APÊNDICE 1 - Questionários Pais	199
APÊNDICE 2 - Questionário Professores	231
ANEXO 1 - Parecer do Comitê de Ética da FCM/UNICAMP	257
ANEXO 2 - NSE- ESOMAR	261
ANEXO 3 - Portaria nº. 1.120, de 11 de julho de 2007 - Classificação Indicativa de Obras Audiovisuais destinadas à Televisão e Congêneres	267

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Número de pais e professores por gênero	64
Tabela 2: Estado civil dos pais	66
Tabela 3: Tipo de instituição em que os pais e professores trabalham.....	67
Tabela 4: Nível de escolaridade de pais e professores.....	68
Tabela 5: Profissão dos pais.....	69
Tabela 6: Número de pais e professores que possuem TV em suas casas.....	70
Tabela 7: Razões de ter (ou não) TV em casa.....	72
Tabela 8: Número de aparelhos de TV nas casas dos pais e dos professores.....	73
Tabela 9: Cômodos das casas dos pais e professores em que há televisor.....	74
Tabela 10: Número de pais e professores que assistem (ou não) à TV.....	75
Tabela 11: Razões dos pais e dos professores assistirem à TV.....	76
Tabela 12: Frequência que pais e professores assistem à TV.....	78
Tabela 13: Número de horas que pais e professores assistem à TV.....	79
Tabela 14: Períodos que os pais e os professores assistem à TV.....	81
Tabela 15: Tipo de programa preferido por pais e professores.....	82
Tabela 16: Tipo de televisão mais assistida por pais e professores.....	83
Tabela 17: A influência (ou não) dos conteúdos televisivos sobre as crianças.....	84
Tabela 18: Número de pais e professores que já ouviram falar sobre a Classificação Indicativa na televisão.....	86
Tabela 19: O que pais e professores sabem sobre a Classificação Indicativa no Brasil.....	87
Tabela 20: Grau de importância que pais e professores atribuem à Classificação Indicativa na TV.....	89
Tabela 21: Justificativas de pais e professores sobre o grau de importância que atribuem à Classificação Indicativa na TV.....	90
Tabela 22: Como pais e professores tomaram conhecimento sobre a Classificação Indicativa na TV.....	92
Tabela 23: Número de pais e professores que já assistiram a algum programa televisivo com Classificação Indicativa.....	93

Tabela 24: Momento em que pais e professores, ao assistirem um programa televisivo, notaram a Classificação Indicativa.....	94
Tabela 25: Pais e Professores que observaram a Classificação Indicativa em outros materiais vídeográficos.....	95
Tabela 26: Como pais e professores avaliam o papel do Governo frente aos conteúdos televisivos exibidos na TV.....	97
Tabela 27: Como pais e professores avaliam o papel da Sociedade na melhoria dos conteúdos televisivos exibidos na TV.....	99
Tabela 28: Pais e professores devem (ou não) proibir que os filhos assistam a conteúdos televisivos que julgarem não apropriados para a idade deles.....	101
Tabela 29: Justificativa dos pais para proibir (ou não) que os filhos assistam a programas televisivos inapropriados.....	102
Tabela 30: Pais e professores que acreditam (ou não) que podem ajudar seus filhos/alunos a entenderem melhor os conteúdos televisivos.....	103
Tabela 31: Explicação dos pais sobre como podem ajudar os filhos frente aos conteúdos televisivos.....	104
Tabela 32: Orientação dos pais quanto à escolha dos programas assistidos por seus filhos na TV.....	106
Tabela 33: Como os pais orientam os filhos quanto à escolha do programa por eles assistido.....	107
Tabela 34: Dificuldades encontradas pelos pais na “condução” das questões relacionadas ao “uso da TV” pelo(s) seu(s) filho(s).....	108
Tabela 35: Trabalho de educação para a mídia televisiva realizado nas escolas.....	110
Tabela 36: Pais e professores acreditam (ou não) que a escola pode ajudar seu(s) filho(s)/aluno(s) a se tornar(em) mais crítico(s) e seletivo(s) diante da programação da TV.....	111
Tabela 37: Pais e professores explicam como a escola pode ajudar seu(s) filho(s) /aluno(s) a se tornar(em) mais crítico(s) e seletivo(s) diante da programação da TV.....	112
Tabela 38: Sexo do(s) filho(s).....	114
Tabela 39: Idade do(s) filho(s).....	115
Tabela 40: Nível de escolarização do(s) filho(s).....	116

Tabela 41: Quantidade de horas diárias e períodos que o(s) filho(s) assiste(m) à TV.....	117
Tabela 42: Porcentagens sobre o total de respostas de cada filho.....	118
Tabela 43: Conhecimento dos pais sobre os conteúdos dos programas que seu(s) filho(s) assiste(m) na TV	120
Tabela 44: Tipo de programa preferido por seu(s) filho(s).....	120
Tabela 45: Identificação por parte dos pais sobre os valores morais contidos nos programas preferidos de seu(s) filho(s).....	121
Tabela 46: Identificação por parte dos pais, sobre os antivalores morais contidos nos programas preferidos de seu(s) filho(s).....	123
Tabela 47: Tipo de TV em que é exibido o programa preferido de seu(s) filho(s).....	124
Tabela 48: Com quem seu(s) filho(s) assiste(m) à TV.....	125
Tabela 49: Momentos/circunstâncias que seu(s) filho(s) assiste(m) à TV.....	127
Tabela 50: Os pais já observaram se seu(s) filho(s) imita(m) algum personagem de programa televisivo.....	128
Tabela 51: Personagem de programa televisivo, que os pais já presenciaram o(s) filho(s) imitando.....	129
Tabela 52: Tipo de personagem/formato televisivo que se refere ao personagem já imitado pelo(s) seu(s) filho(s).....	130
Tabela 53: Localização das escolas onde os professores lecionam.....	131
Tabela 54: Tipo de rede a que a escola pertence.....	132
Tabela 55: Nível (eis) de educação que os professores lecionam na(s) escola(s).....	133
Tabela 56: Número de televisores existentes na(s) escola(s).....	134
Tabela 57: Importância da TV na escola.....	135
Tabela 58: Por que o professor considera importante que a escola tenha TV	136
Tabela 59: Como o(s) televisor (es) foi(ram) adquirido(s) pela escola.....	137
Tabela 60: Finalidade com que o(s) televisor(es) foi(ram) adquirido(s) ou doado(s) para a escola.....	138
Tabela 61: Há na escola propostas pedagógicas que referenciem ao trabalho com televisão no contexto escolar.....	139
Tabela 62: Funcionamento do(s) televisor(es) na escola.....	140
Tabela 63: Existência de televisor itinerante dentro da escola.....	141

Tabela 64: Local onde se encontram instalados os televisores.....	142
Tabela 65: Por que o(s) televisor(es) esta(ão) instalado(s) neste(s) ambiente(s).....	143
Tabela 66: Há alguma orientação específica ou cronograma que deve ser seguido pelos professores para se usar a TV nesta escola.....	144
Tabela 67: Orientação/Cronograma que deve ser seguido pelos professores para se usar a TV nesta escola.....	145
Tabela 68: Restrição por parte da Direção ou Coordenação Pedagógica com relação aos conteúdos televisivos trabalhados nesta escola.....	146
Tabela 69: Por que há restrição?.....	147
Tabela 70: Utilização da TV em salas de aula.....	148
Tabela 71: Forma de utilização da TV em salas de aula.....	149
Tabela 72: Frequência de utilização da TV em sala de aula.....	150
Tabela 73: Orientação dos alunos por parte dos professores quanto à escolha dos programas assistidos por eles na TV.....	151
Tabela 74: Orientação quanto à escolha dos programas assistidos pelos alunos na TV.....	152
Tabela 75: Dificuldades encontradas na “condução” das questões relacionadas ao “uso da TV” pelos seus alunos.....	153
Tabela 76: Diferença entre as escolas com relação à utilização da TV pelos professores no trabalho com os alunos.....	154
Tabela 77: Diferenças entre as escolas com relação à utilização da TV pelos professores no trabalho com os alunos.....	156
Tabela 78: Classe social de pais e professores.....	157
Tabela 79: Conhecimento dos pais por classe social relativo à Classificação Indicativa dos conteúdos televisivos exibidos na TV.....	159
Tabela 80: Conhecimento dos professores por classe social sobre a Classificação Indicativa dos conteúdos televisivos exibidos na TV.....	160
Tabela 81: Importância atribuída pelos pais por classe social à Classificação Indicativa na TV como meio legal de possibilitar que nossas crianças e adolescentes se defendam de conteúdos televisivos inadequados.....	161

Tabela 82: Importância atribuída pelos Professores por classe social à Classificação Indicativa na TV como meio legal de possibilitar que nossas crianças e adolescentes se defendam de conteúdos televisivos inadequados.....	162
Tabela 83: Avaliação dos pais por classe social sobre o papel do GOVERNO frente aos conteúdos televisivos exibidos na TV.....	163
Tabela 84: Avaliação dos professores por classe social sobre o papel do GOVERNO frente aos conteúdos televisivos exibidos na TV.....	164
Tabela 85: Avaliação dos pais por classe social sobre o papel da SOCIEDADE na contribuição para melhoria dos conteúdos televisivos exibidos na TV.....	165
Tabela 86: Avaliação dos professores por classe social sobre o papel da SOCIEDADE na contribuição para melhoria dos conteúdos televisivos exibidos na TV.....	166

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Porcentagem de pais e professores por gênero.....	65
Figura 2: Porcentagem do estado civil dos pais.....	66
Figura 3: Porcentagem por tipo de instituição onde os pais e professores trabalham.....	67
Figura 4: Porcentagem do nível de escolaridade de pais e professores.....	69
Figura 5: Porcentagem da profissão dos pais.....	70
Figura 6: Porcentagem de pais e professores que possuem TV em casa.....	71
Figura 7: Porcentagem das razões de ter (ou não) TV em casa.....	73
Figura 8: Porcentagem do número de TV nas casas dos pais e professores.....	74
Figura 9: Porcentagem dos cômodos das casas dos pais e dos professores em que há televisor.....	75
Figura 10: Porcentagem de pais e professores que assistem (ou não) à TV.....	76
Figura 11: Porcentagem do por quê pais e professores assistem à TV.....	77
Figura 12: Porcentagem da frequência que pais e professores assistem à TV.....	79
Figura 13: Média de horas que pais e professores assistem à TV.....	80
Figura 14: Porcentagem do período que os pais e professores assistem à TV.....	81
Figura 15: Porcentagem do tipo de programa preferido por pais e professores.....	82
Figura 16: Porcentagem do tipo de TV mais assistida por pais e professores.....	83
Figura 17: Porcentagem do tipo de influência (ou não) dos conteúdos televisivos sobre as crianças	85
Figura 18: Porcentagem de pais e professores que já ouviram falar sobre a Classificação Indicativa na televisão.....	87
Figura 19: Porcentagem do que pais e professores sabem sobre a Classificação Indicativa no Brasil.....	88
Figura 20: Porcentagem do grau de importância que pais e professores atribuem à Classificação Indicativa na TV.....	90
Figura 21: Porcentagem de respostas dadas por pais e professores sobre o grau de importância que atribuem à Classificação Indicativa na TV.....	91

Figura 22: Número de respostas de pais e professores de como tomaram conhecimento sobre a Classificação Indicativa na TV.....	93
Figura 23: Porcentagem de pais e professores que tenham assistido a algum programa televisivo com Classificação Indicativa.....	94
Figura 24: Porcentagem dos momentos da programação que pais e professores notaram a Classificação Indicativa.....	95
Figura 25: Porcentagem de pais e professores que já observaram a Classificação Indicativa em outros materiais vídeográficos.....	96
Figura 26: Porcentagem de como pais e professores avaliam o papel do Governo frente aos conteúdos televisivos exibidos na TV.....	98
Figura 27: Porcentagem de como pais e professores avaliam o papel da Sociedade na melhoria dos conteúdos televisivos exibidos na TV.....	100
Figura 28: Porcentagem de pais e professores que consideram que os pais devem (ou não) proibir que os filhos assistam a conteúdos televisivos quando julgarem não apropriado às suas idades.....	101
Figura 29: Porcentagem da justificativa dos pais de proibir(ou não) que os filhos assistam a programas televisivos inapropriados.....	102
Figura 30: Porcentagem de pais e professores que acreditam (ou não) que podem ajudar seus filhos/alunos a entenderem melhor os conteúdos televisivos	103
Figura 31: Porcentagem de pais e professores sobre como podem ajudar os filhos/alunos frente aos conteúdos televisivos.....	105
Figura 32: Porcentagem de pais que orientam (ou não) seus filhos quanto à escolha dos programas televisivos	106
Figura 33: Porcentagem de como se dá a orientação por parte dos pais quanto à escolha dos programas televisivos assistidos por seus filhos.....	107
Figura 34: Porcentagem das dificuldades encontradas pelos pais na condução ao uso da TV pelo(s) seu(s) filho(s).....	109
Figura 35: Porcentagem de pais e professores que ouviram (ou não) falar sobre mídia televisiva nas escolas.....	110

Figura 36: Porcentagem de pais e professores que acreditam (ou não) que a escola tem um papel importante em ajudar seu(s) filho(s) a se tornar(em) mais crítico(s) e seletivo(s) diante do que a TV lhe(s) oferece(m).....	111
Figura 37: Porcentagem de pais e professores que acreditam (ou não) que a escola pode ajudar seu(s) filho(s)/alunos a se tornar(em) mais crítico(s) e seletivo(s) diante da programação da TV.....	113
Figura 38: Porcentagem do sexo dos filhos	114
Figura 39: Idade média dos filhos.....	115
Figura 40: Porcentagem do nível de escolarização.....	117
Figura 41: Porcentagem sobre as quantidades de horas diárias e períodos em que o(s) filho(s) assiste(m) à TV	118
Figura 42: Porcentagem do conhecimento dos pais sobre o conteúdo dos programas assistido(s) por seu(s) filho(s).....	119
Figura 43: Porcentagem sobre o tipo de programa preferido por seu(s) filho(s)	121
Figura 44: Porcentagem sobre a identificação por parte dos pais dos valores morais contidos nos programas preferidos de seu(s) filho(s).....	122
Figura 45: Porcentagem sobre a identificação por parte dos pais dos antivalores morais contidos nos programas preferidos de seu(s) filho(s).....	124
Figura 46: Porcentagem do tipo de TV em que é exibido o programa preferido de seu(s) filho(s).....	125
Figura 47: Porcentagem com quem seu(s) filho(s) assiste(m) à TV.....	126
Figura 48: Porcentagem dos momentos/circunstâncias que seu(s) filho(s) assiste(m) TV.....	127
Figura 49: Porcentagem de pais que já observaram (ou não) se seu(s) filho(s) imita(m) algum personagem de programa televisivo.....	128
Figura 50: Porcentagem de um programa televisivo que os pais já presenciaram o(s) filho(s) imitando.....	129
Figura 51: Percentual do tipo de programa/formato televisivo que se refere ao personagem já imitado por seu(s) filho(s).....	130
Figura 52: Porcentagem da localização das escolas onde os professores lecionam	131
Figura 53: Porcentagem do tipo de rede a que a escola pertence.....	132

Figura 54: Porcentagem do(s) nível(eis) de educação que os professores lecionam na(s) escola(s).....	133
Figura 55: Percentual do número de televisores existentes na(s) escola(s).....	134
Figura 56: Percentual de professor que considera (ou não) importante que a escola tenha TV.....	135
Figura 57: Porcentagem da importância dada pelo professor em relação à escola ter TV.....	136
Figura 58: Porcentagem de como o(s) televisor(es) foi(ram) adquirido(s) pela escola....	137
Figura 59: Porcentagem da finalidade com que o(s) televisor(es) foi(ram) adquirido(s) ou doado(s) para a escola.....	138
Figura 60: Porcentagem da existência na escola de propostas pedagógicas que referenciem ao trabalho com televisão no contexto escolar.....	139
Figura 61: Porcentagem do funcionamento do(s) televisor(es) na escola.....	140
Figura 62: Porcentagem da existência de aparelho de televisão itinerante dentro da escola.....	141
Figura 63: Porcentagem do local onde se encontra(m) instalado(s) o(s) televisor(es).....	142
Figura 64: Porcentagem do por quê o(s) televisor(es) está(ão) instalado(s) neste(s) ambiente(s).....	143
Figura 65: Porcentagem da existência (ou não) de orientação específica ou cronograma que deve ser seguido pelos professores para se usar a TV nesta escola.....	144
Figura 66: Porcentagem da orientação/cronograma que deve ser seguido pelos professores para se usar a TV nesta escola.....	145
Figura 67: Porcentagem de se há (ou não) restrição por parte da Direção ou Coordenação Pedagógica com relação aos conteúdos televisivos trabalhados nesta escola.....	146
Figura 68: Porcentagem do por quê existir restrição por parte da Direção ou Coordenação Pedagógica com relação aos conteúdos televisivos trabalhados nesta escola.....	147
Figura 69: Porcentagem da utilização da TV em salas de aula.....	148
Figura 70: Porcentagem da forma de utilização da TV em sala de aula.....	149
Figura 71: Porcentagem da frequência de utilização da TV em sala de aula.....	150

Figura 72: Porcentagem sobre a orientação dos alunos por parte dos professores quanto à escolha dos programas assistidos por eles na TV.....	151
Figura 73: Porcentagem da orientação quanto a escolha dos programas assistidos pelos alunos na TV.....	152
Figura 74: Porcentagem das dificuldades encontradas na “condução” das questões relacionadas ao “uso da TV” pelos seus alunos.....	153
Figura 75: Porcentagem da diferença (ou não) entre as escolas onde leciona com relação à utilização da TV pelos professores no trabalho com os alunos.....	155
Figura 76: Porcentagem das diferenças existentes entre as escolas nas quais leciona com relação à utilização da TV pelos professores no trabalho com os alunos.....	156
Figura 77: Porcentagem da classe social de pais e professores.....	157
Figura 78: Porcentagem sobre o conhecimento dos pais por classe social relativo à Classificação Indicativa dos conteúdos televisivos exibidos na TV	159
Figura 79: Porcentagem sobre o conhecimento dos professores por classe social relativo à Classificação Indicativa dos conteúdos televisivos exibidos na TV.....	160
Figura 80: Porcentagem sobre a importância atribuída pelos pais por classe social à Classificação Indicativa na TV como meio legal de possibilitar que nossas crianças e adolescentes se defendam de conteúdos televisivos inadequados.....	161
Figura 81: Porcentagem sobre a importância atribuída pelos professores por classe social à Classificação Indicativa na TV como meio legal de possibilitar que nossas crianças e adolescentes se defendam de conteúdos televisivos inadequados.....	162
Figura 82: Porcentagem da avaliação dos pais por classe social sobre o papel do GOVERNO frente aos conteúdos televisivos exibidos na TV.....	163
Figura 83: Porcentagem da avaliação dos professores por classe social sobre o papel do GOVERNO frente aos conteúdos televisivos exibidos na TV.....	164
Figura 84: Porcentagem da avaliação dos pais por classe social sobre o papel da SOCIEDADE na contribuição para melhoria dos conteúdos televisivos exibidos na TV.....	165
Figura 85: Porcentagem da avaliação dos professores por classe social sobre o papel da SOCIEDADE na contribuição para melhoria dos conteúdos televisivos exibidos na TV.....	166

INTRODUÇÃO

Considerado um tema de relevância social e apontado como uma das prioridades para a formação do cidadão no século XXI, a educação para a mídia suscita inúmeras discussões e estudos em distintas áreas de conhecimento como Comunicação, Educação, Sociologia, Psicologia entre outras, abrangendo diferentes enfoques de pesquisas em vários países.

Como exemplo de trabalhos empíricos que resgatam as relações entre a Mídia e a Educação, encontra-se os programas realizados por Kathleen Tyner, pesquisadora da Universidade de Austin, no Texas, Estados Unidos; os estudos do Italiano Roberto Giannatelli, da Associação Italiana de Média Education; os trabalhos de Guillermo Orosco, pesquisador Mexicano vinculado a UNESCO; os espanhóis Joan Férrez da Universidade de Barcelona e a Profa. Dra. Ileana Enesco da Universidade Autônoma de Madri.

No Brasil destacam-se as pesquisas sobre Comunicação e Educação realizadas pelo Núcleo de Comunicação e Educação da Escola de Comunicação e Artes da USP/SP (NCE/ECA/USP), orientadas pelo Prof. Dr. Ismar de Oliveira Soares; os trabalhos do Núcleo de Estudo de Mídia, Educação e Subjetividade (NEMES) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a responsabilidade da Profa. Dra. Rosa Maria Bueno Fischer; os trabalhos de Maria Luiza Belloni na Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidade Estadual de Campinas, os estudos do Laboratório de Novas Tecnologias Aplicadas na Educação (LANTEC), liderado pelo Prof. Dr. Sérgio Ferreira do Amaral e Prof. Dr. Dirceu da Silva, além de Dissertação de Mestrado e Tese de Doutorado, como esta, focada na mídia televisiva, vinculadas ao Laboratório de Psicologia Genética da Faculdade de Educação (LPG/FE/UNICAMP).

Todos estes investigadores têm por base a preocupação em promover estudos e pesquisas, envolvendo diferentes aspectos da comunicação e educação e, por conseguinte, refletir sobre os diferentes papéis que a Família, o Estado e a Escola, desempenham na formação de cidadãos mais exigentes frente aos conteúdos midiáticos, em especial, os exibidos na TV.

Esta preocupação destaca o princípio de proteção absoluta à criança e adolescente, adotado pela Convenção Internacional dos Direitos da Criança e garantido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) em consonância, desde 1989, com a Assembléia Geral das Nações Unidas, considerada um dos mais importantes tratados de proteção à criança e adolescente.

A própria Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 227, afirma que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à saúde, à alimentação, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Inserindo na sociedade brasileira obrigações do Estado e da Sociedade Civil para com a infância e a juventude, o Estatuto da Criança do Adolescente (ECA), promulgado pela Lei 8.069/90, se constitui em mais um instrumento com vistas a garantir e formalizar no âmbito jurídico e sociológico, a aplicação e fiscalização desta lei, como aponta a ANDI (Agência Nacional dos Direitos da Infância).

A incessante busca em defender os direitos da criança e do adolescente perpassa, substancialmente, por dois pontos fundamentais: O primeiro refere-se à qualidade dos conteúdos midiáticos e o segundo, à necessidade em ajudar as crianças e adolescentes, a saber, ler, ver e ouvir o mundo em que vivem.

É interessante destacar que a preocupação em defender os direitos da criança e do adolescente com relação aos meios de comunicação, não é exclusividade de acadêmicos. Cada vez mais se tem observado a inquietação de pais e educadores; de associações civis de direito privado sem fins lucrativos, como a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), criada desde 1993, pelos jornalistas Âmbar de Barros e Gilberto Dimenstein; de Instituições governamentais como o próprio Ministério da Justiça, representado diretamente neste propósito pelo Departamento de Classificação Indicativa, além de inúmeras Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Quanto à qualidade dos conteúdos exibidos na TV, cabe destacar que desde 2002 a Comissão dos Direitos Humanos e alguns membros da Câmara dos Deputados, em parceria com entidades da sociedade civil, iniciaram a campanha: “Quem financia a Baixaria é

contra a Cidadania”, destinada a promover o respeito aos direitos humanos e à dignidade do cidadão nos programas de televisão. Como consequência da grande repercussão desta campanha, o projeto de Lei 1.600/2003 de autoria do Deputado Orlando Fantazzini foi uma grande conquista, apresentando o “Código de Ética da programação televisiva brasileira”. Outro recurso, ainda que indiretamente possa auxiliar a melhoria da programação televisiva é a própria Classificação Indicativa, citada anteriormente.

Resultado de inúmeras discussões que o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Justiça promoveu com empresas de comunicação e organizações não-governamentais (ONGs), a “Classificação Indicativa de Obras Audiovisuais destinadas à Televisão e Congêneres” (Portaria nº.1.120, de 11 de julho de 2007) constitui-se um meio legal de promoção dos direitos humanos, como a liberdade de expressão. Neste sentido, cabe ressaltar que, a função deste instrumento é apenas reguladora, visto não ter o poder de proibir o acesso de crianças e adolescentes a qualquer tipo de diversão ou informação pública.

Neste sentido, classificar indicativamente a programação dos diferentes tipos de mídia é apontar conteúdos apropriados ou não para crianças e adolescentes em consonância com suas faixas etárias.

A classificação indicativa no Brasil encontra ainda, muita resistência por parte de segmentos da mídia brasileira, mesmo sendo realizada pelas próprias emissoras de tevê e rádio que alegam, sobretudo, a volta da censura. O fato é que as emissoras de tevê e rádio no Brasil se valem de concessões públicas, não tendo, portanto, um domínio de caráter particular, o que torna indiscutível a responsabilidade de prezarem pela qualidade dos conteúdos midiáticos por elas apresentados.

Cabe ressaltar que, mesmo sendo uma grande conquista, a forma como a Classificação Indicativa está sendo operacionalizada no Brasil, requer muitos ajustes, para se constituir em uma ferramenta mais eficaz de promoção e proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

Com pertinência ao segundo ponto: a necessidade em ajudar as crianças e adolescentes, a saber, ler, ver e ouvir o mundo em que vivem, pesquisadores como Gunter e McAller (1997), Enesco (1997) entre outros, enfatizam que, para acompanhar e compreender as informações veiculadas na TV, as crianças e os adolescentes precisam

elaborar um conjunto de representações sobre os acontecimentos da realidade em que estão inseridos que, por sua vez, reflete as estruturas cognitivas de que dispõem (ou estão sendo construídas), razão pela qual é diferenciada e muito mais restrita que a concepção do adulto.

Este fato pôde ser constatado na Dissertação de Mestrado de Baptistella (2001) pelo LPG/FE/UNICAMP, ao apresentar a conclusão dos estudos realizados por: Adler (1980); Anderson (1983); Breant & Anderson (1983); Salomon (1981) sobre como as crianças compreendem e interpretam a televisão, seus formatos e mensagens subjacentes, evidenciando que as habilidades das crianças na compreensão de programas televisivos se desenvolvem lentamente ao longo da infância e da pré-adolescência.

As relações que as crianças e adolescentes estabelecem com o seu universo, entre seus pares ou mesmo com adultos, podem manifestar uma visão de mundo muitas vezes distorcida, não própria da sua realidade. Tais relações podem fazer com que as crianças não consigam trabalhar com seus sentimentos, valores e comportamentos em grupos, acarretando até mesmo situações de conflito e de violência.

Nos últimos 40 anos, estudos investigando as relações entre violência na mídia e comportamento violento, sobretudo, com adolescentes, têm sido realizados relacionando vínculos claros entre violência na mídia e violência real. Entretanto, segundo o pesquisador Paul Boxer da Rutgers University, em Newark, nos Estados Unidos, grande parte das pesquisas sobre o assunto foi feita em laboratório, com pouca ênfase na documentação de vínculos entre a violência na mídia e a prática de atos sérios de violência ou de comportamento anti-social na vida real. Outro problema desses estudos, segundo Boxer (2008), deve-se ao fato que não levaram em conta outros fatores que influenciam o comportamento das crianças e ou adolescentes, como por exemplo, a exposição a comportamento violento ou agressivo na escola, tendências psicopatas ou outros problemas emocionais.

Na busca de comprovar que há uma relação -ainda que não direta- Paul Boxer (2008) e sua equipe, entrevistaram detalhadamente 820 adolescentes do Estado Americano de Michigan. Destes, 430 eram alunos do ensino médio de comunidades rurais, suburbanas e urbanas. Outros 390 eram delinqüentes juvenis detidos em instituições municipais e estaduais. Os adolescentes estavam distribuídos de forma equilibrada entre os sexos

masculino e feminino. Pais ou tutores de 720 deles também foram entrevistados, assim como os professores ou funcionários que lidavam com 717 dos jovens. Cada participante disse quais eram seus programas favoritos de TV, filmes e jogos de vídeo ou computador durante a infância e a adolescência. Eles foram indagados se haviam se comportado de forma anti-social, por exemplo, jogando pedras ou usando armas. Os pesquisadores investigaram a exposição dos jovens à agressão ou violência, bem como a problemas emocionais. Pais, tutores e professores ainda foram entrevistados sobre os comportamentos observados nos jovens.

Como resultado, concluíram que índices altos de exposição a programas violentos aumentavam significativamente a possibilidade de prever tanto violência como a agressão em geral, destacando que, mesmo em conjunção com outros fatores, a violência na mídia reforçava o comportamento violento. Em média, adolescentes que não foram expostos à violência na mídia não foram tão inclinados ao comportamento violento. Contudo, mesmo aqueles que apresentavam baixos índices em outros fatores de risco, a preferência pela mídia violenta era uma indicação de comportamento violento e agressão em geral.

No entanto, como já observado nas pesquisas de Enesco (1997), estabelecer uma relação causal entre violência e exposição à mídia, seria no mínimo ingênuo, visto que, se estaria atribuindo unicamente às situações de conflitos e violência, a influência direta da mídia televisiva.

Buckingham (2007) afirma que na grande maioria dos debates públicos envolvendo a relação das crianças e adolescentes com as mídias, a violência tornou-se foco de verdadeira obsessão, excluindo aspectos importantes envolvidos no contexto da discussão. Segundo este autor, fatos como este se apóiam puramente no senso comum, visto que, a violência na mídia é apontada como a causa primordial de uma onda crescente de criminalidade na juventude, já que são raras as reportagens sobre crimes violentos que não tentam jogar a responsabilidade sobre as mídias.

Dentro do amplo conjunto de experiências que a mídia oferece às crianças, a violência parece ser vista como instância definidora - o fenômeno que de alguma forma sintetiza tudo o que realmente precisamos saber a respeito do lugar que as mídias ocupam na vida delas (BUCKINGHAM, 2007:117).

Os estudos de Freud sobre a agressividade apresentam outra perspectiva no que se refere ao comportamento “agressivo”, muito confundido com “violento”. Contribuindo no sentido de explicar, a partir do desenvolvimento psicosssexual, a construção da personalidade do sujeito, Freud considera os primeiros cinco anos de vida da criança, como os decisivos para a constituição de sua vida psíquica. Movida pelo princípio de prazer e contrariada pelas frustrações que o meio lhe impõe, pouco a pouco, a criança é governada pelo princípio de realidade, interpretando o meio em que vive segundo sua ótica (afetiva e cognitiva). Assim, quando o sujeito está inserido numa sociedade, os seus impulsos básicos, podem se contrapor aos valores e normas vigentes na sociedade. São esses controles de condutas dos sujeitos, podendo acontecer por meio de recompensas e punições, que resultam no desenvolvimento gradual do superego (sistemas de forças inibidoras e restritivas), presente na construção da moralidade da criança e na moral do adulto.

Considerando os aspectos do desenvolvimento infantil, a elaboração das representações sociais implica uma extensa trajetória em que a ação e reflexão sobre o mundo constituem seus aspectos fundamentais.

Com o desenvolvimento do ser humano, o mundo social não somente se amplia como também se diversifica. Isto se deve ao caráter ativo do sujeito na construção de seu conhecimento, demonstrando uma singularidade em ver e compreender o mundo. Neste sentido, quando as crianças interagem com o mundo adulto e se deparam com as informações, valores, códigos, normas, hábitos e condutas, gradativamente, começam a adaptar-se às regularidades existentes ao seu redor, ao que podem ou não fazer. Portanto, se dão conta de que existem outros costumes que não os seus, procurando organizar todos esses dados a partir de uma lógica própria, entrando em contato com diferentes realidades sociais com as quais precisam se ajustar.

Segundo a teoria piagetiana, o conhecimento social, o conhecimento lógico-matemático e o conhecimento físico, são construídos pelos sujeitos, não se tratando, no entanto, de uma reprodução do meio em que vivem. Neste ponto, a construção endógena, ou seja, uma parte do eixo central da teoria de Piaget comprova uma vez mais que, só a partir das trocas que estabelecem com as pessoas, as crianças constroem internamente, representações que lhes possibilitam compreender e explicar a realidade social.

De acordo com as explicações de Delval (2001), os estudos realizados sobre os diferentes aspectos do conhecimento social evidenciam que os sujeitos constroem, na tentativa de atribuir significados à realidade, explicações originais, muito semelhantes em diferentes lugares e que independem das concepções do adulto. Tais características foram também observadas nas representações que as crianças apresentaram sobre o comercial televisivo, a televisão e suas funções na pesquisa de mestrado Baptistella (op.cit). A referida pesquisa encontrou dados significativos, similares a outras pesquisas realizadas na Austrália (1996), Espanha (1997) e Estados Unidos (1973-74) evidenciando que à medida que se desenvolvem, as crianças apresentam uma melhora significativa na capacidade de compreender os conteúdos televisivos. No entanto, esta capacidade, por si só, não pode ser considerada como garantia de atitudes críticas e reflexivas diante de tais conteúdos, indicando a necessidade de um trabalho educativo com as crianças e adolescentes, tanto na família como na escola, quanto às questões e informações da mídia televisiva.

O trabalho com “A Educação para a Mídia Televisiva na Escola” ou “Alfabetização Televisiva”, é assim concebido por envolver o uso sistematizado da TV em sala de aula como meio educativo, objeto de conhecimento e fonte de intervenção pedagógica.

Atualmente, na Austrália, Estados Unidos, França e Inglaterra, o trabalho com a mídia televisiva na escola recebe um destaque especial, havendo ainda, em alguns desses países, uma proposta curricular para ensinar a criança a entender a televisão e sua linguagem peculiar como parte da rotina das escolas.

Em geral, esses currículos buscam trabalhar com as crianças e adolescentes, os diferentes tipos de programas televisivos; a compreensão de realidade e fantasia na televisão; o funcionamento em termos eletrônicos, como efeito de câmeras e efeitos especiais; a compreensão dos comerciais e os “negócios” da televisão; a identificação de personagens da televisão; os estereótipos exibidos na TV; a violência e agressão e as maneiras pelas quais os telespectadores podem “intervir” na melhoria dos conteúdos televisivos, além de um trabalho significativo de orientação e esclarecimento de dúvidas aos pais de seus alunos.

Como exemplo de trabalhos de “Alfabetização Televisiva”, as descobertas dos estudos australianos comprovam, segundo Gunter e McAller (1997), que a televisão tem grande importância na vida dos pré-escolares.

A este respeito afirmam que:

[...] os resultados das pesquisas realizadas na Austrália evidenciaram que o trabalho de escolas que desenvolveram propostas organizando as discussões e reflexões sobre a televisão, apresentou melhoras significativas quanto à compreensão das crianças e adolescentes telespectadoras. (GUNTER E MCALLER, 1997: 222).

Pode-se dizer que, atualmente, há uma “crise de valores”, ou seja, observa-se uma grande dificuldade, tanto por parte dos pais como dos educadores, em se trabalhar com as crianças e adolescentes a construção de regras, limites, valores e manifestação de sentimentos, questões estas, relacionadas ao desenvolvimento da moralidade.

Para entender melhor os dados encontrados, mesmo não sendo foco deste trabalho, faz-se necessário refletir questões da Psicologia Moral, sobretudo, as que envolvem a forma como pais e professores manifestam suas idéias e valores – juízos, tanto positivos como negativos - sobre a influência da TV na educação de crianças e adolescentes.

O conhecimento sobre a televisão e sua função, os hábitos televisivos e os papéis atribuídos pelos participantes desta pesquisa, a cada uma das três instituições - Família, Escola e Governo – são elementos fundamentais para discutir as possíveis implicações para formação de crianças e adolescentes mais críticos e seletivos frente à mídia televisiva. Ressalta-se neste estudo que, embora a presença de instituições como, por exemplo, a igreja, não seja abordada diretamente, não se desconsidera sua influência na educação para a mídia, pois parte-se do pressuposto de que esta interferência se revela no modo como cada família trata seus valores e princípios religiosos.

Desta forma, o primeiro “eixo” do tripé no qual se sustenta esta pesquisa inicia-se pelo papel que a Família representa na formação moral e social das crianças e adolescentes.

Hoje muitos pais se queixam do comportamento dos filhos, não sabendo, o que está certo e o que está errado em suas relações. Como receio de serem “autoritários”, “injustos”, acabam abrindo mão de sua “autoridade” na educação dos filhos. Observa-se que ficam confusos sobre quando devem colocar limites ou mesmo tomar decisões pelas e com as crianças.

Um dos grandes problemas trata-se, portanto, em decidir qual o “grau de autonomia devem dar¹” aos filhos, bem como, o temor dessa autonomia vir a possibilitar a desobediência por parte dos mesmos. Estas preocupações, embora reais, são no mínimo contraditórias, fazendo-se necessário explicitar aqui, ainda que brevemente, alguns conceitos-chave apontados por Piaget (1994) sobre o Desenvolvimento da Moral, entendido como a construção de normas e valores próprios e a conquista da autonomia.

O que se observa é uma confusão muito comum não somente por pais, como também por educadores, sobre autonomia. Enquanto para alguns é sinônimo de libertinagem e ausência de respeito, para outros é concebida como obediência.

Piaget defende que o respeito é o que determina o tipo de obediência. Neste sentido, ele afirma que o respeito unilateral implica na desigualdade entre o que respeita e o que é respeitado, provocando assim, uma relação de pressão, em que o poder é direito de um único membro da relação. A idéia de “autoritarismo” está, portanto, apoiada neste tipo de respeito, que por sua vez, determina a moral heterônoma.

Por outro lado, quando os indivíduos que se relacionam se consideram como iguais, não deixam de ser a “autoridade” nas interações que estabelecem, pois o “poder” é de fato legitimado, considerado não absoluto. Tais relações encontram-se, então, pautadas no princípio da cooperação e da reciprocidade estabelecendo o que Piaget denomina de respeito mútuo, base para a construção da moral autônoma.

Com relação à educação para a mídia, um fato importante a ser considerado, são os princípios que regem as tomadas de decisões e as regras da família. “(...) toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras” (PIAGET, 1994:23).

Gunter e McAller (1997) destacam que grande parte das pesquisas sobre os efeitos “potencialmente positivos” da televisão, tem focado em diversos tipos de comportamentos sociais relevantes para a formação do caráter das pessoas. Salientam ainda que, há poucas pesquisas e estudos sobre a influência direta da TV no raciocínio e o julgamento moral.

No entanto, esses mesmos autores evidenciam que os críticos atuais estão, particularmente, preocupados com a ética e visão moral “ensinada” ou “divulgada” pela

¹ A expressão “dar autonomia” retrata a concepção calcada no senso comum que muitos pais e professores apresentam sobre moral, não refletindo a concepção de “autonomia moral” desta pesquisadora

televisão, entendendo-as como fonte de má influência no desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Uma idéia muito difundida é a de que a televisão, frequentemente, mostra que ações ilegais ou imorais sempre funcionam. Até a lei aplicada em alguns conteúdos televisivos, apresenta-se flexível para algumas regras, ignorando códigos morais e permitindo condutas questionáveis. A mensagem implícita neste contexto é que ser maldoso, malicioso ou ganancioso, funciona sempre melhor do que ser generoso, bondoso “visto como ingênuo” ou “não inteligente”.

Contrastando com essa linha de pensamento, há os defensores da mídia argumentando que, o impacto da televisão sobre o raciocínio moral, sobretudo, entre as crianças pequenas, também pode ser positivo. Esses estudiosos destacam que os programas televisivos apresentam inúmeros temas em sua programação que, se abordados a partir dos princípios que norteiam uma educação construtiva, podem atrair a atenção das crianças e confrontá-las com questões e dilemas morais.

Gunter e McAller (1997) afirmam que entre as pesquisas sobre desenvolvimento do julgamento moral, destacam-se os trabalhos do psicólogo e filósofo americano Lawrence Kohlberg, defendendo neste âmbito, que o raciocínio moral da criança se desenvolve em estágios, cada qual representando um nível maior de compreensão da ordem moral do mundo social. A partir de uma pesquisa longitudinal que realizou nos Estados Unidos, Turquia e Israel, acompanhado os sujeitos por quinze anos, Kohlberg propõe três níveis e seis estágios de desenvolvimento moral. Para este pesquisador a cada passo ao longo do caminho, a criança desenvolve uma seqüência de fatores críticos relacionados à construção de valores, diferenciando-os entre o certo e o errado.

No entanto, alguns estudiosos da mídia, ao se depararem com a teoria de Kohlberg, concluem de forma “reducionista” que, “se um ato não é punido, então, por definição, deve ser considerado eticamente aceitável e, portanto, moralmente certo” (GUNTER E MCALLER, 1997:128). Com esta visão destaca-se a questão fundamental: A televisão contribui de fato para este modo de raciocínio?

Uma tentativa de encontrar uma resposta para esta questão envolveu um estudo de meninos e meninas com amostragem de idades compreendidas entre quatro e cinco anos; sete e oito anos e entre dez e onze anos de idade. Estas crianças foram entrevistadas para

descobrir mais sobre suas capacidades de raciocínio moral². Além da entrevista, as mães ajudaram, mantendo um diário sobre os hábitos televisivos de seus filhos por duas semanas, fornecendo uma vasta informação sobre os hábitos/ atitudes da família ao assistir à TV. Os pesquisadores também utilizaram técnicas estatísticas³ para examinar as relações entre os relatórios de assistir à TV da família e as atitudes morais e valores das crianças.

Entre as crianças mais novas, o ato de assistir mais à televisão, foi moderadamente associado ao raciocínio moral menos avançado, em cada uma de uma série de medidas de julgamento moral tomadas no estudo. Esta relação, entretanto, não surgiu entre os dois grupos etários mais avançados. Entre as crianças de quatro e cinco anos de idade, o ato de assistir à televisão, indicou que a tendência de ver certos tipos de programas não relacionados à natureza dos valores morais, provavelmente, não fosse prejudicial ao desenvolvimento moral das crianças mais novas. Entretanto, com as crianças entre sete e oito anos de idade, fortes preferências para assistir a comédias envolvendo situações familiares, foram associadas à compreensão mais desenvolvida da importância de ajudar pessoas necessitadas. Este dado foi interessante, considerando o tema de muitos desses programas assistidos pelas crianças. O mesmo não se pode dizer sobre esse tipo de compreensão entre as crianças mais velhas pesquisadas, visto apresentarem uma compreensão relativamente mais fraca, especialmente, aquelas crianças que tinham preferência por programas de orientação adulta e de ação-aventura. Como conclusão, os autores apontaram que a escassez de pesquisas sobre televisão e raciocínio moral, evidencia a dificuldade em explicar como as crianças entendem a diferença entre certo e errado nos conteúdos exibidos na TV.

Na ausência de dados e pesquisas mais precisas, atitudes como: conhecer os conteúdos-valores; os princípios subjacentes - dos programas que as crianças e adolescentes assistem; conversar sobre o que pensam dos programas e assuntos exibidos na TV, bem como suas preferências televisivas, pode ajudar os pais a adotar uma posição mais segura com relação aos assuntos ligados à mídia televisiva. Esta ação serve ainda como referencial ao orientar seus filhos ou até mesmo adverti-los quanto ao que podem ou não assistir na TV e o motivo deste cuidado.

² Na referida pesquisa não foi encontrado o conteúdo do roteiro de entrevista utilizado.

³ Não informadas na pesquisa.

Com relação à Escola, segundo eixo de apoio nesta pesquisa, sabe-se que esta em algumas situações, abdica-se do seu importantíssimo papel na formação de cidadãos críticos, pouco fazendo para formar crianças e adolescentes moralmente voltados à cidadania. Pesquisadores como: Ferrés (1996): Enesco (1997), Delval (2000-2001-2007) destacam, em seus estudos, o papel e a importância da escola na promoção de reflexão e autonomia da criança diante daquilo que a TV lhe oferece.

(...) Se o meio televisivo se converteu em um fenômeno social tão importante, a escola, que tem que nos ajudar também a compreender o mundo social, deveria ocupar-se desse assunto. Os programas de televisão devem ser objetos de análises dentro da escola para ajudá-los a entendê-los, a analisá-los e criticá-los, da mesma forma que se fez com os autores de obras literárias. (DELVAL, 2000:39).

Atualmente a televisão é vista como uma oportunidade para a democratização do conhecimento e da cultura, sendo esta, considerada um dos principais meios de comunicação social, capaz de reproduzir tanto benefícios como malefícios à sociedade.

Peter Burke, em seu livro: UMA HISTÓRIA SOCIAL DO CONHECIMENTO: DE GUTENBERG A DIDEROT, apresenta com extrema propriedade as mudanças no sistema de conhecimento nos séculos XIII e XIV, destacando que as primeiras concepções modernas do conhecimento são fundamentais para a compreensão da história social do conhecimento. Atualmente, segundo este autor, alguns sociólogos se valem de jargões como “sociedade do conhecimento”; “sociedade da informação”; da mesma forma que alguns economistas utilizam termos como “economia do conhecimento” ou “economia da informação”.

O fato é que historiadores e filósofos empregam expressões consideradas modernas para tratar o conhecimento, mas estas remontam às questões originárias de séculos passados, tendo somente em comum a relação do tempo com o conhecimento. “Quem quer que argumente que o conhecimento é socialmente situado, certamente vê-se obrigado a situar a si mesmo (a).” (BURKE, 2003:18).

Este autor defende que, para tornar-se tanto escritor como leitor mais conscientes do “sistema de conhecimento”, faz-se necessário descrever e analisar os sistemas que mudaram no passado.

Neste sentido, pensar o cenário atual em que se encontram os meios de comunicação, a escola e o Estado, também requer a mesma habilidade, pois, caso contrário, corre-se o risco de se discutir as “questões ou problemas” que cada uma destas instituições apresenta hoje, com o olhar do senso comum.

Na perspectiva construtivista de educação, com a sistematização de um trabalho com a TV, acredita-se que a escola, ao cumprir seu papel de fonte promotora do pensamento crítico das crianças e adolescentes, ajudando-os na tomada de decisão e a formar opiniões próprias, deve pensar a televisão e os outros meios de comunicação, como mais uma possibilidade para se discutir a realidade social.

A maneira como a escola trabalha os temas atuais, apresentados e discutidos na TV, suscitam inúmeras reflexões que perpassam pela construção da autonomia dos alunos, sobretudo, quando consideram os fatos passados. Desta forma, o trabalho com a TV e seus conteúdos na escola é fundamental para aguçar em seus alunos a necessidade de prezarem pelos seus direitos de cidadãos, tão necessários à participação em uma sociedade globalizada.

Uma adequada integração da televisão à sala de aula pressupõe considerar duas dimensões da formação: educar na televisão e educar com a televisão. Educar na televisão significa transformar o meio em matéria ou objeto de estudo, educar na linguagem audiovisual, ensinar os mecanismos técnicos e econômicos de funcionamento do meio, oferecer orientação e recursos para a análise crítica dos programas [...] Concluindo: realizar uma abordagem do meio de todas as perspectivas: técnica, expressiva, ideológica, social, econômica, ética, cultural...Educar na televisão. Mas também educar com a televisão. Incorporá-la à sala de aula, em todas as suas áreas e níveis de ensino, não para aumentar ainda mais o seu consumo, mas para otimizar o processo de ensino-aprendizagem (FERRÉS,1996:92-93).

Compondo o terceiro eixo em que se apóia este estudo, encontra-se o Estado. Como visto até o presente, a Escola e a Família não são os únicos responsáveis pelo desenvolvimento das crianças e adolescentes. Há que se considerar as influências múltiplas do meio, como por exemplo, a mídia televisiva, cuja responsabilidade perpassa, também, pela ação do Estado em vários âmbitos.

O documento elaborado pela ANDI e Rede ANDI América Latina com o apoio da Save The Children Suécia, em julho de 2008, apresentou entre outros importantes dados, os principais argumentos teórico-conceituais e parâmetros procedentes de pesquisas empíricas realizadas em países democráticos, onde os debates sobre a regulação da mídia serviram de base para a estruturação de documentos e discussões voltados à defesa dos direitos na infância e adolescência.

Procurando justificar a necessidade de o Estado regular a mídia, o documento apresenta os quatro possíveis modelos de regulação:

Quando entram em discussão os caminhos que permitiriam minimizar os riscos e maximizar os benefícios da relação da infância com a Mídia, é possível apontar quatro grandes alternativas desenvolvidas no âmbito dos Estados Democráticos de Direito: a) A regulação exclusivamente estatal; b) O livre mercado - sem regulação estatal e sem compromissos claros por parte das empresas; c) A auto-regulação claramente definida pelos players privados, d) A co-regulação – cenário no qual a regulação estatal, a auto-regulação empresarial e a vigilância de instituições da sociedade civil organizada (Ongs, academias, think tanks etc.) convivem em um sistema de freios-e-contrapesos. (ANDI, 2008:22)

O estudo em questão reporta-se à revisão dos relatórios governamentais existentes, em especial das agências reguladoras norte-americanas, os quais evidenciam o fracasso das práticas exclusivas de auto-regulação da mídia, defendendo que, dentre os modelos existentes, o que mais atenderia a real necessidade de promoção e proteção dos direitos das crianças e adolescentes, é o de co-regulação, visto permitir um sistema mais justo de medidas de regulação da mídia, delegando, também, a função de auto-regulação para o mercado.

Cabe lembrar que, no Brasil, o sistema de regulação vigente é o de “auto-regulação”, estando muito aquém do sistema regulador sueco, considerado um dos mais completos do mundo. Contudo, mesmo não sendo considerado o “modelo mais assertivo”, já evidencia uma série de medidas que visa à proteção da criança e do adolescente, frente aos conteúdos midiáticos “abusivos”, garantindo em forma de lei, a cobrança da responsabilidade legal aos infratores. Trata-se, portanto, de um primeiro passo em direção a

construção de um sistema televisivo, que de fato, pensa e deseja a proteção e os direitos de seus menores.

Por fim, apresentados os três eixos norteadores desta pesquisa, que servem de suporte para promover discussões e organizar um trabalho educativo com a mídia televisiva, há que se considerar a complexidade de tal propósito.

Investigar cientificamente a influência da televisão na conduta humana requer muita perspicácia por parte dos pesquisadores. A impossibilidade de isolar seus efeitos na sociedade se constitui uma das maiores dificuldades metodológicas. Isto somente seria possível comparando, por exemplo, comunidades semelhantes em tudo, exceto, quanto à experiência televisiva. Desta forma, as pesquisas sobre a influência da televisão na vida das pessoas, esbarram na limitação de poder identificar com precisão os efeitos e/ou consequências que provocam na sociedade, estabelecendo relações causais entre este meio de comunicação e os aspectos da conduta humana.

Estruturado em seis partes, a Introdução do presente estudo contextualiza o leitor sobre “A Educação para Mídia Televisiva”, organizando uma seqüência de idéias desta temática, que serão discutidas nos dois capítulos seguintes. Além desta disposição, encontram-se nesta primeira parte, pesquisas, que ilustram a preocupação desta investigadora em ampliar as discussões sobre a TV enquanto fenômeno social - reportando-se além dos componentes morais- no amparo dos três eixos fundamentais: a Família, a Escola e o Estado, resgatando assim, a necessidade de se pensar sobre as ações e limitações de cada uma destas instituições na promoção e proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Para tanto, se vale da citação de documentos oficiais da legislação brasileira, destacando ainda, a preocupação de vários segmentos da sociedade civil no cumprimento destas leis.

O primeiro Capítulo aponta “A Educação para Mídia Televisiva como uma necessidade do século XXI”, constituindo-se em uma das possibilidades de formar crianças e adolescentes críticos e conscientes de seu papel como cidadãos na sociedade em que vivem. Apresenta a compreensão do conteúdo televisivo na infância e na adolescência e sua relação com o desenvolvimento cognitivo. Aborda o papel da família e as transformações sociais que têm passado desde o século XV, tratando das dificuldades encontradas frente à educação dos filhos para a mídia televisiva - primeiro eixo do tripé - que sustenta esta

pesquisa. Destaca, também, o papel da escola - segundo eixo apresentado – como forma de auxiliar as crianças e adolescentes a se posicionarem frente aos conteúdos televisivos.

Prosseguindo a linha de raciocínio, articula-se no segundo capítulo, a história da televisão no Brasil e seus marcos referenciais, esboçando os principais avanços e dificuldades deste meio de comunicação em massa. O -último eixo desta pesquisa- apresenta o papel do Estado, apontando os avanços legais com relação à regulação da TV no Brasil e a contribuição da Classificação Indicativa e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), frente às perspectivas da educação para a mídia televisiva. Salienta os avanços conseguidos em países que adotam uma postura mais contundente com relação à promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente, frente à exposição dos conteúdos televisivos.

O método compõe o terceiro capítulo apresentando, primeiramente, a justificativa teórica e os objetivos da presente investigação, destacando o problema gerador e as hipóteses norteadoras deste trabalho. Observa-se também, uma explanação detalhada dos procedimentos metodológicos e éticos utilizados para a coleta de dados e a como o instrumento foi elaborado a partir da realização de uma pesquisa piloto e dos objetivos delineados neste estudo.

No quarto capítulo, encontram-se as análises estatísticas dos dados, representados em forma de gráfico e tabelas e discutidos, sinteticamente, a partir das pesquisas que subsidiam este trabalho, além de conter uma síntese dos resultados encontrados. As Considerações Finais destacam as implicações pedagógicas decorrentes deste estudo, com vistas à efetivação de um trabalho nas escolas sobre “A Educação para a Mídia Televisiva”, apoiado na importância da parceria Família, Escola e Estado, como meio garantir o direito de formar crianças e adolescentes mais críticos e reflexivos diante da TV. A organização dos elementos pós-textuais: Bibliografia, Apêndices e Anexos encerram a pesquisa.

O propósito de investigar: “A Concepção de Pais e Educadores sobre a Educação para a Mídia Televisiva na Escola”, reflete a preocupação com as condições em que as crianças e adolescentes vivenciam hoje a “infância midiática”, em particular, como são - ou não - educadas nos ambientes em que a TV e seus recursos encontram-se presentes. Destaca-se, também, a responsabilidade da família, da escola e do Estado em protegê-los de

situações abusivas, exploratórias ou consumistas, que negligenciem a infância e a adolescência.

Os argumentos apresentados enfatizam a necessidade de entender a televisão como mais uma “ferramenta” para discutir o universo das crianças e adolescentes, auxiliando tanto os professores no ambiente escolar, quanto os pais no contexto familiar, frente a difícil tarefa de assegurar os direitos das crianças e adolescentes, ajudando-os a ler, ver, ouvir e interpretar criticamente o mundo em que vivem.

1. A EDUCAÇÃO PARA A MÍDIA TELEVISIVA: UMA NECESSIDADE DO SÉCULO XXI.

Muitas dificuldades da relação TV/Infância como fenômeno social contemporâneo, apontadas por pais, educadores e pesquisadores desta temática, tanto no Brasil como no mundo, reportam-se ao início dos anos cinquenta quando a TV emergiu como veículo de comunicação em massa.

Com a expansão da TV na maioria dos lares, surgiu a necessidade de entender e explicar a TV e a sua influência na vida das pessoas, sobretudo, no comportamento das crianças e adolescentes. Desde então, inúmeras pesquisas foram realizadas em vários contextos socioculturais, empregando-se metodologias diferentes por, principalmente, duas correntes de pensadores. Por um lado os teóricos defensores da TV como fonte de conhecimento e objeto de estudo da comunicação e, de outro, os que atribuem à TV, todo malefício da sociedade contemporânea. “(...) como se existissem dois pólos que necessariamente se opõem, e não eixos de um processo mais amplo e complexo, por isso mesmo, também permeado por contradições” (SOUZA, 2002:14).

Embora seja considerada uma necessidade do século XXI, a educação para mídia, requer uma reflexão sobre o ser humano enquanto “sujeito receptor” da mídia, discutindo-o sob o olhar das ciências humanas, econômicas, políticas e sociais, ao longo dos anos. Um dado importante que este estudo proporcionou foi a evidência de que, apesar de apresentar pesquisas realizadas cerca de cinquenta anos atrás, não se tratam de referências desatualizadas, seus resultados indicam fatos, situações e problemas que, atualmente, ainda são temas de indagações e fonte de investigação científica.

Pensando por essa ótica, este capítulo apresenta dados de pesquisas que investigaram como ocorre a compreensão do conteúdo televisivo na infância e na adolescência e sua relação com o desenvolvimento cognitivo dos sujeitos, além de destacar o papel da Família e da Escola, frente aos desafios da educação para mídia na sociedade atual. Reflete as responsabilidades e possibilidades destas instituições, em auxiliar as crianças e adolescentes a pensar na comunicação enquanto “processo” e, portanto, a se

conceberem como agentes construtores de seus próprios conhecimentos e comunicação, não sendo “sujeitos passivos” da mídia televisiva.

1.1. A Compreensão do conteúdo televisivo na infância e na adolescência e sua relação com o desenvolvimento cognitivo.

A crescente preocupação de especialistas, pais e educadores em relação aos conteúdos do meio televisivo refletem muitos questionamentos não somente sobre o que as crianças entendem do que vêem na TV, como também, sobre o porquê assistem à TV.

Normalmente os adultos costumam escolher (selecionar) algum tipo de programa para assistir na TV. Com as crianças e adolescentes este fato não é diferente. Elas também têm seus gostos e aversões.

Os programas televisivos podem ser divididos em várias categorias ou tipos, como: Documentário Informativo; Telejornal; Filme/Seriado; Novela; Desenho Animado; Programas de Variedades/Entretenimento; Reality Show/Auditório; Comercial. Alguns são assistidos com mais frequência, e por um número mais elevado de telespectadores, do que outros. Além disso, os padrões de como assistir à televisão e preferências de programas estão ligados às características demográficas e familiares dos telespectadores (hábitos) e a sua própria capacidade de entender o conteúdo, refletindo as estruturas de inteligência que dispõem.

Assim, alguns jovens manifestam gosto por um determinado tipo de programa, enquanto vários revelam outras preferências. Embora estas relações sejam interessantes para mostrar os padrões de comportamento dos telespectadores e as características de gosto e preferência dos programas de audiências em massa, elas não revelam muito sobre as razões pelas quais as pessoas, seletivamente, escolhem assistir um tipo de programa ao invés de outro, ou por que eles se tornam "viciados" em uma determinada série. Existem razões psicológicas do porquê de certas pessoas preferirem alguns programas? Alguns programas em particular satisfazem as necessidades específicas do telespectador?

De acordo com Gunter e McAller (1997) há evidências psicológicas emergentes que motivações tanto transitórias como duradouras, que refletem os “estados de humor”, de fato, influenciam a maneira que os adultos escolhem seus programas.

Com crianças essas motivações não são diferentes. No contexto de telespectador infantil, a personalidade e o estado de humor podem afetar as razões de se assistir à TV e selecionar programas específicos.

Estes mesmos autores apresentam que o estudo dos principais motivos sobre a forma como as pessoas utilizam a comunicação em massa, tem sido alvo de críticos, afirmando que, muitos dos conjuntos de motivos identificados pelos pesquisadores, são demasiado falhos e simplistas para ser considerados como explicação fundamental, especialmente, as razões psicológicas pelas quais as pessoas têm preferência especial por determinados programas.

Hoje, a mídia em geral é muito complexa e variada, oferecendo às pessoas oportunidades para selecionar entretenimento e informação de um grande número de canais de televisão, alguns com programação digital interativa, estações de rádio, publicações impressas, além dos novos meios de mídia eletrônica, acessíveis através da tecnologia do computador. Neste contexto, para realmente compreender a psicologia dos telespectadores nas escolhas dos programas de televisão, há que se considerar que, as razões auto-relatadas por eles para ver televisão, como querem ser entretidos ou informados, não quer dizer muita coisa, sendo necessário investigar fatores psicológicos mais profundos, como por exemplo: a busca de sensações, a ansiedade, a imaginação e a criatividade, as manifestações agressivas ou assertivas em suas relações com os outros. A investigação do contexto destes fatores pode apontar aspectos fundamentais do caráter humano, evidenciando uma história clínica e empiricamente comprovada, na forma e nas razões como as pessoas se comportam.

Como acontece em tantos outros temas sociais, as investigações sobre a televisão têm aumentado, consideravelmente, nos últimos anos. Várias são as concepções sobre a sua influência, sobretudo, na infância. Algumas relacionam esta influência diretamente à idéia de uma audiência uniforme diante do televisor. Tal concepção, de forma implícita, acaba por desconsiderar a amplitude das pesquisas científicas e a dimensão do desenvolvimento humano.

A interpretação piagetiana do processo de aquisição do conhecimento pode explicar o pensamento acima. Para Piaget o conhecimento só é possível pela interação entre o sujeito e o objeto do conhecimento, sem que haja, contudo, a primazia de um em

detrimento do outro, admitindo ainda, a existência de estágios na construção dessas estruturas que, por sua vez, obedecem a uma ordem sequencial e um caráter integrativo.

Conhecidos por estágios Sensório-Motor, Pré-Operatório, Operatório-Concreto e Operatório Formal, pode-se afirmar que a denominação dos estágios, destaca as principais características de cada uma das fases, sendo constituídas por um conjunto de estruturas específicas para o ato de conhecer.

“(…) Cada estágio é caracterizado pela aparição de estruturas originais, cuja construção o distingue dos estágios anteriores. O essencial dessas construções sucessivas permanece no decorrer dos estágios ulteriores, como subestruturas, sobre as quais se edificam as novas características” (PIAGET,1991:13).

As estruturas responsáveis pela aquisição do conhecimento, cuja gênese se dá por meio de diferentes estágios, não podem ser observadas diretamente, entretanto, a sua presença pode ser constatada pelas “performances” manifestadas no comportamento do sujeito. Desta forma, é natural entender que em cada fase do desenvolvimento cognitivo, as crianças concebem os conteúdos televisivos de formas diferenciadas, não apresentando uma compreensão “uniforme” da TV.

1.1.1 A percepção da TV no Sensório-Motor

Os pesquisadores norte-americanos Barry Gunter e Jill McAller (1997), revelam em seus estudos que, desde os seis meses de idade, observam-se nas crianças as primeiras condutas de atenção à televisão. As mudanças rápidas de som e imagem, principalmente, no comercial, vinhetas de novela, ou abertura de programas, fascinam as crianças. Por que as crianças tão pequenas apresentam estes interesses?

Ao estudar a teoria piagetiana, em particular, as fases do desenvolvimento cognitivo encontram-se uma resposta muito plausível para este tipo de conduta. Até aproximadamente dois anos de idade, a criança apresenta um tipo de inteligência que lhe confere resolver problemas de maneira “prática”⁴, valendo-se das ferramentas motoras e de

⁴ Piaget define a inteligência prática como a criação de um novo esquema de ação, capaz de possibilitar a resolução de um problema.

seus sentidos para conhecer/“assimilar”⁵ e se apropriar do mundo “acomodando”⁶ as informações do mundo físico e social.

A televisão para estas crianças funciona como uma “janela mágica” onde há som, imagens coloridas, movimentos, pessoas, expressões, animais, alimentos, coisas que começa a reconhecer como pertencentes ao seu universo, as suas experiências.

Ao mesmo tempo em que propicia “abstrair”, ou seja, extrair as informações presentes, também provoca “desequilíbrios” quando, por exemplo, a criança se depara com o fato de que sua ação não permite manipular ou pegar o que está vendo ou ouvindo na TV. Assim, com a mesma facilidade que presta atenção (parecendo hipnotizada) a um determinado conteúdo, interrompendo, por alguns momentos, algo que estava fazendo para “ver” a TV, perde o interesse quando o que vê ou ouve, não mais lhe chama atenção - “desaparece”. Um fato interessante observado é que, a criança que ainda não construiu a “Noção do Objeto Permanente”⁷ volta ao que estava fazendo ou brinca com outros objetos, enquanto a que possui, demonstra-se inconformada, procurando-o, tocando no aparelho de TV, por exemplo, ou buscando com o olhar ou palavras, uma explicação de outra pessoa.

No estágio sensório-motor a criança manifesta interesse e capacidade de atenção frente à TV, consegue ligar e desligar o televisor apertando os botões do controle remoto, contudo, isso não significa que esteja compreendendo o conteúdo do que está assistindo, visto que, ainda não é capaz de representar suas ações.

1.1.2 A Compreensão da TV no Pré-Operatório

Com a constituição da inteligência representativa e a aquisição da função semiótica, ou seja, a capacidade simbólica de empregar um significante para expressar um significado, observa-se um salto na qualidade da inteligência da criança, além do fato de que as novas relações sociais enriquecem o seu pensamento. Este tipo de inteligência a capacita, primeiramente, conceber a natureza representativa da TV, fato este não observado anteriormente.

⁵ Toda incorporação de um elemento do meio exterior, seja ele objeto, acontecimento etc., a um esquema ou estrutura do sujeito.

⁶ Variante funcional entendida como a modificação necessária do esquema em consequência da própria resistência do objeto ao ser assimilado.

⁷ Noção que permite à criança procurar um objeto que não está no seu campo de visão.

Com pensamento intuitivo, caracterizado por um egocentrismo deformante⁸, a criança ainda generaliza a idéia de que tudo o que acontece na TV é de “mentirinha” de “faz-de-conta”. Um exemplo deste fato é que, ao assistir TV insere-se no próprio contexto do conteúdo assistido, incorporando, imitando e identificando-se com seu personagem predileto em desenhos, filmes e histórias.

Em estudos realizados nos Estados Unidos, Gunter e McAller (1997) revelam que, antes de ingressar na escola, as crianças podem sentir dificuldades em entender os programas que assistem na TV. Na idade dos quatro a cinco anos, por exemplo, são capazes de recordar episódios isolados ou cenas de programas vistos, mas se sentem inaptas para colocar todas as partes da história juntas com o objetivo de formar um todo “coerente”, custando-lhes seguir o argumento incluso no programa, mesmo que este lhes seja direcionado.

Na pesquisa de Baptistella (2001), estes dados também foram encontrados. Entre os quatro e cinco anos de idade, as crianças entrevistadas apresentaram dificuldades em seguir os enredos dos programas, como por exemplo, recontar os eventos de uma determinada história (comercial) em sua sequência própria e original, revelando, dessa forma, o tipo de estrutura cognitiva de que dispunha naquele período. Foram capazes de se lembrar de “pedaços” soltos ou de algumas cenas dos comerciais; porém, incapazes de organizá-los coerentemente. Ainda com relação aos comerciais, as crianças pré-operatórias deixam-se levar pela aparência dos fatos, acreditando, por exemplo, que os brinquedos realmente fazem o que sua propaganda mostra na TV.

Nesta fase do desenvolvimento cognitivo, começam a discernir os tipos programas, as modalidades e as técnicas de TV, distinguindo anúncios, notícias, desenhos, novelas, filmes etc., mas sua capacidade de compreender e explicar o que assistem, encontra-se limitada às suas próprias experiências de vida, pautadas em seus conhecimentos de mundo (egocentrismo). Posteriormente, apresentam as primeiras conexões TV/Realidade identificando ações impossíveis de seus heróis (Superman, Homem-Aranha, Bem-10, Avatar etc.).

8. Forma específica de pensamento da criança pré-operatória, consistindo em um estado de indiferenciação entre o eu e o mundo e na incapacidade de perceber que os outros têm pontos de vistas diferentes do seu, constituindo-se em um dos maiores obstáculos à conquista do raciocínio lógico.

Na medida em que se desenvolvem, percebem que os fatos que acontecem na TV, podem ou não acontecer na vida real. Assim as primeiras manifestações de medo são generalizadas ao seu cotidiano, ficando impressionadas e mais veneráveis às imagens que vêem na TV. Há também neste período, um aumento progressivo no interesse pela televisão enquanto aparelho, em conhecer como funciona, embora, ainda não apresentem conceitos de ator, roteiro e gravação.

Por ainda ser pré-lógica e, portanto, não dispor de ferramentas cognitivas que lhe permita analisar com objetividade as influências sociais às quais é submetida, nesta fase tende a ser mais influenciada pelas informações transmitidas pelos meios de comunicação, em especial a TV.

1.1.3 A Compreensão da TV no Operatório Concreto

Dos sete aos doze anos, o processo do pensamento das crianças é muito diferente daquele dos adultos. Nessa faixa etária, a lógica reversível de seu pensamento e o domínio da língua, por exemplo, é quase completo, demonstrando uma boa habilidade de entender o ponto de vista de outras pessoas. Assim, as crianças que apresentam estruturas de pensamento operatório, conseqüentemente, manifestam maior capacidade de adotar outras perspectivas.

A conquista das operações lógicas, também muda significativamente a vida social das crianças. À medida que o pensamento se torna operatório, cooperam mais, pois esta ação implica a capacidade de coordenar pontos de vista (reciprocidade do pensamento). Neste estágio, as crianças conseguem trabalhar em grupo de forma a garantir um objetivo comum e avaliam a legitimidade dos argumentos que lhes são apresentados.

Outro fato observado diz respeito à própria imaginação das crianças ao contar um fato ou história. Quando as crianças recontavam uma história, freqüentemente, introduziam suas próprias interpretações. Os estudos de Gunter e McAller (1997) revelaram que o entendimento da televisão pelas crianças até os oito anos de idade é ainda muito elementar.

De acordo com esses autores, isso acontece porque elas retêm ou interpretam uma proporção relativamente pequena de ações representadas ou dos eventos. Estudos realizados na Europa e nos Estados Unidos mostram ainda que as trocas ou avanços mais notáveis para a compreensão da TV ocorrem em torno dos dez anos, uma vez que a

capacidade em antecipar o que vai ocorrer não é percebida até essa idade. Abaixo dos oito anos de idade, somente um quarto das crianças foram capazes de fazer esses tipos de inferências, demonstrando que conseguiram seguir eficientemente a história.

Tais estudos indicam segundo estes mesmos pesquisadores que, para um telespectador entender e seguir uma cena com sucesso é necessário fazer uma série de conexões entre duas ou mais sequências de um programa que, por sua vez, podem ou não ser, também, separadas por vários outros episódios. Os adultos telespectadores experientes demonstraram capazes de fazer essas conexões; as crianças, não.

1.1.4 A Compreensão da TV no Operatório Formal

Finalmente, por volta dos onze, doze anos de idade, tem-se o estágio das operações formais, ou seja, o arremate final das estruturas operatórias que possibilita o raciocínio hipotético dedutivo.

Neste estágio, acontece a possibilidade de uma ampliação da cooperação, do trabalho em grupo, da capacidade de centrar-se sobre algo e de todas as questões que refletem as relações sociais, atribuindo as mensagens televisivas juízos de valor, analisando-as de maneira a considerar a probabilidade, certeza ou incerteza de determinada informação ser verdadeira.

As preferências televisivas tendem a buscar conteúdos destinados a público adulto, mesmo que ainda não tenham idade para assisti-los, identificando-se com os dos grupos que convivem. Observa-se ainda o aparecimento dos sentimentos ideológicos que têm por objetivos os ideais coletivos de construção da personalidade.

Por fim, a apresentação das principais características dos estágios do desenvolvimento cognitivo, apenas situa o leitor da plataforma teórica em que os estudos sobre a educação para a mídia televisiva estão aqui apresentados, possibilitando uma reflexão sobre alguns “mitos” (entendido como concepções equivocadas) relativos à compreensão dos conteúdos televisivos na infância.

O primeiro mito, diz respeito à passividade do sujeito diante do que a TV lhe oferece. O senso comum considera a atividade de assistir à televisão ligada, sobretudo, ao lazer, à diversão ou mesmo ao relaxamento, descartando qualquer necessidade de um esforço para a sua compreensão efetiva. Dessa forma, não se leva em conta que, mesmo

para se obter o prazer ou a diversão, há a necessidade de se entender as propostas dos programas televisivos.

O fato de que antes mesmo de falar ou de começar a ler e escrever, a criança é capaz de assistir à televisão e prestar-lhe atenção, durante um determinado período de tempo, contribui para a convicção de que esse veículo de comunicação é extremamente simples e de fácil acesso, negligenciando-se, assim, a tarefa de educar as crianças para a compreensão dos conteúdos televisivos.

Esta idéia é atribuída não somente aos pequenos como também aos jovens que passam grande parte do tempo frente a TV.

Uma outra idéia equivocada, comumente encontrada nas pesquisas sobre TV e infância, refere-se à idéia de que assistir TV está relacionada a uma atividade de baixo nível cognitivo. As pesquisas de Gunter e McAller (1997) sobre a relação TV e infância, apontam que a habilidade do telespectador, de acompanhar um programa ou compreender uma parte do que está acontecendo, é essencial para torná-lo capaz de entender qualquer outro conteúdo televisivo.

Defende-se assim, a idéia de que a habilidade de ver televisão, cujo aprendizado é iniciado na infância, vai se aprimorando na medida em que a criança se desenvolve, porque a natureza da atenção das crianças diferencia-se muito em cada categoria de programa, quer seja um comercial, desenho ou ficção, evoluindo de acordo com a idade (nível cognitivo) e compreensão dos programas vistos.

Este fato pode também ser comprovado na pesquisa com crianças brasileiras, realizada na FE/UNICAMP por Baptistella (2001) ao indicar que tanto a análise qualitativa como a quantitativa (descrições numéricas) dos dados obtidos, forneceram uma ampla idéia das representações que os sujeitos apresentaram sobre o conteúdo de um comercial televisivo, a televisão e suas funções, indicando ainda que, com o aumento progressivo da idade, foi possível perceber um progresso significativo no seu desenvolvimento cognitivo dos entrevistados e, por conseguinte, apresentaram uma melhora na compreensão das questões referentes aos conteúdos televisivos.

1.2 O Papel da Família

Desde a década de 90 em vários países europeus, pesquisas realizadas indicavam que a maioria das crianças assiste à programação televisiva não apropriada a sua idade, com inúmeras cenas de sexo e violência, além de permanecer diante da TV por um grande período de tempo. De acordo com Joan Ferrés (1996) o documento “Informação Televisão e Programas Infantis”, publicado pelo Ministério de Assuntos Sociais, na Espanha em 1993, comprova que a grande maioria do público infantil assistia a programas destinados ao público adulto numa porcentagem de 75% de crianças entre três e oito anos e de 80% de crianças entre nove e quatorze anos, sendo que 30% delas assistiam à programação noturna.

No Brasil estes dados não mudam muito.

Em uma matéria publicada no Jornal Estadão em onze de julho de 2002, intitulada: “Crianças engrossam audiência de atrações impróprias”, a jornalista Adriana Ustulim “denunciou” que, mesmo sabendo de sua obrigação com as faixas etárias, emissoras tiram proveito do público infantil para exibir altos números no Ibope. Nesta matéria a jornalista revelou que no mês de abril do mesmo ano, foi realizada uma pesquisa pelo Ibope, listando os trinta programas de maior audiência entre crianças de quatro a onze anos, de ambos os sexos.

A referida pesquisa apontou o programa o “Big Brother”⁹, como o campeão de audiência entre o público infantil, ainda que este programa fosse recomendado pelo Ministério da Justiça para maiores de 16 anos. (Cabe lembrar que em 2002, a Classificação Indicativa dos conteúdos audiovisuais ainda não existia no formato como hoje é encontrado na Lei, a ser tratado o capítulo três).

Segundo Rosenberg (2008) anualmente o Ibope, evidencia os programas mais assistidos pelo público entre quatro e onze anos de idade, revelando que entre os dez programas preferidos por essa faixa etária, encontram-se as telenovelas em horário nobre, os telejornais e as atrações noturnas.

Historicamente no Brasil, segundo a autora, os dados confirmam que uma em quatro crianças, entre quatro e dezessete anos assiste TV no horário entre 19 horas e meia noite.

9 Reality Show exibido há nove anos na TV brasileira, no período noturno, pela Rede Globo de Televisão.

As crianças vêem programas de adultos e é de se acreditar que em razão de estarem ao lado de adultos [...] o mais impressionante de pesquisas do gênero é que em geral elas apontam o fato de as crianças não apenas assistirem à televisão no horário dedicado aos adultos, frequentemente em companhia adulta, como também preferirem os programas produzidos para pessoas mais velhas (ROSENBERG, 2008:141-142).

Desta forma, quando são muito pequenas, o modo como às crianças vêem TV é significativamente influenciado, não tanto pelo conteúdo mas, principalmente, pelo horário que seus pais assistem à TV.

Muitas famílias, sobretudo, aquelas cujos pais, por necessidade de trabalho, por exemplo, permanecem a maior parte do dia longe das crianças, muitas vezes, desconhecem o quanto a TV está presente na vida de seus filhos (até mesmo em sua própria vida). Outro fato a ser observado atualmente é que alguns pais, à medida que os filhos vão crescendo, tendem a não mais acompanhar o que assistem na TV, adotando muitas vezes, posturas diferenciadas com seus filhos (quando têm um ou mais filhos) com a educação para mídia televisiva, permitindo que filhos mais novos assistam a programas destinados aos filhos mais velhos, como forma de evitar conflitos entre irmãos.

A esse respeito, Gunter e McAller (1997) destacam em suas pesquisas que as crianças são muito mais propensas a assistir à TV com outras crianças do que com um adulto, no entanto, à medida que as crianças vão ficando mais velhas, elas passam cada vez menos tempo a assistir TV com os pais. Assim os padrões da família e as regras para o uso do aparelho de televisão pode ser um indicador do quanto a TV está influenciando as crianças, visto que, as decisões sobre a forma como a televisão é usada, por quem e em quais circunstâncias, pode variar muito, segundo os princípios de cada família.

Uma família pode não exercer tanto controle sobre o que as crianças e adolescentes assistem, apesar de, muitas vezes, os pais alegarem ter cuidado ou selecionar o que eles podem (ou não) assistir na TV. Na concepção dos autores anteriormente citados, este argumento pode estar bem distante do que realmente acontece na prática, alertando ainda para o fato de que, atualmente, na maioria das casas, existe mais de um televisor, sendo que um deles encontra-se instalado nos quartos das crianças e adolescentes, dificultando assim, o acompanhamento dos pais sobre o que seus filhos estão assistindo.

Outro fato interessante destacado por Gunter e McAller (1997) refere-se às atitudes dos pais quanto à escolha dos programas televisivos assistidos pelas famílias. Estudos realizados nos Estados Unidos indicaram que as atitudes dos pais com relação aos filhos, quanto à escolha da programação televisiva tendem a ser diferentes no período da noite. As pesquisas sobre o que as famílias assistem na televisão sugerem que estas se comportam de forma mais democrática, quanto às escolhas dos programas que irão assistir juntos, contudo, esse padrão de comportamento não se repete em outros períodos. A decisão do que assistir (ou não) na TV durante o dia, geralmente, está sob a responsabilidade de uma pessoa ligada à família (babá, irmão mais velho, avós, tios).

Complementando a pesquisa anterior, outro estudo apresentado pelos mesmos autores, indicou que, ainda que as decisões fossem discutidas pelos membros da família, a preferência das esposas prevalecia na seleção do programa a ser assistido à noite, com aceitação de todos. Os maridos ficaram em segundo lugar na tomada de decisões do que assistir em família e as crianças foram, invariavelmente, minoria, apenas uma entre sete decisões foi deixada para elas. Este estudo também mostrou que, nas famílias onde o nível educacional de um dos pais ou de ambos era alto, havia mais probabilidade de o programa ser selecionado por um acordo geral em vez de mais medidas autoritárias.

Entre as pesquisas brasileiras encontram-se as orientadas pelo Prof. Dr. Samuel Pfromm Netto, professor titular da PUC/Campinas. Estudioso na área de educação e comunicação, desde a década de setenta, com estudos voltados à aprendizagem escolar e mídia, publicou no ano de 1997 um artigo apresentando uma preocupação que, apesar de ter sido detectada cerca de vinte anos atrás, ainda hoje persiste, sendo foco de discussão em todo o mundo.

O referido estudo apresentado por Baptistella (2001) é mais uma prova da falta de cuidado dos pais com o que as crianças assistem na TV e do quanto às questões de limites, proporcionam o que considera “permissividade total”, destacando que, ainda hoje, os responsáveis pelas redes de TV se aproveitam do público infantil.

Miller (apud GUNTER & MCALLER, 1997) realizou uma pesquisa que pode exemplificar outro tipo de “permissividade”. Na Carolina do Norte, por exemplo, 65% das mães com crianças ao redor de seis anos de idade trabalham em tempo integral. Isto significa que em grande parte do dia as crianças ficam sob a guarda de outra pessoa, que

não, necessariamente, monitoram a qualidade e quantidade de tempo que faz de televisão. Um fato perturbador encontrado nesta pesquisa foi o de que babás, avós ou tios ou até mesmo irmão mais velhos, que cuidavam das crianças permitiam que elas assistissem a programas não indicados a sua faixa etária em suas próprias casas, na ausência dos pais.

A constituição sóciofamiliar, além da própria questão de sua estruturação também mudou muito nas últimas décadas. Hoje se encontra famílias mantidas financeiramente por mulheres (fato este inadmissível até meados do séc. XX).

Para melhor entender o que significa a inserção da mulher na sociedade atual, (em todas as áreas) cabe resgatar os aspectos sociais apresentados por Burke (2003) ao se referir a um notável ensaio sociológico de 1940 “o papel social do homem de saber”, que hoje levanta a questão das “mulheres de saber”, em um meio social dominado pelos homens. “(...) Elas estavam mais ou menos “excluídas” da busca do saber, como observara o Filósofo francês do séc. XVII Poulain de La Barre em seu tratado: A IGUALDADE DOS DOIS SEXOS (1673) “(BURKE, 2003:26).

A propriedade intelectual naquela época era dominada pelos homens intelectuais, “os letrados” ou “acadêmicos” que também lutavam por uma ascensão social e assim, fazer parte da burguesia. Cabe aqui a explicação de como sociedade, sobretudo, do século XV estava organizada.

Do século XV ao XVIII, os acadêmicos se referiram regularmente a si mesmos como cidadãos da “República das Letras” (Republica Litteraria), afirmação que expressava a sensação de pertencerem a uma comunidade que transcendia as fronteiras nacionais. Tratava-se essencialmente de uma comunidade imaginária, mas que desenvolvia costumes próprios, como a troca de cartas, livros e visitas, para não mencionar modos ritualizados pelos quais os jovens demonstravam respeito pelos colegas mais velhos, que podiam ajudar a lançar suas carreiras. (BURKE, 2003:26)

O autor destaca que ao longo deste período também existiram “Mulheres de Letras” ou como eram chamadas “Damas Instruídas”, contudo, não participavam da “República das Letras” nos mesmos termos que os homens.

Não somente com relação específica à evolução gradual e sociológica do conhecimento (como fonte de informação e ascensão social) bem como, o processo de

industrialização que influenciou diretamente a constituição familiar a partir do século XIX, cabe aqui tratar, o quanto estas mudanças repercutiram nas experiências das crianças e adolescentes e na vida familiar nos dias de hoje.

Buckingham (2007) apresenta que no Reino Unido e, na maioria de outros países industrializados, houve um declínio da família nuclear tradicional (composta por um casal com crianças dependentes).

“(...) o fato, porém é que nas últimas décadas a estrutura não familiar “não-tradicional”, de vários tipos, tem se tornado mais comum [...] Neste sentido, a proporção de famílias “tradicionais” caiu nos últimos trinta e cinco anos de 38% do total em 1961 para 25% no período medido de 1996 a 1997...” (BUCKINGHAM, 2007:95).

Este mesmo autor descreve que grande parte das crianças britânicas menores de dezesseis anos ainda convive com os pais, contudo, a proporção das que vive com somente um deles, dobrou desde 1972, estando em sua maioria residindo em lares sob a responsabilidade da mãe. Outro fato interessante foi o de que o número de casamentos diminuiu, enquanto que o número de filhos nascidos fora do casamento aumentou enormemente passando de 9% em 1975 para 34% em 1995, além de o número de divórcio ter dobrado nas últimas duas décadas. Neste contexto, a proporção de mães trabalhadoras aumentou significativamente.

Delval (2007) apresenta dados semelhantes quanto às transformações na estrutura familiar na Espanha, destacando alguns impactos na educação das crianças espanholas, como por exemplo, a dificuldade dos pais de acompanhar os filhos em atividades simples do dia a dia, como, por exemplo, ver TV.

Produziram-se mudanças enormes na estrutura familiar. Isso se deveu principalmente às mudanças nas formas de trabalho, à incorporação das mulheres no trabalho fora do lar, ao desaparecimento da grande família, às mudanças nas pautas de conduta sexual, a introdução do divórcio, à diminuição do matrimônio e ao aumento dos filhos fora do casamento. Todas essas mudanças que aconteceram em outros países, que começaram a se produzir muitos anos atrás, aconteceram num período relativamente curto. Um dos efeitos foi que a taxa de natalidade diminuiu de forma drástica na Espanha, situando-a numa das mais baixas do mundo. (DELVAL, 2007:41)

Independentemente de contexto em que são usados os meios de comunicação, pode-se dizer que eles suscitam discussões a respeito das relações das crianças e adolescentes com a mídia, refletindo uma série de responsabilidades e conseqüências aos pais. Desta forma, acompanhar o desenvolvimento dos filhos, em uma sociedade midiática, torna-se uma tarefa cada vez mais difícil, considerando que a maioria, desconhece o próprio funcionamento da TV (tanto como forma, quanto conteúdo), não percebendo ainda que, seus próprios hábitos televisivos, podem contribuir para a criação dos hábitos televisivos de seus filhos.

A esse respeito Rosenberg (2008) faz uma analogia interessante entre a televisão (hábitos televisivos) e a geladeira (hábitos nutricionais), propondo aos pais uma reflexão sobre os próprios hábitos familiares, afirmando que:

O fato é que os programas de televisão podem ser tanto nocivos ao desenvolvimento da criança como também uma influência positiva. Uma boa “nutrição” televisiva dependerá muito da forma de que lidamos com os riscos “alimentares” que a TV apresenta. A conduta ideal é a de não aceitar tudo o que ouvimos sem antes exercemos nosso direito de refletir (ROSENBERG, 2008:27).

É importante que as crianças e adolescentes encontrem na família a oportunidade de contar com as orientações dos adultos, pais ou mesmo outras pessoas na tarefa de ajudá-las a entender a TV de forma crítica.

“(...) não basta que a criança não fique fisicamente sozinha diante da televisão. É necessário que ela não se sinta só como telespectadora, que compartilhe a experiência, que possa dialogar comparar” (FERRÉS, 1996:104).

Assim ao compartilhar, com outras pessoas o que pensa sobre o que assiste na TV, a criança além de tomar consciência de sua própria opinião, tem a possibilidade de perceber o ponto de vista do outro. É neste sentido que Gunter e McAller (1997) afirmam que ao discutir com as crianças e adolescentes os programas televisivos, o entendimento que apresentam sobre a TV, pode substancialmente modificar a visão que apresentam deste

meio de comunicação, influenciando ainda na adoção de novas perspectivas e hábitos televisivos.

1.3 O Papel da Escola

Para iniciar as discussões sobre a “Educação para Mídia na Escola”, faz-se necessário, deixar claro qual escola esta pesquisadora acredita.

Busca-se aqui uma escola que compreenda seu papel enquanto instituição socializadora, contribuindo de fato para a construção da autonomia moral e intelectual, à medida que prima pelo desenvolvimento global de seus alunos.

Uma escola em que “O Direito à Educação”, não seja somente visto como o acesso de crianças e adolescentes à escolarização, ou ainda, retomando o princípio da Constituição Federal,¹⁰ um dos direitos que se encontra em seu art. 227, mas que seja contemplado como entendia Piaget:

“(...) é também, na medida em que vise a educação ao pleno desenvolvimento da personalidade, o direito de encontrar nessas escolas tudo aquilo que seja necessário à construção de um raciocínio pronto e de uma consciência moral desperta” (PIAGET,1973:61)

Trata-se de uma “Escola de Direito”, aquela que, de fato, não queira formar somente alunos detentores de informações, mas cidadãos, que em suas ações, compartilhem conhecimentos como forma de construir uma sociedade mais justa e igualitária, contrapondo-se a uma instituição burocrática de ensino, que se nega a assumir suas responsabilidades na formação de seu aluno em pleno meio de desenvolvimento tecnológico.

Construir conhecimentos, criar conexões, relacionar fatos, analisar argumentos, duvidar de algumas verdades, descobrir ou inventar outras são alguns movimentos fundamentais na educação. Podemos entender educação como o estado de espírito, a disposição interior de aprender, de descobrir, de relacionar, de construir. É um estado de permanente movimento. Ou deveria ser. (SADEK,1999:13)

10. O artigo 227 da Constituição Brasileira de 1988 se encontra na íntegra na página 2 desta pesquisa.

Como visto anteriormente, educar para a televisão não é uma tarefa simples e, tão pouco, de poder exclusivo da família, como pensam muitas pessoas.

Neste sentido, a investigação sobre “A Concepção de Pais e Professores sobre a Educação para Mídia Televisiva na Escola”, trás à tona uma série de questões no âmbito educacional, discutindo as limitações, possibilidades e implicações de um trabalho educativo com o meio televisivo nas escolas, também denominado por “Alfabetização Televisiva”.

Como apresentado na introdução deste trabalho por “Alfabetização Televisiva” entende-se o uso sistematizado da TV em sala de aula como, meio educativo, objeto de conhecimento e fonte de intervenção pedagógica.

Partindo do pressuposto de que a criança e o adolescente estão inseridos em uma sociedade midiática (hoje expressivamente mais do que há anos atrás), constituída de elementos estruturais e aplicativos que envolvem desde a digitalização, a interatividade, a alta definição até a multiprogramação, não cabe mais negar aos alunos, a possibilidade de se “alfabetizar na mídia televisiva”, ou seja, de aprender a decodificar e a se valer de um sistema de código de linguagem, que o inclui na era virtual.

Vista no Brasil e alguns países em desenvolvimento, como uma necessidade atual (considerando os processos educacionais, políticos e sociais de cada um), seus estudos datam aproximadamente vinte anos, tendo os Estados Unidos, como o país pioneiro no esforço para “ensinar” as crianças a entenderem a televisão.

Este fato também revela um número expressivo de escolas que trabalham a alfabetização televisiva como componente curricular, gerando uma grande variedade de propostas ancoradas nas teorias educacionais adotada pelas escolas.

Refletindo sobre as limitações da TV no contexto educacional é interessante ressaltar as questões relacionadas à postura dos professores e demais profissionais da escola, frente aos novos desafios pedagógicos, sobretudo, aqueles que implicam o uso da mídia na escola.

Ao pensar a TV como uma ferramenta de ensino, o professor não pode esquecer, inicialmente, rever suas crenças e seus conhecimentos a respeito deste fenômeno social, desta maneira, a primeira limitação é a dificuldade de o professor entender a “mídia televisiva” como um “meio educativo” na escola.

Muitos educadores e dirigentes escolares, ainda vêem a TV como um veículo de comunicação relacionado ao entretenimento, ao lazer, dissociado de objetivos pedagógicos. Tal concepção reflete a falta de compreensão da TV como objeto de aquisição de conhecimento, a dificuldade em entender seus mecanismos e recursos que dispõem, bem como, conhecer a sua história e as transformações tecnológicas que passa e já passou desde a sua invenção.

Quando a TV não é usada como fonte de intervenção pedagógica seu papel se restringe, por exemplo, para “entretêr” os alunos em dias de chuva, enquanto o professor realiza outra tarefa burocrática, sem que haja um preparo e planejamento do uso da mídia na escola.

Por fim, outras limitações podem ocorrer ainda, com relação à falta de equipamento, estado de conservação e acessibilidade. Nestes casos, os motivos podem ser: quantidade insuficiente de aparelhos na escola ou de acervo de material para a mídia televisiva, danos materiais não reparados e ao espaço físico onde se encontram instalados (ou ausência de materiais itinerantes).

Partindo do pressuposto de que a escola deve garantir o direito das crianças e adolescentes se desenvolverem tanto intelectual como moralmente, sendo capazes de participar e contribuir para as transformações sociais, torna-se urgente pensar novas possibilidades não só de trazer a realidade do aluno para a sala de aula, como também, propiciar o contato do aluno com a realidade do mundo.

Trazendo a realidade do aluno para a sala de aula, requer pensar de “onde vêm” as informações, considerando as especificidades vivenciada no seu meio físico e social, representado nas características particulares de sua comunidade e de sua região.

Bazi (2001) em seu livro *TV Regional, trajetórias e perspectivas*, apresenta um estudo documental destaca a importância da TV Regional, sob vários discutindo logo na introdução o contraponto do da informação global com a informação local.

“(…) Vivemos um momento em que a velocidade e o volume de informação nunca foram tão intensos, o que altera o universo cultural das pessoas. A forma acentuada como os meios de comunicação estão se reestruturando, por meio da tecnologia e da informática – fibra ótica, satélites, redes de microondas, sistemas digitais de transmissão de imagem – proporciona ao homem local se transformar em cidadão global. Qualquer pessoa, hoje em dia,

pode, por cabo, satélite, fax, telefone ou internet, visitar os quatro lados do planeta, sem ter a necessidade de viajar. E é exatamente por isso que o sistema de telecomunicações, o fluxo de informação e os veículos de comunicação de massa, em especial a Televisão, assumem um papel de extrema importância no desenvolvimento da globalização da informação, pois são estes veículos que trazem o mundo para dentro de nossas casas. É nesse vácuo que a regionalização das emissoras de televisão ganha espaço e importância.” (BAZI, 2201:17)

Na educação para a mídia televisiva, propiciar o contato com a realidade externa seja ela global ou local, não é somente usar a TV para “mostrar” o que acontece mundo. Trata de valer-se deste recurso midiático para refletir sobre tudo o que este mundo oferece, discutindo as idéias, costumes, normas, direitos, deveres, valores humanos e sociais, sentimentos, conflitos, justiça e violência, representa na vida de cada um.

Os resultados dos estudos de Gunter e McAller (1997) mostraram que ao raciocinar sobre a realidade dos conteúdos televisivos, as crianças podem aprender muito sobre televisão, tornando-se mais eletivas e críticas com o que assistem na TV. Portanto, pensar a educação para mídia na escola implica, necessariamente, que os educadores reflitam sobre a sua própria prática educativa, revendo seus conhecimentos, limitações, além de estruturar atividades desafiadoras com o formato e os conteúdos televisivos.

2. CONHECENDO A HISTÓRIA DA TV NO BRASIL E O HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO SOBRE COMUNICAÇÃO DE MASSA.

Não é possível pensar a história da TV no Brasil, sem se reportar as facetas históricas da legislação sobre comunicação de massa.

Exercendo atividades de caráter notavelmente privado, o sistema brasileiro de radiodifusão desempenha importante papel na união nacional, na vida política e social do país, contudo, trata-se de um serviço público, controlado pelo Estado desde 1922 com o início da história do rádio no Brasil.

Em 1923 formalizou-se a primeira estação oficial de rádio no país a SPE, no Rio de Janeiro, tendo sua implantação liderada por Roquette-Pinto. No período de 1930 até meados de 1950, o rádio viveu um grande momento, a chamada “Era de Ouro”, declinando-se com a chegada da Televisão.

A televisão passou a ser o fenômeno do momento. “Assistir à TV era algo especial, a começar pelo manuseio do aparelho. Frequentemente apenas uma pessoa - no geral, um adulto - era competente para ligá-lo e regular a imagem” (SOUZA, 2002:94).

Inaugurada no Brasil em 18 de setembro de 1950, quando foram ao ar as primeiras imagens da TV Tupi de São Paulo e um conglomerado de comunicações liderado pelo jornalista Francisco de Assis Chateaubriand, a TV brasileira apresentou originalmente o modelo de radio difusão institucional europeu, adotando posteriormente, o padrão americano.

Esta mudança de modelo de figurino ocorreu segundo Simões (2004), ao enfrentar a sua primeira grande dificuldade técnica, no momento em que eclodia o Golpe de 1964, empregando-se intensamente as transmissões radiofônicas na mobilização do Estado de São Paulo contra Getúlio Vargas. Neste momento, foi necessário recorrer às agências e propagandas americanas, solicitando contribuições para preencher o horário de transmissão da TV brasileira, formalizando assim, a mudança do padrão europeu para o americano.

No período de sua inauguração no Brasil, apenas parte das classes sociais privilegiadas teve acesso a sua transmissão, mesmo assim, o seu sucesso foi imediato, tornando-se um marco no âmbito do desenvolvimento da comunicação brasileira, fato este observado até hoje, visto que, dificilmente, as residências, mesmo as mais simples, não possuem um aparelho televisivo. “introduzida nos lares, a televisão, concedia prestígio social à família. Mais que isso: a casa se tornava um centro de atração e convivência para a vizinhança. Por isso o público-alvo incluía os televisinhos” (SOUZA, 2002:95).

Em 22 de novembro de 1950 as concessões do governo passam a existir, e com estas, ao decorrer do tempo, surgem no cenário nacional, novas emissoras de TV como, por exemplo, a TV Paulista, inaugurada em março de 1952 e a TV Record São Paulo, inaugurada em setembro de 1953.

A proposta de legislação que deu origem ao Código Brasileiro de Telecomunicações foi entregue pelos rádiodifusores ao Congresso Nacional em 1953, mas somente em 1962 foi promulgada a lei 4.117, em vigor até o presente.

Em 1962 com a chegada do videoteipe (VT), em escala comercial, teve início uma nova fase na TV brasileira, trazendo a TV em cores, que a princípio somente funcionava com a aquisição de receptores coloridos que eram importados e custavam caro. Mesmo assim, houve uma significativa mudança no padrão televisivo, que colaborou ainda mais com contexto político e sociocultural vigente. Deu-se então, um grande desenvolvimento na televisão, ocorrendo um processo de massificação pelo quais as produções da TV, como novelas, shows e partidas de futebol eram gravadas, livrando-se assim, das limitações decorrentes da transmissão ao vivo.

De acordo com Simões (2004) a história da televisão brasileira desdobrou-se em dois grandes ciclos. O primeiro prevaleceu desde a inauguração até meados dos anos 60, esteve sob a organização e o comando de Chateaubriand e, o segundo, iniciou-se por volta de 1964, com o golpe militar contra o presidente João Goulart, quando os militares com o propósito de “motivar a população”, passaram a apoiar o grupo de Roberto Marinho (a Organização Globo), que constituiu, na época, a maior fonte divulgadora do golpe e dos interesses militares. A emissora entrou no ar em 26 de abril de 1965, mesmo ano que começaram as primeiras transmissões de TV via satélite no Brasil.

Durante os primeiros seis anos após o golpe de 1964 os serviços de telecomunicações sofreram intensa transformação técnica. O Governo criou novas condições para a expansão dos serviços de transmissão, estabelecendo também as agências controladoras encarregadas de fiscalizar as situações técnicas e econômicas das empresas de radiodifusão (SOUZA, 2002:153).

Com o VT, a linguagem televisiva passou a ser mais específica, valendo-se de recursos, cada vez mais elaborados como, por exemplo, o recurso de corte de edição, maior velocidade e ritmo. Como resultado desta inovação, houve a inauguração no país de mais vinte e sete novas emissoras, além de um aumento da produção nacional, (principalmente no Eixo Rio - SP), de programas vinculados à dramaturgia, ainda que inicialmente adaptados, no caso das telenovelas, da TV mexicana.

Instala-se, então, outro fenômeno importante no desenvolvimento da televisão brasileira, a consciência de que, aos poucos, esse gênero televisivo desencadeia a elevação de audiência, possibilitando a criação de hábitos e de mobilização popular, implicando assim, a majoração dos preços dos intervalos comerciais, transformando a televisão em um ótimo negócio, marcado pelo retorno rápido do capital investido tornando-se, também, uma agência de publicidade.

Outros conteúdos televisivos esportivos destacam-se concomitantemente com a participação do Brasil em competições e torneios internacionais, sobretudo, na Copa do Mundo de 64 e de 70, em que foi possível observar o predomínio da mobilização da população para este tipo de esporte.

Com o decorrer do tempo, o futebol passa a ser substituído por programas infantis voltando-se à atenção para o potencial de consumo e os musicais, que por sua vez, promove a consagração dos ídolos da música jovem, além dos padrões de comportamentos que acompanharam o contexto social presente na década de 70. “Durante os anos 1970 – estimuladas pelo governo as grandes redes de televisão do Brasil começaram a produzir programas e a exportá-los” (SOUZA, 2002:153)

No início da década de 80, observaram-se novas transformações sociais, políticas e econômicas, bem como, a concessão de novas Emissoras de TV no Brasil como a Rede Manchete e o SBT, devido ao fechamento da antecessora Rede Tupi. Na busca por uma nova identidade, a TV vigorava com o fim da censura à imprensa. É nesta época, também,

que começaram a surgir as apresentadoras infantis, tornando-se marca registrada da Era Moderna na TV.

Entre as transformações que passou a sociedade houve na década de 90 fortes dispositivos da regulação elaborada na década de 60, buscando regulamentar a Constituição de 1988.

(...) Em 1994 foi aprovada a lei 8.977, sancionada pelo presidente em 6 de janeiro de 1995, regulamentando os serviços de televisão a cabo. Essa legislação permitiu alguns avanços na representatividade dos diferentes atores, estabelecendo que as televisões a cabo deveriam reservar canais aos diferentes segmentos da sociedade – os canais comunitários. De novo, errou por não dimensionar os dispositivos necessários para operacionalizar a idéia. Além disso, estipulou percentagens máximas para a participação estrangeira (49%)”(CANELA[..]).

O advento das redes em UHF (Ultra High Frequency) e a ascensão das Emissoras de TV por Assinatura no Brasil marcaram outra mudança na qualidade de modelo de televisão, infelizmente, o mesmo não se pode dizer da qualidade dos programas, sobretudo, alguns jornalísticos que, neste período, exploraram a degradação humana e o sensacionalismo, comprometendo assim, a imagem de um bom programa jornalístico. Desta forma, na década de 1990 as duas novas leis aprovadas, interferiram no segmento da comunicação.

Em 1995, mudanças consideráveis ocorreram com a chegada de Sérgio Motta ao Ministério das Comunicações, aprovando em agosto do mesmo ano, a Emenda Constitucional nº8, separando a regulamentação de radiodifusão da de telecomunicações, que passou a ser regulamentada por uma lei específica e nova.

Outra medida importante foi tomada pelo Ministro Motta ao editar em 1996, o decreto 2.108 estabelecendo que as concessões de caráter comercial não poderiam mais, ser realizadas somente pelo Ministro e pelo Presidente da República como era até então.

Em 1998 a lei 9.612 de radiodifusão comunitária, exige a criação de Conselhos Comunitários para este segmento.

A entrada de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão, somente foi possível a partir de 2002, quando foi aprovada a emenda constitucional nº. 36.

Em 2003, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva assinou o Decreto n. 4.901, criando o Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre, ou SBTVD, além de criar nesta primeira fase, um Comitê de Desenvolvimento, responsável por sua implementação. Na segunda fase de projeto e estudos do SBTVD, em 2006, o mesmo presidente assinou então, o Decreto n. 5.820 criando o Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre, responsável por adaptar as tecnologias nacionais, sobretudo, as desenvolvidas pelas universidades e centros de pesquisas brasileiros, valendo-se da tecnologia da ARIB (Association of Radio Industries and Businesses) do Japão.

Assim, com a chegada da TV Digital ao Brasil em 02 de dezembro de 2007, ainda que somente na cidade de São Paulo, a década de 2000 é marcada por significativas mudanças de som e imagem, tanto na produção como na exibição de conteúdos televisivos, que a partir de maio de 2008, foi “alavancada” por uma campanha de popularização da televisão digital brasileira.

A televisão brasileira apresenta hoje alto nível de qualidade técnica, competindo com outros países no mercado internacional, exportando programas televisivos, no entanto, as leis que a regulamenta no Brasil, não tiveram a mesma evolução.

“(…) A política de comunicação no Brasil é regida por algumas poucas leis básicas: a Lei da Imprensa (Lei 5.250, de 9 de fevereiro de 1967), o Código Nacional de Telecomunicações (Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962) e a Lei de Segurança Nacional (Decreto Lei 314, de 13 de março de 1967). Duas novas leis, surgidas na última década do século passado, passaram também a interferir no segmento da comunicação: a Lei 8.389, de 30 de dezembro de 1991, que regulamenta o Conselho de Comunicação Social, e a Lei 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que regulamenta o serviço de televisão a cabo. Pode-se acrescentar a elas o novo Código Civil Lei 10.406 de 2002, que entrou em vigor no dia primeiro de janeiro de 2003. Além das leis, existe uma série de decretos, portarias, recomendações e sugestões oficiais, que regulam a estrutura político-econômica do sistema brasileiro de *mass media*. No que diz respeito à legislação censória brasileira, pode-se afirmar que, além de vasta, ela é dispersa e desatualizada” (MATTOS, 2005:17)

Deste fato, surge uma polêmica discussão. De um lado os críticos da censura, defendendo o direito à liberdade de expressão e acusando o Estado pela manipulação e controle dos meios de comunicação. Neste sentido, posicionam-se contra novas formas de regulamentação da mídia – apesar de reconhecer que a Legislação é antiga - Entre estes,

encontram-se jornalistas associações de imprensas, representantes de emissoras de TV, Rádio e Jornais. De outro, aqueles que clamam por reformas urgentes nas Leis que regem o sistema de comunicação brasileiro, em defesa de um marco regulador.

O Coordenador de Relações Acadêmicas da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) e Pesquisador Associado do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política da Universidade de Brasília Guilherme Canela, em seu artigo “Comunicações no Brasil: da Confusão Legal à Necessidade de Regular”, apresentado ao NP 10 – Políticas e Estratégias de Comunicações, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, Sociedade Brasileira de Ciências da Comunicação, apontou a necessidade de se discutir a regulação do setor, afirmando que:

“(…) Diversos de nossos marcos regulatórios para o setor de comunicação de massa aconteceram após anos em que o setor privado já estava atuando no setor: foi assim com o Rádio, com a Televisão, com o Cabo, com o serviço de DTH. O rádio começou no Brasil em 1922, mas a primeira regulamentação foi de 1931; a televisão foi inaugurada em 1950, mas legislação sobre ela só em 1962. Este é um ponto muito importante: precisamos definir nossos marcos legais antes que situações se solidifiquem e, sob o manto dos direitos adquiridos, a legislação tenha que atender menos aos interesses do país e mais aos interesses dos grupos econômicos que sabiamente se aproveitaram dos vazios regulatórios para agir” (CANELA[...])

Contudo é possível perceber que nos argumentos apresentados pelas duas correntes ideológicas frente às novas regulamentações, encontra-se um ponto em comum. A crítica à capacidade significativa dos grupos empresariais de se impor diante do governo, pautada pela concessão de interesses mútuos, havendo uma relação estreita e pouco transparente entre poder político constituído e o poder político da mídia.

Como se pode observar neste capítulo, em pouco mais de 50 anos, a televisão no Brasil sofreu transformações tecnológicas surpreendentes. Da TV ao vivo para o videoteipe; da TV preto-e-branco para a TV em cores; da TV local para a TV mundial via satélite; da TV analógica para a TV Digital/Interativa e agora em Alta definição/Multiprogramação. No entanto, a Legislação Brasileira para Telecomunicação, não acompanhou esta evolução, tornando-se alvo de discussões e pesquisas, quanto ao seu papel

e influência -direta ou indireta- no comportamento e desenvolvimento da personalidade dos indivíduos.

“(...) Na falta de uma regulamentação atualizada, o que temos é um emaranhado de leis, decretos, portarias e normatizações. Esta confusão jurídica e o caráter ultrapassado de nossa legislação acabaram por concretizar uma situação de vazio regulatório. Com um código de 1962, o seu decreto regulador sendo do regime militar e uma lei de imprensa também do regime militar (esta com vários artigos inconstitucionais, dadas as menções explícitas à censura), há um consenso acerca da inaplicabilidade de diversos artigos das legislações citadas, de modo que em se tendo leis que não podemos utilizar, na verdade não temos lei nenhuma. Essa espécie de mercado livre, onde tudo é permitido, acaba sendo muito interessante para aquelas empresas com um longo histórico de direitos adquiridos no setor (e, portanto, de posições cristalizadas), porém, extremamente nociva para a sociedade como um todo. Portanto, urge colocar em discussão uma nova regulamentação do setor de comunicação de massa, na linha do que já foi feito com o setor de telecomunicações” (CANELA[...])

2.1 O Estatuto da criança e do adolescente (ECA) e Classificação Indicativa: uma conquista da regulação da mídia televisiva com princípios aos direitos das crianças e adolescentes.

O Estatuto da criança e do adolescente (ECA), Lei 8.069/90, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Em seu Art. 2. considera criança, para efeitos da Lei, toda pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Posto isso, passa-se agora a discutir sobre as implicações dos direitos das crianças e dos adolescentes apresentados no Capítulo I e das disposições gerais, contidos em seu Art. 70 ao firmar que “É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente” e no artigo 71 garantindo o direito “a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços”.

Observa-se nestes dois artigos a ampla dimensão que estes cuidados atribuem a Sociedade civil e ao Estado considerado o terceiro eixo deste trabalho.

“(…) O Ministério da Justiça foi eleito o depositário da tarefa de realizar a Classificação Indicativa – e a própria escolha do órgão merece atenção. Em seu artigo 220, a Constituição Federal de 1988 retoma, no capítulo especialmente dedicado à Comunicação Social, a questão da Classificação Indicativa já anunciada no artigo 21 – e determina que cabe à lei federal específica estabelecer as condições para a regulação de diversões e espetáculos públicos (incluindo aí as transmissões audiovisuais). O ECA (artigos 74 a 76 e 253 a 56), como já foi dito, ofereceu os parâmetros da classificação. Além disso, apontou que “um órgão federal competente” seria o responsável pela implementação desta tarefa. Em 1990, ano da promulgação do ECA, o então ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, assinou portaria (MJ 773/90) chamando para este órgão a responsabilidade de classificar indicativamente as diversões e espetáculos. A decisão deveu-se ao fato de que este ministério era responsável por uma série de outras ações de proteção aos direitos de crianças e adolescentes” (ANDI, 2008:23)

Pensar na proteção da criança e do adolescente não é somente vê-los como sujeitos de direito, mas também, como cidadãos em plena fase de desenvolvimento cognitivo, afetivo, físico e social. Neste sentido, requer pensar como os meios de comunicação, em especial a TV, violam seus direitos.

A Convenção sobre os Direitos da Criança afirma que:

“(…) adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1989, foi ratificada por 192 países (inclusive o Brasil) e reconhece um conjunto amplo de direitos fundamentais da criança e do adolescente em vários âmbitos – civil, político, econômico, social e cultural. O documento não poderia deixar de contemplar, com especial relevância, uma instituição que, nos idos de 1989, já representava um papel fundamental na vida de meninos e meninas: a mídia. Assim, o direito à informação e ao entretenimento de qualidade está claramente afirmado no texto. Políticas Públicas, como é o caso da Classificação Indicativa, necessitam ser elaboradas e executadas a fim de que tal direito seja garantido de fato” (ANDI, 2008:21).

O fato é que em todos os tipos de programas observam-se “exemplos” de resolução de conflitos; regras de convivência; manifestação de sentimentos; valores humanos e sociais e virtudes. O problema é quando estes “exemplos” revelam formas não adequadas

ferindo os princípios de respeito à vida e ao próximo. Vê-se então, solução de conflitos - sem diálogo; regras de convivência - ambíguas; manifestação de sentimentos - banalizados; valores humanos e sociais - estereotipados e virtudes - descaracterizadas.

Como apresentado até o momento as criança são capazes de serem telespectadores críticos, seletivos diante do que a TV lhes oferece, contudo, não conseguem fazer isso sozinha, precisam da ajuda de um adulto e das trocas que estabelece com seus iguais e neste, sentido precisam de proteção.

Pensando ainda na composição do sistema de proteção dos direitos da criança e do adolescente, pode-se examinar legislação relativa à publicidade, concentrada no CDC e na Lei n. 9.294, de 15 de julho de 1996. Cabe aqui ressaltar que a publicidade ou sugestão de produtos julgados nocivos ao público, sobretudo, menor de idade é proibida por lei nas publicações impressas.

Com relação à prevenção e entretenimento adequado, Prof. Dr. Antonio Jorge Pereira Jr, (UNESP-CEU) em um artigo intitulado: “Direito à formação integral: o dever da TV no concerto das entidades”, aborda algumas competências legais das entidades que exploram o serviço público de radiodifusão de sons e imagens - televisão - com relação à educação para valores, contemplada no direito fundamental à educação, sob o paradigma da proteção integral.

“(...) Prevenção e entretenimento adequado. O Capítulo II do título “da prevenção”, ainda sob a parte geral do Estatuto, é nomeado prevenção especial, ou seja, reforça o qualificativo sublinhando a necessidade da criança e do adolescente em razão de sua condição de pessoa em desenvolvimento. A seção I se denomina “Da informação, Cultura, Lazer, Esportes, Diversões e Espetáculos”. Percebe-se em todos os artigos da seção a preocupação do legislador com a formação ética da criança e do adolescente. O art. 74 impera que o poder público, através do órgão competente, regule “as diversões e espetáculos públicos, informando sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada”. Tem-se em conta a formação da criança e adolescente em moldes valorativos adequados à sua condição e dignidade. Determina que os responsáveis pelas diversões e espetáculos públicos afixem, em lugar visível, na entrada dos locais de exibição, “informação destacada sobre a natureza do espetáculo e a faixa etária especificada no certificado de classificação” (§ único). O art. 75 determina que toda criança ou adolescente deve ter acesso somente às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária (caput) e, mesmo quando adequado à sua faixa

etária, as crianças menores de dez anos “somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsável”(§único).(PEREIRA JR,[...]).

Diante dos argumentos apresentados sobre as implicações do ECA, busca-se agora, discutir a questão da Classificação Indicativa, pensando nos moldes que hoje se constitui como lei. Primeiramente, busca-se entender o que é a Classificação Indicativa.

Por Classificação Indicativa entende-se um recurso legal pelo qual todo e qualquer material ou programa audiovisual, é classificado segundo os critérios de adequação de conteúdos, faixa-etária e horário a serem exibidos. Trata-se de um instrumento de proteção e promoção dos direitos das crianças e adolescentes, que auxilia os pais a decidirem se os conteúdos exibidos são ou não adequados os seus filhos.

“(...) A decisão da Assembléia Nacional Constituinte, no final dos anos 1980, de pôr fim a qualquer possibilidade de regresso da censura no ordenamento institucional brasileiro trouxe uma demanda aos deputados constituintes: associar esta determinação à igualmente necessária priorização absoluta dos direitos de crianças e adolescentes, definida no artigo 227 da nova Carta Magna. Para responder a essa questão, o texto constitucional estabelece, no artigo 21, inciso XVI, que um dos aspectos centrais da regulação dos conteúdos audiovisuais deve ser um sistema de “classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão”, cabendo à União exercer essa atividade. Tal norma foi regulamentada pelos artigos 74, 75 e 76 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) com o objetivo de evitar a exibição de programas não recomendáveis ao público infanto-juvenil em horários comumente acessíveis a este. Esta mesma lei, em seu artigo 254, proíbe a transmissão, por intermédio de rádio ou televisão, de espetáculos em horários diversos do autorizado ou sem aviso de sua classificação” (ANDI, 2008:23)

O objetivo maior deste recurso legal é o de criar mecanismos de proteção para a criança e do adolescente à exposição de obras audiovisuais como filmes, jogos eletrônicos, conteúdos televisivos e espetáculos, considerados prejudiciais a integridade física, psicológica e social das crianças e adolescentes.

2.1.1 O sistema brasileiro de Classificação Indicativa

O modelo vigente no Brasil é o de Auto-Classificação, ou seja, as emissoras enviam para o Departamento de Classificação Indicativa do Ministério da Justiça, a sinopse com todas as especificações do conteúdo, público-alvo a que se destina e o horário a ser transmitido. Cabe ressaltar que, esses enquadramentos seguem padrões estabelecidos internacionalmente, contudo, são realizados pelas próprias emissoras.

Tratando-se de mostras cinematográficas, vídeos, DVD e jogos eletrônicos, as empresas e produtoras encaminham cópias destes materiais diretamente ao Departamento de Classificação Indicativa do Ministério da Justiça, que realiza análise prévia e os classifica.

Este trabalho é realizado por uma equipe multidisciplinar de analistas do Departamento de Justiça, que atuam em diversas áreas como psicologia, direito, administração, comunicação social e educação, contando também com uma rede de colaboradores eventuais. A análise dos conteúdos é realizada seguindo três etapas. Na primeira, faz-se uma análise objetiva de cenas que tenham sexo, drogas e padrões de violência. Na segunda etapa, identificam-se os temas e sua pertinência, para finalmente elaborarem a gradação dos mesmos, classificando-os de acordo com o horário apropriado a sua exibição e identificando-os com os símbolos contendo informação ou advertência. Para cada faixa etária há um símbolo com uma cor correspondente.

Considerado um avanço na regulação das obras audiovisuais, ainda tem um longo percurso a seguir, visto que, seu modelo requer ajustes para que seja mais efetivo (a exemplo de outros países como, por exemplo, a Suécia).

Sem dúvida alguma, este poderoso instrumento pode auxiliar tanto os pais como os educadores a entender melhor o comportamento e o pensamento infantil, propiciando às crianças e adolescentes discussões sobre o que estão entendendo da realidade -local ou global- em que vivem.

Por se tratar de um instrumento regulador, de caráter indicativo, divide com os pais e a escola a responsabilidade de cuidados essenciais às crianças como determina a própria Constituição Federal Brasileira.

3. A PESQUISA

3.1 Justificativa

A Educação para a Mídia como prioridade de formação no século XXI, faz pensar o fenômeno social da TV e as suas implicações para a infância e adolescência, supondo, além de uma discussão social, uma reflexão sobre o desenvolvimento infantil e o efetivo, respeito à promoção e proteção dos direitos das crianças e adolescentes em relação à atuação dos meios de comunicação.

Esta função compete equitativamente, a três diferentes instituições: a família, a escola e o Estado, uma vez que, enquanto veículo de socialização a mídia televisiva não pode ser analisada isoladamente. Desta forma, muitos questionamentos sobre a influência da TV na vida das crianças e adolescentes, revelam muita dificuldade em estabelecer limites e também, de intervir por parte do Estado - não somente sob o aspecto legal - da família e da escola, com as questões que advêm das formas pelas quais estas instituições compreendem a educação para a mídia.

Como apresentado no primeiro capítulo, pesquisas indicam que a maioria das crianças e adolescentes assiste à programação televisiva não apropriada a sua idade, com uma grande quantidade de cenas de sexo e violência, além de permanecerem diante da TV por um longo período de tempo. Que implicações isso traz a eles? O que a escola pode fazer para trabalhar esses fatos? Como os pais podem educar os filhos diante do que a TV lhes oferece? Como a escola pode ajudar os pais nesta tarefa?

Pode-se dizer que a compreensão do fenômeno social televisivo é revelada na forma em que a maioria das famílias relata as suas experiências e preocupações no tocante aos efeitos da televisão na vida de seus filhos.

Muitas pessoas (e crianças) ligam a televisão em um movimento automático ao entrar na sala ou no quarto. Sentar a frente do aparelho completa o resto. Outras, quando não tem nenhuma outra obrigação, se entregam com passividade ao meio, embora não haja nenhum programa que as interessa naquele horário. Nos dois casos, as crianças não estão realmente escolhendo a televisão. Estão apenas não escolhendo as outras atividades. (ROSENBERG, 2008:17)

Em muitos lares, a televisão ocupa um lugar de destaque. É comum observar crianças e adolescentes alimentando-se ou fazendo suas tarefas escolares diante da televisão, adultos que ao chegarem a suas casas, ligam a televisão para quebrar a monotonia do ambiente, mesmo que não assistam a nenhuma programação naquele momento. Estes dados, apresentados originalmente por Barry Gunter e Jill McAller, em 1997 em um grande compilado de pesquisas sobre televisão e infância, servem de parâmetro para discutir os resultados de pesquisas brasileiras com crianças e mídia televisiva por Baptistella (2001 e 2009), na FE/UNICAMP.

Comprovando que o material citado é extremamente relevante e atual para os estudiosos da relação televisão e infância, a pesquisadora e jornalista Bia Rosenberg, em seu livro “A TV que seu filho vê”, interpreta e incorpora, muito apropriadamente, as informações desses mesmos autores à sua experiência de coordenação de programas infantis, constituindo assim, em mais um importante material de apoio a todos os que buscam entender as relações das crianças com a mídia televisiva.

Entre os nove motivos filtrados pela jornalista sobre as razões que as crianças apresentam para assistir à TV, destaca-se a idéia de TV como um hábito. Segundo as pesquisas apresentadas por Gunter e McAller (1997), mais que um gosto, a Televisão é um hábito e como tal pode influenciar as crianças, tanto de forma positiva como negativa.

“Os programadores de Televisão (pessoas encarregadas de controlar os programas na ordem em que eles vão ao ar) contam com esta atitude mais passiva por parte do telespectador. Eles esperam que o público ligue a televisão sem grande motivação, mas que com um programa interessante, continue assistindo ao seu canal. Para isto existe uma organização lógica na programação da televisão” (ROSENBERG, 2008:17-18).

As pesquisadoras Fiates, Amboni e Teixeira (2008) da Universidade Federal de Santa Catarina, com o objetivo de identificar o comportamento consumidor de escolares em relação aos seus hábitos alimentares e a influência da televisão, realizaram um estudo piloto com cinquenta e sete escolares com idades entre sete e dez anos, do ensino fundamental de uma escola particular localizada em Florianópolis no Estado de Santa Catarina, no período de três meses, no ano de 2005.

Para a coleta de dados foi utilizado um questionário, desenvolvido especialmente para a pesquisa, e realizada avaliação antropométrica. Os dados foram analisados utilizando testes de associação (teste Qui-Quadrado - χ^2) e análise de variância, constatando-se que as diferenças foram consideradas significativas quando $p < 0,05$. Todos os participantes tinham televisão em casa, sendo que 75,0% no próprio quarto. Um dado significativo encontrado neste estudo foi o fato de que a grande maioria dos estudantes (98,0%) costumava “beliscar” (comer algo) enquanto assistia à televisão ou fazia as refeições com a televisão ligada, além de (89,5%) apresentar um consumo semanal de hortaliças e frutas muito inferior ao recomendado segundo a pirâmide alimentar. Os alunos que assistiam à TV com maior frequência comiam menos verduras semanalmente do que os que assistiam de maneira moderada. Quanto à avaliação antropométrica (23,6%), os estudantes apresentavam sobrepeso ou obesidade e (9,1%), adiposidade central. Como conclusão, as pesquisadoras puderam afirmar que os hábitos dos estudantes indicam a necessidade de empregar estratégias educacionais que promovam a adoção de hábitos e comportamentos mais saudáveis.

Outro dado destacado no trabalho de Gunter e McAller (1997) reporta-se à função dada à TV por pais. Para muitos, a Televisão é utilizada como “babá eletrônica”. Estes pesquisadores apresentam que desde os anos cinquenta, Eleanor Maccoby realizou vários estudos nos Estados Unidos investigando o potencial da televisão como babá, descobrindo que as mães, em uma de suas pesquisas, mencionaram que utilizavam a televisão como uma “chupeta”. Interessante destacar que a maioria das mães mencionou que a televisão tornou mais fácil o cuidar das crianças em casa.

Em outro estudo, a pesquisadora indagou às mães americanas, sobre como faziam uso da televisão para ocupar a atenção de suas crianças, levantando as seguintes questões: Com que abrangência a televisão é usada como babá? Será que os pais falam com seus filhos sobre a televisão, e de que forma? Será que mães avaliam a televisão como uma babá?

O resultado evidenciou que as mães geralmente acreditavam que a televisão era usada amplamente como uma babá, mas elas viam este fato, como algo que acontecia em outras famílias e não só nas suas. Essas mães não toleravam a televisão como hábito para seus filhos, afirmando não gostar que os seus próprios filhos assistissem TV para passar o

tempo. Como alternativa o brincar com os amigos era geralmente visto como preferível a ver televisão, contudo, a maioria das mães tendia a sentir que seus filhos preferiam assistir mais à televisão a brincar entre eles.

No Brasil, ainda hoje, a adoção da TV como “babá” não é prática a ser ignorada.

De acordo com Rosenberg “Usar a mídia como babá eletrônica é um ato tão comum que a expressão até faz parte do nosso vocabulário cotidiano” (2008:24).

O fato se agrava ainda mais com a falta de cuidado, principalmente, quanto à escolha dos programas. Não raro encontram-se, pais que após um dia de trabalho e atarefados com os afazeres domésticos, colocam as crianças pequenas para “assistirem um determinado programa” enquanto organizam a casa, por exemplo. Esta prática é muitas vezes inevitável. Contudo, os pais precisam agir com responsabilidade, sendo criteriosos ao selecionar os conteúdos - tanto na TV como outros materiais: DVD e CD - além de ater-se ao tempo da programação.

O mesmo acontece em muitas escolas de Educação Infantil e Creches. Alguns educadores valem-se da TV somente a título de lazer, ou quando em dias de chuva, não há possibilidade das crianças brincarem ao ar livre. A TV somente nestas situações dentro da escola funciona meramente como “babá eletrônica” e o mais grave, além de não promover atividades que ajudem as crianças a pensar, imaginar e expor seus sentimentos, dependendo do conteúdo, da forma e do tempo como é utilizada, violam os direitos de educação e proteção infantil.

Estes fatos evidenciam certa dificuldade encontrada por algumas famílias e até mesmo, por alguns educadores no ambiente escolar em administrar o uso da televisão. Embora a maioria dos pais, se preocupe quanto ao que seus filhos assistem na TV, há pais que não “questionam”, ou mesmo, “não sabem” como proceder, efetivamente, com os programas/ conteúdos apresentados na TV.

Enquanto para algumas famílias há uma tolerância bastante significativa quanto às horas de exposição à televisão e os tipos de programas assistidos, para outras, a tarefa de educar as crianças para a televisão, se resume em proibi-las de assistirem às programações televisivas. “Na atualidade, não ver televisão é considerado tão estranho quanto não ir à escola” (ROSENBERG, 2008:23).

Embora se saiba que, nem toda programação exibida na TV preza pela integridade psicológica, cognitiva e moral das crianças e adolescentes, adotar posturas autoritárias e arbitrárias com as crianças e adolescentes, não é a solução. Novamente faz-se necessário conversar com elas, resgatando os valores e princípios na educação dos filhos que a família não abre mão. Assim, mais que proibir é necessário discutir e refletir esse fenômeno social e, diante desta tarefa, observa-se que muitos pais queixam-se que se sentem despreparados.

Visto por este aspecto, os pais podem se valer da relevante contribuição da regulamentação da “Classificação Indicativa de Obras Audiovisuais destinadas à Televisão e Congêneres” pelo Ministério da Justiça (Portaria nº. 1.120, de 11 de julho de 2007), conquista da legalização de uma das propostas do “Estatuto da Criança e do Adolescente” – ECA (Lei 8.069, de 13 de julho de 1990) apresentados no capítulo três.

Como visto até o momento, para compreender as mensagens televisivas e posicionar-se diante de informações ou situações lesivas, faz-se necessária uma formação crítica sobre os conteúdos televisivos e, mais do que nunca, a escola pode contribuir para o desenvolvimento de telespectadores seletivos, possibilitando um espaço, com orientação específica, para que as crianças e adolescentes se manifestem e reflitam quanto ao que assistem na TV.

Neste sentido, as investigações sobre a “Educação para a Mídia Televisiva” constituem relevantes fontes de informação para o desenvolvimento e sistematização de trabalhos pedagógicos com as crianças e adolescentes telespectadores, justificando-se pela possibilidade destes, em situações de sala de aula. Poder reestruturar suas idéias sobre esse meio de comunicação e, conseqüentemente, atingir níveis mais elaborados a respeito dos assuntos veiculados na TV é imprescindível.

3.2 Objetivos:

A presente pesquisa, caracterizada como uma pesquisa básica, seguindo um modelo descritivo, na área do Conhecimento Social, tem por objetivos:

- 1) Conhecer os hábitos televisivos de pais e professores e as idéias que apresentam sobre a “Educação para a Mídia Televisiva na Escola”, estabelecendo relações sobre

a forma como estes participantes compreendem a televisão e suas funções tanto no contexto familiar como na escola.

2) Identificar as principais dificuldades encontradas tanto pelos professores na escola, quanto pelos pais em casa, com relação à “Educação para Mídia Televisiva”.

3) Conhecer como os pais e professores avaliam a o papel do Estado, da Família e da Escola na melhoria dos conteúdos exibidos na TV.

4) Conhecer o que pais e professores sabem sobre a Classificação Indicativa na TV, identificando ainda se os mesmos se valem deste recurso, como forma de orientar crianças e adolescentes com relação ao que podem ou não assistir na TV, tanto no âmbito familiar como no escolar.

5) Averiguar se as variáveis: escolarização; nível socioeconômico e idade dos filhos interferem nos procedimentos e orientações sobre a mídia televisiva nas famílias.

3.3 Problema e Hipótese:

A crescente preocupação de pais e educadores em relação aos conteúdos do meio televisivo reflete muitos questionamentos sobre a qualidade da programação televisiva. O fato é que esta preocupação, tanto nas escolas como nos lares, se encontra bem longe de uma atitude ou mudança de postura frente à TV, uma vez que, embora preocupadas, muitas pessoas ainda não conseguem entender o que é necessário fazer para alterar este quadro.

(...) Com efeito, não é preciso ser um especialista em ciências sociais para dar-se conta de que a TV nos oferece visões do mundo ou modelos muito estereotipados, informações distorcidas, anúncios que tentam promover hábitos de consumo e alimentação às vezes muito nocivos, programas e concursos de uma qualidade ínfima ou carente de toda estética, modos extremamente violentos de resolver conflitos etc. (UNESCO,1997:119)

De acordo com Gunter & McAller (1997), uma evidência fundamental é a de que o impacto de um programa sobre a sociedade pode ser determinado tanto pelas suas

qualidades técnicas quanto pelo seu conteúdo. Como apresentado anteriormente, estes autores relatam diversos estudos, realizados na Austrália, indicando que, à medida que se conheceu a linguagem técnica da televisão, as pessoas (crianças, adolescentes e adultos), foram capazes de compreender melhor o meio televisivo, apresentando uma melhora significativa quanto às idéias sobre a qualidade da programação televisiva, passando a serem mais criteriosas na escolha de seus programas.

Cabe ressaltar que, entender a linguagem televisiva, implica em decodificar um mundo, sobretudo, audiovisual, o que não é possível sem o auxílio de um trabalho específico que permite estruturar as características de formato e conteúdo televisivo.

Diante destes apontamentos, esta pesquisa busca investigar:

Quais as concepções que pais e professores apresentam sobre e educação para mídia televisiva na escola?

Este problema central pode ser desdobrado nas seguintes questões:

- 1)As concepções que os pais e os professores apresentam sobre e educação para mídia televisiva na escola e a forma como orientam as crianças são influenciadas por seus próprios hábitos televisivos?
- 2)A escolarização, o nível socioeconômico e a idade dos filhos, influenciam as orientações dos pais quanto à educação para a mídia televisiva na família?
- 3)A escolarização e o nível socioeconômico influenciam as orientações dadas pelos professores aos seus alunos no que diz respeito à educação para a mídia televisiva?
- 4)O que os pais e professores conhecem sobre a classificação indicativa no Brasil?

Acreditando que aprender é um processo ativo em que o aluno é o construtor de seu próprio conhecimento, visto que, a criança e o adolescente assimilam as informações provenientes do meio, de acordo com as estruturas cognitivas que possuem, reformulando

essas informações a partir da elaboração de novas questões, e que a escola, tem como uma de suas principais funções, ajudar o aluno a refletir e discutir o mundo em que ele vive, as hipóteses norteadoras desta pesquisa podem ser assim expressas:

As concepções que os pais e professores apresentam sobre a educação para mídia televisiva na escola são positivas e muito similares.

A escolarização e o nível socioeconômico dos pais e do professores influenciam seus próprios hábitos televisivos e as orientações dadas às crianças no que diz respeito à educação para a mídia televisiva.

Tanto pais como professores sabem o que é Classificação Indicativa, mas não conseguem defini-la corretamente e, portanto, não a legitimam como uma das formas de proteger as crianças e adolescentes de conteúdos midiáticos impróprios.

3.4. Caracterização da Pesquisa

Esta pesquisa apresenta um caráter predominantemente descritivo, na área do Conhecimento Social, com uma abordagem quantitativa (Análises Estatística Exploratória e Comparativa) dos dados observados, realizada em escolas públicas e particulares, pertencentes a um município paulista.

3.5 Participantes

A pesquisa foi realizada com uma amostragem não-aleatória, por conveniência de cem (100) pais (homens e mulheres), com um ou mais filhos com idade entre seis meses a quatorze anos, que ainda não frequentavam escolas ou estavam matriculados na Educação Infantil ou Ensino Fundamental, em escolas pertencentes à rede pública ou particular do Município de Americana/SP.

Cem (100) professores (homens e mulheres), também participaram da amostragem. No período da pesquisa, eles exerciam a docência na Educação Infantil, Ensino

Fundamental, na rede pública municipal e/ou em escolas particulares localizadas no Município de Americana/SP:

A coleta de dados foi realizada mediante o consentimento escrito dos participantes envolvidos nesta pesquisa, por meio de um formulário para este fim, assegurando a integridade dos participantes e todas as informações necessárias sobre o desenvolvimento do trabalho.

Cabe ressaltar que o critério de escolha dos pais se deu em razão da delimitação de idade de seus filhos, em virtude de três pontos considerados relevantes nesta pesquisa:

1º. A partir de seis meses de idade, segundo as pesquisas apresentadas por Gunter e McAller (1997) sobre a compreensão dos conteúdos televisivos na infância, as crianças já conseguem prestar atenção a eles.

2º. O acompanhamento dos pais na escolarização de seus filhos, tende a ser mais presente até a conclusão do Ensino Fundamental, que se encerra com os adolescentes tendo idade média de quatorze anos.

3º. Almejando conseguir para este estudo - pais e professores - com níveis socioeconômicos e com escolarização diferenciados, a coleta de dados ocorreu tanto em escolas públicas como em particulares, localizadas na área central e em bairros periféricos do Município de Americana/SP. Para a classificação do nível socioeconômico (NSE) dos participantes desta pesquisa, houve a adaptação do modelo Esomar (World Association of Market Research), com questões contempladas nos instrumentos um e dois desta pesquisa.

3.6. Os instrumentos de pesquisa:

Como instrumentos de pesquisas, foram utilizados dois questionários, sendo um para pais e outro para professores.

1) O questionário para os pais continha 47 questões, sendo 33 questões referentes aos seus hábitos televisivos e 14 aos hábitos televisivos de seus filhos (ver apêndice1).

2) O questionário para professores continha 48 questões, sendo 26 questões referentes aos seus hábitos televisivos e 22 ao trabalho com TV na(s) escola(s) que leciona (ver apêndice 2).

3.7. Procedimentos Metodológicos e Aspectos Éticos da Pesquisa

A coleta de dados foi realizada de acordo com os Princípios Éticos de Pesquisa envolvendo seres humanos, assegurando o anonimato de seus participantes, detalhados nos procedimentos abaixo-apresentados:

1) Contato pessoal da pesquisadora, apresentando a pesquisa à coordenação pedagógica/ direção escolar das escolas particulares e da rede pública do Município de Americana/SP, solicitando o consentimento escrito dos responsáveis por estas unidades, para que os dados fossem coletados, tanto com os professores quanto os pais de alunos.

2) Foi oficializado pela pesquisadora em uma reunião de HTPC - agendada pelas escolas - um convite formal aos professores com o objetivo de explicar a finalidade da pesquisa e esclarecer possíveis dúvidas quanto aos procedimentos da mesma, de forma a garantir a integridade ética dos envolvidos. Nesta reunião, os professores foram convidados a colaborar livremente enquanto participantes da pesquisa, assinando, caso estivessem de acordo, o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” e, posteriormente, responderam ao questionário.

Por se tratar de questionários e não de entrevistas, além do fato de os professores terem a oportunidade durante a reunião de HTPC, de esclarecer junto à pesquisadora suas dúvidas quanto à pesquisa e decidirem sobre sua participação na mesma, os questionários foram respondidos em casa e entregues na própria escola em uma data combinada com o

grupo participante, para que a própria pesquisadora pudesse, então, recolhê-los. Esta medida teve por princípio, propiciar aos professores maior disponibilidade de tempo e concentração em suas respostas, visto se tratar de um instrumento minucioso, além do fato de alguns professores, trabalharem em mais de uma escola, em outro período letivo.

3) Foi feito o convite para pais que tinham filhos entre seis meses e quatorze anos de idade, residentes no Município de Americana/SP, para participar de uma reunião de pais específica, nas escolas contatadas, com o intuito de apresentar a pesquisa e os esclarecimentos de possíveis dúvidas quanto aos procedimentos adotados neste trabalho, de forma a garantir toda informação e integridade ética daqueles que decidiram colaborar livremente enquanto participantes, assinando o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” e respondendo ao questionário.

4) Foram encaminhadas ao Comitê de Ética da FCM/UNICAMP, as Declarações das Instituições onde a pesquisa foi realizada e o modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos participantes - pais e professores - devidamente elaborados a partir dos princípios éticos que norteiam as pesquisas envolvendo seres humanos, considerando todas as orientações e especificidades desta investigação.

4. ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS RESULTADOS

4.1. O Contexto:

Este estudo teve por objetivo conhecer os hábitos televisivos de pais e professores e as idéias que apresentam sobre a “educação para a mídia televisiva na escola”, estabelecendo relações sobre a forma como estes participantes compreendem a televisão e suas funções tanto no contexto familiar como na escola.

A pesquisa foi realizada em Americana/SP, com uma amostragem não-aleatória, por conveniência, de cem (100) pais e (100) professores, em escolas públicas e particulares.

Americana é um município brasileiro do estado de São Paulo e microrregião de Campinas, fundado em 27 de agosto de 1875. Seu nome se dá em virtude da vila que surgiu ao redor de uma estação de trem que na época servia ao município vizinho de Santa Bárbara. Como foi povoada em sua maioria por imigrantes norte-americanos, ficou conhecida como "Villa dos Americanos", mais tarde "Villa Americana" e finalmente "Americana".

A cidade destaca-se por sua qualidade de vida, sendo a 19º colocada em IDH do Estado de São Paulo, e a 59º do Brasil, além de ser a cidade com a menor taxa de mortalidade infantil do estado de São Paulo e a cidade com menor taxa de homicídios da Região Metropolitana de Campinas. É hoje um importante foco de investimento nacional e internacional. Com mão-de-obra qualificada em diversos setores, o município destaca-se como um dos principais pólos fabricantes de tecidos planos de fibras artificiais e sintéticas da América Latina.

4.2. Análise Estatística Utilizada.

Para o tratamento estatístico da presente pesquisa foi realizada a análise exploratória dos dados através de estatísticas descritivas (frequência, porcentagem, média, desvio padrão, mínimo, mediana e máximo) e gráficos de barras.

A análise comparativa foi realizada utilizando-se do teste *t de Student* para duas amostras; teste exato de Fisher para tabelas 2 x 2; teste Qui-Quadrado - χ^2 e o teste de duas proporções. O teste de duas proporções foi utilizado em algumas questões em razão dos

valores esperados serem menores que 5 para o teste Qui-Quadrado - χ^2 , violando assim, uma de suas suposições.

O nível de confiança utilizado foi de 95%*.

* Ou seja, se o p-valor das comparações for $p \leq 0,05$, consideramos que a diferença foi estatisticamente significativa.

O software estatístico utilizado nas análises foi o XLSTAT 2009.

4.3. Parte I: Conhecendo os pais e professores e suas preferências televisivas

Nesta primeira parte da apresentação dos dados, procurou-se agrupar as perguntas contidas no questionário em comum para os pais e os professores. Para melhor discussão esta parte foi organizada em dois blocos. As questões do primeiro bloco tiveram por objetivo conhecer as características pessoais dos pais e professores (contextualizando-os na pesquisa) e os seus hábitos televisivos. Todas as respostas deste bloco foram apresentadas em tabelas (1 a 17) com seus respectivos gráficos e, discutidas a partir de estudos e pesquisas sobre esta temática.

4.3.1 – Bloco 1:

A maioria da amostra é do gênero feminino, tanto para os pais como para os professores. A porcentagem da amostra de pais e professores do gênero feminino foi bastante parecida, sendo ligeiramente superior para os professores.

Tabela 1: Número de pais e professores por gênero.

Gênero	Pais		Professores	
	N	%	N	%
Masculino	25	25,0	19	19,0
Feminino	75	75,0	81	81,0
Total	100	100%	100	100%

Tabela referente à questão de nº. 2 do instrumento – Assinale o seu sexo.

O fato de haver um número maior de professoras respondentes reflete um dado historicamente constituído no magistério de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

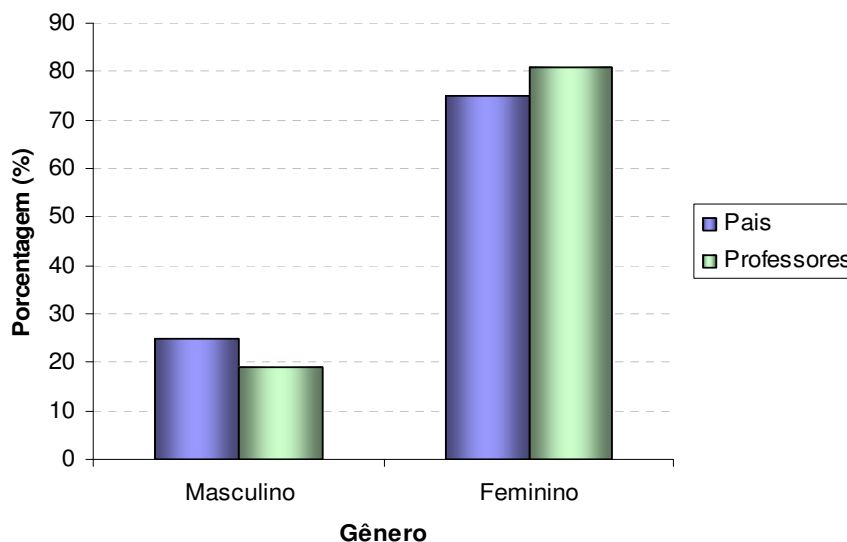


Figura 1: Porcentagem de pais e professores por gênero.

Segundo Maria Malta Campos em seu o artigo: A formação de professores para crianças de 0 a 10 anos: Modelos em debate o novo perfil para os professores de educação infantil e das quatro primeiras séries do Ensino Fundamental mostra como, historicamente, constituiriam dois modelos diferentes de professores: o do professor generalista, formado no nível médio, e o do professor especializado por disciplinas, formado no nível superior.

Para esta autora o primeiro inclui aqueles que trabalham com a faixa etária de 0 a 10 anos, sendo que na educação infantil existem ainda diferenças entre os professores de crianças de pré-escolas e educadores que trabalham em creches, no Brasil em sua maioria leiga e de sexo feminino. Outro dado interessante é que a maioria dos respondentes desta pesquisa foram mães, que estavam presentes nas reuniões agendadas pelas escolas onde os dados foram coletados.

Com relação à **questão de nº. 3 do instrumento - Qual a sua idade?**- observou-se que a média de idade dos pais e professores foi praticamente a mesma, sendo 37,1 anos para os pais e 37,0 anos para os professores. A idade dos pais variou de 22 a 59 anos e para os professores, de 18 a 61 anos.

Tabela 2: Estado civil dos pais.

Estado Civil	Pais	
	N	%
Solteiro (a)	5	5,0
Casado (a)	85	85,0
Viúvo (a)	10	10,0
Separado (a)	0	0,0
Outros	0	0,0

Tabela referente à questão de n.º 4 do instrumento – Assinale seu estado civil.

A grande maioria dos pais é casada; contudo, um fato chamou a atenção. Na amostragem não se encontrou pais separados.

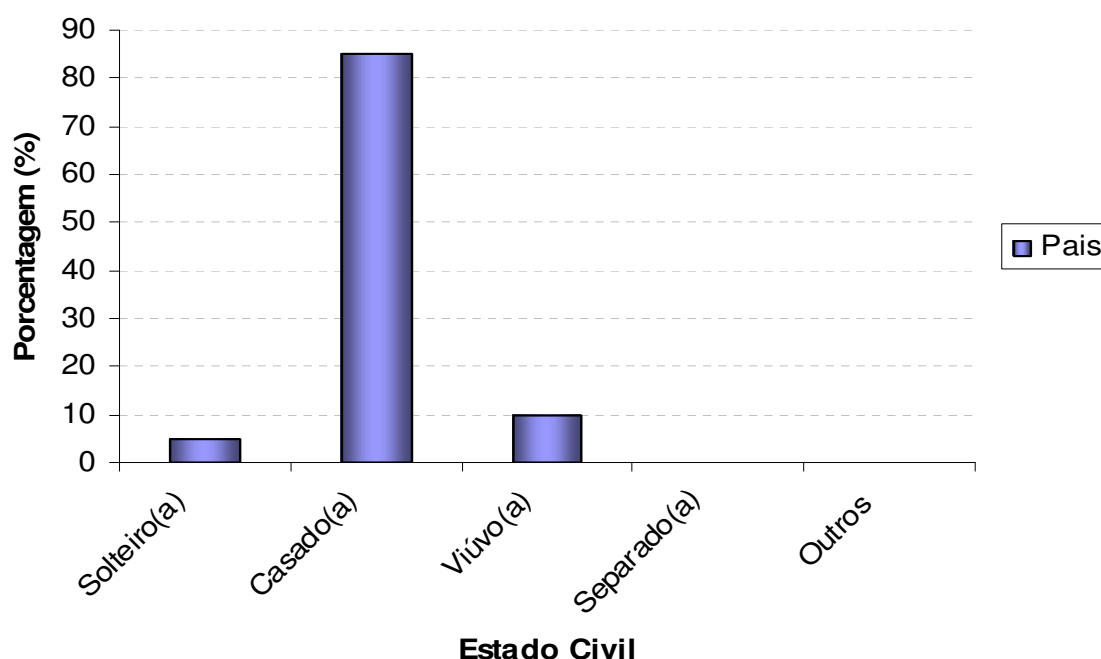


Figura 2: Porcentagem do estado civil dos pais.

Nesta pesquisa não foi relevante conhecer o estado civil dos professores, visto que, este dado nada acrescentaria a sua forma de trabalhar com os alunos.

Quanto à **questão de n.º 5 do instrumento – Quantos filhos você tem?**- A média do número de filhos dos pais foi igual a 1,9 sendo que o menor número foi um e o maior foi igual a cinco.

Tabela 3: Tipo de instituição que os pais e professores trabalham.

Trabalha em:	Pais		Professores	
	N	%	N	%
Empresa/Rede Pública	34	35,4	50	50,0
Empresa/Rede Particular	38	39,6	50	50,0
Cooperativa	4	4,2	--	--
Outras	20	20,8	--	--

Tabela referente à questão de n°. 8 do instrumento – Assinale o tipo de Instituição/Empresa que você trabalha.

Constatou-se que 34% dos pais respondentes trabalham em empresa pública e 38% em empresa privada. 20,8% dos pais trabalham em outras instituições, ou como autônomos e apenas 4,2% em algum tipo de cooperativa.

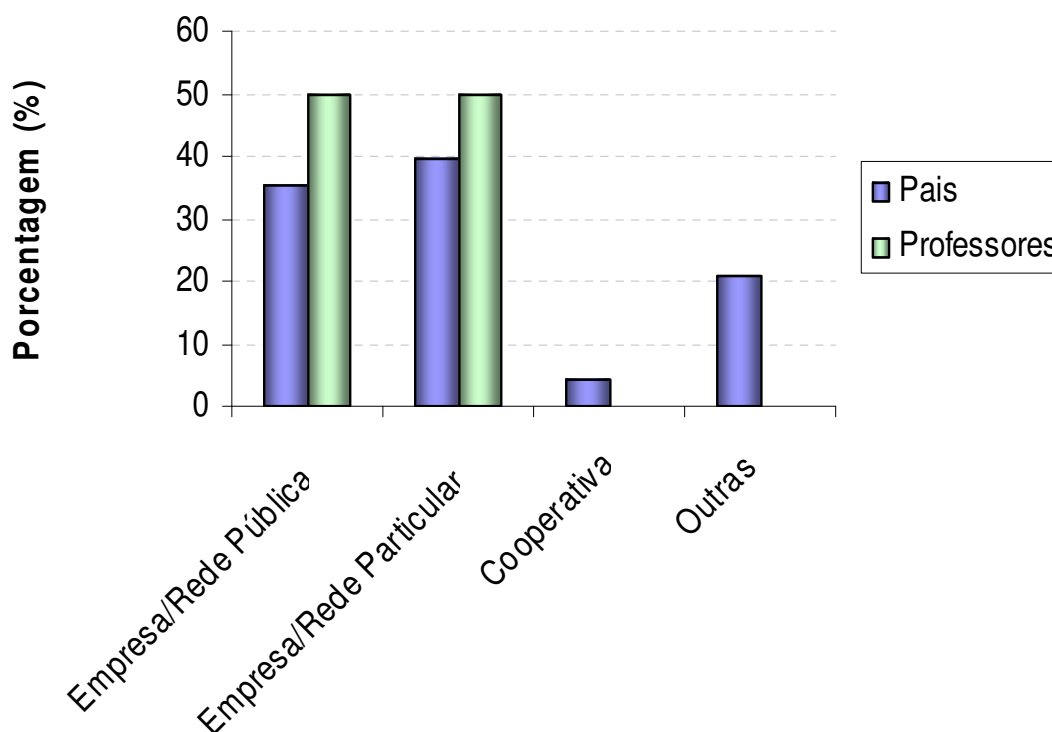


Figura 3: Porcentagem por tipo de instituição onde os pais e professores trabalham.

Dentre os professores 50% trabalham em rede pública e 50% em rede privada. Este dado reflete o cuidado em selecionar a amostragem por conveniência garantindo um número proporcional de participantes que permitisse possíveis relações entre os respondentes desta classe.

Tabela 4: Nível de escolaridade de pais e professores.

Escolaridade	Nível	Pais		Professores	
		N	%	n	%
Fundamental	Completo	4	4,0	--	--
	Incompleto	5	5,0	--	--
	Andamento	0	0,0	--	--
Médio/Magistério	Completo	31	31,0	9	9,0
	Incompleto	6	6,0	1	1,0
	Andamento	0	0,0	1	1,0
Superior	Sim	33	33,0	45	45,0
	Não	0	0,0	1	1,0
	Em andamento	5	5,0	7	7,0
Pós- Graduação Lato Senso	Sim	11	11,0	26	26,0
	Não	0	0,0	0	0,0
	Em andamento	2	2,0	7	7,0
Mestrado	Sim	1	1,0	1	1,0
	Não	1	1,0	0	0,0
	Em andamento	3	3,0	1	1,0
Doutorado	Sim	1	1,0	0	0,0
	Não	0	0,0	0	0,0
	Em andamento	0	0,0	1	1,0

Tabela referente à questão de nº. 6 do instrumento – Assinale qual seu maior nível de escolaridade.

Notou-se maior porcentagem de professores com ensino superior e pós-graduação Lato Sensu. Em contrapartida, a porcentagem de pais foi superior para o ensino fundamental e médio.

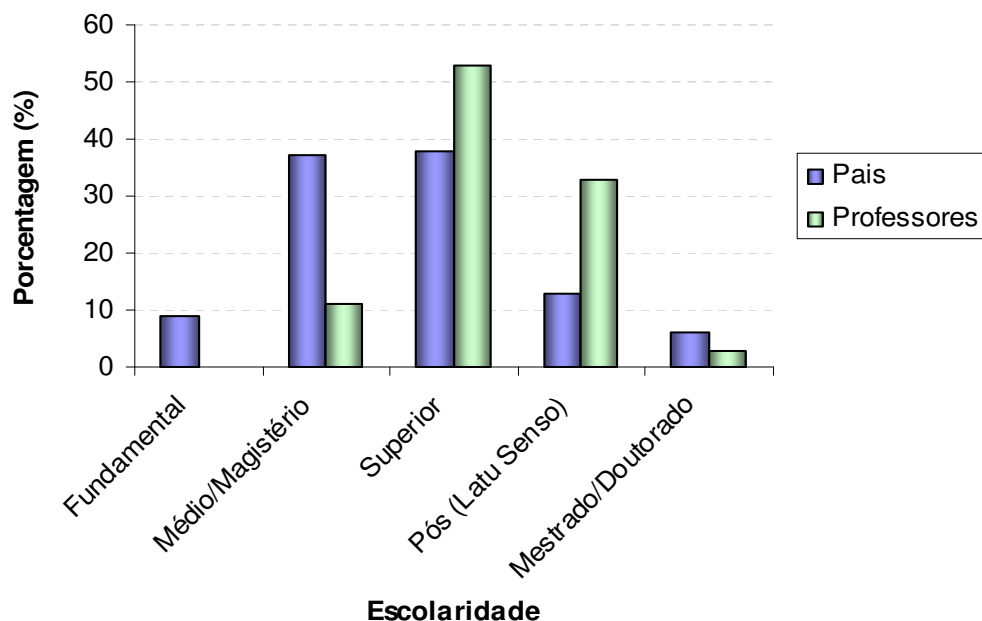


Figura 4: Porcentagem do nível de escolaridade de pais e professores.

Com relação à **questão número 7- Qual a sua profissão?** – observou-se que a maioria dos pais tem empregos na área administrativa de médio e pequeno porte.

Tabela 5: Profissão dos pais.

Trabalha em:	Pais	
	n	%
1=Trabalhos Ocasionais e Informais (Serviços Doméstico Ocasional), Guardador de carros.	9	9,2
2=Ofícios Não-qualificados: Trabalhador da Construção Civil Não-qualificado; Jornaleiro; Serviços Domésticos com Contrato, Cozinheira.	17	17,3
3=Ofícios Qualificados: Comerciante Informal; Taxista; Motorista Profissional.	5	5,1
4=Empregado Administrativo de Médio e Pequeno Porte; Vendedor; Secretária; Chefe de Seção; Técnico Especializado; Professor Primário e Secundário; Profissional de Carreira Técnica; Contador, Analista de Sistemas; Músico; Desenhista; Carreira Militar.	50	51,0
5=Executivo Médio/ Alto Porte (Subgerente; Gerente e Diretor). Profissional Liberal (Médico, Advogado, Arquiteto, Engenheiro, Agrônomo, Dentista etc.) Professor Universitário, Empresários de Médias e Grandes Empresas, profissionais independentes de grande prestígio.	17	17,3

Tabela referente à questão de nº. 7 do instrumento- Qual a sua profissão?

Obs: 2 pais não responderam a questão.

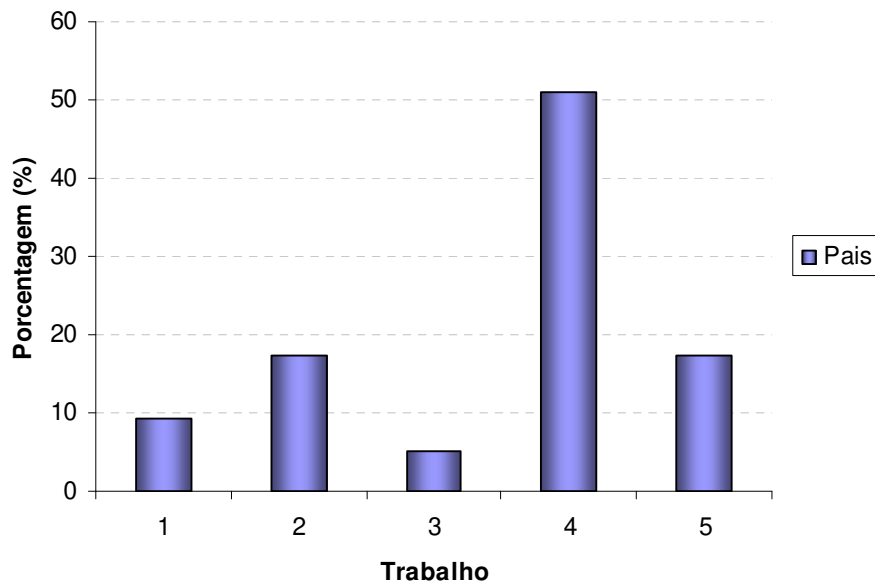


Figura 5: Porcentagem da profissão dos pais.

A porcentagem de executivos de médio/alto porte foi igual a 17,3%, a mesma porcentagem encontrada para ofícios não-qualificados. Trabalhos ocasionais e informais e ofícios qualificados apresentaram as porcentagens mais baixas dentre as categorias formadas. As categorias aqui apresentadas foram adaptadas a partir da classificação do modelo NSE - ESOMAR (World Association of Market Research).

Iniciando as questões sobre a televisão, nota-se que a maioria absoluta da amostra possui TV em casa. Praticamente todos os pais (99%) e todos os professores (95%).

Tabela 6: Número de pais e professores que possuem TV em suas casas.

Você tem televisão em casa?	Pais		Professores	
	N	%	n	%
Sim	99	99,0	95	95,0
Não	1	1,0	5	5,0

Tabela referente à questão de nº. 9 do instrumento- Você tem televisão em sua casa?

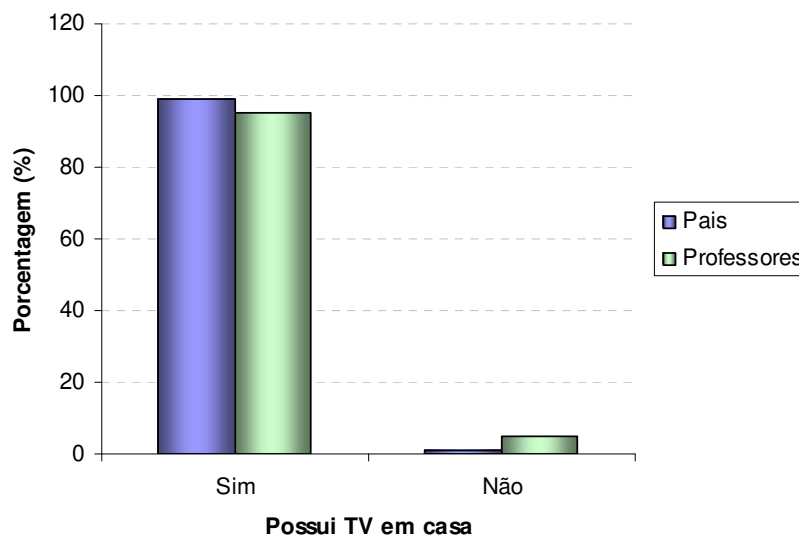


Figura 6: Porcentagem de pais e professores que possuem TV em casa.

Não foi encontrada associação significativa entre pais e professores e a questão “Você tem televisão em sua casa?” (teste exato de Fisher; $p\text{-valor}=0,212$).

AS CATEGORIAS DE PERGUNTAS ABERTAS: CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO.

Para classificar as respostas encontradas nesta questão, foram estabelecidas quatro categorias, sendo que as justificativas mais elementares se encontram na categoria um, seguindo, progressivamente, para as categorias superiores à medida que as respostas dos sujeitos foram mais elaboradas e descritivas.

Na categoria 1: Cabe ressaltar que dos 29 pais, apenas 4 não tinham TV em casa e entre os 15 professores nesta categoria, apenas 1 não tinha TV em sua casa. Os demais pais e professores que se encontravam nesta categoria não responderam à questão.

Na categoria 2: Encontram-se nesta categoria os sujeitos que responderam terem TV em casa por gosto pessoal, destes 13% eram pais e 15% professores.

Na categoria3: Estão os sujeitos que responderam considerarem a TV fonte de informação/comunicação, contudo, mencionaram apenas uma das características, ou seja, 9 pais e 9 professores responderam que a TV é fonte de entretenimento e 7 pais e 12 professores fonte de informação.

Na categoria 4: Estão os sujeitos que apresentaram respostas mais detalhadas reportando-se a todas as funções da TV -Cultura/Aprendizagem e Lazer/ Entretenimento-. A porcentagem de pais que não respondeu a esta questão (29%), foi maior comparada aos professores (15%). Todos estes dados foram organizados na tabela abaixo:

Tabela 7: Razões de ter (ou não) TV em casa.

Você tem televisão em sua casa?	Pais		Professores	
	N	%	n	%
1=Não respondeu ou Não tem TV em casa (Religião).	29	29,0	15	15,0
2=Sim. Por Gosto; Hábito; Rotina ou por Consumo.	13	13,0	15	15,0
3=Sim. Por considerar somente uma das funções da TV (de Entretenimento; de Comunicação ou a Aprendizagem).	18	18,0	32	32,0
4=Sim. Por considerar a TV como Fonte de Informação/Comunicação; Cultura/Aprendizagem e Lazer/ Entretenimento.	40	40,0	38	38,0

Tabela referente à questão de nº. 9 do instrumento- Por quê?

Não foram encontradas diferenças significativas entre pais e professores com relação ao número médio de televisores em casa (teste t de *Student*; p-valor=0,555). A média de televisores foi muito parecida entre pais (2,3) e professores (2,2).

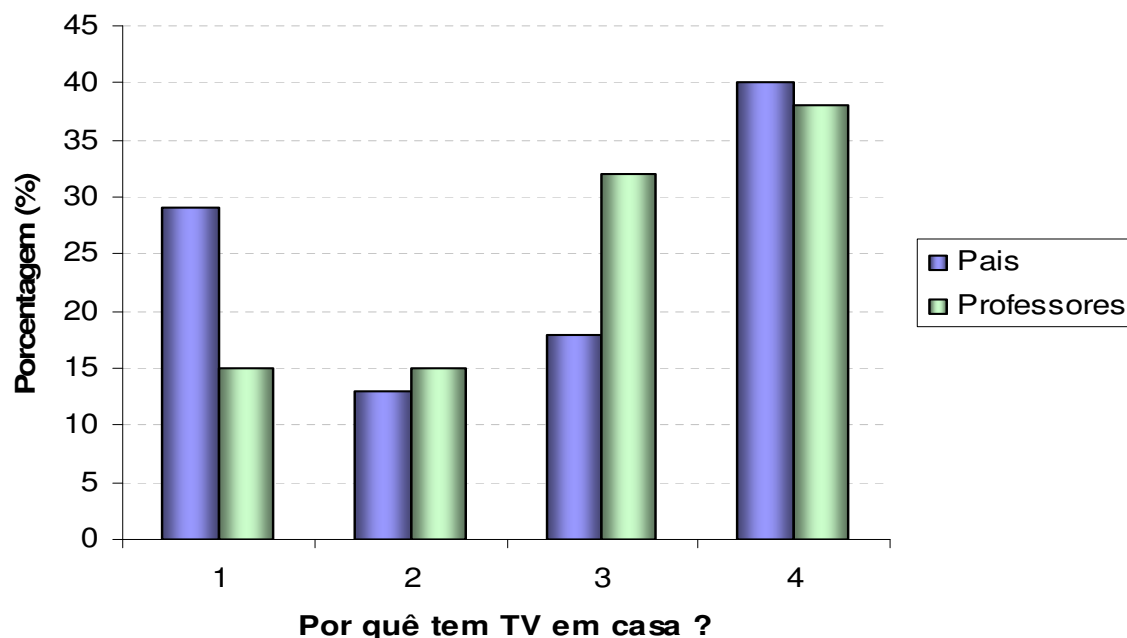


Figura 7: Porcentagem das razões de ter (ou não) TV em casa.

Pode-se constatar que a maioria dos pais e dos professores possui dois televisores em suas casas. Não foi encontrada associação significativa entre pais e professores e a questão “cômodos em que estão os televisores” (Qui-Quadrado; p-valor=0,644).

Tabela 8: Número de aparelhos de TV nas casas dos pais e dos professores.

Quanto televisores você tem em sua casa?	Pais		Professores	
	N	%	N	%
1	24	24,5	27	28,7
2	36	36,7	33	35,1
3	32	32,7	26	27,7
4	2	2,0	7	7,4
5	3	3,1	1	1,1
6	1	1,0	0	0,0

Tabela referente à questão de nº. 10 do instrumento- Quantos televisores você tem em sua casa?

* Obs: 2 pais e 6 professores não responderam a questão.

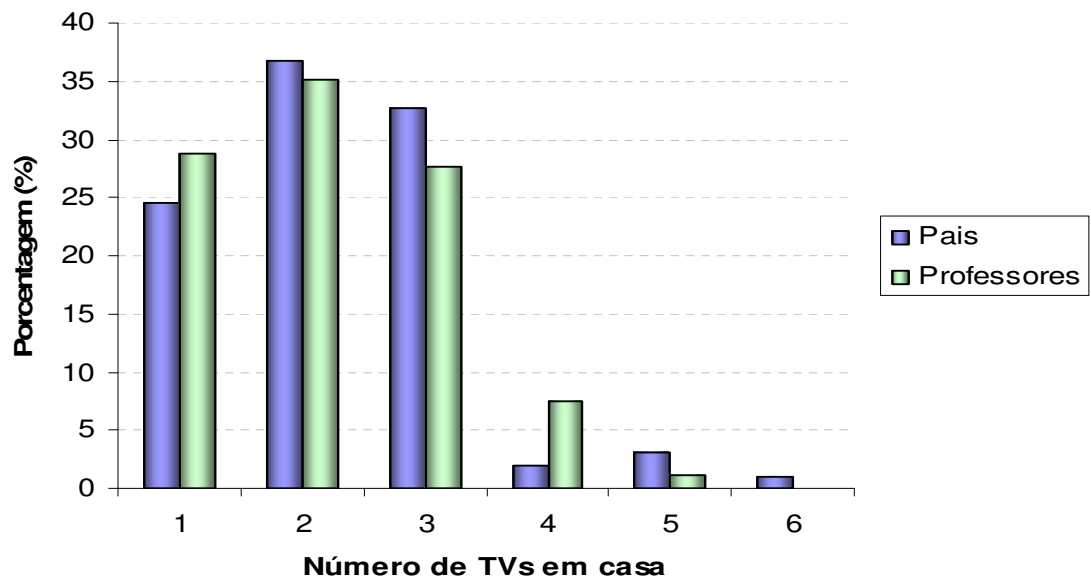


Figura 8: Porcentagem do número de TV nas casas dos pais e professores.

Os dados acima evidenciam que, como mostrado na introdução deste trabalho, a TV encontra-se presente na maioria dos lares brasileiros, independente do nível socioeconômico da família.

Com relação à **questão de número 11 do instrumento**, percebeu-se que:

O cômodo mais citado onde estão as TVs foi a sala de estar/visita, seguido pelos quartos dos pais. A porcentagem de filhos com televisores no próprio quarto foi semelhante, sendo igual a 38% para os pais e 34% para os professores. Gunter e McAller (1997) afirmam que TV no quarto dos filhos, é um dos fatores que dificulta os pais acompanharem o que os filhos assistem na TV.

Tabela 9: Cômodos das casas dos pais e professores em que há televisor.

Assinale o(s) cômodo(s) em que há televisor em sua casa	Pais		Professores	
	N	%	N	%
Sala de visita/estar	66	66,0	70	70,0
Sala de TV	36	36,0	29	29,0
Quarto dos pais	57	57,0	51	51,0
Quarto dos filhos	38	38,0	34	34,0
Cozinha	5	5,0	7	7,0
Outras dependências	17	17,0	9	9,0

Tabela referente à questão de nº. 11 do instrumento- Assinale o(s) cômodo(s) onde há televisor em sua casa. A % foi calculada sobre o total da amostra.

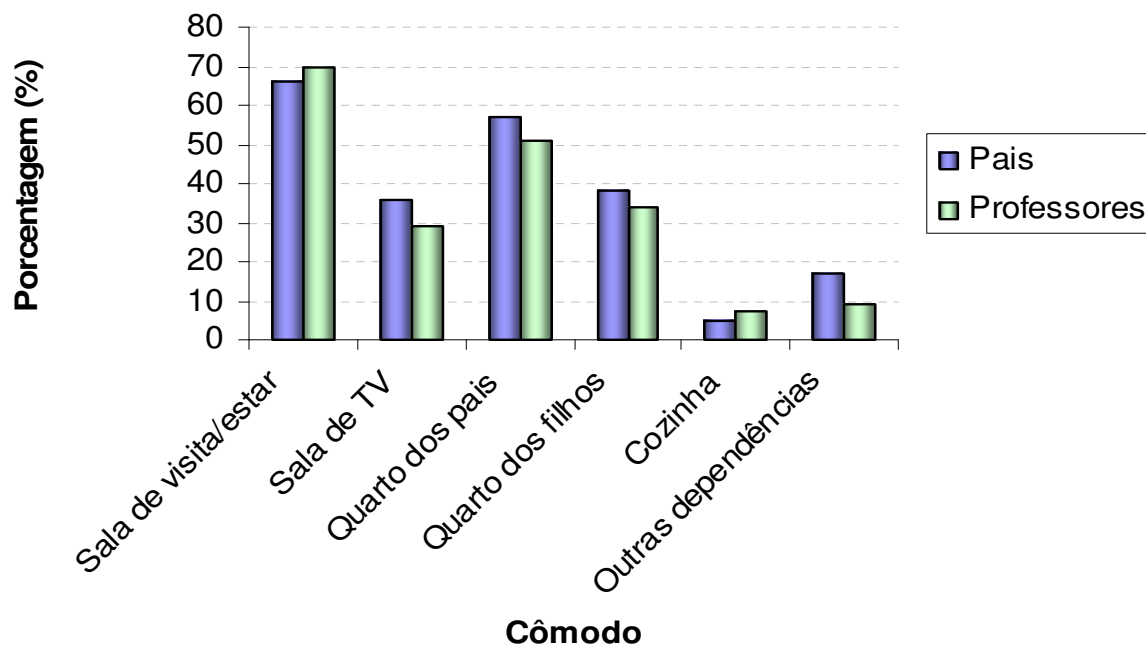


Figura 9: Porcentagem dos cômodos das casas dos pais e dos professores em que há televisor.

De acordo com Rosenberg (2008) muitos pais estão preocupados em entender à TV. “(...) Mas é confortável conviver com a televisão na sala de visitas – ou no quarto- sem refletir demasiadamente sobre o que estão fazendo” (ROSENBERG,2008:11)

Tabela10: Número de pais e professores que assistem (ou não) à TV.

Você assiste à TV?	Pais		Professores	
	N	%	N	%
Sim	98	98,0	92	92,0
Não	2	2,0	8	8,0

Tabela referente à questão de nº. 12 do instrumento- Você assiste à TV?

É necessário lembrar que, mais do que um gosto ,assistir à televisão é um hábito.

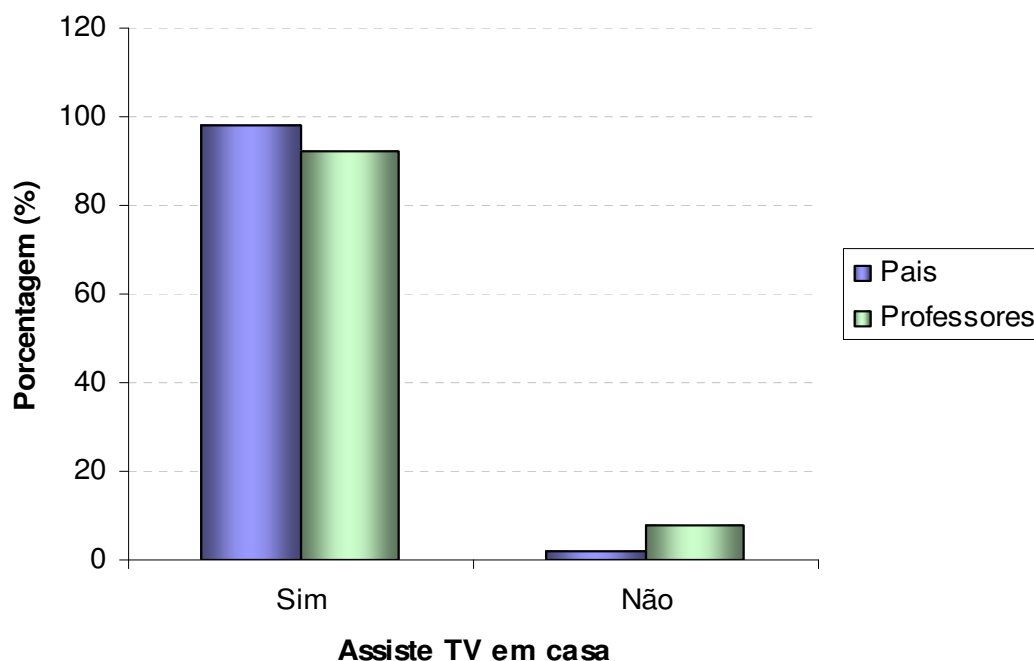


Figura 10: Porcentagem de pais e professores que assistem (ou não) à TV.

A maioria dos pais (98%) e professores (92%) assiste à TV em casa.

Não foi encontrada associação significativa entre pais e professores e a questão “assiste à TV” (teste exato de Fisher; p-valor=0,101).

Tabela11: Razões dos pais e dos professores assistirem à TV.

Você assiste à TV () Sim () Não Por quê?	Pais		Professores	
	n	%	n	%
1= Não respondeu ou Não assiste TV (Religião)	19	19,0	20	20,0
2= Por Gosto; Hábito; Relaxamento/ Distração; por falta de condições econômicas para ter outro lazer.	29	29,0	23	23,0
3= Reportando-se aos tipos de programas que assiste.	16	16,0	13	13,0
4= Como uma possibilidade de Informação/ Atualização, de Aprendizagem/ Cultura e de Lazer/ Entretenimento.	36	36,0	44	44,0

Tabela referente à questão de nº. 12 do instrumento- Você assiste à TV? Por quê?

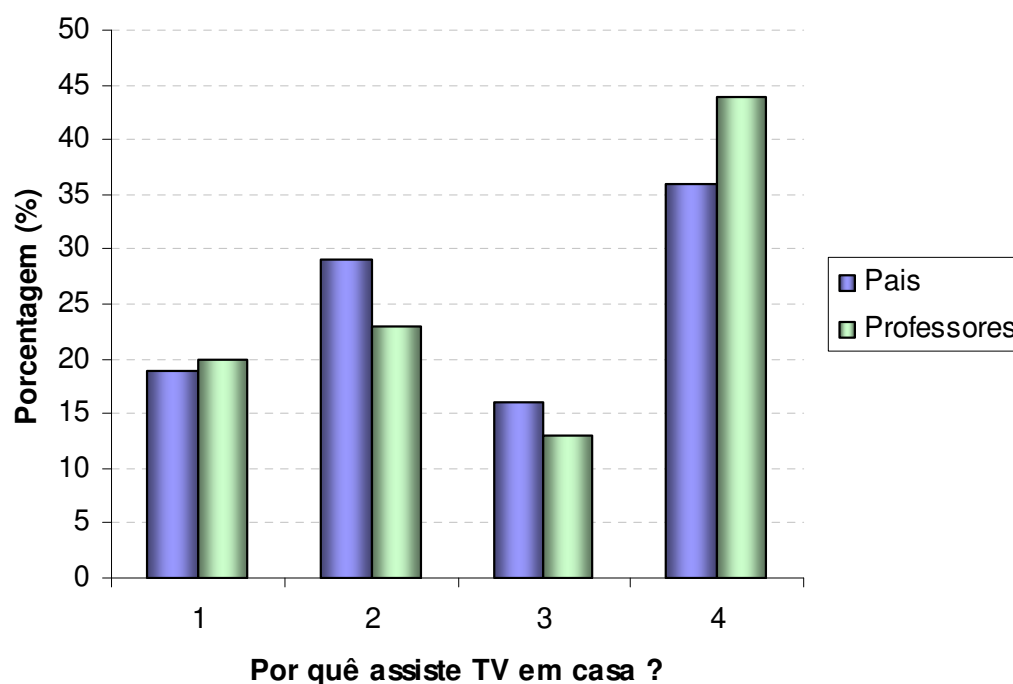


Figura 11: Porcentagem do por que pais e professores assistem à TV.

As razões apresentadas para esta questão foram categorizadas segundo as respostas dos pais e professores considerando que as justificativas mais elementares se encontram na categoria um, seguindo, progressivamente, para categorias superiores quando suas respostas foram mais completas e descritivas.

Na categoria 1: Dos dezenove pais apenas dois não assistem à TV e, entre os vinte professores nesta categoria, seis não assistem à TV. Os demais pais e professores que se encontravam nesta categoria não responderam à questão.

Na categoria 2: Entre os sujeitos que responderam assistirem à TV por gosto pessoal, 29% eram pais e 23% professores.

Na categoria 3: 16% dos pais e 13% dos professores afirmaram assistirem à TV, reportando-se aos tipos de programas assistidos, mencionando suas características.

Na categoria 4: 36% pais e 44% professores afirmaram que assistem à TV como uma possibilidade de Informação/ Atualização, de Aprendizagem/ Cultura e de Lazer/ Entretenimento.

Gunter e McAller (1997) enumeraram algumas justificativas apresentadas pelas crianças americanas, quando questionadas do por que assistiam à TV.

Rosenberger (2008) compilou as justificativas dessa pesquisa, indicando também que as mesmas razões “podem servir” para justificar as respostas dos pais, visto que, em alguns momentos da pesquisa, os pais também interferiram nas respostas das crianças, sendo elas:

- 1) para passar tempo/ hábito;
- 2) escapismo (fuga do dia-a-dia);
- 3) companhia;
- 4) aprender sobre “as coisas”;
- 5) aprender sobre si mesmo;
- 6) por ser tema de conversa;
- 7) por servir de Babá eletrônica;
- 8) pelo prazer da fantasia e
- 9) como estímulo emocional (ajudar a manifestar sentimentos).

Com relação à **questão 13 - Com que frequência você assiste à TV?** -, foi observada associação significativa entre pais e professores e a frequência com que assistem à TV (Qui-Quadrado; p-valor=0,030).

Tabela12: Frequência que pais e professores assistem à TV.

Com que frequência você assiste à TV	Pais		Professores	
	N	%	N	%
Diariamente	72	73,5	6	61,5
Semanalmente	12	12,2	25	27,5
Mensalmente	14	14,3	10	11,0

Obs: 1 professor respondeu que assiste à TV mas não respondeu com que frequência.

Tabela referente à questão de nº. 13 do instrumento - Com que frequência você assiste à TV?

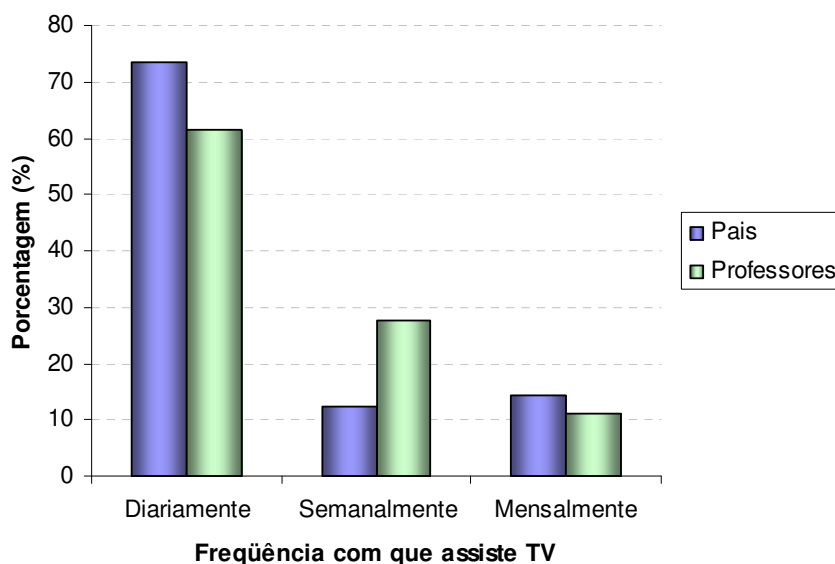


Figura 12: Porcentagem da frequência que pais e professores assistem à TV.

Nota-se que mais pais assistem à TV diariamente. Comparando estes dados aos dos professores, esta diferença não foi significativa. O inverso ocorreu para a frequência semanal. Professores assistem mais à TV do que os pais.

Pode-se perceber que tanto os pais quanto os professores assistem à TV com frequência considerada significativa. Há indícios de os pais assistirem a programas exibidos diariamente e os professores a programas exibidos somente em determinado dia e horário da semana.

Não foram encontradas diferenças significativas com relação ao número de horas que os pais e professores assistem à TV (teste t de *Student*; p-valor=0,427).

Tabela13: Número de horas que pais e professores assistem à TV.

Número de horas que assiste à TV	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Mediana	Máximo
Pais	6,8	12,3	1,0	3,0	60,0
Professores	9,1	25,8	1,0	2,5	200,0

Tabela referente à questão de nº. 13 do instrumento- Com que frequência você assiste à TV?

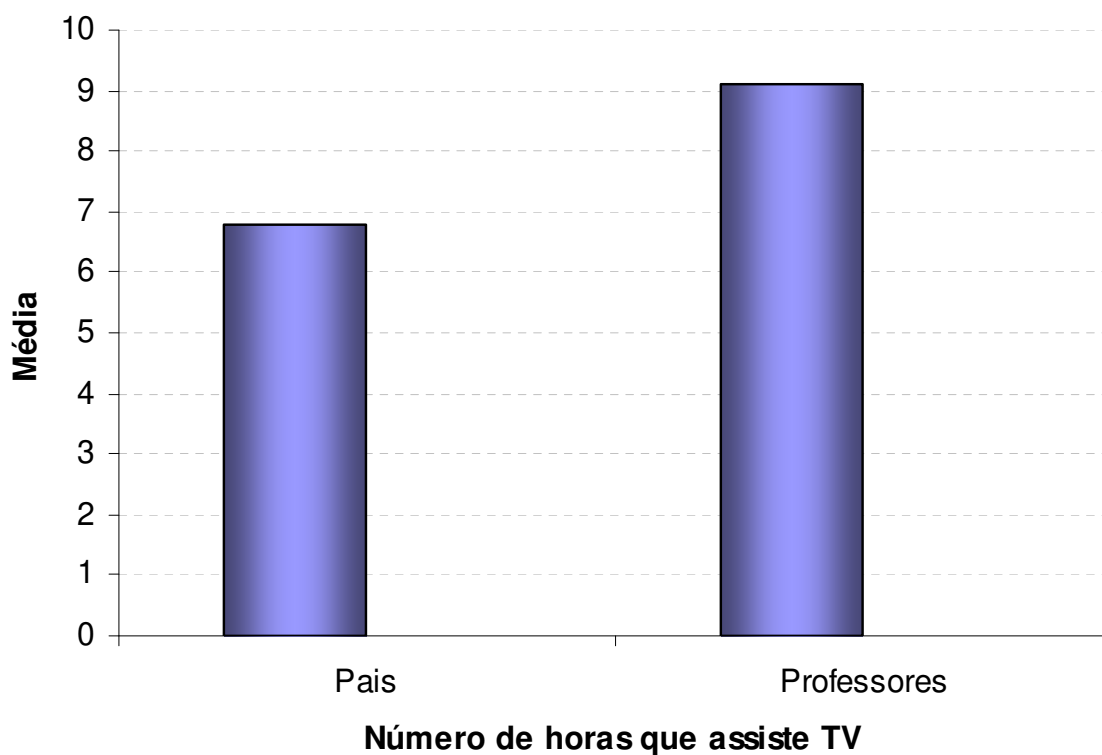


Figura 13: Média de horas que pais e professores assistem à TV.

A média de horas que os pais assistem à TV foi igual a 6,8, sendo o máximo igual a sessenta horas mensal. A média para professores foi igual a 9,1 com o máximo de 200 horas mensais, novamente considerando a hipótese de que os programas semanais tentem a ser mais extensos que os exibidos diariamente.

Como se pode perceber na figura 12, tanto os pais como os professores assistem à TV com uma frequência considerada significativa, este dado pôde contribuir para elevar a média de horas que os professores assistem à TV, considerando a hipótese de que os programas semanais tendem a ser mais extensos que os exibidos diariamente.

Tabela 14: Períodos que os pais e os professores assistem à TV.

Assinale qual(ais) o(s) período(s) você assiste à TV	Pais		Professores	
	N	%	N	%
Manhã	15	15,0	6	6,0
Almoço	9	9,0	7	7,0
Tarde	7	7,0	13	13,0
Jantar	12	12,0	6	6,0
Noite	96	96,0	86	86,0
Madrugada	8	8,0	9	9,0
Outros	0	0,0	3	3,0

Tabela referente à questão de nº14 do instrumento – Assinale qual(ais) período(s) você assiste à TV.

*A % foi calculada sobre o total da amostra. A categoria outros não foi considerada no teste Qui-Quadrado.

Não foi observada associação significativa entre pais e professores e a questão “período em que assistem à TV” (Qui-Quadrado; p-valor=0,220).

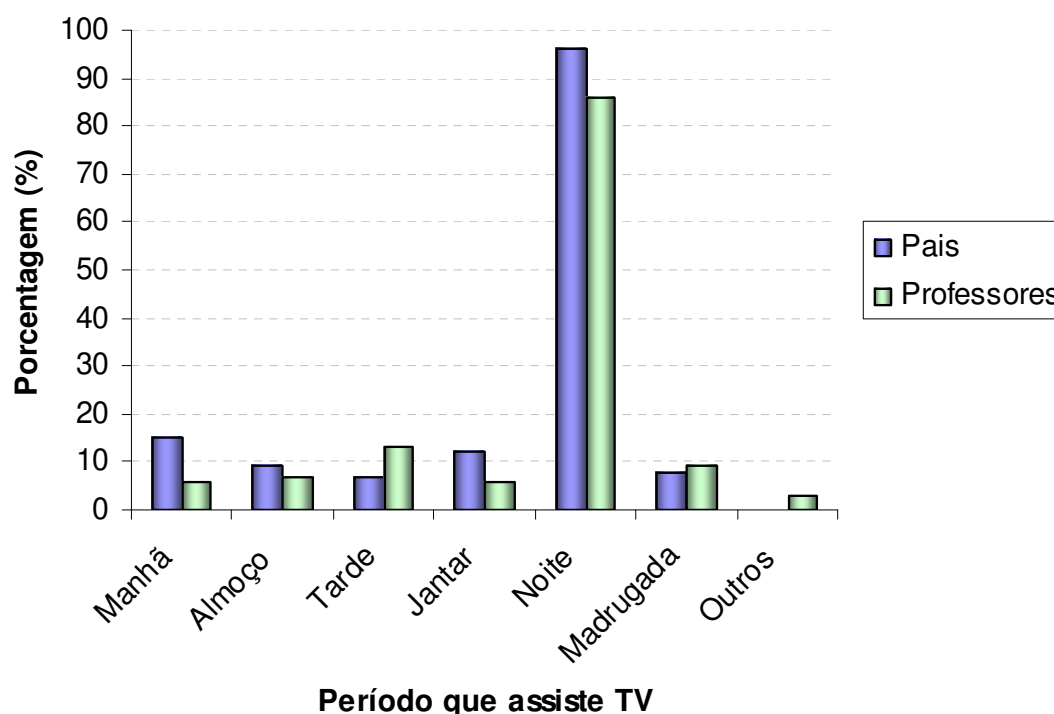


Figura 14: Porcentagem do período que os pais e os professores assistem à TV.

O período mais citado, tanto para os pais como para os professores, foi o período da noite, 96% dos pais e 86% dos professores. Este dado pode ser considerado levando-se em conta que, a maioria dos respondentes - os pais e os professores - trabalham durante o dia.

Com relação ao tipo de programa preferido por pais e professores pode-se observar que a proporção de pais que elegeram o telejornal como programa preferido foi significativamente superior comparada aos professores (teste de 2 proporções; p-valor=0,002).

Tabela 15: Tipo de programa preferido por pais e professores.

Tipo do programa preferido	Pais		Professores	
	N	%	n	%
Documentário/Informativo	27	27,0	35	35,0
Telejornal	59	59,0	37	37,0
Filme/ Seriado	31	31,0	36	36,0
Novela	18	18,0	14	14,0
Desenho Animado	9	9,0	8	8,0
Variedades/Entretenimento	13	13,0	9	9,0
Reality Show/Auditório	1	1,0	0	0,0
Propagandas	5	5,0	--	--
Outros	0	0,0	1	1,0

Tabela referente à questão de nº 15 do instrumento - Assinale o tipo de programa/formato preferido por você, escolhendo apenas umas das alternativas abaixo:

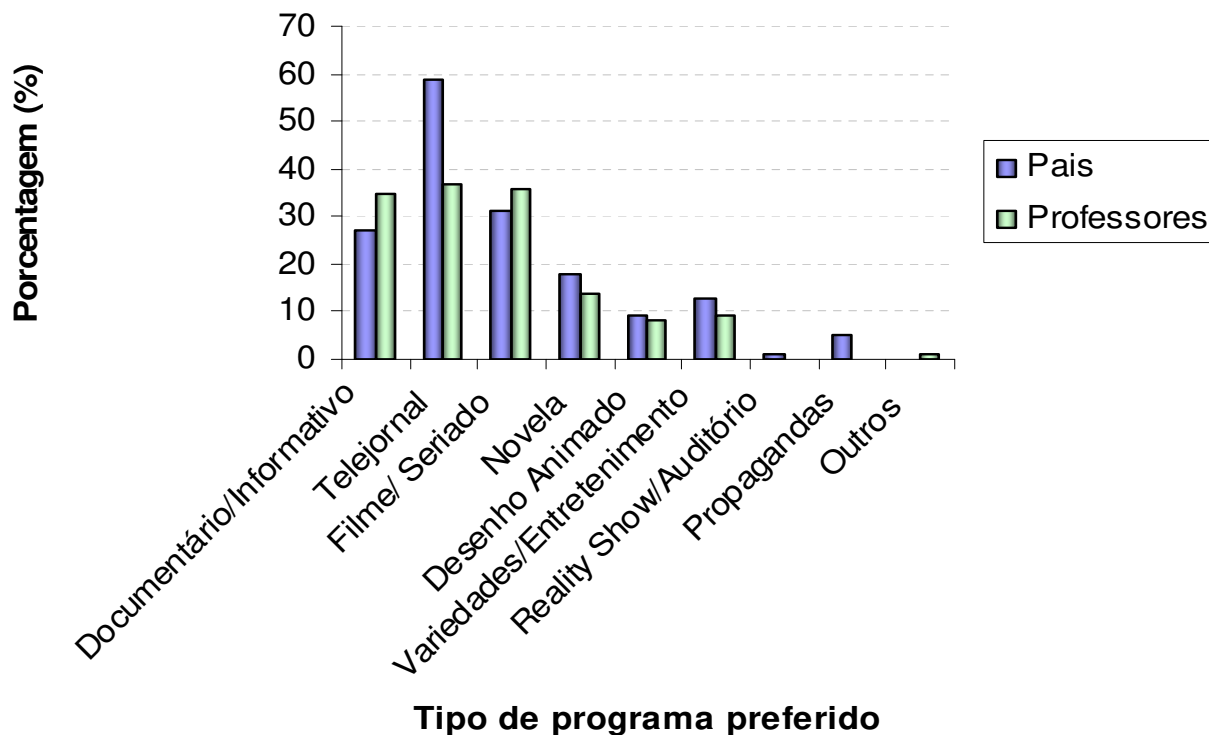


Figura 15: Porcentagem do tipo de programa preferido por pais e professores.

Não foram encontradas diferenças significativas entre a proporção de professores dos demais tipos de programa preferidos. As respostas para *Reality Show*/Auditório, Propagandas e outros não foram comparadas estatisticamente.

Um fato interessante foi constatado quanto ao tipo de televisão mais assistida. Observou-se 38,4% dos pais respondentes que assistiam a programas na TV aberta, a maioria tem como nível de escolarização o Ensino Fundamental (tabela 4 p.68), trabalhando área administrativa em pequenas e médias empresas (categoria 4- p. 69), com filhos estudando em escolas públicas.

Tabela 16: Tipo de televisão mais assistida por pais e professores.

Assinale em qual tipo de TV o seu programa preferido é exibido.	Pais		Professores	
	N	%	N	%
TV aberta	38	38,4	37	39,8
TV paga – por assinatura	42	42,4	34	36,6
Ambas	19	19,2	22	23,7

Tabela referente à questão de nº16 - Qual o tipo de TV mais assistida em sua casa?

Obs: 1 pai/mãe e 7 professores não responderam.

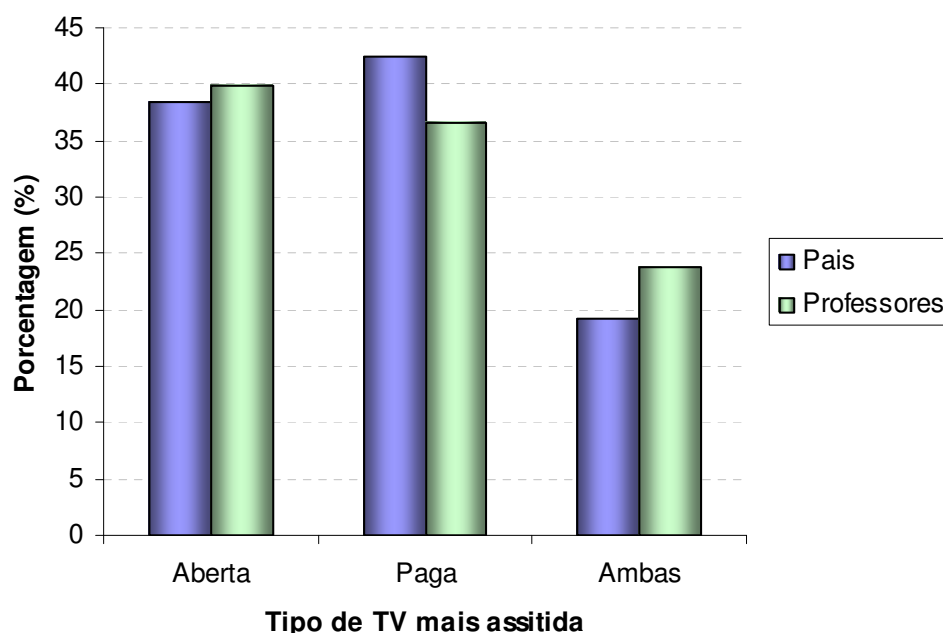


Figura 16: Porcentagem do tipo de TV mais assistida por pais e professores.

A proporção de pais e professores que preferem o programa da TV aberta foi muito similar. Para a TV paga, a porcentagem foi ligeiramente superior para os pais.

Não foi encontrada associação significativa entre pais e professores e a questão sobre o tipo de TV em que o programa preferido é exibido (Qui-Quadrado; p-valor= 0,641).

A questão 17 teve por objetivo conhecer o que pais e professores pensavam a respeito da influência da TV na vida de seus filhos / alunos.

A proporção de respostas dos pais que responderam que a TV não influencia no desenvolvimento ou influencia positivamente no desenvolvimento foi superior comparada às respostas dos professores (teste de duas proporções; p-valores = 0,005 e <0,001, respectivamente).

Tabela 17: A influência (ou não) dos conteúdos televisivos sobre as crianças.

Que tipo de influência os conteúdos televisivos exercem no desenvolvimento de seu(s) filho(s)/alunos ?	Pais		Professores	
	N	%	n	%
A TV não influencia o desenvolvimento de meu(s) filho(s)/alunos	12	12,1	2	2,0
A TV influencia o desenvolvimento de meu(s) filho(s)/alunos positivamente	12	12,1	0	0,0
A TV influencia o desenvolvimento de meu(s) filho(s)/alunos negativamente	0	0,0	10	10,0
Dependendo do conteúdo assistido, a TV influencia tanto positiva como negativamente o desenvolvimento de meu(s) filho(s)/alunos	75	75,8	88	88,0

Tabela referente à questão de nº17 do instrumento pais e a questão 22 – Que tipo de influência os conteúdos televisivos exercem no desenvolvimento de seus filhos/alunos?

*Obs: 1 pai/mãe não respondeu

A proporção de respostas dos pais que responderam que a TV influencia negativamente no desenvolvimento foi inferior comparada às respostas dos professores (teste de duas proporções; p-valor=0,001).

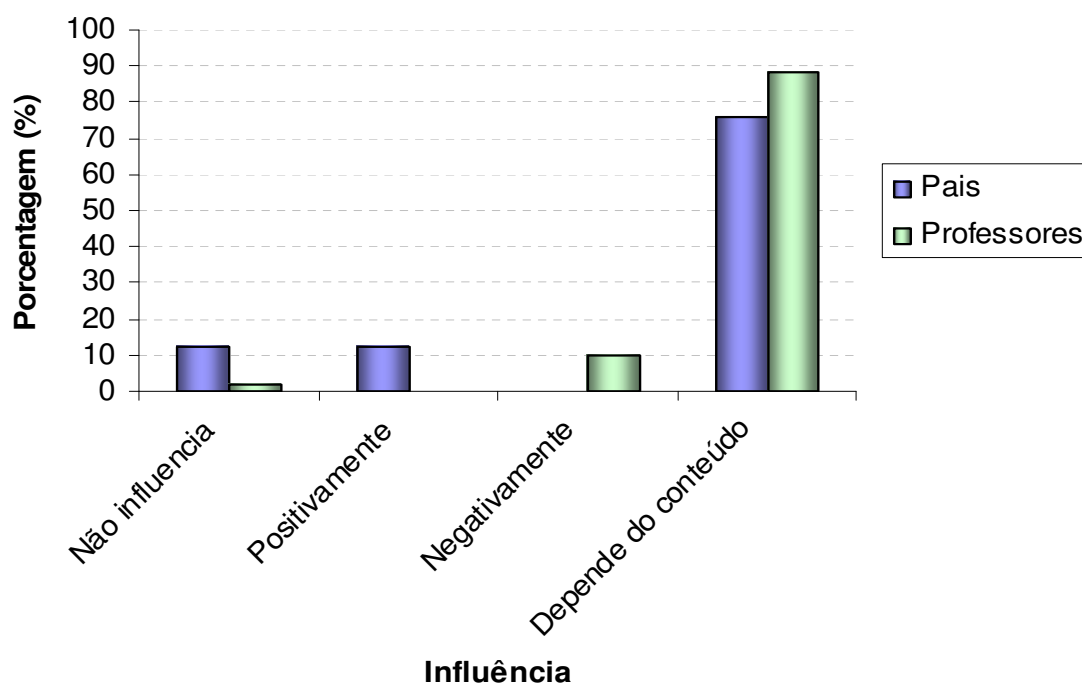


Figura 17: Porcentagem do tipo de influência (ou não) dos conteúdos televisivos sobre as crianças.

Apesar das diferenças significativas observadas, deve-se considerar que a grande maioria das respostas refere-se à dependência do conteúdo assistido, podendo influenciar positiva ou negativamente no desenvolvimento dos filhos.

Não foi observada associação significativa entre pais e professores e a questão “Já ouviu falar em classificação indicativa dos conteúdos de TV?” (teste exato de Fisher; p-valor=0,357).

Como discutido no primeiro capítulo, “o fato é que os programas de televisão podem ser tanto nocivos quanto ao desenvolvimento da criança como também uma influência positiva” (ROSENBERG, 2008:27).

Os pais (75,8%) bem como os professores (88%) evidenciaram em suas respostas uma compreensão deste fato.

Um dado interessante foi observado com relação aos pais e professores que acreditam que os conteúdos televisivos influenciam negativamente as crianças, é que muitos

professores atrelam comportamentos inadequados à permissividade dos pais ao permitir que as crianças assistam a qualquer tipo de programa.

Respostas como estas foram observadas quando os professores elencaram as maiores dificuldades encontradas por eles ao trabalharem nas escolas as questões referentes à educação para a mídia (segunda parte do questionário de professores - tabela 75).

4.3.2 Bloco 2:

Neste bloco buscou-se agrupar as questões referentes ao conhecimento que pais e professores apresentaram sobre as questões que envolvem a concepção da família, escola e Estado- quanto a Classificação Indicativa e demais questões relacionadas diretamente à educação para a mídia televisiva.

Como observado na tabela abaixo, 87% dos pais e 91,9%, dos professores ouviram falar da classificação indicativa nos conteúdos exibidos na TV.

Tabela 18: Número de pais e professores que já ouviram falar sobre a Classificação Indicativa na televisão.

Você já ouviu falar sobre a Classificação Indicativa dos conteúdos exibidos na TV?	Pais		Professores	
	N	%	N	%
Sim	87	87,0	91	91,9
Não	13	13,0	8	8,1

Tabela referente à questão de nº18 – Você já ouviu falar sobre a Classificação Indicativa dos conteúdos exibidos na TV?

*Obs: 1 professor não respondeu

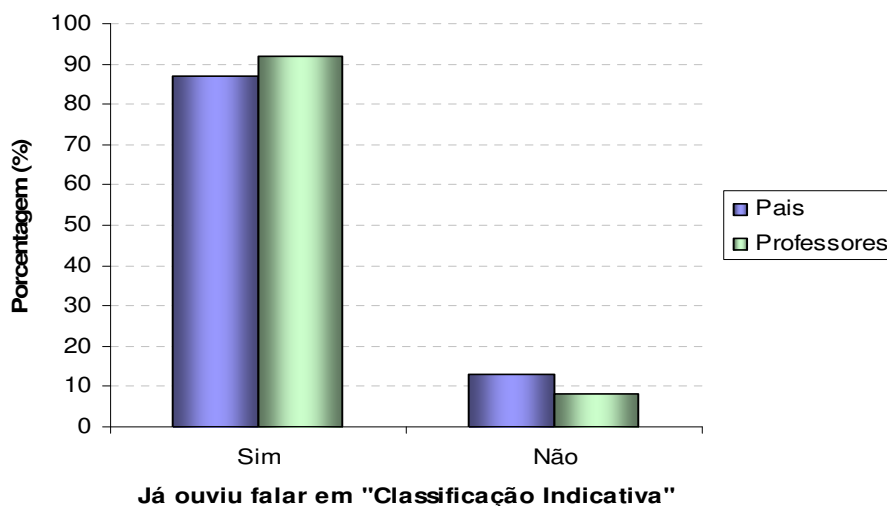


Figura 18: Porcentagem de pais e professores que já ouviram falar sobre a Classificação Indicativa na televisão.

Percebeu-se que 87% dos pais e 91,9% dos professores, já ouviram falar sobre a Classificação Indicativa, contudo, discutir este dado isoladamente não faz sentido. As questões posteriores dimensionarão melhor esta informação sobre a Classificação Indicativa.

Tabela 19: O que pais e professores sabem sobre a Classificação Indicativa no Brasil.

O que você sabe sobre classificação indicativa no Brasil?	Pais		Professores	
	n	%	n	%
1 =Não respondeu ou não conhece a Classificação Indicativa	11	12,6	16	17,4
2 =Apresenta Concepção Equivocada sobre a Classificação Indicativa ou Reporta-se à Valoração de sua eficácia (Boa, Ruim; Média etc.)	24	27,6	28	30,4
3 =Reporta-se à Indicação da Faixa-Etária adequada para os conteúdos dos programas exibidos na TV.	38	43,7	33	35,9
4 =Compreende como Fonte de Informação/Orientação às pessoas, concebendo-a como o Meio Legal de proteger a criança e o adolescente de programas inadequados segundo suas idades.	14	16,1	15	16,3

Tabela referente à questão de nº19 – O que você sabe sobre a Classificação indicativa no Brasil?

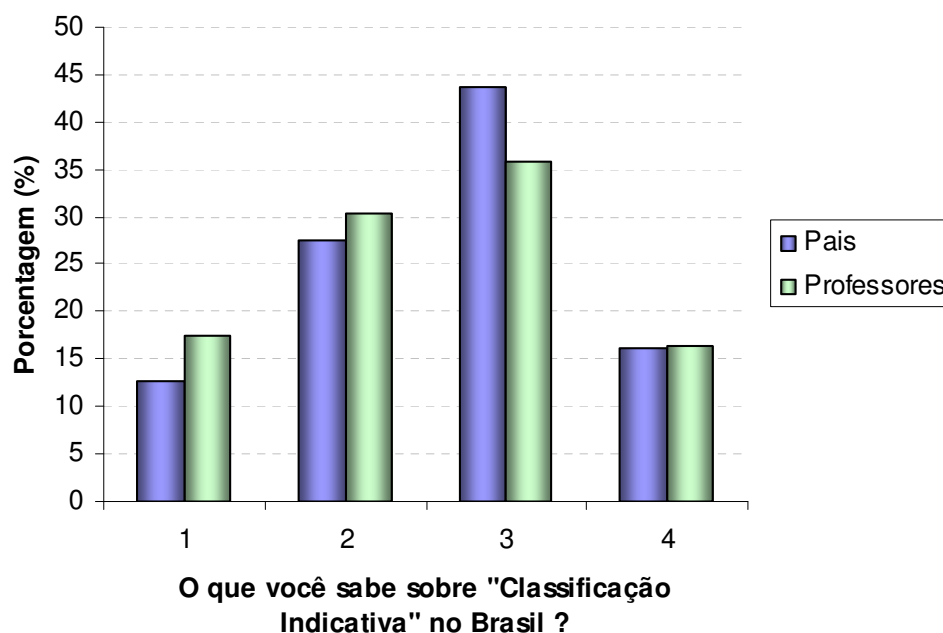


Figura 19: Porcentagem do que pais e professores sabem sobre a Classificação Indicativa no Brasil.

Não foi observada associação significativa entre pais e professores e a questão “o que você sabe sobre classificação indicativa no Brasil” (Qui-Quadrado; p -valor=0,686).

As razões apresentadas pelos pais e professores para esta questão, foram categorizadas e as justificativas mais elementares se encontram na categoria 1, seguindo, progressivamente, para categorias superiores quando suas respostas foram mais completas e descritivas.

Na categoria 1: Dos 11 pais 8 não conhecem a Classificação Indicativa e dos 16 professores, 10 deles também não sabem nada sobre a Classificação Indicativa. Os demais pais e professores que se encontravam nesta categoria não responderam à questão.

Na categoria 2: Dos 24 pais 14 reportaram-se à valoração “positiva” de sua eficácia e, apenas 5 como “ruim”. 5 pais responderam de forma equivocada, por exemplo, “*são os programas que vão passar na TV naquele dia.*” (Pai 36)

Dos 28 professores 9 não responderam e 10 responderam de forma valorativa, sendo 7 “boa” e 3 “ruim”. 9 professores apresentaram concepção equivocada sobre a Classificação Indicativa. Ex: “*Serve para indicar o horário daquilo que vai passar como o filme, novela, enfim aquilo que você quer assistir ou gravar*” (Educador25).

Na categoria 3: Cerca de 43,7% dos pais e 35,9% dos professores remeteram-se à indicação da faixa-etária adequada para os conteúdos dos programas exibidos na TV.

Na categoria 4: Os respondentes 16,1% dos pais e 16,3% dos professores compreenderam como fonte de Informação/Orientação às pessoas, concebendo-a como o Meio Legal de proteger a criança e o adolescente de programas inadequados segundo suas idades.

Esses dados indicaram que 52,2% dos professores e 59,85% dos pais conheciam e sabiam explicar o que significava a Classificação Indicativa no Brasil, embora, apenas 16,3% dos professores e, 16,1% dos pais a legitimaram com forma de proteção da criança a conteúdos inapropriados.

Tabela 20: Grau de importância que pais e professores atribuem à Classificação Indicativa na TV.

Grau de importância da Classificação Indicativa:	Pais		Professores	
	N	%	n	%
Muita importância	67	77,0	70	76,9
Pouca Importância	18	20,7	14	15,4
Nenhuma importância	2	2,3	7	7,7

Tabela referente à questão de nº20 - Que Grau de importância que pais e professores atribuem à Classificação Indicativa na TV como meio legal de possibilitar que nossas crianças e adolescentes se defendam de conteúdos televisivos inadequados? Por quê?

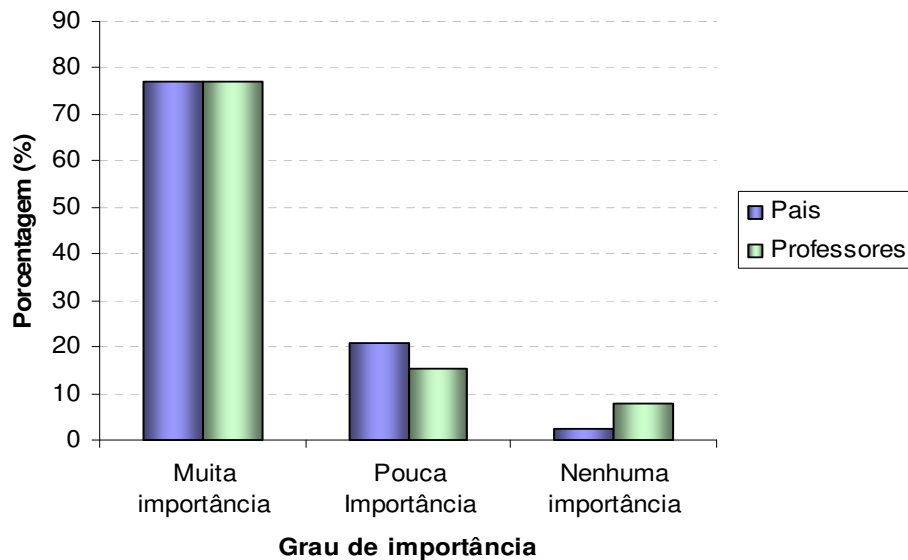


Figura 20: Porcentagem do grau de importância que pais e professores atribuem à Classificação Indicativa na TV.

Não foi observada associação significativa entre pais e professores e o grau de importância da classificação indicativa (Qui-Quadrado; p-valor=0,196).

Tabela 21: Justificativas de pais e professores sobre o grau de importância que atribuem à Classificação Indicativa na TV.

Que grau de importância você atribui à Classificação Indicativa na TV como meio legal de possibilitar que nossas crianças e adolescentes se defendam de conteúdos televisivos inadequados? Por quê?	Pais		Professores	
	N	%	N	%
1 =Não respondeu ou Não tem conhecimento da Classificação Indicativa	15	17,2	9	9,9
2 =Não atribuem importância à Classificação Indicativa por considerá-la ineficaz, manipuladora ou como uma medida de censura.	4	4,6	6	6,6
3 =Atribuem pouca importância à Classificação Indicativa por acreditar que os pais têm pouco ou nenhum controle sobre o que os filhos assistem na TV quando estão sozinhos.	13	14,9	11	12,1
4 =Atribuem muita importância à Classificação Indicativa por acreditar ser um meio de alertar/ajudar aos pais a perceber o conteúdo dos programas que estão permitindo a seus filhos assistirem.	55	63,2	65	71,4

Tabela referente à questão de nº20 – Por quê?

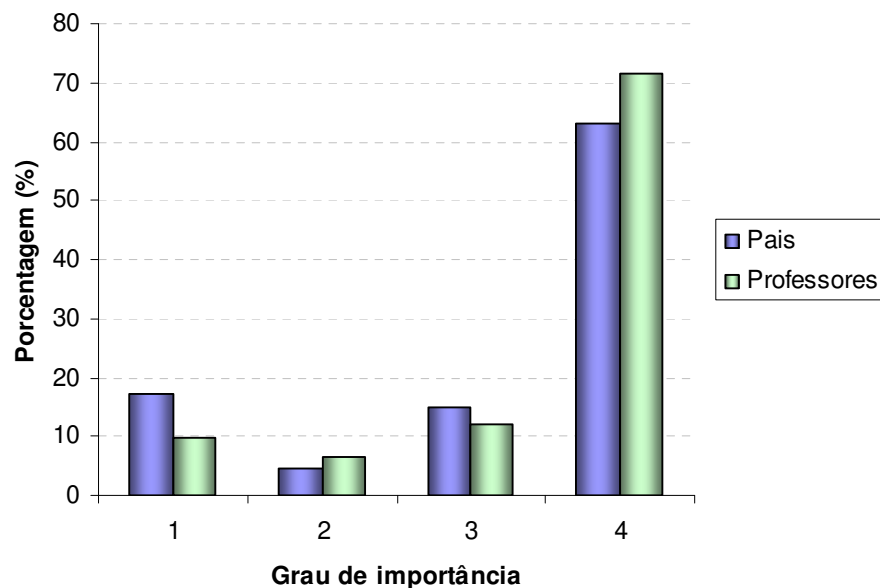


Figura 21: Porcentagem de respostas dadas por pais e professores sobre o grau de importância que atribuem à Classificação Indicativa na TV.

As razões apresentadas para esta questão, foram categorizadas segundo as respostas dos pais e professores considerando que as justificativas mais elementares se encontram na categoria 1, seguindo, progressivamente, para categorias superiores à medida que suas respostas foram mais completas e descritivas.

Categoria 1. Dos 15 pais 4 não responderam e 11 não tinham conhecimento da Classificação Indicativa. Dos 9 professores 4 não responderam e 5 professores não tinham conhecimento da Classificação Indicativa.

Categoria 2. Observou-se que 4 pais e 6 professores não atribuíram importância à Classificação Indicativa por considerá-la ineficaz, manipuladora ou como uma medida de censura. Nesta respostas percebeu-se que ainda confundem a função da Classificação Indicativa, demonstrando não compreender que ela apenas indica, orienta e que, portanto, a tomada de decisão cabe aos pais.

Categoria 3. Dos respondentes, 13 pais e 11 professores atribuíram pouca importância à Classificação Indicativa, justificando que os pais têm pouco ou nenhum controle sobre o que os filhos assistem na TV quando estão sozinhos.

É possível inferir aqui, a relação destas famílias com os filhos. Se os valores da família são claros aos adolescentes estes terão maior chance de legitimá-los e, portanto, segui-los mesmo na ausência física dos pais.

Categoria 4. Observou-se que 55 pais e 65 professores atribuíram muita importância à Classificação Indicativa por perceberem os conteúdos dos programas que estão permitindo filhos assistirem, chamando a atenção à responsabilidade da família nesta questão.

Tabela 22: Como pais e professores tomaram conhecimento sobre a Classificação Indicativa na TV.

Como tomou conhecimento da classificação indicativa na TV?	Pais		Professores	
	N	%	n	%
Internet	7	7,8	17	13,9
Jornais	10	11,1	18	14,8
Revistas	0	0,0	9	7,4
Televisão	66	73,3	66	54,1
Rádio	0	0,0	2	1,6
Escola	2	2,2	4	3,3
Amigos	2	2,2	5	4,1
Outros	3	3,3	1	0,8

Tabela referente à questão de nº 21 - Assinale como você tomou conhecimento da Classificação Indicativa no Brasil.

*Obs: 10 pais e 7 professores não responderam.

A grande maioria tomou conhecimento da classificação indicativa por meio da própria televisão e, também, já assistiu a algum programa com classificação indicativa.

Observa-se que os pais e professores desta pesquisa não tiveram informação por parte do Ministério da Justiça, como por exemplo, um folheto explicativo. O que conhecem foi por notas de Jornais, páginas da Internet, rádio, amigos e outros.

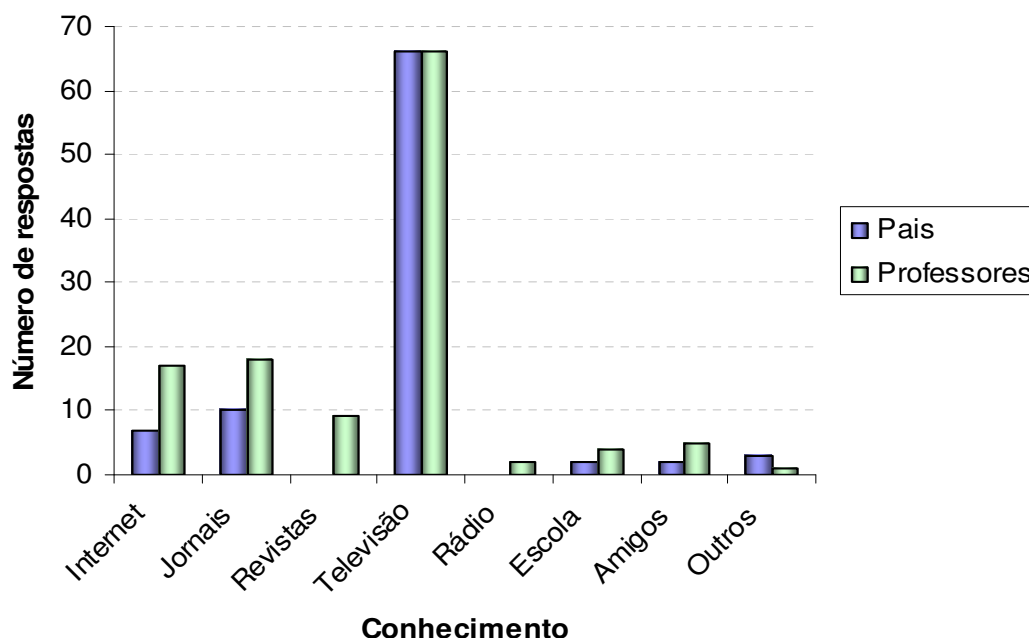


Figura 22: Número de respostas de pais e professores de como tomaram conhecimento sobre a Classificação Indicativa na TV.

Considerando as respostas dadas, acredita-se que os pais e os professores tomaram conhecimento pela própria TV, em virtude da própria imagem veiculada (símbolo) na programação e não por campanhas publicitárias.

Com relação à questão 22 não foi encontrada associação significativa entre pais e professores e a questão “já assistiu a algum programa com classificação indicativa” (teste exato de Fisher; p-valor=0,357).

Tabela 23: Número de pais e professores que já assistiram a algum programa televisivo com Classificação Indicativa.

Você já assistiu a algum programa com classificação indicativa ?	Pais		Professores	
	N	%	N	%
Sim	86	95,6	89	94,7
Não	4	4,4	5	5,3

Tabela referente à questão de nº22 – *Obs: 10 pais e 6 professores não responderam.

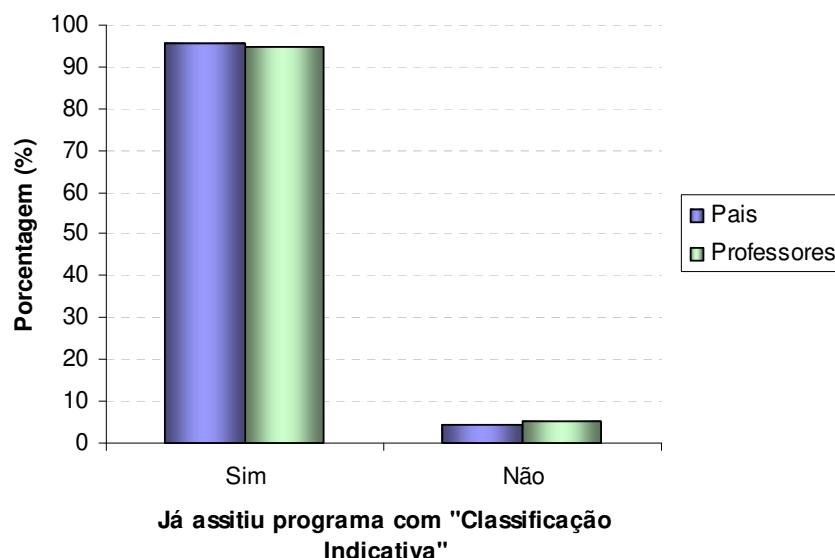


Figura 23: Porcentagem de pais e professores que tenham assistido a algum programa televisivo com Classificação Indicativa.

Observa-se neste gráfico que 95,6% dos pais e, 94,7% dos professores, já observaram a Classificação Indicativa na TV. Enquanto que 4,4% dos pais e 5,3% dos professores não “perceberam os símbolos” da Classificação Indicativa na TV.

Com relação à questão 23, notou-se que nenhum dos pais e dos professores respondentes, não observaram nos programas assistidos a apresentação da Classificação Indicativa.

Tabela 24: Momento em que pais e professores, ao assistirem um programa televisivo, notaram a Classificação Indicativa.

Em qual(ais) momento(s) do programa assistido você percebeu a(s) apresentação(ões) da <i>Classificação Indicativa</i> ?	Pais		Professores	
	N	%	n	%
Antes da exibição do programa	72	82,8	67	74,4
Durante a exibição do programa	13	14,9	14	15,6
Ao retornar do intervalo comercial	0	0,0	7	7,8
Outros:	2	2,3	2	2,2

Tabela referente à questão de nº 23 - Em qual(is) momento(s) do programa assistido você percebeu a(s) apresentação(ões) da *Classificação Indicativa*?

Obs: 13 pais e 10 professores não responderam.

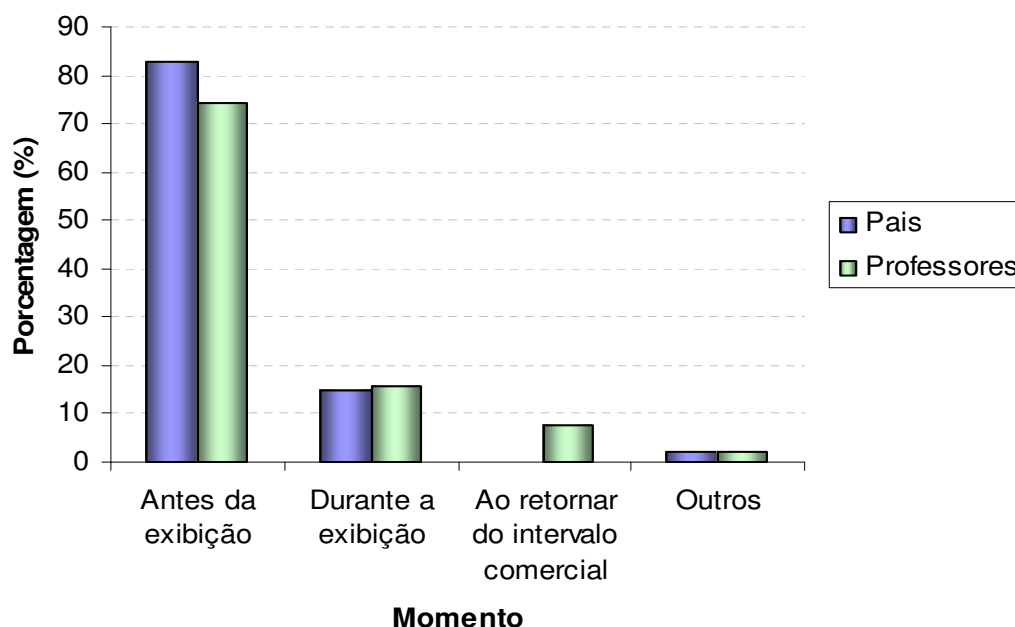


Figura 24: Porcentagem dos momentos da programação que pais e professores notaram a Classificação Indicativa.

Na figura acima, pôde-se notar que 82% dos pais e, 74,4% de professores responderam que notaram a Classificação Indicativa antes da exibição do programa. Sendo similar a diferença entre pais e professores para esta questão, percebeu-se a discrepância com relação aos demais momentos.

Tabela 25: Pais e professores que observaram a Classificação Indicativa em outros materiais videográficos.

Você já observou a <i>Classificação Indicativa</i> em outros materiais <i>videográficos</i> como, por exemplo, DVD, Jogos etc.	Pais		Professores	
	N	%	n	%
Sim	68	70,1	55	58,5
Não	29	29,9	39	41,5

Tabela referente à questão de nº 24 - Você já observou a *Classificação Indicativa* em outros materiais *videográficos* como, por exemplo, DVD, Jogos etc.

*Obs: 3 pais e 6 professores não responderam.

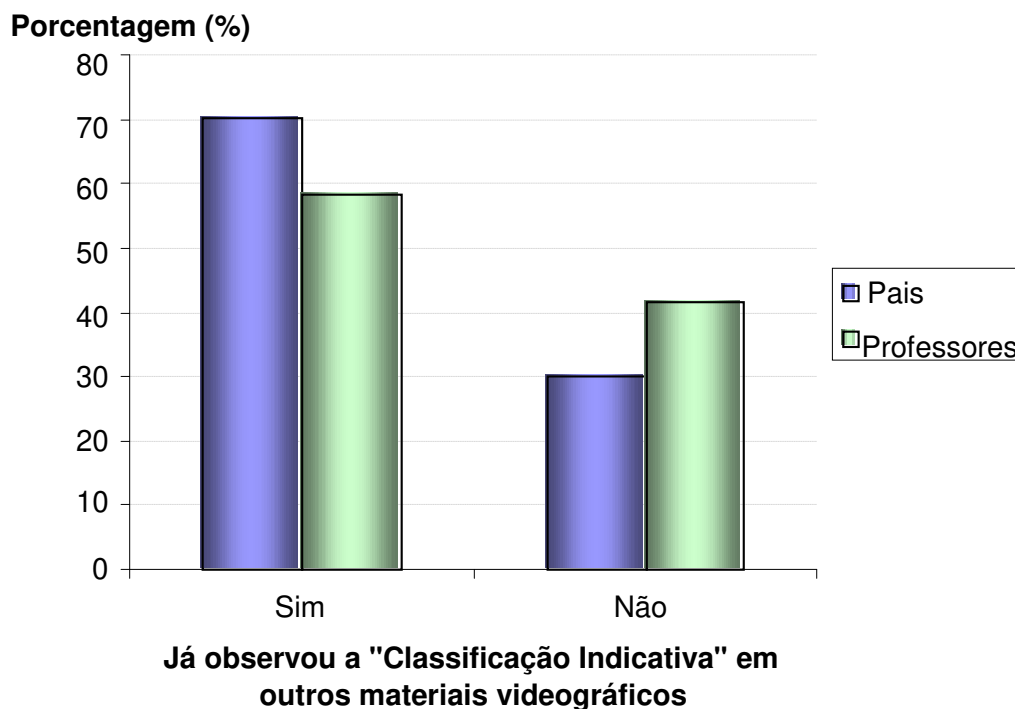


Figura 25: Porcentagem de pais e professores que já observaram a Classificação Indicativa em outros materiais videográficos.

Não foi observada associação significativa entre pais e professores e a questão sobre os materiais videográficos (teste exato de Fisher; $p\text{-valor}=0,099$).

Cabe ressaltar que apesar de não haver associação significativa entre pais e professores e a questão sobre os materiais videográficos, 29,9% dos pais e 41,5% dos professores afirmaram em suas repostas, não saber que a classificação indicativa se aplica a outros conteúdos audiovisuais.

Chama a atenção aqui, o número expressivo de professores, que desconhece estas informações, evidenciando o quanto não estão informados sobre a Classificação Indicativa no Brasil.

Tabela 26: Como pais e professores avaliam o papel do Governo frente aos conteúdos televisivos exibidos na TV.

Como você avalia o papel do GOVERNO frente aos conteúdos televisivos exibidos na TV?	Pais		Professores	
	N	%	n	%
1=Não respondeu ou Não Soube Avaliar o Papel do Governo frente aos conteúdos televisivos exibidos na TV.	20	20,2	8	8,0
2=Avalia o Papel do Governo frente aos conteúdos televisivos atribuindo-lhe funções de outras instituições (Família, Emissoras de TV) ou unicamente julgando seu papel (Bom; Ruim; Médio).	36	36,4	31	31,0
3=Avalia que o Governo atua de Forma Ineficiente, mostrando-se pouco interessado em promover ações que visam melhorar a qualidade da TV no Brasil.	31	31,3	33	33,0
4=Avalia que o Governo está tomando as medidas cabíveis, dentro de suas possibilidades, para melhorar a qualidade na TV no Brasil no intuito de assegurar os direitos às crianças e adolescentes.	12	12,1	28	28,0

Tabela referente à questão de nº 25 - Como você avalia o papel do GOVERNO frente aos conteúdos televisivos exibidos na TV?

*Obs: 1 pai/mãe não respondeu.

As razões apresentadas para esta questão foram assim categorizadas:

Categoria 1. Dos 20 pais 13 não responderam e dos 8 professores somente 1 não respondeu. Todos os demais afirmaram não saber avaliar o papel do Governo frente aos conteúdos televisivos exibidos na TV. A porcentagem de pais que não responderam ou não souberam responder foi significativamente maior comparado aos professores.

Categoria 2. Cerca de 36,4% dos pais e 31% dos professores avalia o Papel do Governo frente aos conteúdos televisivos atribuindo-lhe funções de outras instituições (Família, Emissoras de TV) A maioria tanto dos pais como dos professores avaliaram unicamente julgando seu papel (como Bom; Ruim; Médio).

Categoria 3. Nesta categoria 31,3% dos pais e 33% dos professores avaliaram que o Governo atua de forma ineficiente, mostrando-se pouco interessado em promover ações que visam melhorar a qualidade da TV no Brasil.

Categoria 4. Com relação às respostas encontradas, 12,1% dos pais e 28% dos professores avaliaram que o Governo está tomando as medidas cabíveis, dentro de suas possibilidades, para melhorar a qualidade na TV no Brasil no intuito de assegurar os direitos às crianças e adolescentes.

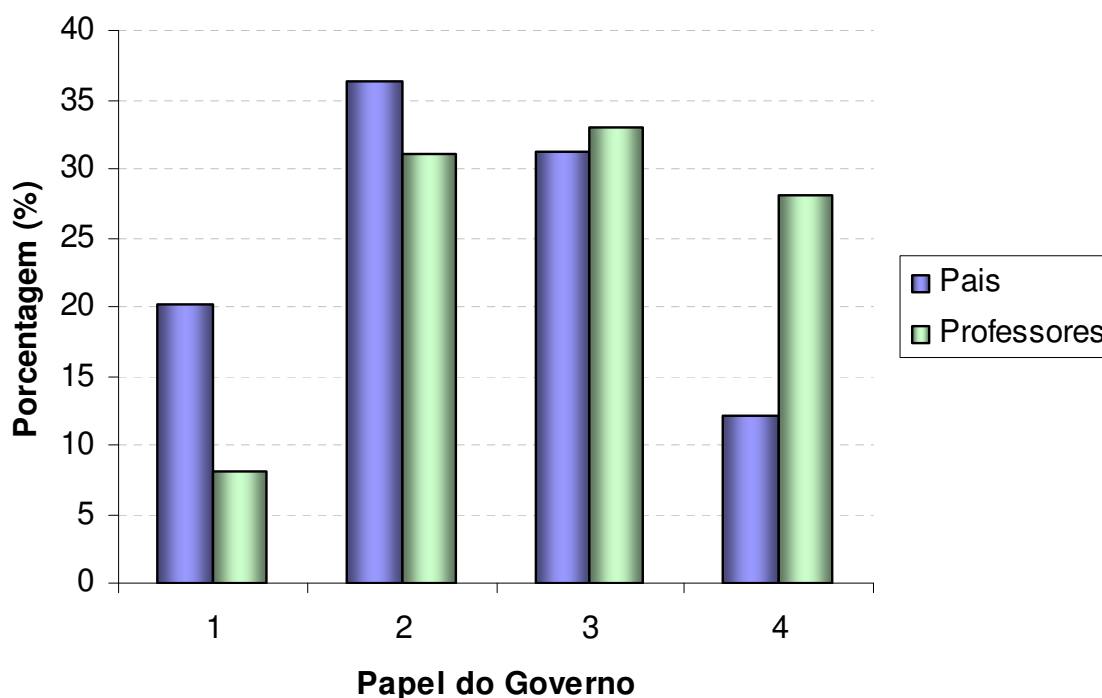


Figura 26: Porcentagem de como pais e professores avaliam o papel do Governo frente aos conteúdos televisivos exibidos na TV.

A porcentagem de professores que avalia positivamente o papel do governo (4) foi significativamente maior comparada às respostas dos pais.

Foi observada associação significativa entre pais e professores e a questão sobre o papel do governo frente aos conteúdos exibidos na TV (Qui-Quadrado; p-valor=0,007).

Com relação à questão como pais e professores avaliam o papel da Sociedade na melhoria dos conteúdos televisivos exibidos na TV, foi observada associação significativa entre pais e professores e a questão sobre o papel da sociedade frente aos conteúdos exibidos na TV (Qui-Quadrado; p-valor=0,014)

Tabela 27: Como pais e professores avaliam o papel da Sociedade na melhoria dos conteúdos televisivos exibidos na TV.

Como você avalia o papel da SOCIEDADE na melhoria dos conteúdos televisivos exibidos na TV?	Pais		Professores	
	N	%	n	%
1=Não respondeu ou Não Soube Avaliar o Papel da Sociedade na melhoria dos conteúdos televisivos exibidos na TV.	24	24,0	13	13,0
2=Avalia o Papel da Sociedade frente aos conteúdos televisivos atribuindo-lhe funções de outras instituições (Governo, Emissoras de TV) ou unicamente julgando seu papel (Bom; Ruim; Médio).	31	31,0	31	31,0
3=Avalia que a Sociedade não se posiciona ou se mobiliza para exigir uma TV que apresente conteúdos de melhor qualidade.	32	32,0	26	26,0
4=Avalia o papel da Sociedade remetendo-se as ações necessárias que as pessoas precisam fazer para trazer melhorias a programação televisiva.	13	13,0	30	30,0

Tabela referente à questão de nº 26 - Como você avalia o papel da SOCIEDADE na melhoria dos conteúdos televisivos exibidos na TV?

Categoria 1. Dos 24 pais, 7 não responderam e dos 13 professores, 8 não responderam. Os demais não souberam avaliar o Papel da Sociedade na melhoria dos conteúdos televisivos exibidos na TV.

Categoria 2. Um fato interessante. 31% dos pais e 31% dos professores avaliaram o papel da Sociedade frente aos conteúdos televisivos atribuindo-lhe funções de outras instituições (Governo, Emissoras de TV) Também observou-se que a maioria tanto dos pais como dos professores avaliaram unicamente julgando seu papel (como Bom; Ruim; Médio).

Categoria 3. Nesta categoria 32% dos pais e 26% dos professores avaliaram que a Sociedade não se posiciona ou se mobiliza para exigir uma TV que apresente conteúdos de melhor qualidade.

Categoria 4. Dos respondentes 13% dos pais e 30% dos professores avaliaram o papel da Sociedade remetendo-se as ações necessárias que as pessoas precisam realizar para trazer melhorias a programação televisiva.

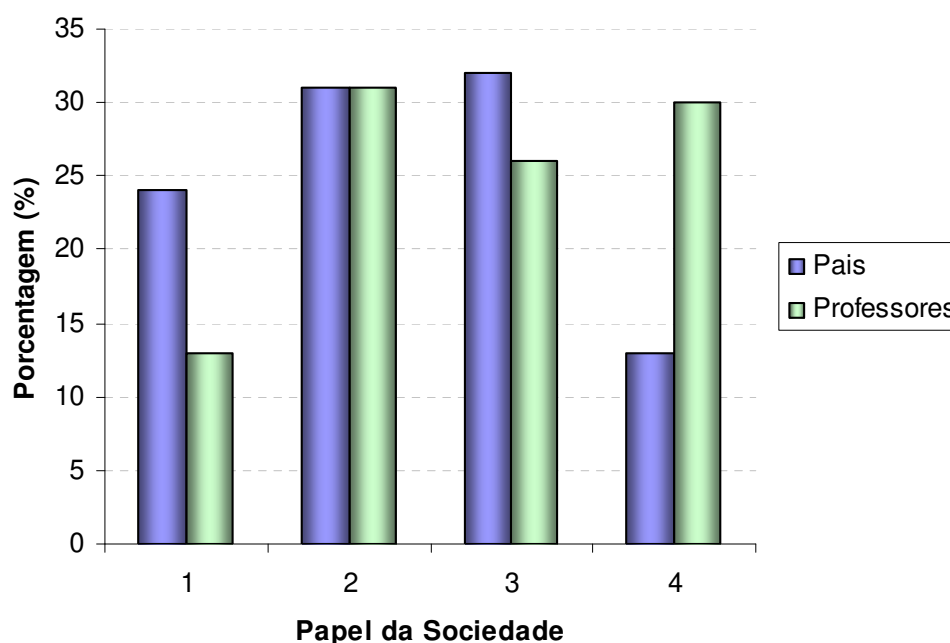


Figura 27: Porcentagem de como pais e professores avaliam o papel da Sociedade na melhoria dos conteúdos televisivos exibidos na TV.

A porcentagem de professores que avaliaram o papel da sociedade remetendo-se as ações necessárias que as pessoas precisavam executar para trazer melhorias à programação televisiva foi significativamente maior comparada aos pais.

Novamente a porcentagem de pais que não respondeu ou não soube responder à questão foi significativamente maior comparado aos professores. Para as categorias 2 e 3 os resultados foram bastante similares.

Com relação as questões 27 do questionário dos pais e a questão 23 do questionário dos professores, é importante destacar que a maioria dos pais e dos professores julga que devem realizar a proibição.

Tabela 28: Pais e professores devem (ou não) proibir que os filhos assistam a conteúdos televisivos que julgarem não apropriados para a idade deles.

Os pais devem proibir os filhos de assistir a conteúdos televisivos que julgarem não apropriado para a idade deles?	Pais		Professores	
	n	%	n	%
Sim	92	92,0	84	84,0
Não	8	8,0	16	16,0

Tabela referente à questão 27 do questionário de pais e 23 do questionário dos professores

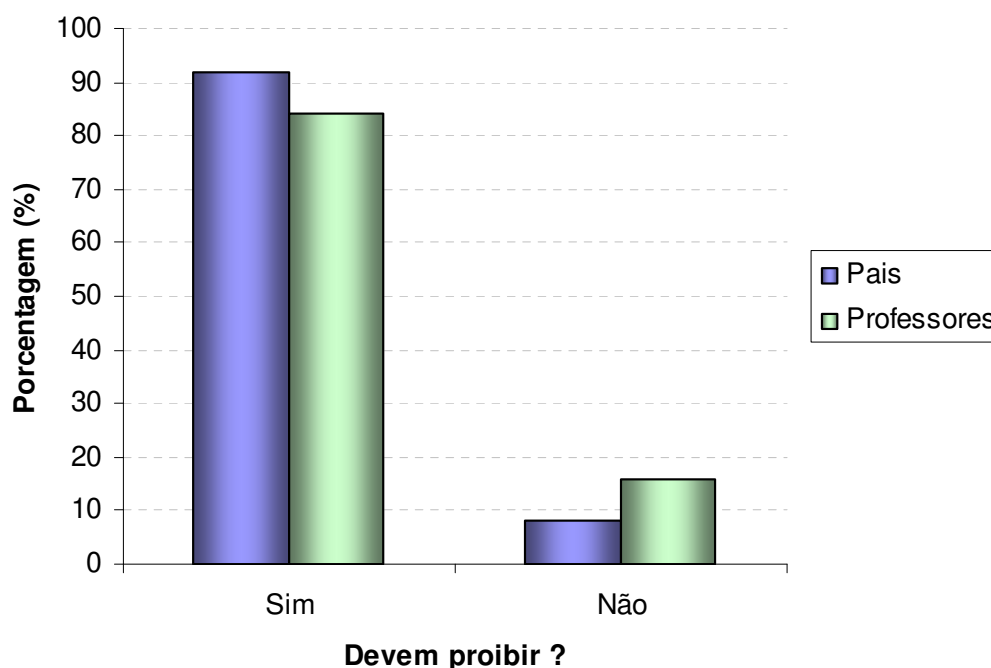


Figura 28: Porcentagem de pais e professores que consideram que os pais devem (ou não) proibir que os filhos assistam a conteúdos televisivos quando julgarem não apropriado às suas idades.

Não foi encontrada associação significativa entre os pais e professores e a proibição dos mesmos com relação aos conteúdos televisivos que julgam inapropriados para a idade dos filhos (teste exato de Fisher; p-valor=0,126).

Tabela 29: Justificativa dos pais para proibir (ou não) que os filhos assistam a programas televisivos inapropriados.

Devem proibir os filhos? Por quê?	Pais		Professores	
	N	%	n	%
1=Não respondeu.	13	13,0	5	5,0
2=Não. Acredita que proibir os filhos não ajuda na Educação dos mesmos.	5	5,0	16	16,0
3=Sim. Acredita que proibir é uma das formas dos pais, orientar e educar os filhos aos valores da família, protegendo, sobretudo, os pequenos à exposição de conteúdos não apropriados a sua idade.	69	69,0	72	72,0
4=Sim. Acredita que proibir é função da família, enfatizando a necessidade de explicar aos filhos os motivos da proibição/limites, para que os mesmos construam seus próprios valores e tomem consciência das regras familiares.	13	13,0	7	7,0

Tabela referente à questão de nº 23 – Por quê?

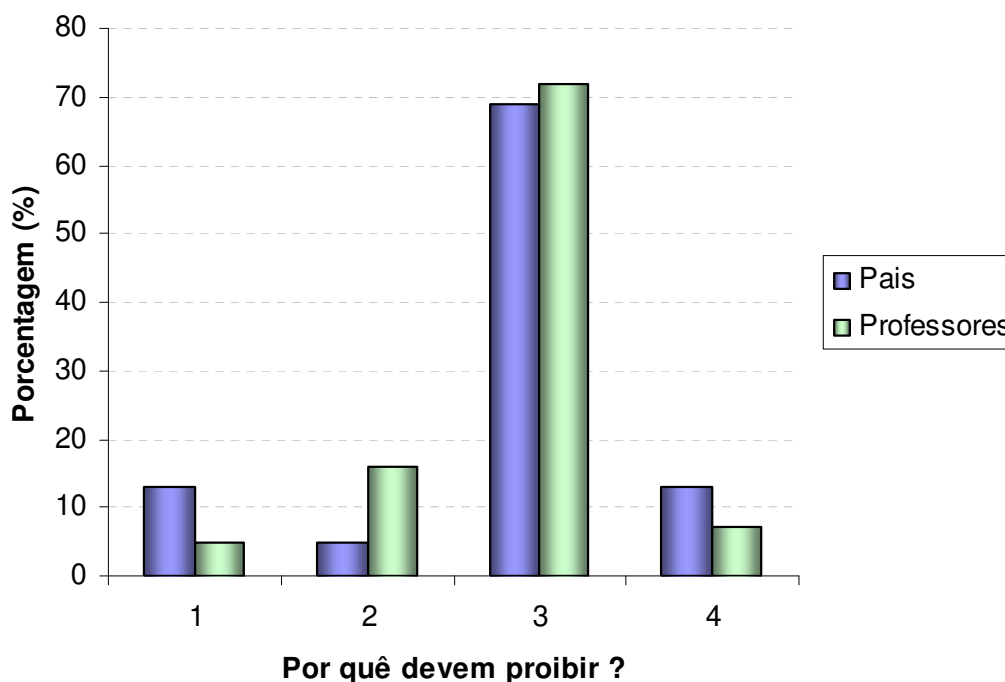


Figura 29: Porcentagem da justificativa dos pais de proibir (ou não) que os filhos assistam a programas televisivos inapropriados.

Com relação à **questão- Você acredita que pode ajudar seus filhos a entender melhor os conteúdos televisivos?** – observou-se que a maioria dos pais e professores acredita que pode ajudar seus filhos a entenderem melhor o conteúdo televisivo.

Tabela 30: Pais e professores que acreditam (ou não) que podem ajudar seus filhos/alunos a entenderem melhor os conteúdos televisivos.

Você acredita que pode ajudar seus filhos/alunos a entender melhor os conteúdos televisivos?	Pais		Professores	
	N	%	n	%
Sim	63	63,0	83	83,0
Não	5	5,0	3	3,0
Às vezes	32	32,0	14	14,0

Tabela referente à questão de nº 28 - Você acredita que pode ajudar seus filhos/alunos a entender melhor os conteúdos televisivos?

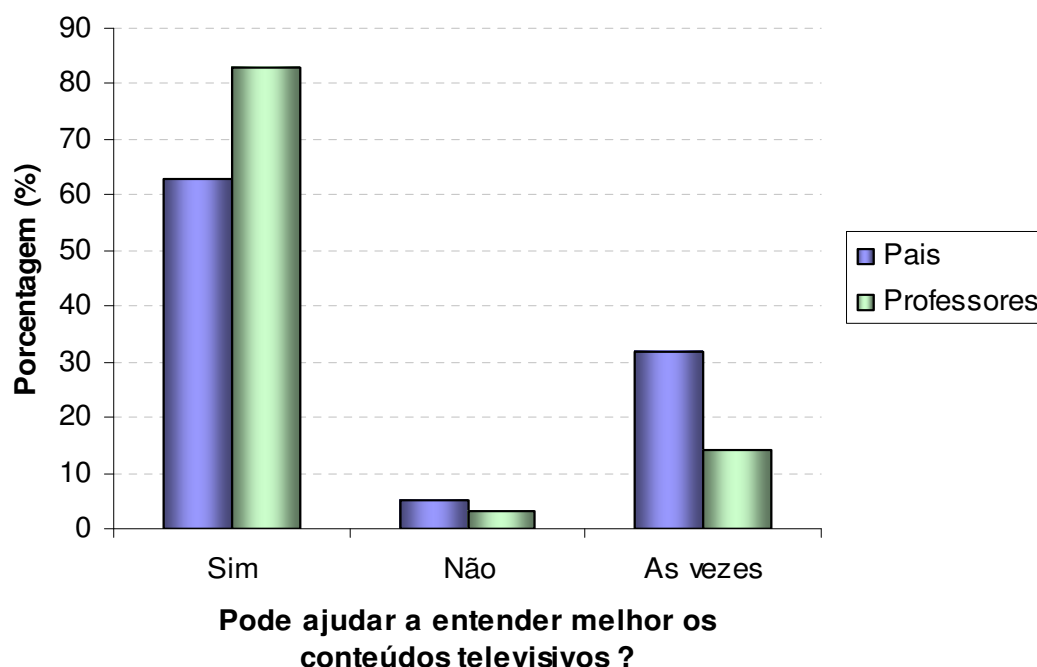


Figura 30: Porcentagem de pais e professores que acreditam (ou não) que podem ajudar seus filhos/alunos a entenderem melhor os conteúdos televisivos.

Foi observada associação significativa entre pais e professores e a questão sobre ajudar os filhos/alunos a entender melhor o conteúdo televisivo (Qui-Quadrado; p-

valor=0,006). Os professores acreditam mais, comparado aos pais, que podem ajudar seus alunos a entenderem melhor os conteúdos televisivos.

A maioria dos pais que acredita que pode ajudar seus filhos a entenderem melhor o conteúdo televisivo foi maior na categoria 3, enquanto que para os professores, a maior percentagem ocorreu na categoria 4.

Com relação à forma que podem ajudar observou-se que a maioria dos pais e professores, acreditam que é por meio do diálogo,

Tabela 31: Explicação dos pais sobre como podem ajudar os filhos frente aos conteúdos televisivos.

Explique como pode ajudar a seus filhos/alunos a entender melhor os conteúdos televisivos.	Pais		Professores	
	n	%	N	%
1= Não respondeu ou Não acredita que pode ajudar os filhos/alunos a entenderem melhor os conteúdos televisivos.	9	9,5	9	9,0
2= Acredita que pode ajudar seus filhos/alunos a entenderem melhor os conteúdos televisivos, mas não sabe como.	6	6,3	9	9,0
3= Acredita que pode ajudar seus filhos/alunos a entenderem melhor os conteúdos televisivos, explicando o que não compreendem do que assistem (esclarecendo suas dúvidas) na TV; Explicando o que é realidade e fantasia na TV.	45	47,4	25	25,0
4= Acredita que pode ajudar seus filhos/alunos a entenderem melhor os conteúdos televisivos, conversando e acompanhando o que assistem na TV e indicando-lhes bons programas.	35	36,8	57	57,0

Tabela referente à questão de nº 28 - Por quê?

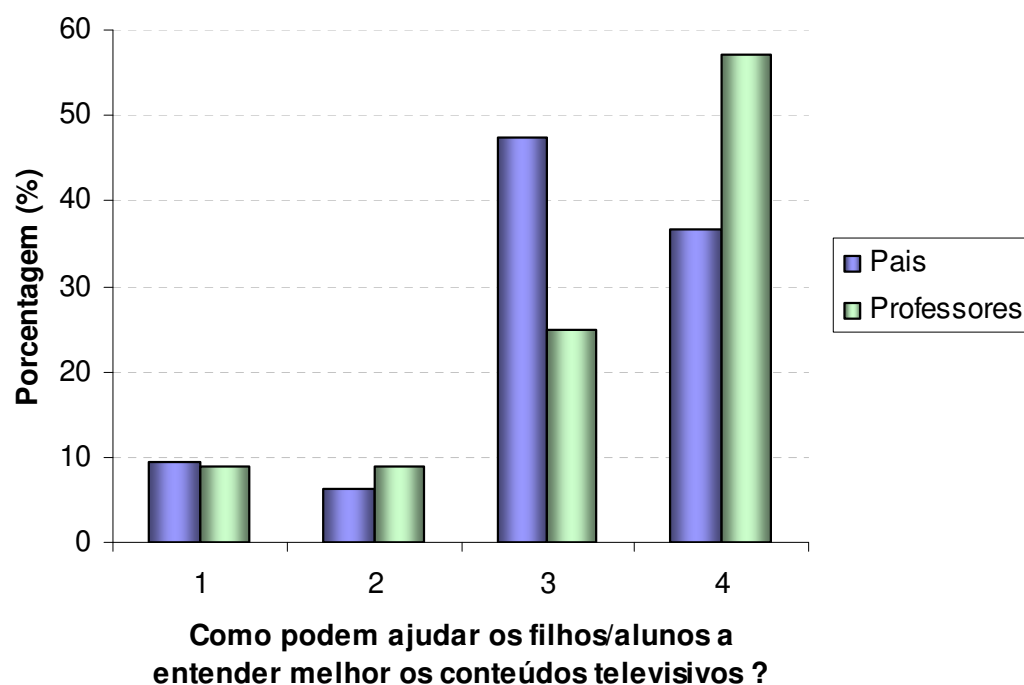


Figura 31: Porcentagem de pais e professores sobre como podem ajudar os filhos frente aos conteúdos televisivos.

As razões apresentadas para esta questão foram categorizadas segundo as respostas dos pais e professores considerando que na Categoria 1. 9,5% dos pais e 9% dos professores não responderam. Os demais não acreditam que podem ajudar os filhos/alunos a entenderem melhor os conteúdos televisivos. Na categoria 2 6,3% dos pais e 9% dos professores acreditam que podem ajudar seus filhos/alunos a entenderem melhor os conteúdos televisivos, mas não sabem como. Na terceira categoria, 47,4% dos pais e 25% dos professores acreditam que podem ajudar seus filhos/alunos a entenderem melhor os conteúdos televisivos, explicando o que não compreendem do que assistem (esclarecendo suas dúvidas) na TV; Explicando o que é realidade e fantasia na TV. Por fim, na quarta categoria constatou-se que: 36,8% dos pais e 57% dos professores acreditam que podem ajudar seus filhos/alunos a entenderem melhor os conteúdos televisivos, conversando e acompanhando o que assistem na TV e indicando-lhes bons programas

Tabela 32: Orientação dos pais quanto à escolha dos programas assistidos por seus filhos na TV.

Em casa, você orienta seus filhos quanto à escolha dos programas assistidos por eles na TV?	Pais	
	n	%
Sim	73	73,0
Não	10	10,0
Às vezes	17	17,0

Tabela referente à questão 29 - Em casa, você orienta seus filhos quanto à escolha dos programas assistidos por eles na TV?



Figura 32: Porcentagem de pais que orientam (ou não) seus filhos quanto à escolha dos programas televisivos.

A maioria dos pais orienta seus filhos com relação às escolhas dos programas assistidos por eles na TV.

A maior parte dessa orientação é realizada conversando com os filhos sobre os conteúdos dos programas de sua preferência e indicando programas de qualidade, apropriados a sua idade (próxima questão).

Tabela 33: Como os pais orientam os filhos quanto à escolha do programa por eles assistido.

Como se dá essa orientação?	Pais	
	n	%
1 =Não orientam os filhos quanto a escolhas dos programas assistidos por eles na TV.	10	10,8
2 =Às vezes os orientam quanto às escolhas dos programas assistidos por eles na TV, ou Não sabe como orientá-los.	7	7,5
3 =Sim. Assistindo com eles aos programas da TV e esclarecendo suas dúvidas; Conversando sobre as “cenhas picantes” que eventualmente aparecem na programação ou comercial.	16	17,2
4 =Sim. Conversando com eles sobre os conteúdos dos programas de sua preferência e indicando programas de qualidade, apropriados a sua idade.	60	64,5

Tabela referente à questão à questão 29 - Como se dá essa orientação?

Obs: 7 pais não responderam.

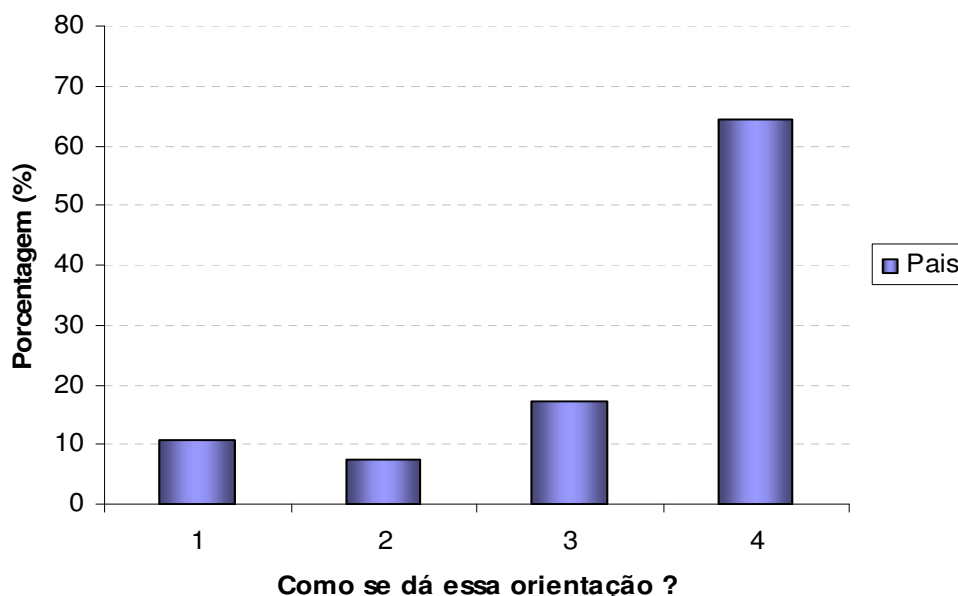


Figura 33: Porcentagem de como se dá a orientação por parte dos pais quanto à escolha dos programas televisivos assistidos por seus filhos.

As respostas foram assim categorizadas:

Categoria 1. Observou-se que 10,8% dos pais não orientam os filhos quanto a escolhas dos programas assistidos por eles na TV.

Categoria 2. Nesta categoria 7,5% dos pais às vezes os orientam quanto às escolhas dos programas assistidos por eles na TV, ou Não sabe como orientá-los.

Categoria 3 Observou-se que 17,2 % dos pais assistem com os filhos aos programas da TV e esclarecendo suas dúvidas; Conversando sobre as “cenas picantes” que eventualmente aparecem na programação ou comercial.

Categoria 4 Cerca de 64,5% do pais conversam com eles sobre os conteúdos dos programas de sua preferência e indicando programas de qualidade, apropriados a sua idade

Tabela 34: Dificuldades encontradas pelos pais “condução” das questões relacionadas ao “uso da TV” pelo(s) seu(s) filho(s).

Como pais, na sua casa, quais são as maiores dificuldades encontradas na “condução” das questões relacionadas ao “uso da TV” pelo(s) seu(s) filho(s)?	Pais	
	n	%
Não respondeu ou Não encontra dificuldade.	61	47,7
Muita propaganda durante a Programação Infantil; Programas de má qualidade e/ou Falta de Programas Educativos; Falta de tempo para acompanhá-los.	41	32,0
Dificuldade em controlar a quantidade de tempo das crianças e adolescentes frente à TV e o acesso aos canais/Dificuldade em desligar a TV para se alimentar ou dormir.	18	14,1
Influência Externa Negativa (comentários sobre os conteúdos televisivos realizados por amigos na escola, vizinhos e outros adultos).	8	6,3

Tabela referente à questão 31-Como pais, na sua casa, quais são as maiores dificuldades encontradas na “condução” das questões relacionadas ao “uso da TV” pelo(s) seu(s) filho(s)?

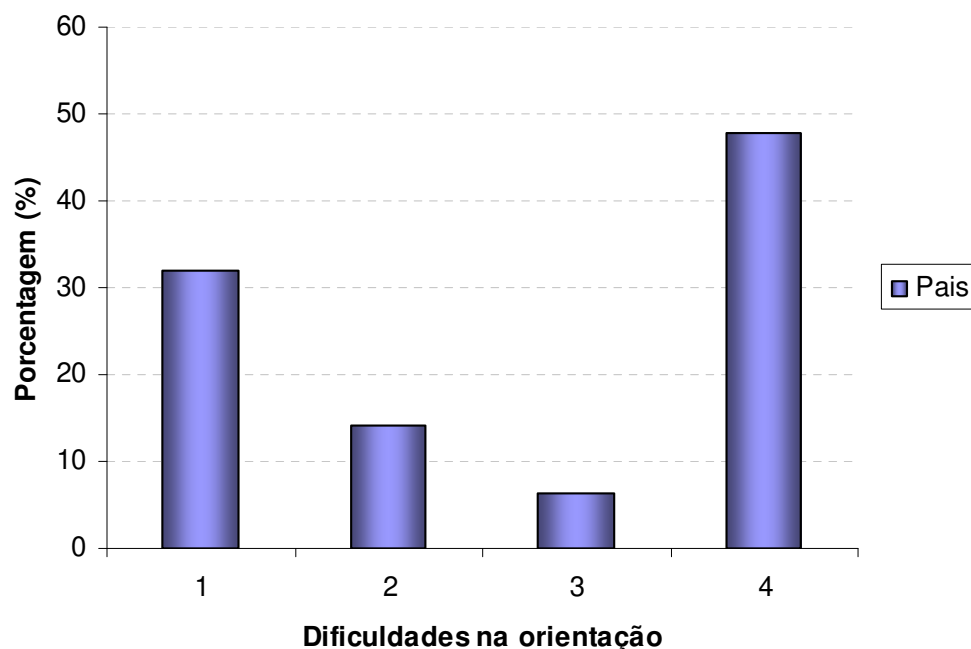


Figura 34: Porcentagem das dificuldades encontradas pelos pais na condução ao uso da TV pelo(s) seu(s) filhos(s).

As respostas desta questão puderam ser assim categorizadas:

Categoria 1. Nesta categoria 47% dos pais não responderam ou não encontram dificuldade.

Categoria 2. Dos pais 32% consideraram muita propaganda durante a Programação Infantil; Programas de má qualidade e/ou Falta de Programas Educativos; Falta de tempo para acompanhá-los.

Categoria 3. Cerca de 14,1% dos pais apontaram a dificuldade em controlarem a quantidade de tempo das crianças e adolescentes frente à TV e o acesso aos canais/Dificuldade em desligar a TV para se alimentar ou dormir.

Categoria 4. Somente 6,3% dos pais atribuíram à influência externa negativa (comentários sobre os conteúdos televisivos realizados por amigos na escola, vizinhos e outros adultos).

Com relação ao trabalho com a mídia televisiva na escola, a porcentagem de professores que ouviram falar ou conhecem algum projeto de educação para a mídia televisiva nas escolas foi maior comparado aos pais.

Tabela 35: Trabalho de educação para a mídia televisiva realizado nas escolas.

Você já ouviu falar ou conhece algum trabalho de Educação para a Mídia Televisiva realizados nas escolas?	Pais		Professores	
	n	%	n	%
Sim	18	18,2	31	31,3
Não	81	81,8	68	68,7

Tabela referente à questão de nº 28- Você já ouviu falar ou conhece algum trabalho de Educação para a Mídia Televisiva realizados nas escolas?

Obs: 1 pai/mãe e 1 professor não responderam..

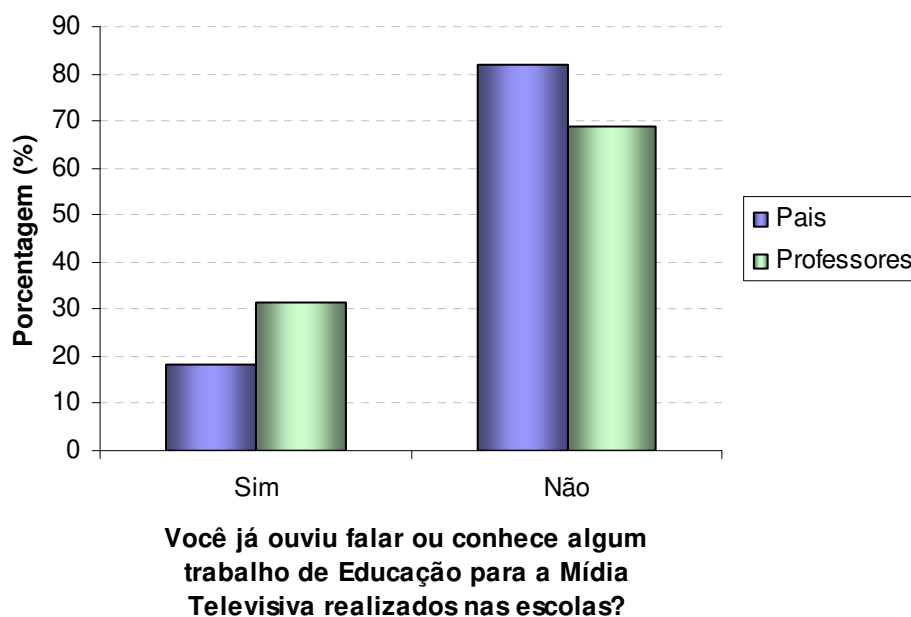


Figura 35: Porcentagem de pais e professores que ouviram (ou não) falar sobre mídia televisiva nas escolas.

Foi observada associação significativa entre pais e professores e a questão sobre trabalho de educação para a mídia televisiva nas escolas (teste exato de Fisher; p-valor=0,047).

Tabela 36: Pais e professores acreditam (ou não) que a escola pode ajudar seu(s) filho(s)/aluno(s) a se tornar(em) mais crítico(s) e seletivo(s) diante da programação da TV.

Você acredita que a escola pode ajudar seu(s) filho(s) a se tornar (em) mais crítico(s) e seletivo(s) diante do que a TV lhe(s) oferece?	Pais		Professores	
	N	%	n	%
Sim	75	75,8	79	79,0
Não	11	11,1	5	5,0
Às Vezes	13	13,1	16	16,0

Tabela referente à questão de nº 33 - Você acredita que a escola pode ajudar seu(s) filho(s) a se tornar (em) mais crítico(s) e seletivo(s) diante do que a TV lhe(s) oferece?

Obs: 1 pai não respondeu.

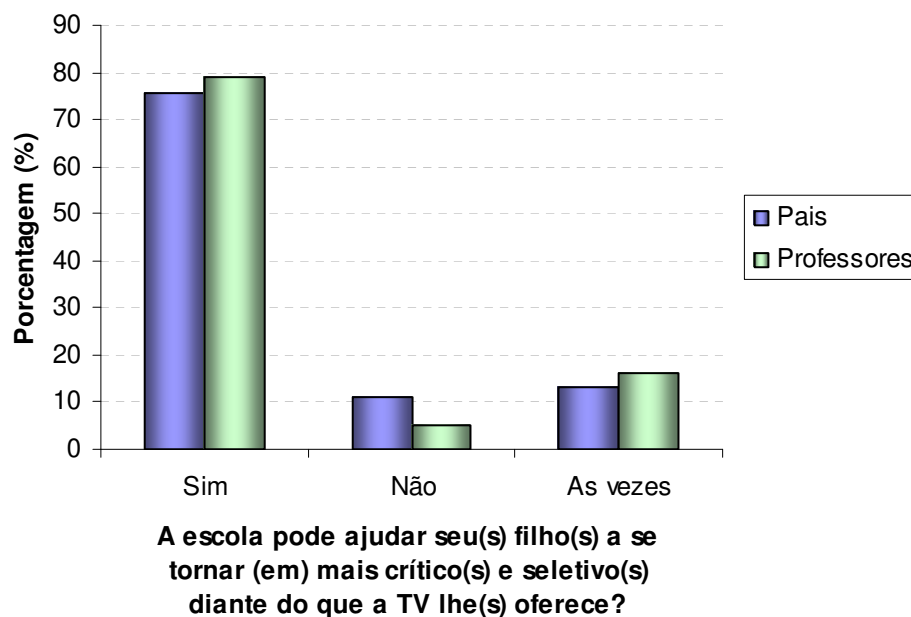


Figura 36: Porcentagem de pais e professores que acreditam (ou não) que a escola tem um papel importante em ajudar seu(s) filho(s) a se tornar(em) mais crítico(s) e seletivo(s) diante do que a TV lhe(s) oferece(m).

Não foi observada associação significativa entre pais e professores e a questão “Você acredita que a escola pode ajudar seu(s) filho(s)/alunos a se tornar (em) mais crítico(s) e seletivo(s) diante do que a TV lhe(s) oferece?” (Qui-Quadrado; p-valor=0,265).

Tabela 37: Pais e professores explicam como a escola pode ajudar seu(s) filho(s)/alunos a se tornar(em) mais crítico(s) e seletivo(s) diante da programação da TV

Explique como você acredita que a escola pode ajudar seu(s) filho(s)/alunos a se tornar(em) mais crítico(s) e seletivo(s) diante do que a TV lhe(s) oferece?	Pais		Professores	
	n	%	n	%
1 =Não respondeu ou Não tem idéia de como a escola pode ajudar seu filho a se tornar mais crítico e seletivo diante do que a TV lhe oferece.	18	19,8	6	6,0
2 =Não acredita que a escola pode ajudar seu filho/aluno a se tornar mais crítico e seletivo diante do que a TV lhe oferece.	1	1,1	8	8,0
3 =Às vezes. Acredita que a escola pode ajudar seu filho/aluno a se tornar mais crítico e seletivo diante do que a TV lhe oferece, dependendo, principalmente, do tipo/conteúdo do programa assistido.	7	7,7	23	23,0
4 =Sim. Acredita que a escola pode ajudar as crianças a se tornarem mais críticas e seletivas, ao trabalharem os acontecimentos/notícias que trazem para a sala de aula, orientando tanto os alunos quanto a seus pais, sobre a influência da TV (tanto positiva quanto negativa), na vida das crianças.	65	71,4	63	63,0

Tabela referente à questão 33- Se sua resposta foi “sim” explique como.

Obs: 9 pais não responderam.

Foi observada associação significativa entre pais e professores e a questão sobre como a escola pode ajudar às crianças a se tornarem mais críticas/seletivas (Qui-Quadrado; p-valor<0,001).

A porcentagem de respostas para os professores foi maior nas categorias 2 e 3 e para os pais a porcentagem de respostas foi maior na categoria 1.

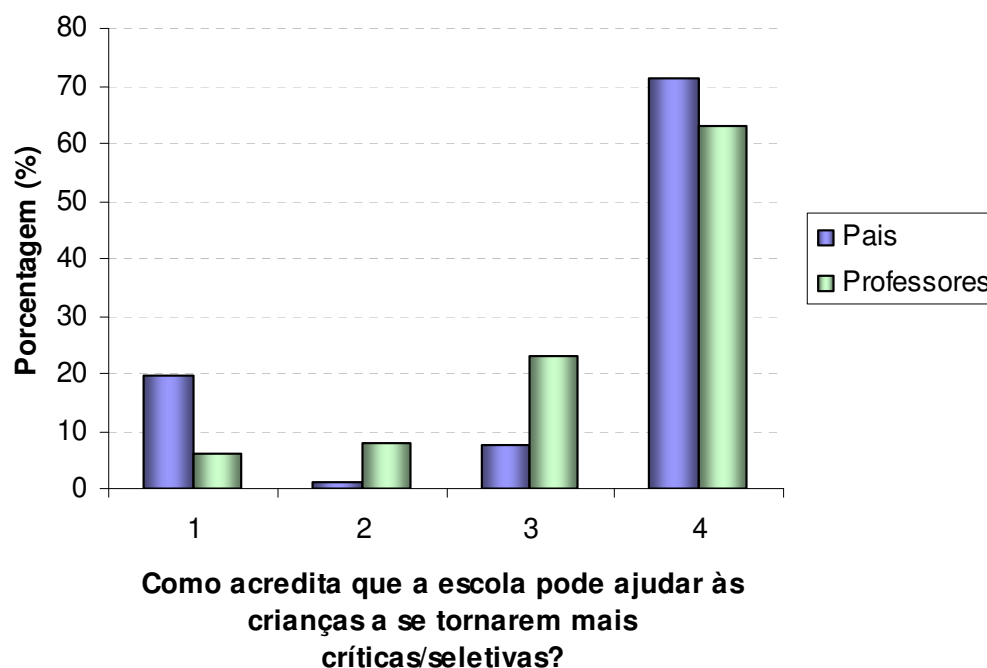


Figura 37: Porcentagem de pais e professores que acreditam (ou não) que a escola pode ajudar seu(s) filho(s)/alunos a se tornar(em) mais crítico(s) e seletivo(s) diante da programação da TV.

Deve-se se atentar que, apesar da diferença significativa referentes às categorias 1, 2 e 3 que, a maioria dos pais e professores acredita que a escola pode ajudar as crianças a se tornarem mais críticas e seletivas, sobretudo, ao trabalharem os acontecimentos/notícias que trazem para a sala de aula, orientando tanto os alunos quanto a sua família, sobre a influência da TV (tanto positiva quanto negativa), na vida das crianças.

Observa-se nesta questão um fato interessante. Embora os professores acreditem que a escola pode ajudar as crianças a serem mais críticas diante do que TV lhes oferece, foram os pais que mais demonstraram essa crença (71,4%).

4.4 Parte II: Questionário Pais - A influência da TV na educação dos filhos

As questões desta segunda parte tiveram por objetivo conhecer as concepções dos pais sobre os hábitos televisivos de seus filhos, bem como se os orientam no que diz respeito ao uso da TV em suas casas. As discussões a seguir ocorreram a partir das pesquisas apresentadas nos capítulos iniciais deste trabalho.

Apenas sete pais responderam ao questionário para o terceiro filho. Os comentários e conclusões para a comparação entre os filhos devem ser realizados com cautela em virtude desta diferença no tamanho das amostras entre eles. O número de pais que responderam ao questionário para o segundo filho foi 44.

Os resultados das tabelas e figuras a seguir indicaram que não houve muita diferença nas respostas dos pais com relação à ordem dos filhos.

Tabela 38: Sexo dos filhos.

Gênero	1º filho		2º filho		3º filho	
	N	%	N	%	n	%
Masculino	45	45,0	20	45,5	4	57,1
Feminino	55	55,0	24	54,5	3	42,9

Tabela referente à questão 35 - Assinale o sexo deste seu filho

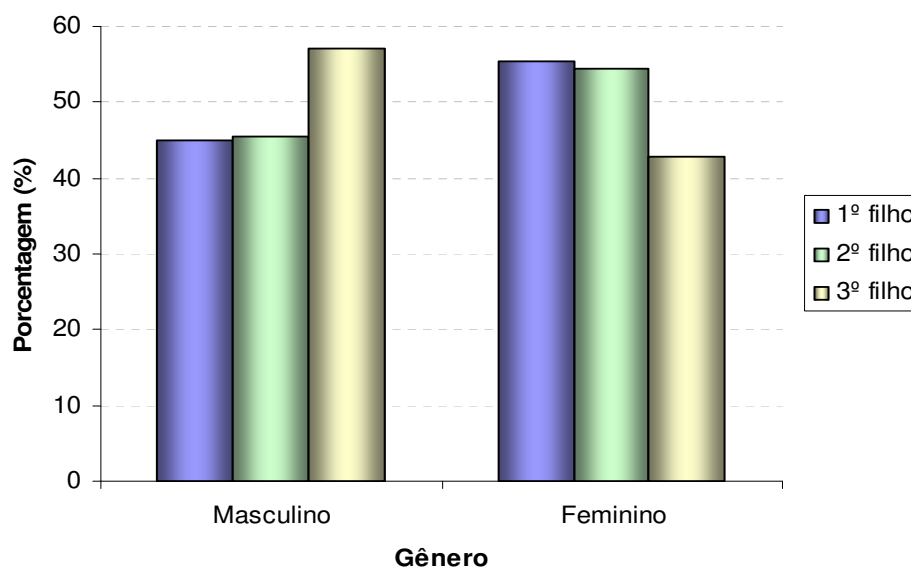


Figura 38: Porcentagem do sexo dos filhos.

Com relação à idade dos filhos, observou-se que a idade média do primeiro filho foi um pouco superior, comparado ao segundo e terceiro filhos.

Tabela 39: Idade dos filhos.

Idade (anos)	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Mediana	Máximo
1º filho	7,8	3,8	1,0	7,0	14,0
2º filho	6,4	3,8	1,0	6,0	13,0
3º filho	6,1	3,8	3,0	6,0	13,0

Tabela referente à questão de nº. 36 – Qual a idade deste seu filho?

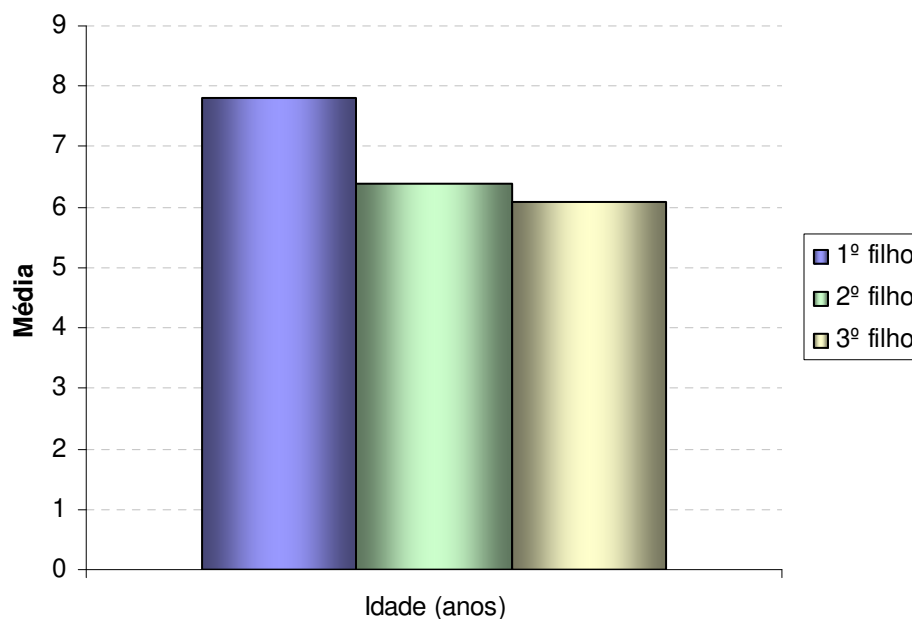


Figura 39: Idade média dos filhos.

Com relação ao nível de escolarização das crianças constatou-se que a maior parte dos primogênitos estuda no Ensino Fundamental - 6ª e 9ª série.

A maior parte dos filhos do meio ou segundo filho, estuda nas séries iniciais do Ensino Fundamental, e o maior número de crianças consideradas, terceiro filho – estão matriculadas no maternal.

Este dado é considerado natural quando comparado a idade média dos pais participantes desta pesquisa.

Tabela 40: Nível de escolarização do(s) filho(s).

Nível de escolarização	1º filho		2º filho		3º filho	
	N	%	n	%	n	%
Maternal	17	17,0	5	11,4	3	42,9
Pré-escolar	17	17,0	8	18,2	2	28,6
1ª série do ensino fundamental	10	10,0	6	13,6	1	14,3
Entre a 2ª e 5ª série do ensino fundamental	27	27,0	12	27,3	0	0,0
Entre a 6ª e 9ª série do ensino fundamental	28	28,0	6	13,6	1	14,3
Ainda não estuda	1	1,0	7	15,9	0	0,0

Tabela referente à questão de nº.37 - Assinale o nível de escolarização de seu filho

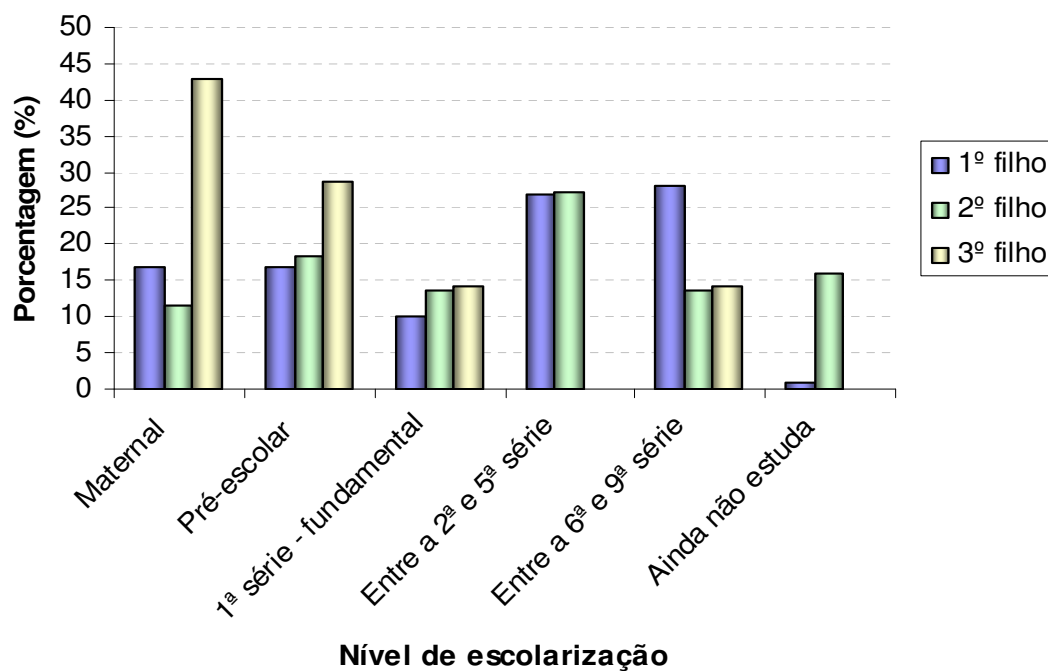


Figura 40: Porcentagem do nível de escolarização.

Com relação ao número de horas diárias que as crianças ficam expostas à TV, constatou-se que as crianças mais velhas são as que mais assistem à TV acima de 2 horas diárias, sendo que, o maior período de programação assistido é o da tarde. Este dado corrobora com as pesquisas anteriormente apresentadas, cuja média de horas para escolares é superior a 3 horas diárias.

Tabela 41: Quantidade de horas diárias e períodos que o(s) filho(s) assiste(m) à TV.

Período	Até 30 minutos			De 30 a 60 minutos			De 1 a 2 horas			Acima de 2 horas		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
Manhã	5	4	2	8	4	1	7	2	0	4	1	0
Almoço	4	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0
Tarde	1	0	0	9	7	0	9	0	1	6	3	1
Jantar	2	0	0	4	1	0	4	1	0	0	0	0
Noite	2	0	0	12	5	1	16	11	0	3	1	0
Madrugada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Tabela referente à questão de n.º. 38 – Assinale a quantidade de hora que este seu filho assiste à TV, nos períodos abaixo, diariamente.

Tabela 42: Porcentagens sobre o total de respostas de cada filho.

Período	Até 30 minutos			De 30 a 60 minutos			De 1 a 2 horas			Acima de 2 horas		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
Manhã	5,1	9,8	28,6	8,2	9,8	14,3	7,1	4,9	0,0	4,1	2,4	0,0
Almoço	4,1	0,0	0,0	1,0	2,4	14,3	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Tarde	1,0	0,0	0,0	9,2	17,1	0,0	9,2	0,0	14,3	6,1	7,3	14,3
Jantar	2,0	0,0	0,0	4,1	2,4	0,0	4,1	2,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Noite	2,0	0,0	0,0	12,2	12,2	14,3	16,3	26,8	0,0	3,1	2,4	0,0
Madrugada	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Tabela referente à questão de n.º. 38 – Assinale a quantidade de hora que este seu filho assiste à TV, nos períodos abaixo, diariamente.

Obs: 2 pais afirmaram que o 1º filho não assiste à TV e 4 pais afirmaram que o 2º filho não assiste à TV.

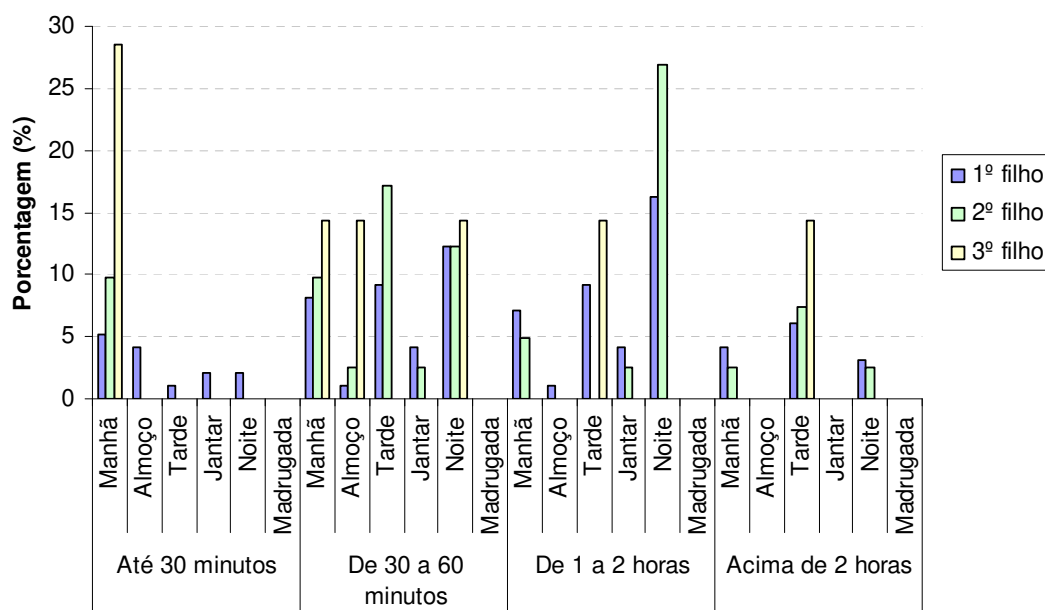


Figura 41: Porcentagens sobre as quantidades de horas diárias e períodos em que o(s) filho(s) assiste(m) à TV.

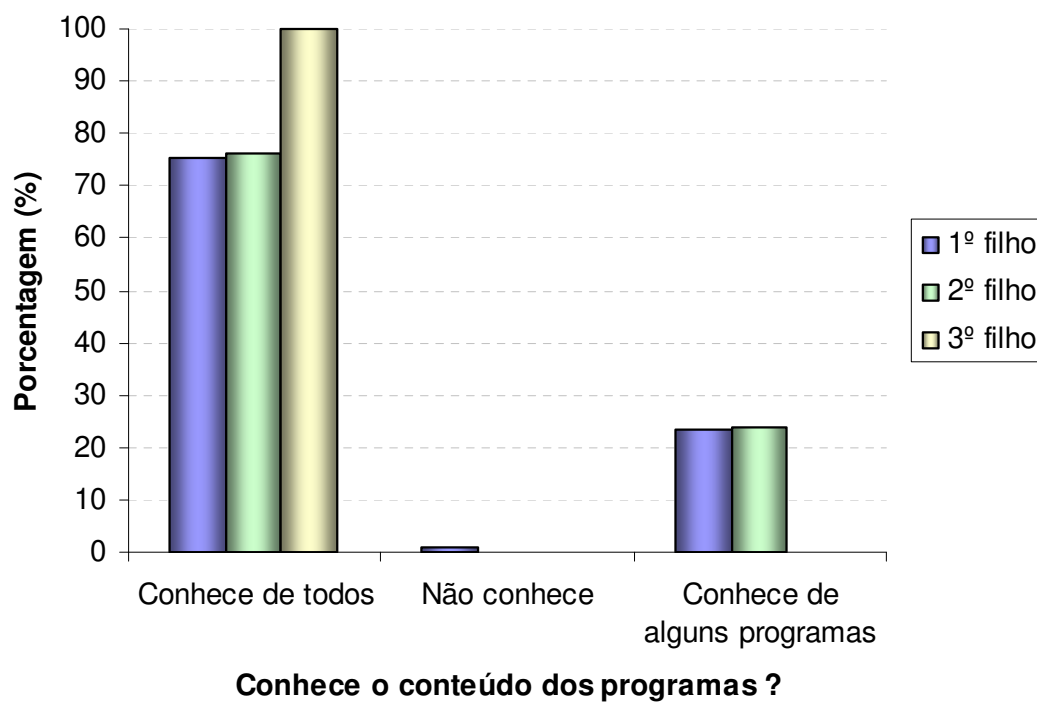


Figura 42: Porcentagem do conhecimento dos pais sobre o conteúdo dos programas assistido(s) por seu(s) filho(s).

Pode-se perceber ainda que, o segundo filho assiste mais a programas no período da noite (de 1 a 2 horas) e tarde (de 30 a 60 minutos).

O primeiro filho assiste mais à TV à noite (de 1 a 2 horas) e a noite (de 30 a 60 minutos). O terceiro Filho assiste mais à TV no período da manhã, contudo, com um tempo menor, cerca de 30 minutos.

Tabela 43: Conhecimento dos pais sobre os conteúdos dos programas que seu(s) filho(s) assiste(m) na TV.

Você conhece o conteúdo dos programas que este(a) seu(a) filho(a) assiste na TV?	1º filho		2º filho		3º filho	
	N	%	n	%	n	%
Conheço o conteúdo de todos os programas assistidos por ele(a)	74	75,5	32	76,2	7	100,0
Não conheço o conteúdo dos programas assistidos por ele(a)	1	1,0	0	0,0	0	0,0
Conheço o conteúdo de alguns programas assistidos por ele(a)	23	23,5	10	23,8	0	0,0

Tabela referente à questão de nº. 39 - Você conhece o conteúdo dos programas que este (a) seu(a) filho(a) assiste na TV?

Tabela 44: Tipo de programa preferido por seu(s) filho(s).

Tipo de programa preferido	1º filho		2º filho		3º filho	
	N	%	N	%	n	%
Documentário / Informativo	8	6,1	1	1,9	0	0,0
Telejornal	3	2,3	0	0,0	0	0,0
Filme / Seriado	30	22,9	10	18,9	2	22,2
Novela	8	6,1	4	7,5	0	0,0
Desenho Animado	63	48,1	33	62,3	6	66,7
Programas de Variedades / Entretenimento	14	10,7	4	7,5	1	11,1
Reality show / Auditório	0	0,0	1	1,9	0	0,0
Comercial	3	2,3	0	0,0	0	0,0
Outros	2	1,5	0	0,0	0	0,0

Tabela referente à questão de nº. 40 Assinale o tipo de programa/ formato preferido por este (a) seu(a) filho(a), escolhendo somente uma das alternativas abaixo:

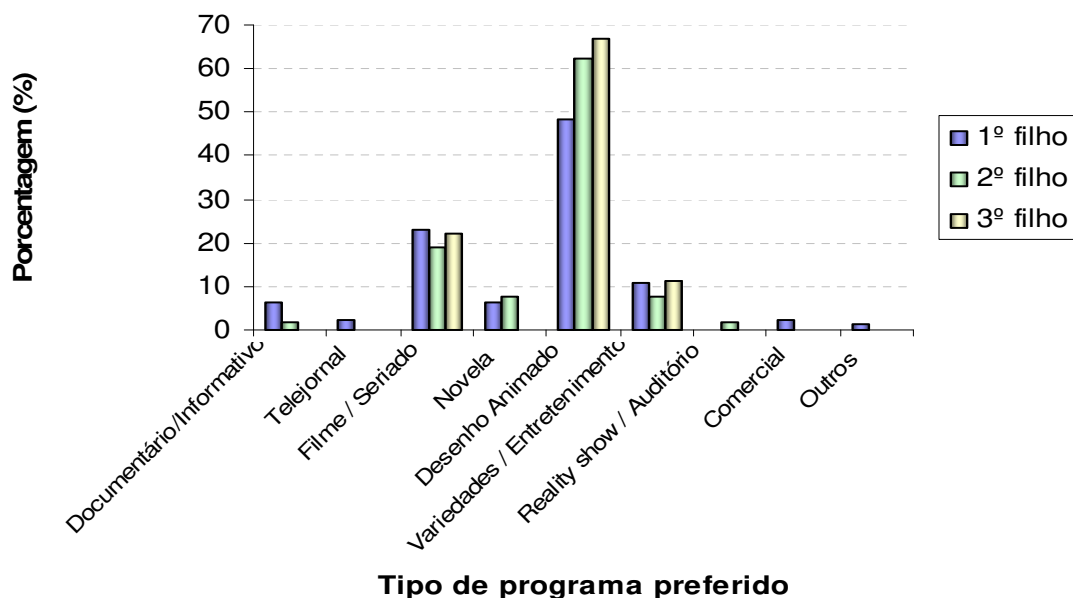


Figura 43: Porcentagem sobre o tipo de programa preferido por seu(s) filho(s).

Tabela 45: Identificação por parte dos pais sobre os valores morais contidos nos programas preferidos de seu(s) filho(s).

Você consegue identificar no programa preferido deste seu filho valores morais?	1º filho		2º filho		3º filho	
	N	%	N	%	n	%
Não consigo identificar	7	2,1	5	3,5	1	4,3
Diálogo	44	13,5	23	16,2	3	13,0
Respeito	43	13,2	18	12,7	3	13,0
Amizade	62	19,0	24	16,9	5	21,7
Honestidade	36	11,0	16	11,3	2	8,7
Cooperação	45	13,8	20	14,1	4	17,4
Justiça	37	11,3	13	9,2	2	8,7
Virtudes como generosidade, humildade, tolerância.	46	14,1	22	15,5	3	13,0
Outros	6	1,8	1	0,7	0	0,0

Tabela referente à questão de nº. 41- Você consegue identificar no programa preferido deste seu filho valores morais?

Obs: 4 pais não responderam, para o primeiro filho e 2 para o segundo filho.

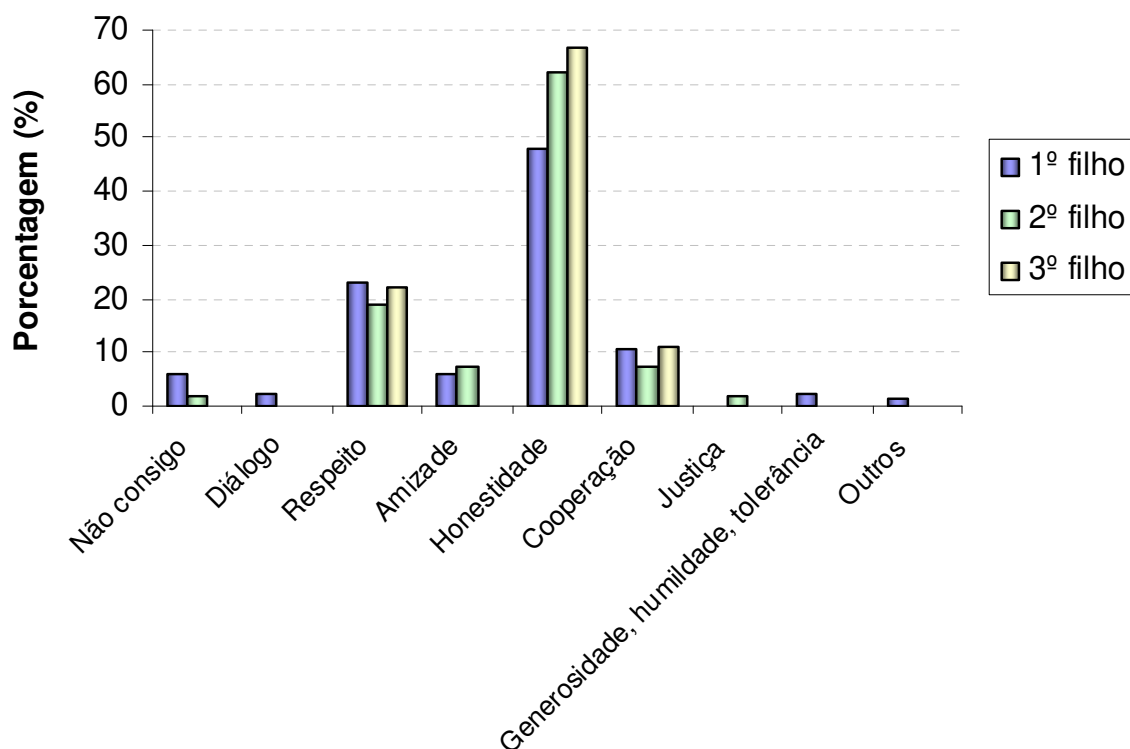


Figura 44: Porcentagem sobre a identificação por parte dos pais dos valores morais contidos nos programas preferidos de seu(s) filho(s).

Com relação às questões de nº. 39- Você conhece o conteúdo dos programas que este (a) seu (a) filho (a) assiste na TV? ; a questão de nº. 40- Assinale o tipo de programa/ formato preferido por este (a) seu (a) filho (a), escolhendo somente uma das alternativas abaixo; a questão de nº. 41- Você consegue identificar no programa preferido deste seu filho valores morais? E a questão de nº. 42- Você consegue identificar no programa preferido deste (a) seu (ua) filho (a) antivalores morais, observa-se que, neste bloco de questões procurou-se investigar a forma (indireta) de como os pais acompanham o que os filhos assistem na TV.

Como apresentado nos capítulos iniciais, sabe-se que muitos pais se preocupam com o que os filhos assistem na TV, no entanto, muitas vezes, não se atentam aos valores exibidos nos programas, por considerá-lo “livre” (Classificação Indicativa) ou com “conteúdo infantil”.

O fato é que em muitos programas direcionados ao público infantil, observa-se objetivos/ valores ou mensagens nobres, como por exemplo: “O bem vence o mal” - como uma máxima a ser alcançada, não importando como conseguir isto.

O problema que destacamos aqui, é que, embora tenham objetivos/ valores ou mensagens nobres, há que se pensar “como o bem vence o mal”, pois não se justifica o uso de nenhum tipo de agressão para se resolver um conflito, em nome da paz.

Como pode ser observada na tabela a seguir, a maioria dos pais (89,3%) não consegue identificar antivalores nos programas preferidos de seus filhos, embora, como visto nas tabelas anteriores, 42,6% dos pais identificaram as virtudes e 42,7% o diálogo, sobretudo, nos desenhos – conteúdo considerado pelos pais como o mais assistido por seus filhos.

Tabela 46: Identificação por parte dos pais sobre os antivalores morais contidos nos programas preferidos de seu(s) filho(s).

Você consegue identificar no programa preferido deste(a) seu(ua) filho (a) antivalores morais?	1º filho		2º filho		3º filho	
	N	%	n	%	n	%
Não consigo identificar	43	45,3	20	28,6	2	15,4
Ausência de Diálogo	11	11,6	10	14,3	1	7,7
Desrespeito	9	9,5	6	8,6	2	15,4
Preconceito	5	5,3	8	11,4	1	7,7
Desonestidade	9	9,5	4	5,7	2	15,4
Competição desleal	5	5,3	10	14,3	1	7,7
Injustiça	2	2,1	6	8,6	3	23,1
Ausência de virtudes	7	7,4	6	8,6	1	7,7
Outros	4	4,2	0	0,0	0	0,0

Tabela referente à questão de nº. 42 - Você consegue identificar no programa preferido deste (a) seu (ua) filho (a) antivalores morais?

Obs: 5 pais não responderam para o primeiro filho e 2 para o segundo filho.

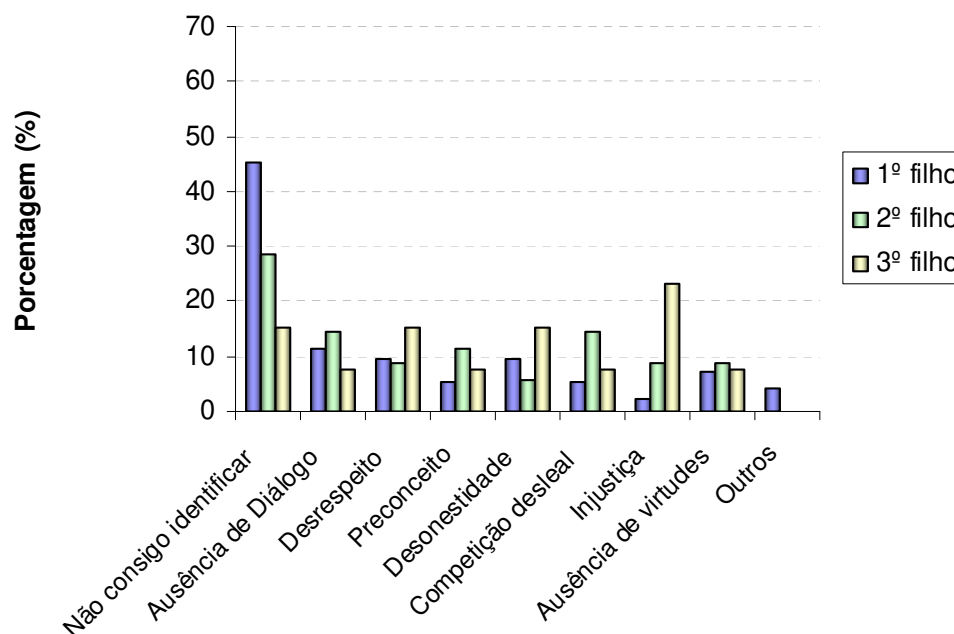


Figura 45: Porcentagem sobre a identificação por parte dos pais dos antivalores morais contidos nos programas preferidos de seu(s) filho(s).

Com relação ao tipo de TV mais assistida, pode-se perceber que a maioria dos filhos, independentemente da ordem de nascimento dos mesmos, assistem à TV por assinatura

Tabela 47: Tipo de TV em que é exibido o programa preferido de seu(s) filho(s).

Assinale em qual tipo de TV o programa preferido deste (a) seu (a) filho (a) é exibido	1º filho		2º filho		3º filho	
	N	%	n	%	n	%
Aberta	31	32,6	15	35,7	2	28,6
Paga – por assinatura	46	48,4	19	45,2	3	42,9
Ambas	18	18,9	8	19,0	2	28,6

Tabela referente à questão de nº. 43- Assinale em qual tipo de TV o programa preferido deste (a) seu (a) filho (a) é exibido.

Obs: 5 pais não responderam para o primeiro filho e 2 para o segundo filho.

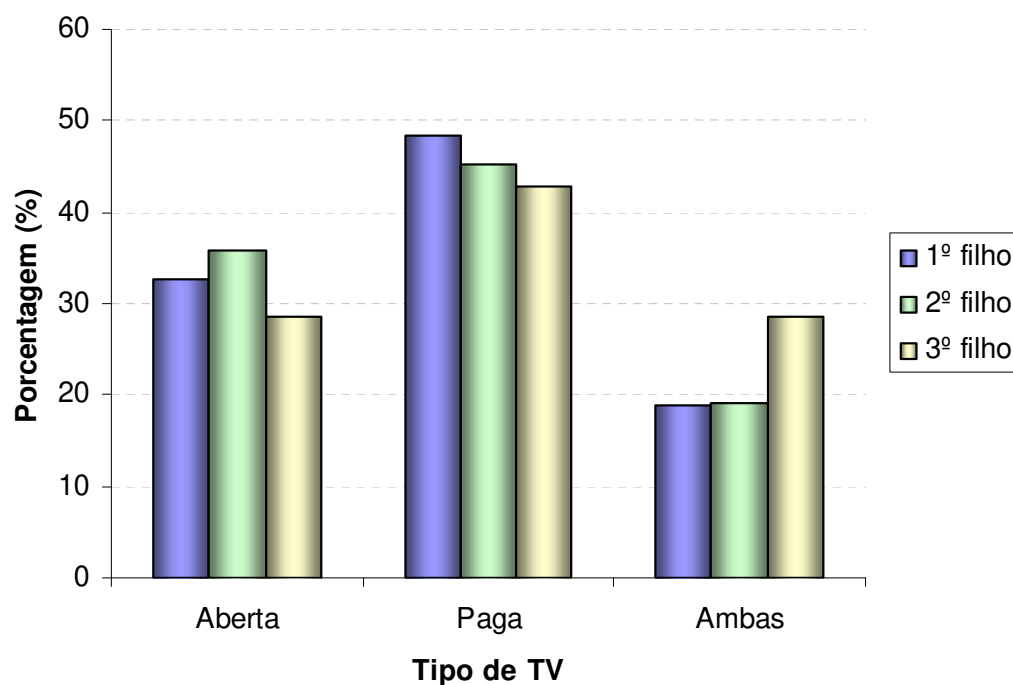


Figura 46: Porcentagem do tipo de TV em que é exibido o programa preferido de seu(s) filho(s).

Com relação à questão- Assinale com quem seu filho assiste à TV, pode-se perceber que a maioria dos filhos primogênitos assiste TV com os pais, enquanto que os segundos e terceiros filhos assistem à TV acompanhados de outro adulto.

Tabela 48: Com quem seu(s) filho(s) assiste(m) à TV.

Assinale com quem este(a) seu(ua) filho(a) geralmente assiste à TV.	1º filho		2º filho		3º filho	
	N	%	n	%	n	%
Com você	40	42,1	9	21,4	2	28,6
Com outro adulto	12	12,6	6	14,3	3	42,9
Com irmãos	20	21,1	18	42,9	2	28,6
Com amigos	2	2,1	3	7,1	0	0,0
Sozinho	19	20,0	6	14,3	0	0,0
Outros	2	2,1	0	0,0	0	0,0

Tabela referente à questão de nº. 44 - Assinale com quem este(a) seu(ua) filho(a) geralmente assiste à TV.

Obs: 5 pais não responderam para o primeiro filho e 2 para o segundo filho.

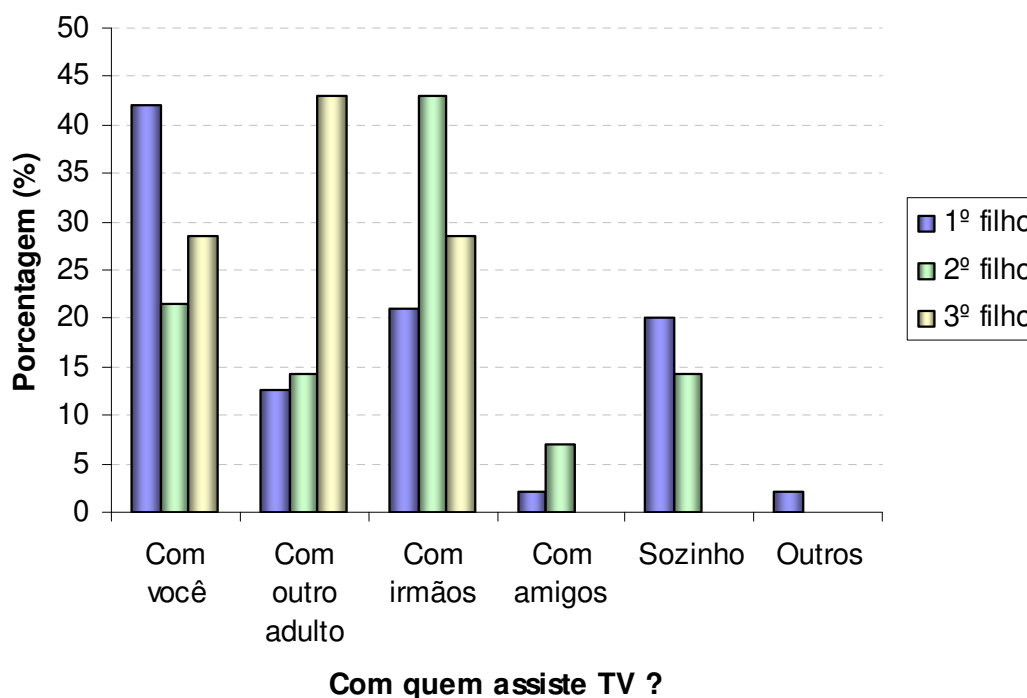


Figura 47: Porcentagem com quem seu(s) filho(s) assiste(m) à TV.

Observa-se que assistem a programas sozinhos os filhos mais velhos. Este fato foi observado também quando os pais consideraram a ineficácia da Classificação Indicativa, alegando que, quando os filhos estão sozinhos, não tem controle sobre o que os filhos vêem na TV. O mesmo não ocorre para com os filhos mais novos, visto assistirem à TV sempre com outro adulto.

Chama atenção que, por outro lado, os filhos mais novos, por assistirem a programas com outros adultos ou com irmão, nem sempre (tendência) assistem a programas apropriados a sua faixa etária.

Tabela 49: Momentos/circunstâncias que seu(s) filho(s) assiste(m) à TV.

Em qual(ais) momentos/circunstâncias este(a) seu(ua) filho(a) geralmente assiste à TV?	1º filho		2º filho		3º filho	
	n	%	n	%	n	%
1 =Não respondeu ou Não assiste à TV em casa.	4	4,2	3	7,3	0	0,0
2 =Especialmente por lazer; Em horários específicos (antes de dormir, antes ou depois da escola, na hora do almoço/jantar).	82	86,3	32	78,0	4	80,0
3 =Depois que terminam suas obrigações (tarefas escolares, afazeres rotineiros); Nas horas livres/tempo ocioso.	7	7,4	4	9,8	1	20,0
4 =Quando está junto com os pais ou outro adulto.	2	2,1	2	4,9	0	0,0

Tabela referente à questão de nº. 45 - Em qual(ais) momentos/circunstâncias este(a) seu(ua) filho(a) geralmente assiste à TV?

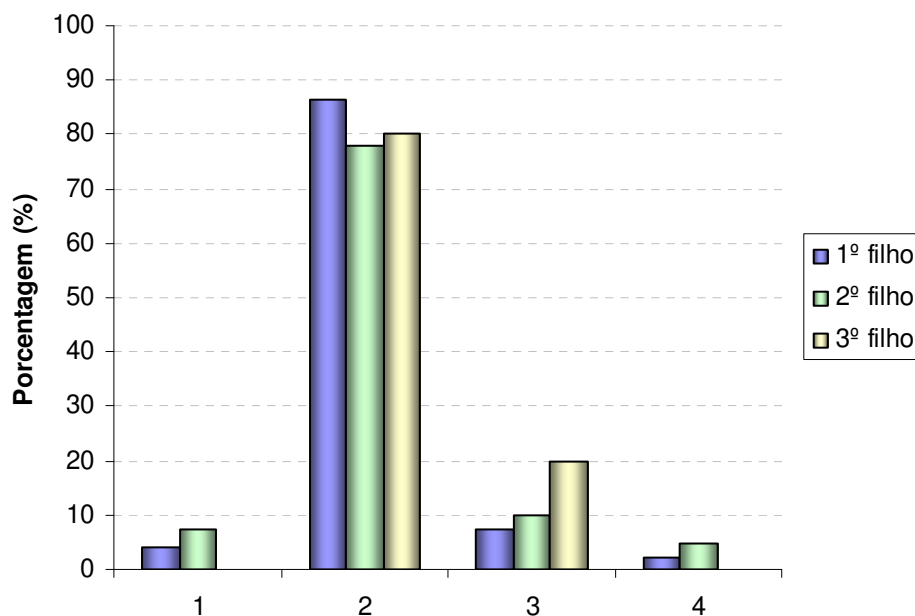


Figura 48: Porcentagem dos momentos/circunstâncias que seu(s) filho(s) assiste(m) à TV.

Tabela 50: Os pais já observaram se seu(s) filho(s) imita(m) algum personagem de programa televisivo.

Você já observou seu(ua) filho(a) imitar algum personagem de programa televisivo?	1º filho		2º filho		3º filho	
	N	%	n	%	n	%
Sim	65	68,4	23	54,8	5	71,4
Não	30	31,6	19	45,2	2	28,6

Tabela referente à questão de nº. 46 - Você já observou seu (ua) filho (a) imitar algum personagem de programa televisivo?

Obs: 5 pais não responderam para o primeiro filho e 2 para o segundo filho.

Um fato interessante pode ser observado nesta questão. A imitação como uma das características da Função Semiótica. Embora a maioria dos pais tenha observado que seus filhos imitam personagens dos programas televisivos, o comportamento imitativo foi manifestado em maior parte pelo terceiro filho, indicando ainda que, a imitação é uma característica sobressalente no estágio de desenvolvimento cognitivo pré-operatório, estágio este em que o terceiro filho evidencia se encontrar.

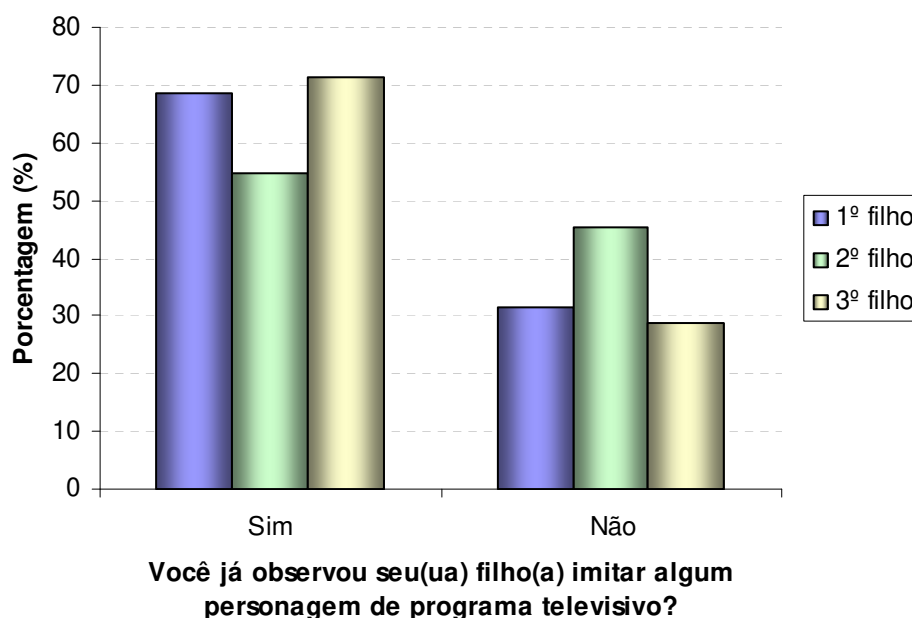


Figura 49: Porcentagem de pais que já observaram (ou não) se seu(s) filho(s) imita(m) algum personagem de programa televisivo.

Tabela 51: Personagem de programa televisivo que os pais já presenciaram o(s) filho(s) imitando.

Qual o personagem que você já o presenciou imitando?	1º filho		2º filho		3º filho	
	n	%	n	%	n	%
1=Não respondeu.	2	3,1	2	8,7	0	0,0
2=Não observou o filho (geralmente o mais velho) imitar personagens da TV.	1	1,5	1	4,3	1	25,0
3=Observou o filho (geralmente o mais novo) imitar personagens de desenhos, programas humorísticos e seriados.	61	93,8	20	87,0	3	75,0
4=Observou o filho (geralmente o mais novo) cantar Músicas de Comerciais/Temas de Novela; Imitar personagens de desenhos, programas humorísticos e seriados.	1	1,5	0	0,0	0	0,0

Tabela referente à questão de nº. 46- Você já presenciou seu (ua) filho (a) imitar algum personagem de programa televisivo? Sim () não (). Se sua resposta foi “sim”, qual o personagem que você já o presenciou imitando?

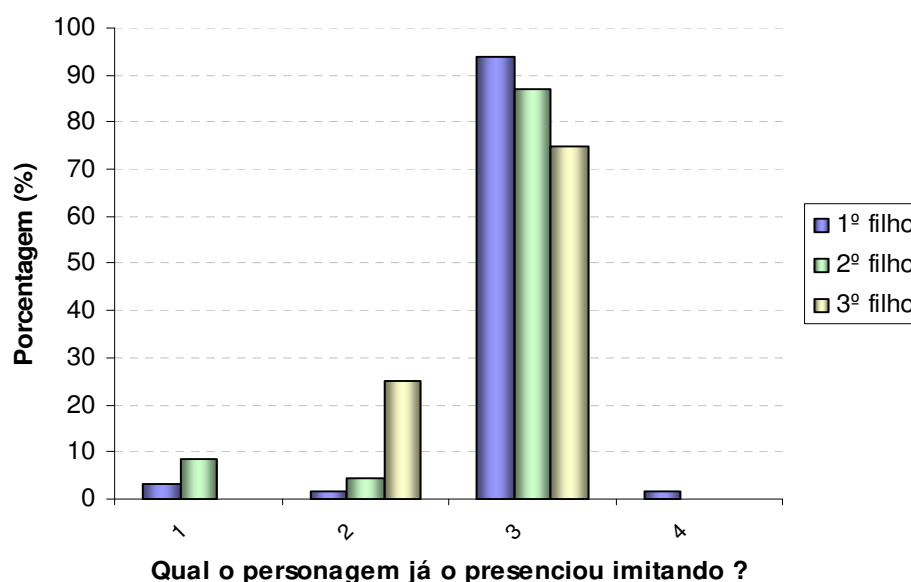


Figura 50: Porcentagem de um programa televisivo que os pais já presenciaram o(s) filho(s) imitando.

A grande maioria dos pais observou o filho (geralmente o mais novo) imitar personagens de desenhos, programas humorísticos e seriados.

Tabela 52: Tipo de programa/formato televisivo que se refere ao personagem já qual imitado pelo(s) seu(s) filho(s).

De que tipo de programa/formato televisivo é este personagem?	1º filho		2º filho		3º filho	
	N	%	n	%	n	%
Documentário / Informativo	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Telejornal	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Filme / Seriado	23	36,5	7	30,4	2	50,0
Novela	1	1,6	0	0,0	0	0,0
Desenho Animado	33	52,4	14	60,9	1	25,0
Programas de Variedades / Entretenimento	4	6,3	2	8,7	1	25,0
Reality show / Auditório	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Comercial	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Outros	2	3,2	0	0,0	0	0,0

Tabela referente à questão de nº. 47 - Este personagem é de que tipo de programa/formato televisivo?

Obs: 37 pais não responderam para o primeiro filho, 21 para o segundo filho e 3 para o terceiro filho.

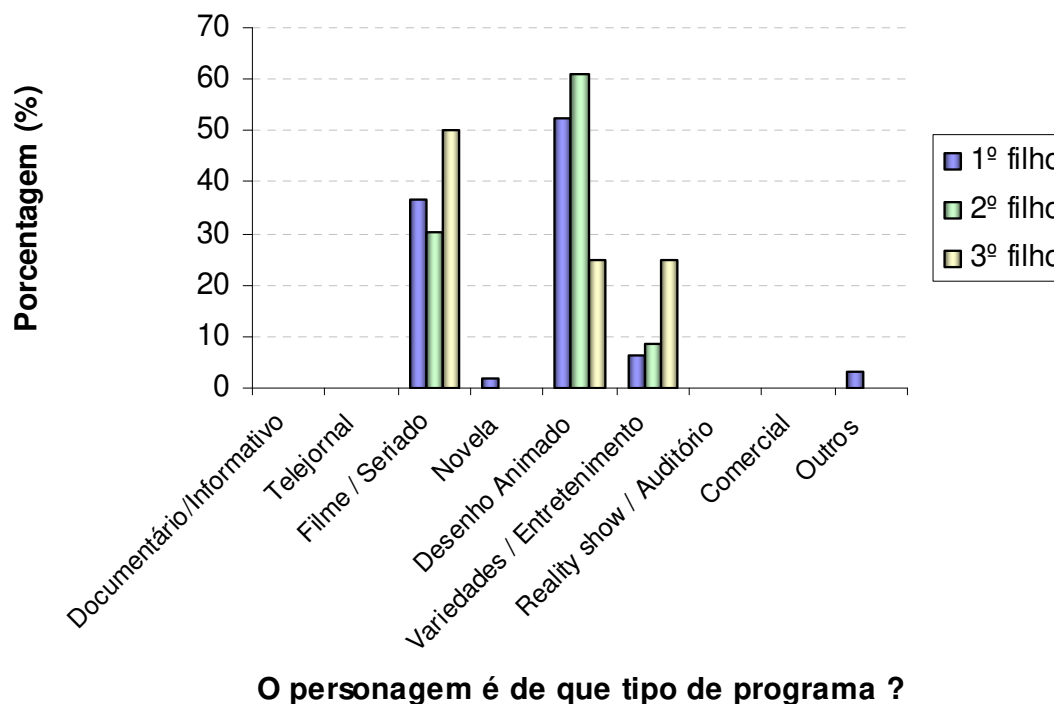


Figura 51: Percentual do tipo de programa/formato televisivo que se refere ao personagem já imitado por seu(s) filho(s).

4.5. Parte III: Questionário Professores - A influência da TV na educação dos alunos

Neste item buscou-se agrupar as questões referentes às concepções que os professores apresentaram quanto ao trabalho com a TV na escola e como utilizam a TV em suas aulas.

Do total de 100 professores que responderam ao questionário, 5 deles lecionam em 2 escolas. Os resultados das tabelas e figuras a seguir são referentes a 105 respostas obtidas.

Tabela 53: Localização das escolas onde os professores lecionam.

Localização da escola	N	%
Área Central	57	54,3
Área Periférica	46	43,8
Área Rural	0	0,0
Outras	2	1,9

Tabela referente à questão de nº. 29 – questionário professores – Escola 1- Assinale onde está escola localizada.

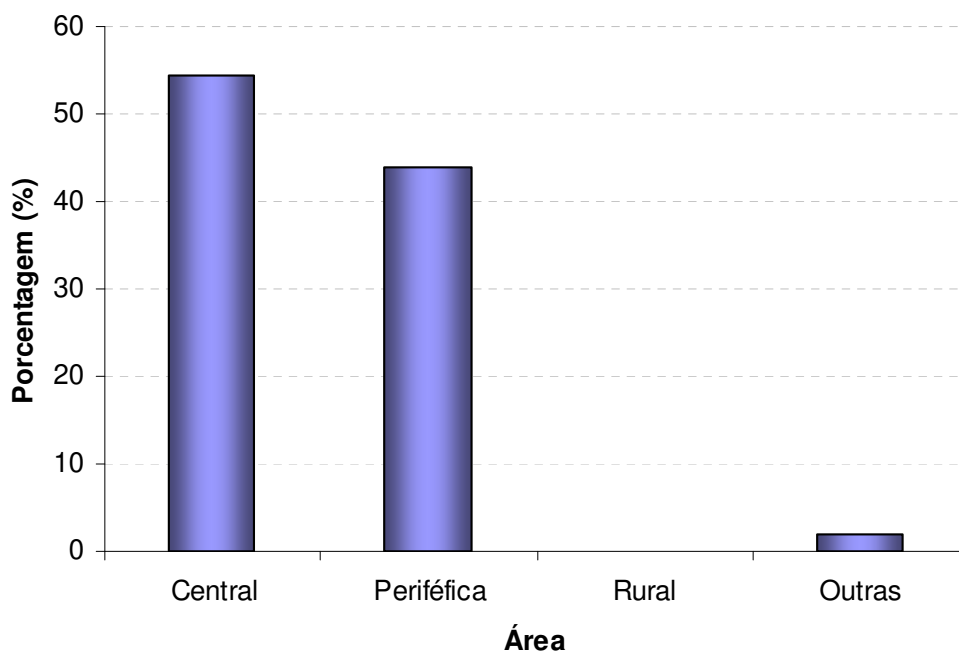


Figura 52: Porcentagem da localização das escolas onde os professores lecionam.

Tabela 54: Tipo de rede a que a escola pertence.

Tipo de rede a que a escola pertence	N	%
Pública	54	51,4
Privada	49	46,7
Cooperativa	0	0,0
Outras	2	1,9

Tabela referente à questão de nº. 30- Assinale o tipo de Rede a que esta escola pertence.

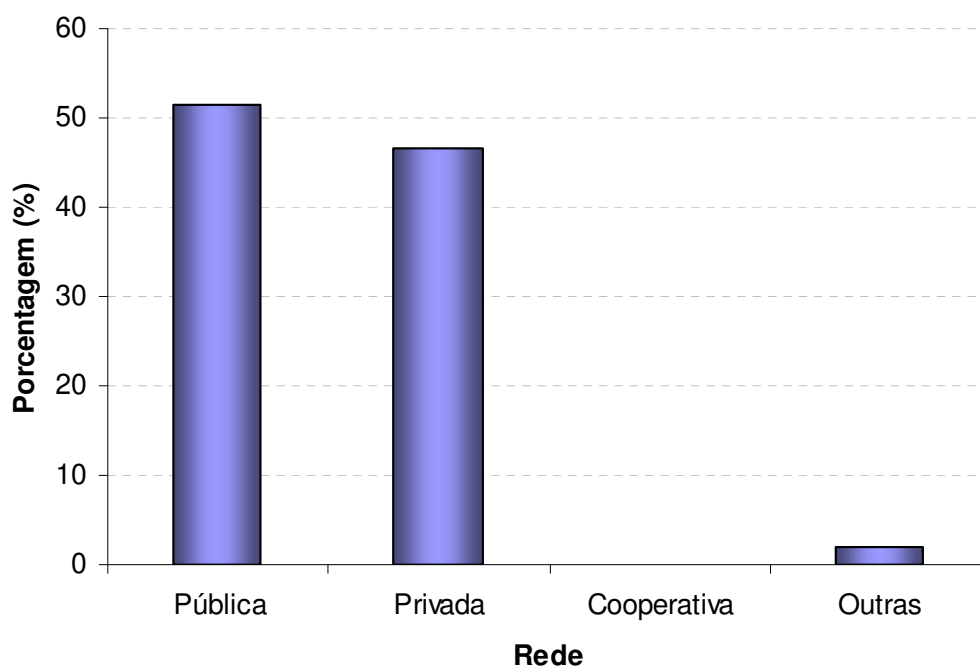


Figura 53: Porcentagem do tipo de rede a que a escola pertence.

Cabe ressaltar que, embora os dados desta pesquisa tenham sido coletados em escolas públicas e particulares na mesma proporção, encontram-se entre os respondentes, alguns professores que trabalham em mais de uma escola além de algumas escolas privadas terem gestão/ administração diferenciada, sendo classificadas na categoria “outras”, como caracterizado no gráfico acima.

Tabela 55: Nível(eis) de educação que os professores lecionam na(s) escola(s).

Que (quais) nível (eis) de educação você leciona nesta escola?	N	%
1. Educação Infantil 0-3anos	19	18,1
2. Educação Infantil 4-6	19	18,1
3. Ensino Fundamental 1º Ciclo	29	27,6
4. Ensino Fundamental 2º Ciclo	36	34,3
5. Outros	2	1,9

Tabela referente à questão de nº. 31 – Assinale que (quais) nível (eis) de educação Você leciona nesta escola?

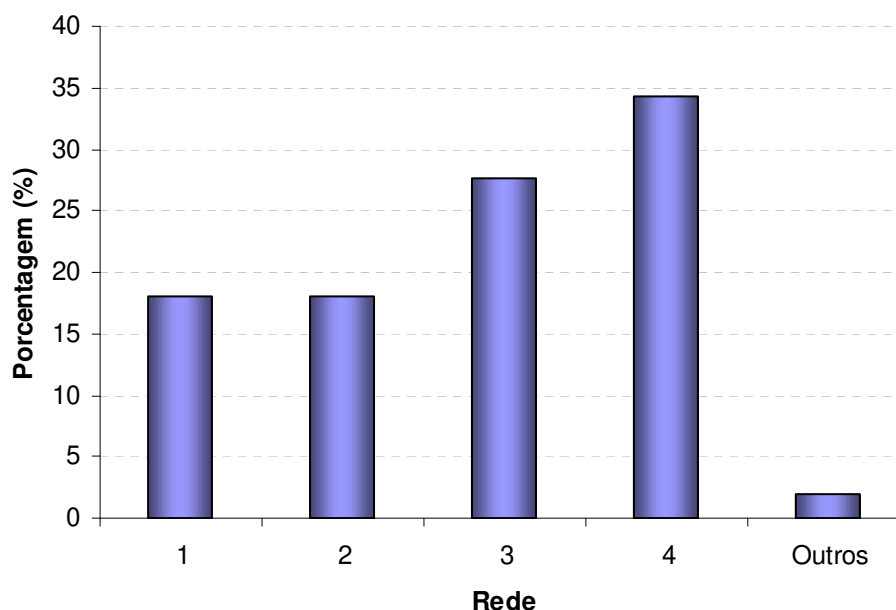


Figura 54: Porcentagem do(s) nível (eis) de educação que os professores lecionam na(s) escola(s).

Com relação à média do número de televisores nas escolas, foi 3,2 sendo o mínimo igual a nenhuma TV (14 repostas) e o máximo igual a 20 TVs (2 repostas). Mais da metade das escolas tem entre 0 e 2 TVs, como pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 56: Número de televisores existentes na(s) escola(s).

Número de TVs na escola?	n	%
0	14	13,3
1	22	21,0
2	28	26,7
3	17	16,2
4	5	4,8
5	5	4,8
7	1	1,0
8	2	1,9
9	1	1,0
10	5	4,8
12	1	1,0
15	2	1,9
20	2	1,9

Tabela referente à questão de nº. 32 – Quantos televisores há nesta escola?

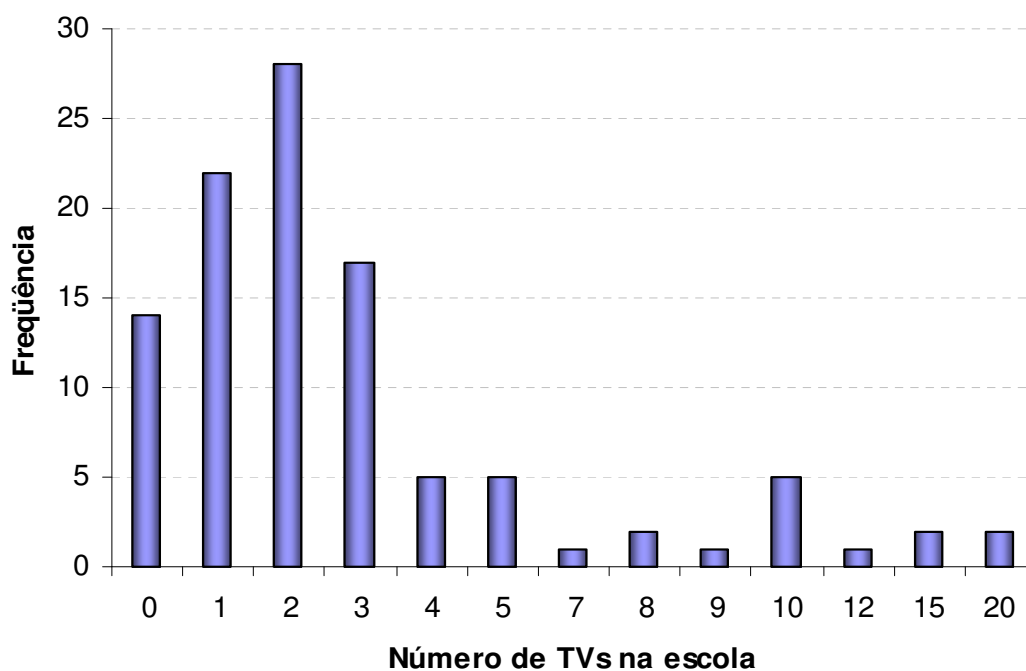


Figura 55: Percentual do número de televisores existentes na(s) escola(s).

Tabela 57: Importância da TV na escola.

Você considera importante que a escola tenha TV?	n	%
Sim	98	93,3
Não	7	6,7

Tabela referente à questão de nº. 33 – Você considera importante que a escola tenha TV?

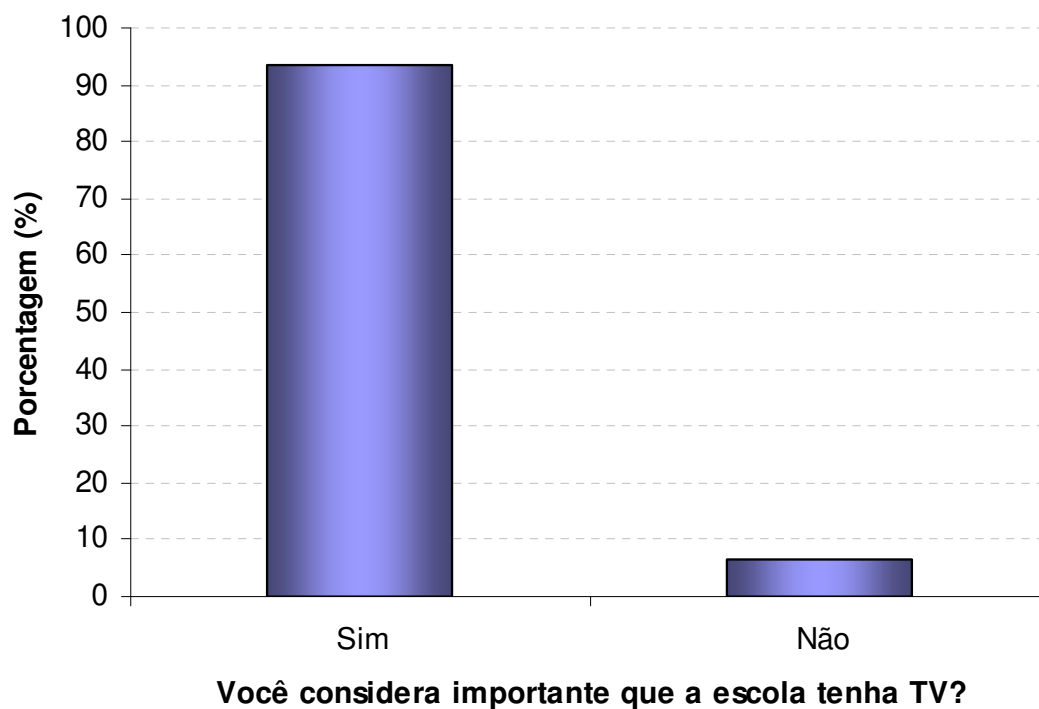


Figura 56: Percentual de professor que considera (ou não) importante que a escola tenha TV.

A grande maioria dos professores considera importante que a escola tenha TV. As razões atribuídas serão discutidas juntamente com os resultados das próximas perguntas.

Tabela 58: Por que o professor considera importante que a escola tenha TV.

Por que você considera importante que a escola tenha TV?	n	%
1 =Não respondeu ou Não considera importante que a escola tenha TV	14	13,3
2 =Considera importante somente como fonte de entretenimento ou de informação de determinado conteúdo (DVD).	31	29,5
3 =Considera importante como complemento pedagógico ou um elemento a mais para motivar o aluno e auxiliar o professor em suas aulas.	29	27,6
4 =Como ferramenta pedagógica na realização de atividades educativas e recreativas; Na orientação dos conteúdos curriculares e na formação de alunos e professores.	31	29,5

Tabela referente à questão de nº. 33 - Por quê?

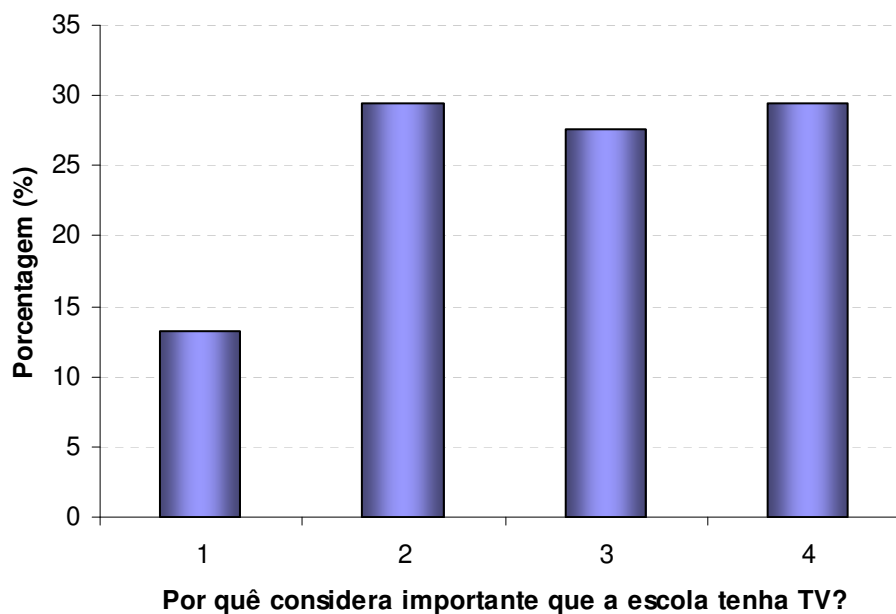


Figura 57: Porcentagem da importância atribuída pelo professor em relação à escola ter TV.

Tabela 59: Como o(s) televisor (es) foi(ram) adquirido(s) pela escola.

Assinale como o(s) televisor (es) foi(ram) adquirido(s)	n	%
1.Associação de Pais	3	2,9
2.Doação particular	0	0,0
3.Governo Federal	3	2,9
4.Governo Estadual	11	10,6
5.Governo Municipal	32	30,8
6.Mantenedora	39	37,5
7.Outros	16	15,4

Tabela referente à questão de nº. 34 – Assinale como o(s) televisor (es) foi(ram) adquirido(s)

Obs: 1 professor não respondeu.

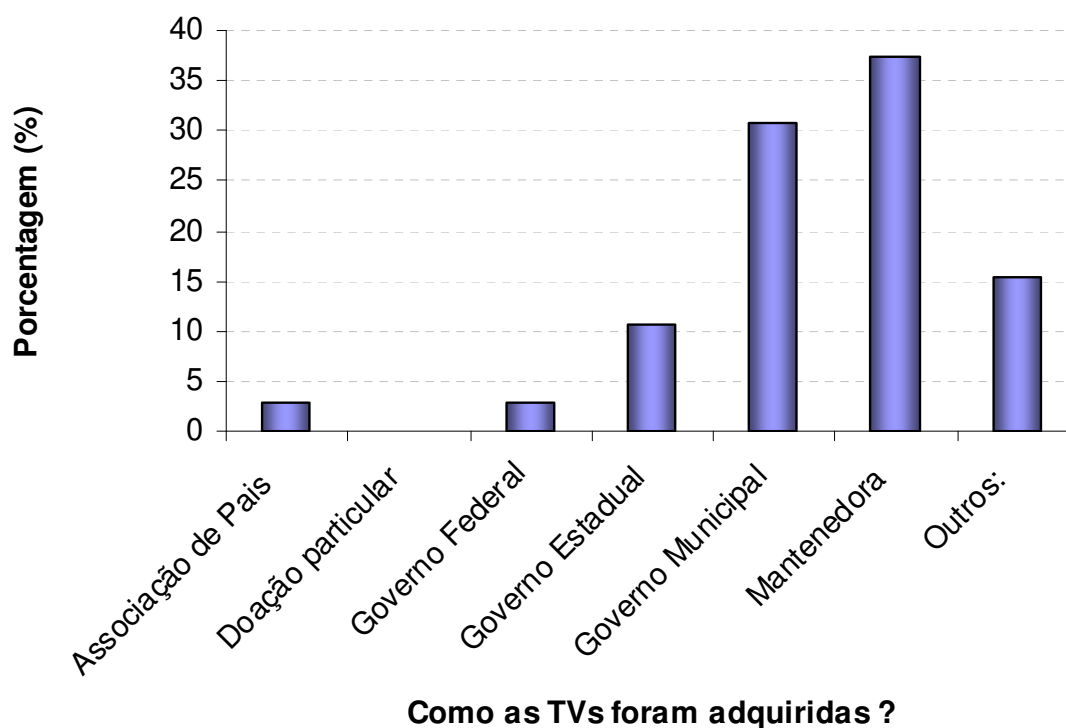


Figura 58: Porcentagem de como o(s) televisor (es) foi(ram) adquirido(s) pela escola.

Tabela 60: Finalidade com que o(s) televisor(s) foi (ram) adquirido(s) ou doado(s) para a escola.

Com quais finalidades as TVs foram adquiridas ou doadas para esta escola?	n	%
1= Não respondeu ou Não sabe as finalidades que foram adquiridas ou doadas para a esta escola.	30	28,8
2= Como um Programa Pré-Estabelecido pela Rede; Para proporcionar interação e acesso à TV, as crianças que não tem oportunidade de assistir à TV em casa.	10	9,6
3= Para ser utilizada como fonte de lazer (DVD); Um elemento a mais para motivar o aluno.	11	10,6
4= Como Ferramenta Pedagógica na realização de Atividades Educativas e Recreativas; Na orientação dos conteúdos curriculares e na formação de alunos e professores.	53	51,0

Tabela referente à questão de nº. 35- Com quais finalidades foram adquiridos ou doados para a escola?

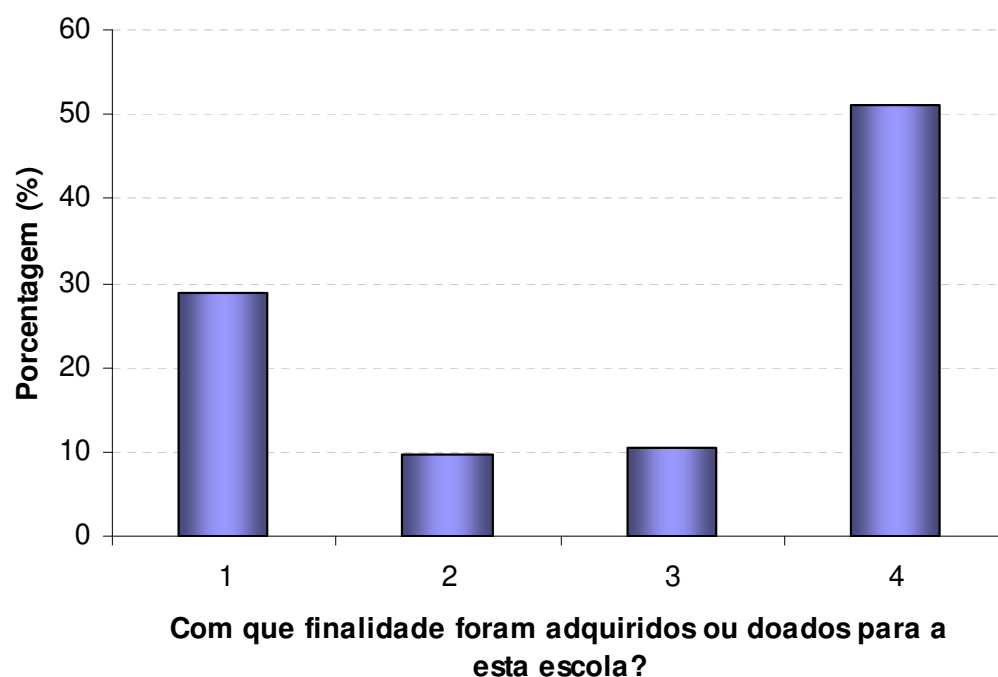


Figura 59: Porcentagem da finalidade com que o(s) televisor (es) foi(ram) adquirido(s) ou doado(s) para a escola.

A maioria dos professores considera a TV como ferramenta pedagógica. Chama a atenção a porcentagem expressiva de professores que não respondeu a questão.

Tabela 61: Há na escola propostas pedagógicas que referenciem ao trabalho com televisão no contexto escolar.

Nos documentos oficiais desta escola, como por exemplo: <i>Plano Político Pedagógico</i> ; <i>Proposta Pedagógica</i> ou <i>Proposta Curricular</i> , há referência ao trabalho com a televisão no contexto escolar?			
	n	%	
Sim	23	22,8	
Não	18	17,8	
Desconheço	60	59,4	

Tabela referente à questão de nº. 36 - Nos documentos oficiais desta escola, como por exemplo: *Plano Político Pedagógico*; *Proposta Pedagógica* ou *Proposta Curricular*, há referência ao trabalho com a televisão no contexto escolar?

Obs: 5 professores não responderam.

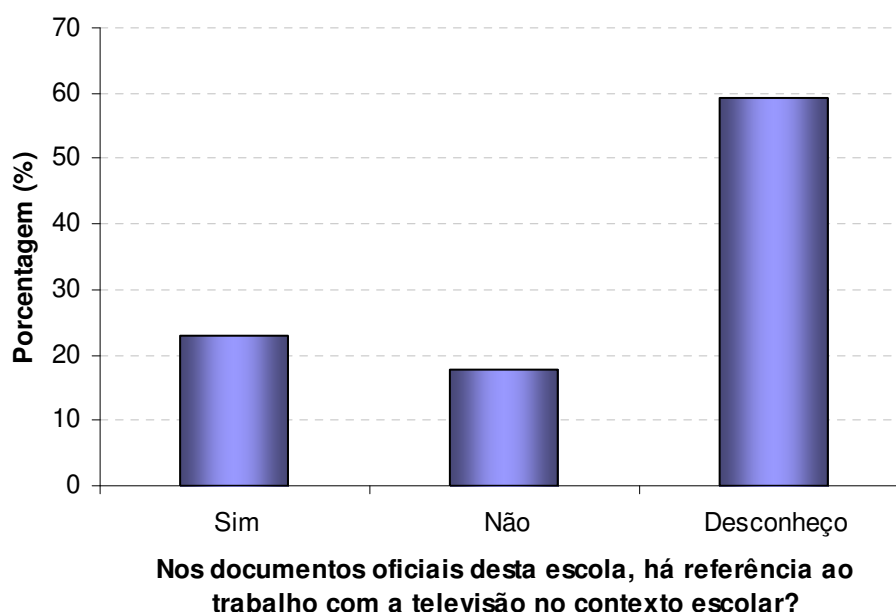


Figura 60: Porcentagem da existência na escola de propostas pedagógicas que referenciem ao trabalho com a televisão no contexto escolar.

A maioria dos professores desconhece se há (ou não) referência ao uso da TV nos documentos oficiais da escola. Isso pode indicar que muitas escolas, não constroem estes materiais com seus professores, podendo o professor desconhecer até mesmo se a escola possui tais documentos.

Tabela 62: Funcionamento do(s) televisor (es) na escola.

O(s) televisor (res) nesta escola esta(ão) funcionando normalmente?	n	%
Sim	94	90,4
Não	10	9,6

Tabela referente à questão de nº. 37 O(s) televisor(res) nesta escola esta(ão) funcionando normalmente?

Obs: 1 professor não respondeu.

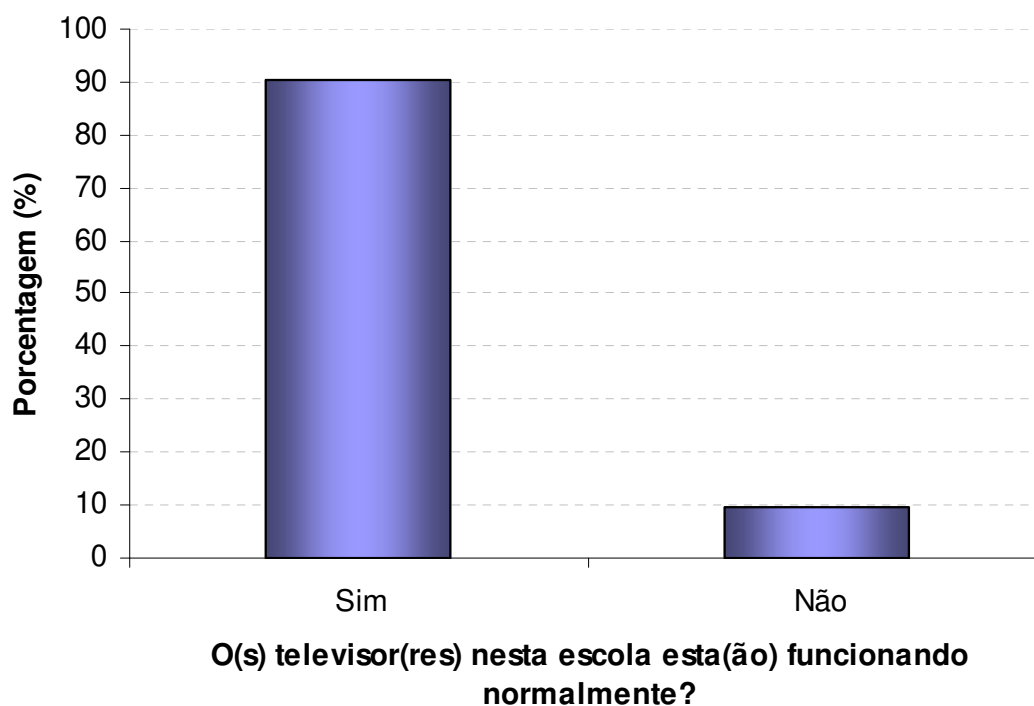


Figura 61: Porcentagem do funcionamento do(s) televisor(es) na escola.

Observa-se que os televisores nas escolas funcionam normalmente, não sendo, portanto, justificativa para que os professores não os utilizem em suas aulas como ferramenta pedagógica.

Tabela 63: Existência de aparelho de televisão itinerante dentro da escola.

Nesta escola, há pelo menos um aparelho de televisão itinerante, de forma a propiciar o seu deslocamento por toda a escola?	n	%
Sim	67	63,8
Não	38	36,2

Tabela referente à questão de nº. 38 - Nesta escola há pelo menos um aparelho de televisão itinerante, de forma a propiciar o seu deslocamento por toda a escola?

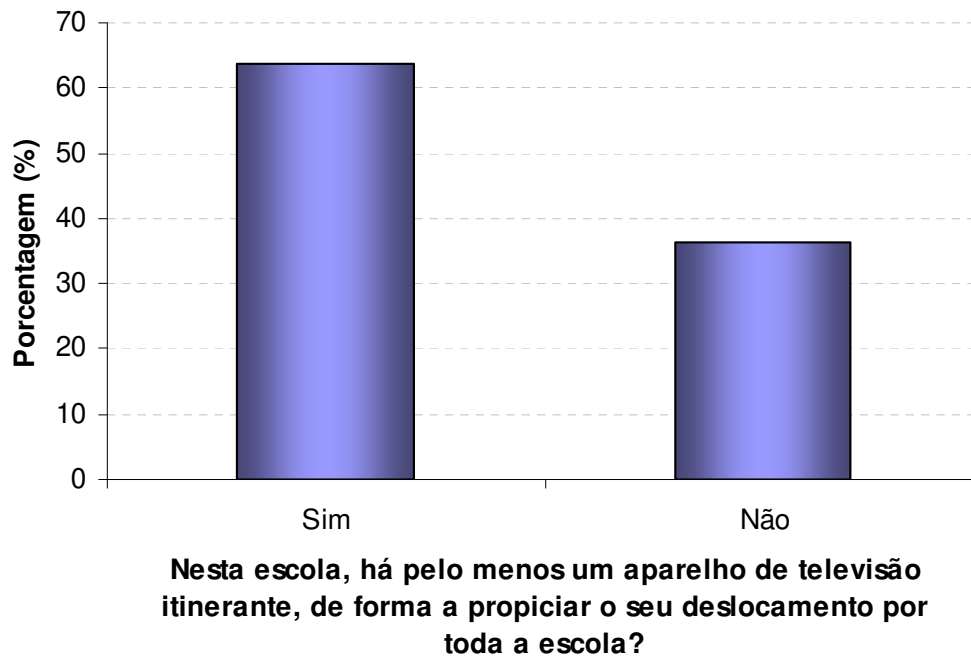


Figura 62: Porcentagem da existência de aparelho de televisão itinerante dentro da escola.

Tabela 64: Local onde se encontram instalados os televisores.

Não havendo televisão itinerante, ou ainda, havendo nesta escola além de um televisor itinerante, televisores fixos, onde se encontram instalados?	n	%
Sala de Vídeo ou de Recurso Audiovisual	40	36,7
Biblioteca	11	10,1
Brinquedoteca	3	2,8
Diretoria /Secretaria	2	1,8
Coordenação	4	3,7
Sala de Reunião/ Professores	17	15,6
Pátio/ Refeitório	3	2,8
Outros	29	26,6

Tabela referente à questão de nº. 39- Não havendo televisão itinerante, ou ainda, havendo nesta escola além de um televisor itinerante, televisores fixos, onde se encontram instalados?

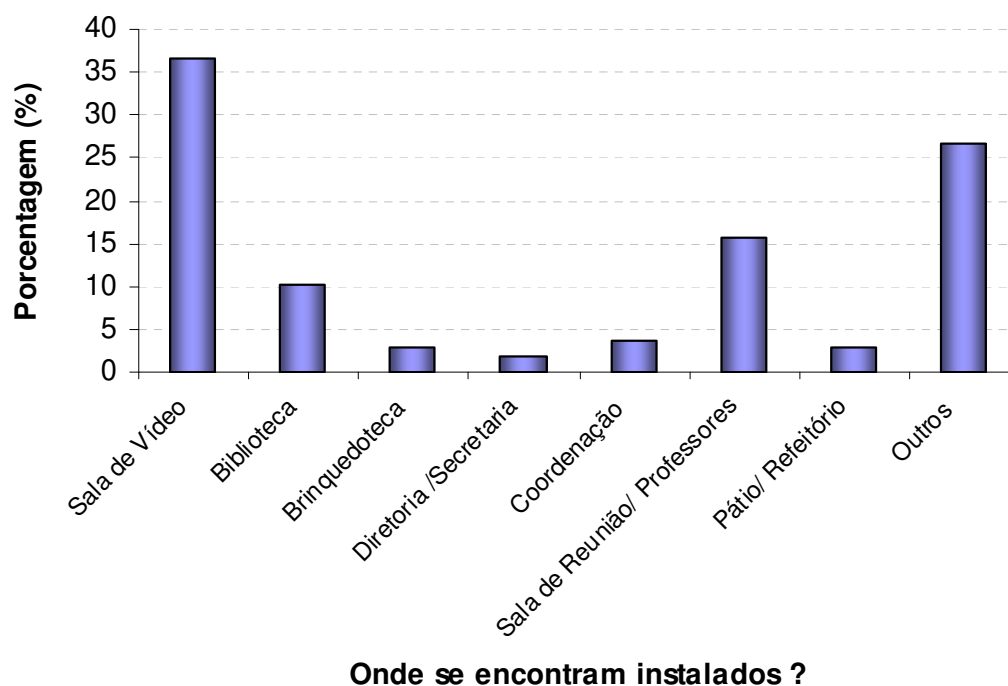


Figura 63: Porcentagem do local onde se encontra(m) instalado(s) o(s) televisor (es).

Tabela 65: Por que o(s) televisor(es) está(ao) instalado(s) neste(s) ambiente(s).

Por que estão instalados neste(s) ambiente(s)?	n	%
1=Não respondeu ou Desconhece o motivo.	24	22,9
2=Por ser Espaço Coletivo que proporciona melhor acomodação. (Estando instalados em salas de ambientes, sala de Reunião/Diretoria, Sala dos Professores).	42	40,0
3=Por se tratar de um espaço com toda infraestrutura áudio-visual e servir de suporte para trabalho com este Recurso Didático (Estando instalado na Sala de Vídeo).	32	30,5
4=Por não ter outra opção de espaço físico na escola.	7	6,7

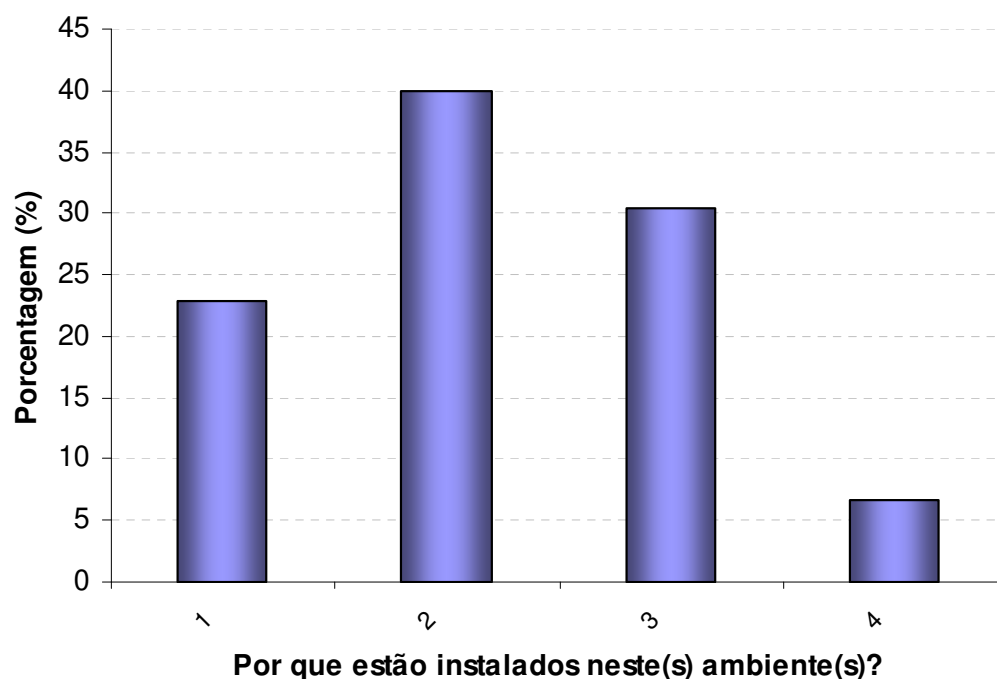
Tabela referente à questão de nº. 40 - Por que estão instalados neste(s) ambiente(s)?**Figura 64: Porcentagem do por que o(s) televisor (res) está(ao) instalado(s) neste(s) ambiente(s).**

Tabela 66: Há alguma orientação específica ou cronograma que deve ser seguido pelos professores para se usar a TV nesta escola.

Há alguma orientação específica ou cronograma que deve ser seguido pelos professores para se usar a TV nesta escola?	n	%
Sim	61	59,8
Não	41	40,2

Tabela referente à questão de nº. 41 - Há alguma orientação específica ou cronograma que deve ser seguido pelos professores para se usar a TV nesta escola?

Obs: 2 professores não responderam.

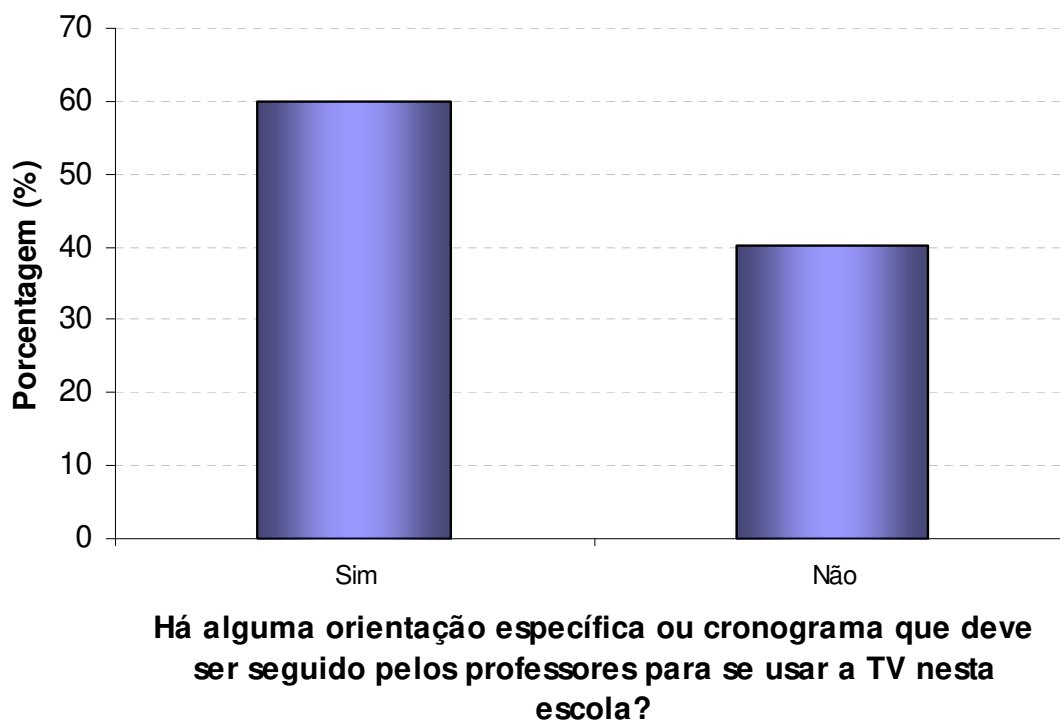


Figura 65: Porcentagem da existência (ou não) de orientação específica ou cronograma que deve ser seguido pelos professores para se usar a TV nesta escola.

Tabela 67: Orientação/ cronograma que deve ser seguido pelos professores para se usar a TV nesta escola.

Qual é esta orientação/ cronograma?	n	%
1 =Não respondeu ou Não há orientação específica ou cronograma que deve ser seguido pelos professores para se usar a TV nesta escola.	20	26,0
2 =Há dia ou hora específico para o uso da TV, determinado pela Direção/ coordenação.	7	9,1
3 =Deve-se agendar a TV nesta escola com antecedência.	29	37,7
4 =Não usá-la sem objetivos. Deve-se trabalhar a TV nesta escola com devido planejamento, com vídeos educativos e sem excessos.	21	27,3

Tabela referente à questão de nº. 42- Qual é esta orientação/cronograma?

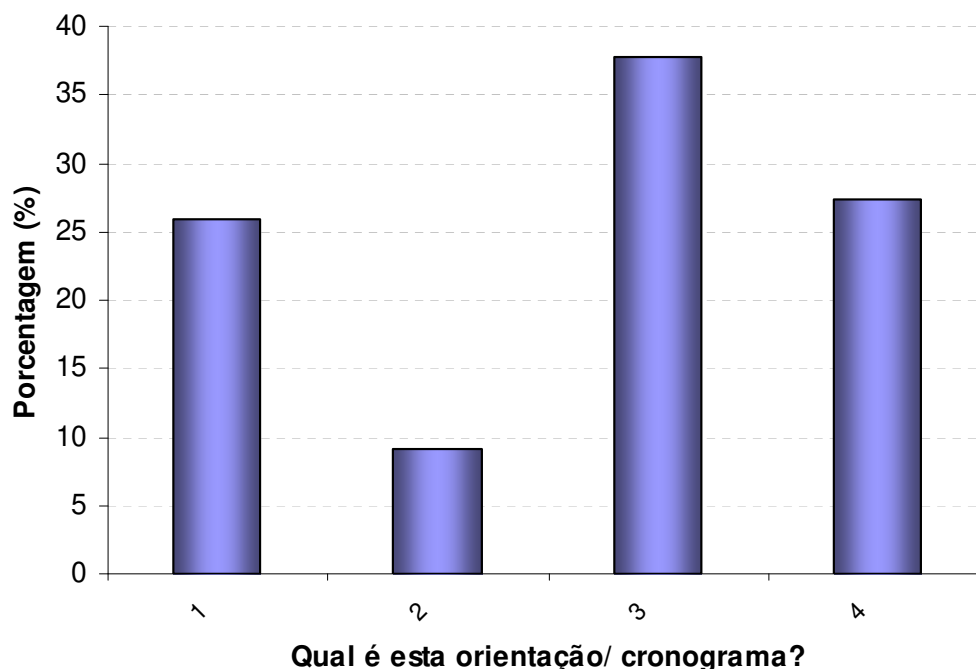


Figura 66: Percentagem da orientação/ cronograma que deve ser seguido pelos Professores para se usar a TV nesta escola.

Tabela 68: Restrição por parte da Direção ou Coordenação Pedagógica com relação aos conteúdos televisivos trabalhados nesta escola.

Há alguma restrição por parte da Direção ou Coordenação Pedagógica com relação aos conteúdos televisivos trabalhados nesta escola?	n	%
Sim	52	49,5
Não	53	50,5

Tabela referente à questão de nº. 43- Há alguma restrição por parte da Direção ou Coordenação Pedagógica com relação aos conteúdos televisivos trabalhados nesta escola?

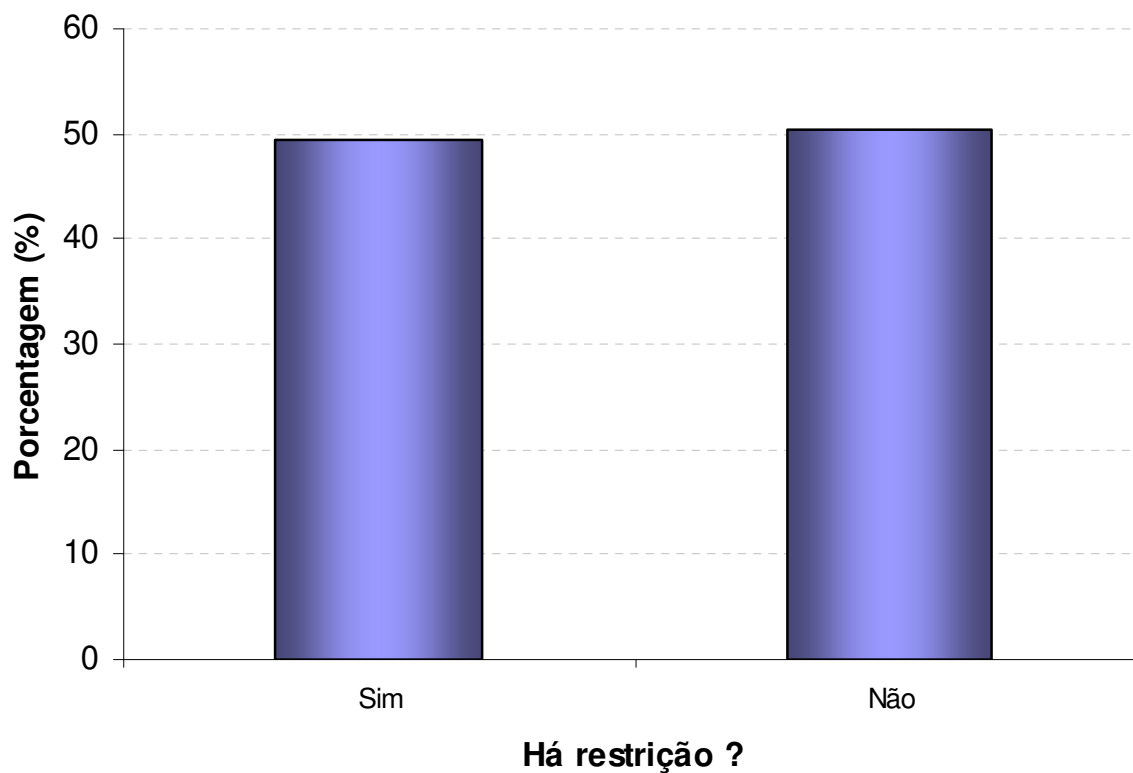


Figura 67: Porcentagem de se há (ou não) restrição por parte da Direção ou Coordenação Pedagógica com relação aos conteúdos televisivos trabalhados nesta escola.

Tabela 69: Por que há restrição

Por que há restrição?	n	%
1 =Não respondeu ou Não há necessidade de restrição por parte da Direção ou Coordenação Pedagógica com relação aos conteúdos televisivos nesta escola.	46	45,1
2 =Não. Reportou-se a liberdade do uso do equipamento e não do conteúdo televisivo.	5	4,9
3 =Sim. É solicitado para que se verifique antecipadamente, o conteúdo do vídeo a ser exibido e a faixa-etária a que se destina.	27	26,5
4 =Sim. Deve ser usado para trabalhar os Conteúdos Escolares contidos no Plano Anual, procurando utilizar o próprio acervo da escola.	24	23,5

Tabela referente à questão de nº. 43 - Ha alguma restrição por parte da Direção ou Coordenação Pedagógica com relação aos conteúdos televisivos trabalhados nesta escola? Sim () sim () não por quê?

Obs: 3 professores não responderam.

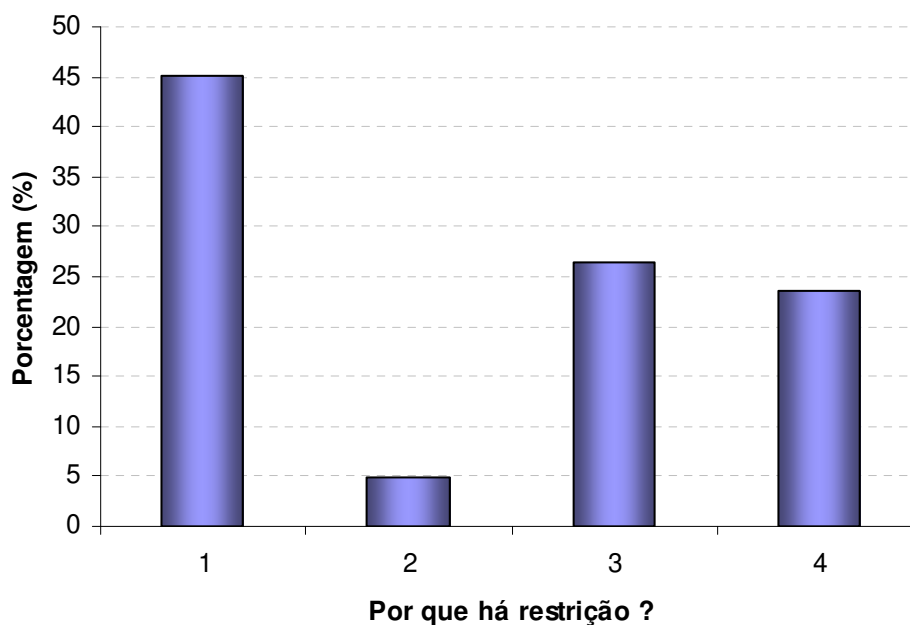


Figura 68: Porcentagem do por que existir restrição por parte da Direção ou Coordenação Pedagógica com relação aos conteúdos televisivos trabalhados nesta escola.

Tabela 70: Utilização da TV em salas de aula.

Nesta escola, você utiliza TV em suas aulas?	n	%
Sim	70	67,3
Não	34	32,7

Tabela referente à questão de nº. 44 - Nesta escola, você utiliza TV em suas aulas?

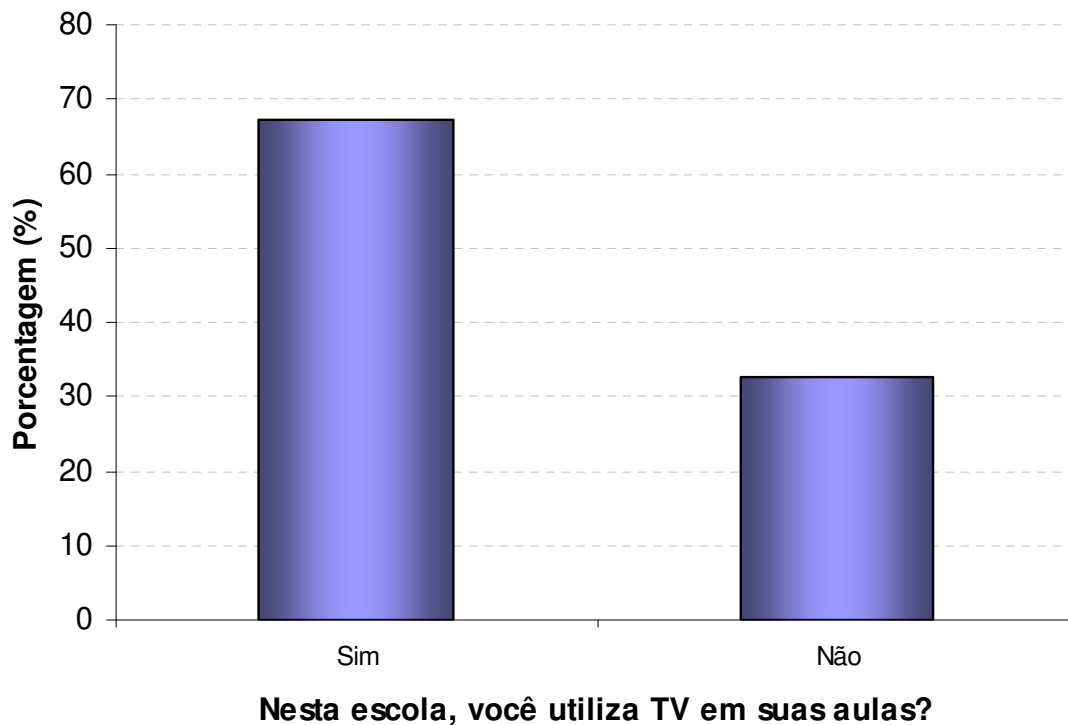


Figura 69: Porcentagem da utilização da TV em salas de aula.

Este gráfico indica o quanto o trabalho com a TV ainda não é habitual. Metade dos professores participantes desta pesquisa não utiliza a TV como recurso pedagógico, sobretudo, os professores que lecionam Ensino Fundamental.

Tabela 71: Forma de utilização da TV em salas de aula.

De que forma você utiliza a TV em suas aulas?	n	%
1=Não respondeu ou Não gosta de TV.	25	26,6
2=Não utiliza TV em suas aulas ou somente utiliza TV em suas aulas como um mero aparelho eletrônico, para lazer.	17	18,1
3= Para apresentação de Material Artístico não acessível às crianças (obras de artes, musicais).	3	3,2
4= Como Conteúdo Pedagógico exibindo arquivos históricos, reportagens/documentários científicos; Como complemento Didático ilustrando e exemplificando as aulas.	49	52,1

Tabela referente à questão de nº. 44 - Se sua resposta for afirmativa explique de que forma você utiliza a TV em suas aulas

Obs: 3 professores não responderam.

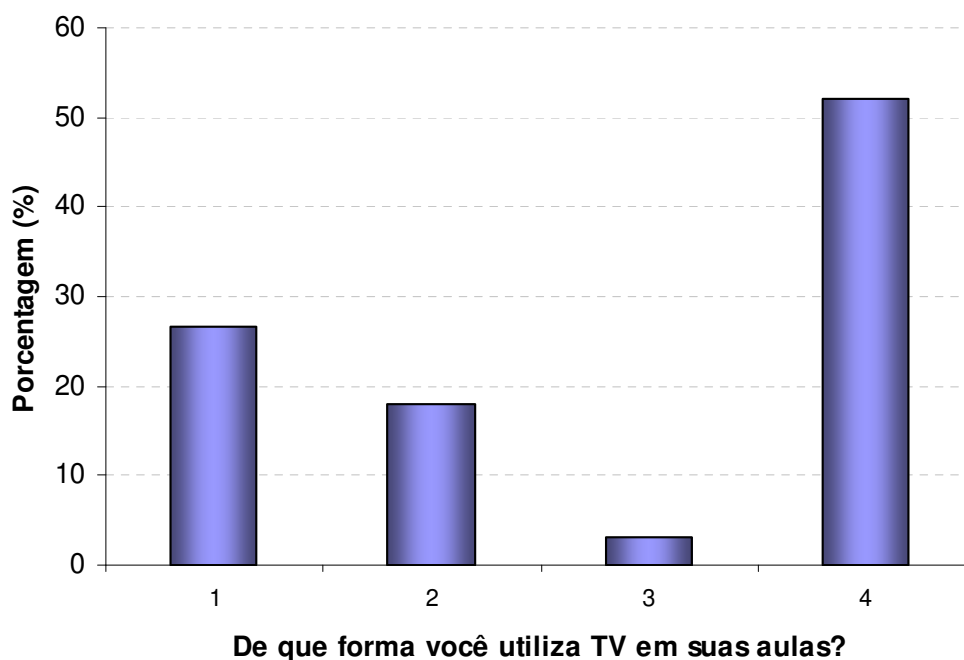


Figura 70: Porcentagem da forma de utilização da TV em sala de aula.

Dos 67,3% dos professores que utilizam a TV em sala de aula, a maioria trabalha a TV para complementar o conteúdo pedagógico, exibindo arquivos históricos, reportagens/documentários científicos, ilustrando e exemplificando os conceitos teóricos trabalhados em classe.

Tabela 72: Frequência de utilização da TV em sala de aula.

Nesta escola, com que frequência você utiliza a TV em sala de aula?	n	%
Diariamente	4	5,7
Semanalmente	16	22,9
Mensalmente	27	38,6
Bimestralmente	13	18,6
Trimestralmente	3	4,3
Semestralmente	5	7,1
Anualmente	2	2,9

Tabela referente à questão de nº. 45 - Nesta escola, com que frequência você utiliza a TV em sala de aula?

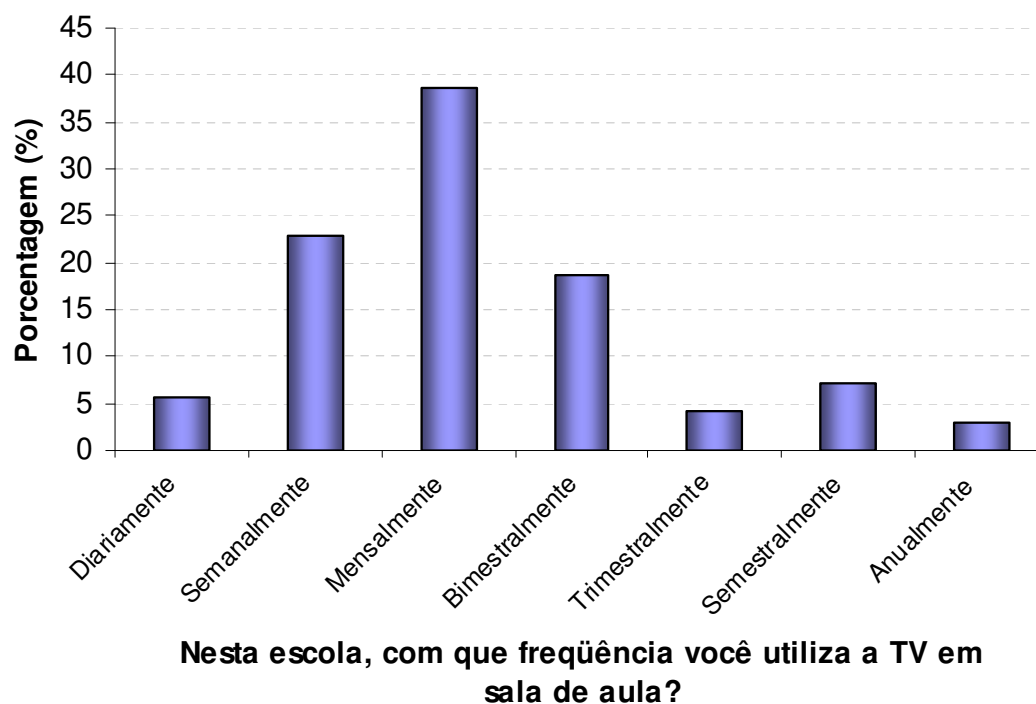


Figura 71: Porcentagem da frequência de utilização da TV em sala de aula.

Tabela 73: Orientação dos alunos por parte dos professores quanto à escolha dos programas assistidos por eles na TV.

Você orienta seus alunos quanto à escolha dos programas assistido por eles na TV?	n	%
Sim	54	51,4
Não	14	13,3
Às vezes	37	35,2

Tabela referente à questão de nº. 46 - Você orienta seus alunos quanto à escolha dos programas assistido por eles na TV?

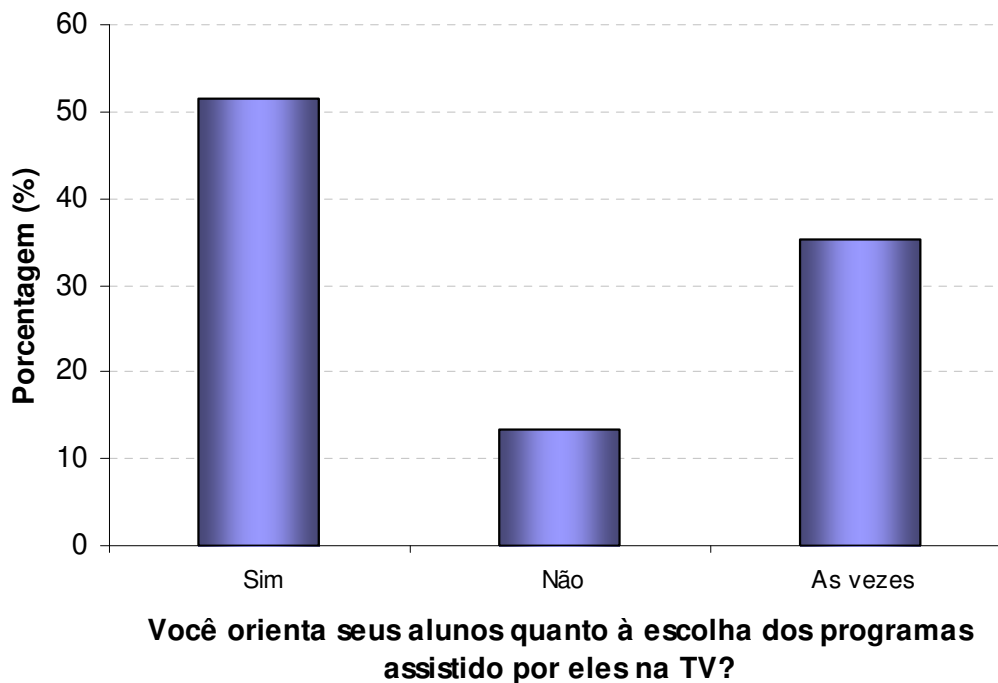


Figura 72: Porcentagem sobre a orientação dos alunos por parte dos professores quanto à escolha dos programas assistidos por eles na TV.

Estes dados refletem a idéia de descontinuidade de um trabalho voltado para *Educação para a Mídia Televisiva* na escola, evidenciando a ausência de um trabalho sistematizado, organizado e planejado de forma a ajudar os alunos a serem mais críticos diante dos conteúdos exibidos na TV.

Tabela 74: Orientação quanto à escolha dos programas assistidos pelos alunos na TV.

Como se dá esta orientação?	n	%
1=Não respondeu	14	13,7
2=Não orienta	7	6,9
3=Às vezes, conversando sobre o conteúdo do material que trazem para a escola ou assistem em casa, indicando programas.	43	42,2
4=Realiza questionamento com as crianças sobre os comentários que apresentam dos conteúdos que assiste na TV, sobretudo, se não são adequados à faixa etária dos alunos.	38	37,3

Tabela referente à questão de nº. 46 - Você orienta seus alunos quanto à escolha dos programas assistidos por eles na TV?

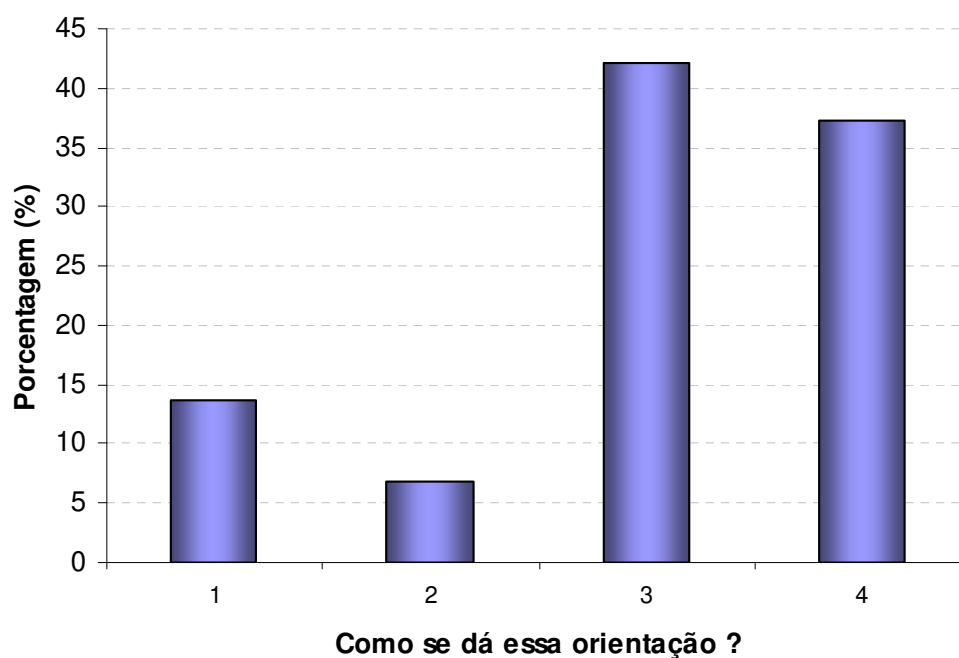


Figura 73: Porcentagem da orientação quanto à escolha dos programas assistidos pelos alunos na TV.

Tabela 75: Dificuldades encontradas na “condução” das questões relacionadas ao “uso da TV” pelos seus alunos.

Como professor, nesta escola, quais são as maiores dificuldades encontradas na “condução” das questões relacionadas ao “uso da TV” pelos seus alunos?	N	%
1= Não respondeu ou Não tem TV.	19	18,1
2= Falta de limite da família deixando a criança assistir a conteúdos impróprios ou agressivos; Orientá-los quanto aos conteúdos que devem assistir.	13	12,4
3= Falta de conhecimento dos programas televisivos que as crianças assistem ou de material vídeo-gráfico para se trabalhar com os alunos.	7	6,7
4= Não encontra dificuldade.	66	62,9

Tabela referente à questão de nº. 47 - Como professor, nesta escola, quais são as maiores dificuldades encontradas na “condução” das questões relacionadas ao “uso da TV” pelos seus alunos?

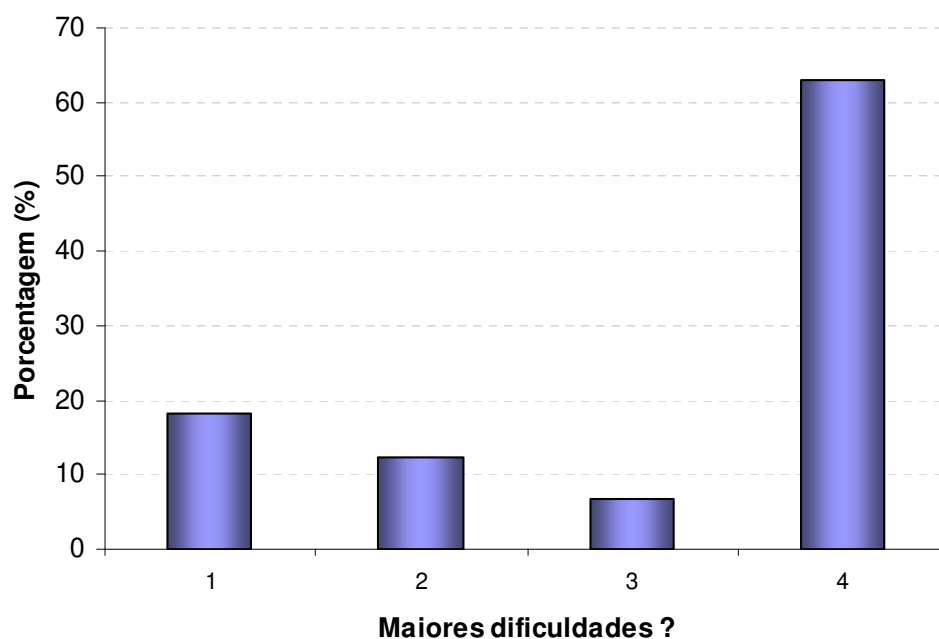


Figura 74: Porcentagem das dificuldades encontradas na “condução” das questões relacionadas ao “uso da TV” pelos seus alunos.

Nesta questão observa-se que a maioria dos professores não encontra dificuldade para trabalhar a TV em sala de aula. Este dado é no mínimo intrigante, enfatizando a idéia de que, se a maioria dos professores não utiliza a TV como recurso pedagógico (como observado nas tabelas e gráficos anteriores), obviamente, não sente dificuldade.

Em contrapartida, os professores que trabalham a TV na escola, ainda que de forma assistemática, evidenciaram características que se remete muito mais às ações da família do que a sua própria competência como, por exemplo, a falta de limite da família ao deixar que a criança assista a conteúdos impróprios a sua idade.

Outro dado que chama a atenção se refere à dificuldade de utilizar a TV em sala de aula como recurso pedagógico, sobretudo, nas discussões quanto aos conteúdos que devem assistir, visto que, evidenciaram falta de conhecimento dos programas televisivos que as crianças assistem e de material vídeo-gráfico diferenciado para se trabalhar com os alunos.

Tabela 76: Diferença entre as escolas com relação à utilização da TV pelos professores no trabalho com os alunos.

Se você leciona em mais de uma escola, você observa diferença entre as escolas, com relação à utilização da TV pelos professores no trabalho com os alunos?	n	%
Sim	6	21,4
Não	22	78,6

Tabela referente à questão de nº. 48 - Se você leciona em mais de uma escola, você observa diferença entre as escolas, com relação à utilização da TV pelos professores no trabalho com os alunos? Sim () não () Justifique sua resposta.

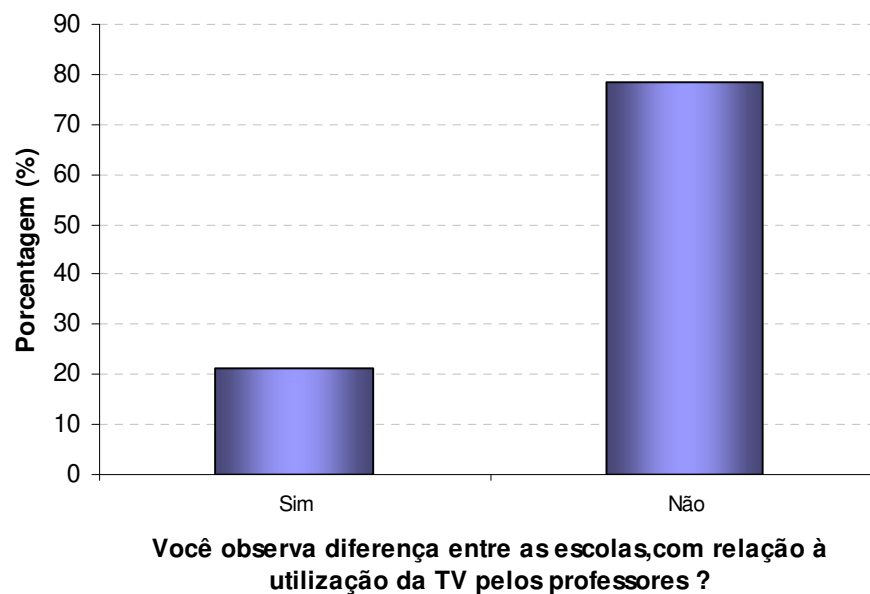


Figura 75: Porcentagem da diferença (ou não) entre as escolas onde leciona com relação à utilização da TV pelos professores no trabalho com os alunos.

Com relação à questão de nº. 48- *Se você leciona em mais de uma escola, você observa diferença entre as escolas, com relação à utilização da TV pelos professores no trabalho com os alunos?*- observou-se uma incoerência entre as respostas dadas pelos professores na primeira parte da questão - () sim ou () não – e a segunda parte – justifique sua resposta.

Na primeira parte, dos cem professores que responderam ao questionário, vinte e oito trabalham em mais de uma escola, sendo que, destes, vinte e dois afirmaram não observar diferença entre as escolas e, seis professores, alegaram diferenças entre as escolas com relação à utilização da TV pelos professores no trabalho com os alunos.

Com relação à segunda parte da questão, referente às justificativas dadas pelos professores, observou-se que, além de uma inversão de valores atribuídos às respostas, houve um número muito pequeno de respondentes. Somente sete professores responderam a esta questão, sendo que, destes, cinco professores notaram haver diferença significativa entre as escolas e, apenas dois professores, seguiram afirmando não haver diferença significativa entre a utilização da TV nas escolas e o trabalho com os alunos, como apresentado na tabela a seguir.

Tabela 77: Diferenças entre as escolas com relação à utilização da TV pelos professores no trabalho com os alunos.

Justifique sua resposta.	n	%
Não há diferença entre a forma de trabalho nas escolas que leciona, pois partilham dos mesmos Princípios Pedagógicos.	2	28,6
Sim. Há diferença significativa entre as propostas pedagógicas das escolas e a orientação aos professores, pois há professores que usam a TV só para passar tempo ou ainda, Há diferença significativa quanto ao espaço físico onde se encontra instalada a TV nas escolas.	5	71,4

Tabela referente à questão de nº. 48 – Justifique sua resposta

*Obs: Apenas 7 professores responderam.

Porcentagem (%)

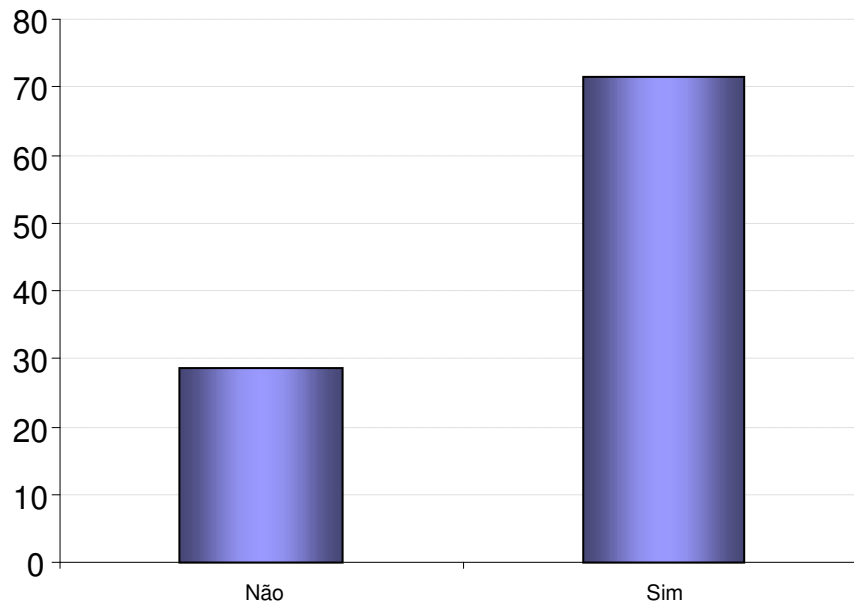


Figura 76: Porcentagem das diferenças existentes entre as escolas nas quais leciona com relação à utilização da TV pelos professores no trabalho com os alunos.

4.6 Parte IV: Conhecendo o nível socioeconômico dos pais e professores

As questões desta quarta parte tiveram por objetivo conhecer as características do nível socioeconômico dos pais e professores, verificando se há relações significativas do ponto de vista estatístico considerando: o nível de escolarização, o nível socioeconômico e as questões relacionadas ao tripé (família, escola e Estado).

As classes sociais das tabelas e figuras, a seguir, referem-se ao chefe familiar da casa onde moram os pais ou professores que responderam ao questionário (NSE).

Tabela 78: Classe social de pais e professores.

Classe Social	Pais		Professores	
	n	%	n	%
A	9	9,0	4	4,0
B	15	15,0	29	29,0
CA	28	28,0	30	30,0
CB	32	32,0	30	30,0
D	11	11,0	7	7,0
E	5	5,0	0	0,0

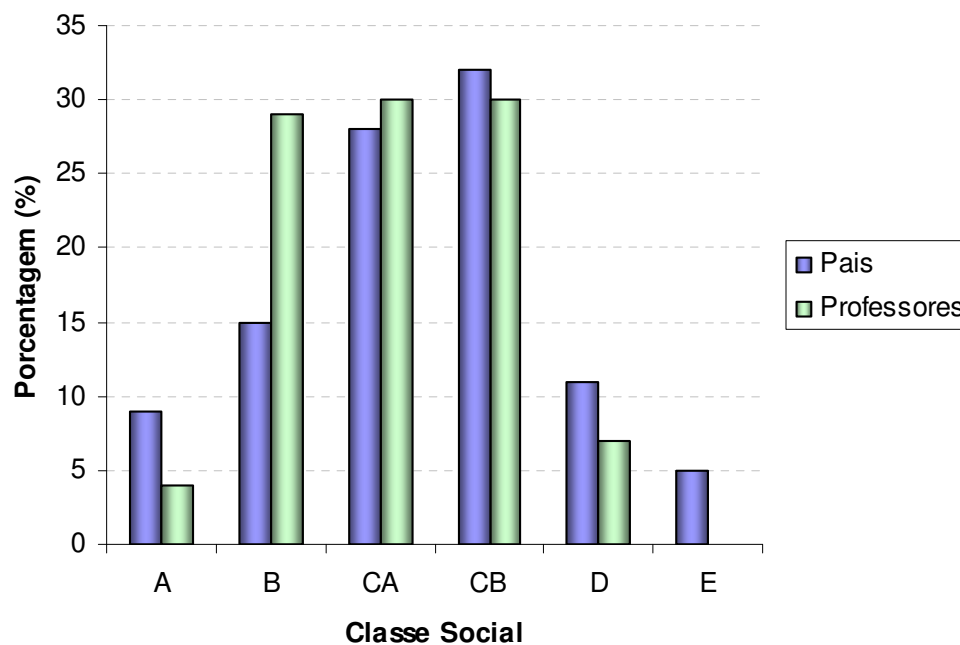


Figura 77: Porcentagem da classe social de pais e professores.

Foi encontrada associação significativa entre classe social e pais e professores (Qui-Quadrado; $p\text{-valor}=0,030$). Foram observadas duas caselas com valores esperados menores que 5 para o teste Qui-Quadrado, o que viola uma das suposições do teste.

Para avaliar as diferenças ocorridas entre pais e professores foi realizado o teste de duas proporções para cada classe social encontrada.

A proporção de pais da Classe B foi significativamente inferior à proporção de professores da classe B (teste de 2 proporções; $p\text{-valor}=0,017$).

A proporção de pais da Classe E foi significativamente superior à proporção de professores da classe E (teste de 2 proporções; $p\text{-valor}=0,024$).

Nas demais comparações entre as classes, não foram encontradas diferenças significativas entre as proporções de pais e professores (teste de duas proporções; $p\text{-valores} > 0,05$).

Apesar da pequena frequência de resposta observada para os pais que nunca ouviram falar sobre a classificação indicativa dos conteúdos na TV, nota-se que, comparativamente com os pais que já ouviram falar, quanto menor a classe social menos conhecimento sobre a classificação indicativa foi observado.

A exceção foi a classe CA onde a proporção foi menor para os pais que já ouviram falar da classificação indicativa.

Tabela 79: Conhecimento dos pais por classe social relativo à Classificação Indicativa dos conteúdos televisivos exibidos na TV.

Classe Social (Pais)	Você já ouviu falar sobre a <i>Classificação Indicativa</i> dos conteúdos exibidos na TV?			
	Sim		Não	
	n	%	n	%
A	9	10,3	0	0,0
B	14	16,1	1	7,7
CA	23	26,4	5	38,5
CB	30	34,5	2	15,4
D	8	9,2	3	23,1
E	3	3,4	2	15,4
Total	87	100	13	100

Tabela referente à questão de nº. 18 – questionário pais e 13 - questionário professores - Você já ouviu falar sobre a *Classificação Indicativa* dos conteúdos exibidos na TV?

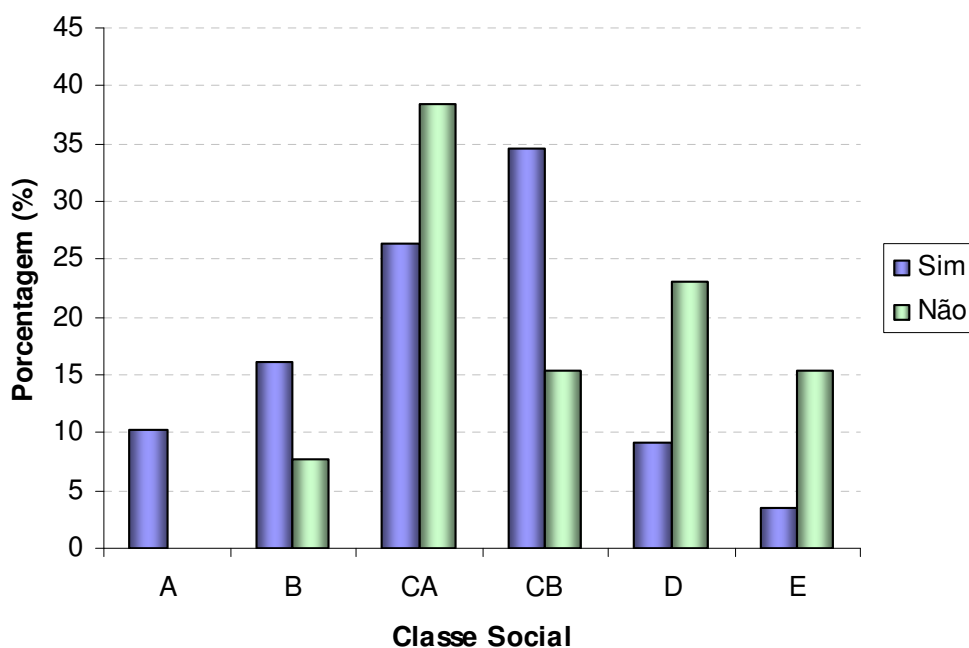


Figura 78: Porcentagem sobre o conhecimento dos pais por classe social relativo à Classificação Indicativa dos conteúdos televisivos exibidos na TV.

O número de professores que nunca ouviu falar sobre a classificação indicativa foi muito pequeno o que nos impossibilita de realizar comentários comparativos com relação aos pais.

Tabela 80: Conhecimento dos professores por classe social sobre a Classificação Indicativa dos conteúdos televisivos exibidos na TV.

Classe Social (Professores)	Você já ouviu falar sobre a <i>Classificação Indicativa</i> dos conteúdos exibidos na TV?			
	Sim		Não	
	N	%	n	%
A	4	4,4	0	0,0
B	27	29,7	2	25,0
CA	29	31,9	1	12,5
CB	25	27,5	4	50,0
D	6	6,6	1	12,5
E	4	4,4	0	0,0
Total	91	100	8	100

Obs: 1 professor não respondeu.

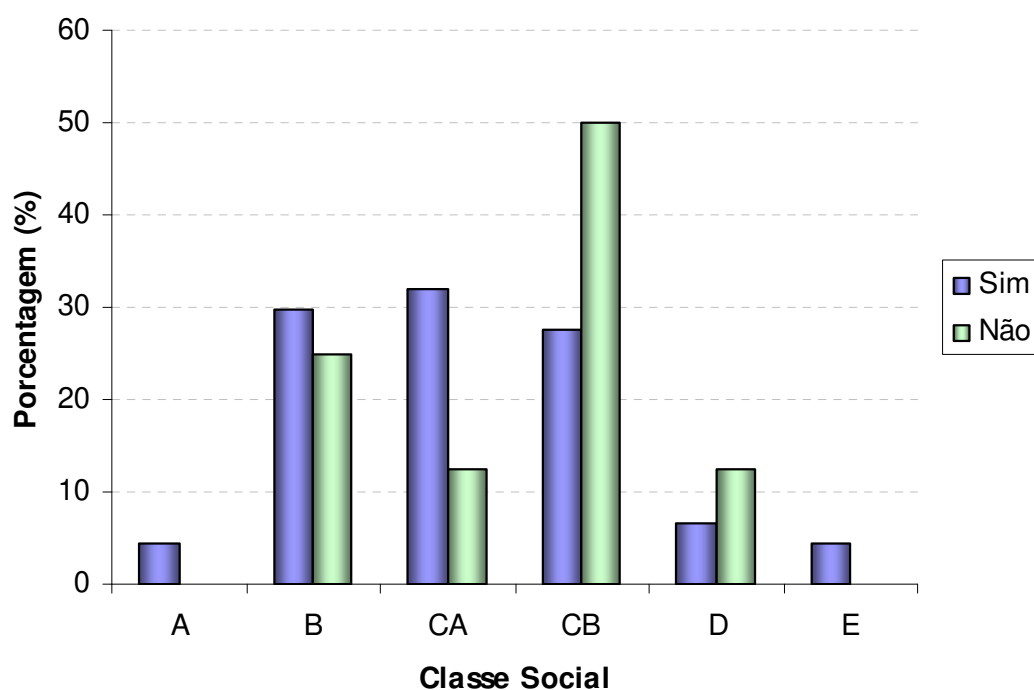


Figura 79: Porcentagem sobre o conhecimento dos professores por classe social relativo à Classificação Indicativa dos conteúdos televisivos exibidos na TV.

Tabela 81: Importância atribuída pelos pais por classe social à Classificação Indicativa na TV, como meio legal de possibilitar que nossas crianças e adolescentes, se defendam de conteúdos televisivos inadequados.

Classe Social (Pais)	Que grau de importância você atribui à <i>Classificação Indicativa</i> na TV, como meio legal de possibilitar que nossas crianças e adolescentes se defendam de conteúdos televisivos inadequados?					
	Muita		Pouca		Nenhuma	
	n	%	n	%	n	%
A	8	11,9	1	5,6	0	0,0
B	10	14,9	4	22,2	0	0,0
CA	17	25,4	4	22,2	2	100,0
CB	22	32,8	8	44,4	0	0,0
D	8	11,9	0	0,0	0	0,0
E	2	3,0	1	5,6	0	0,0
Total	67	100	18	100	2	100

*Obs: 13 pais não responderam.

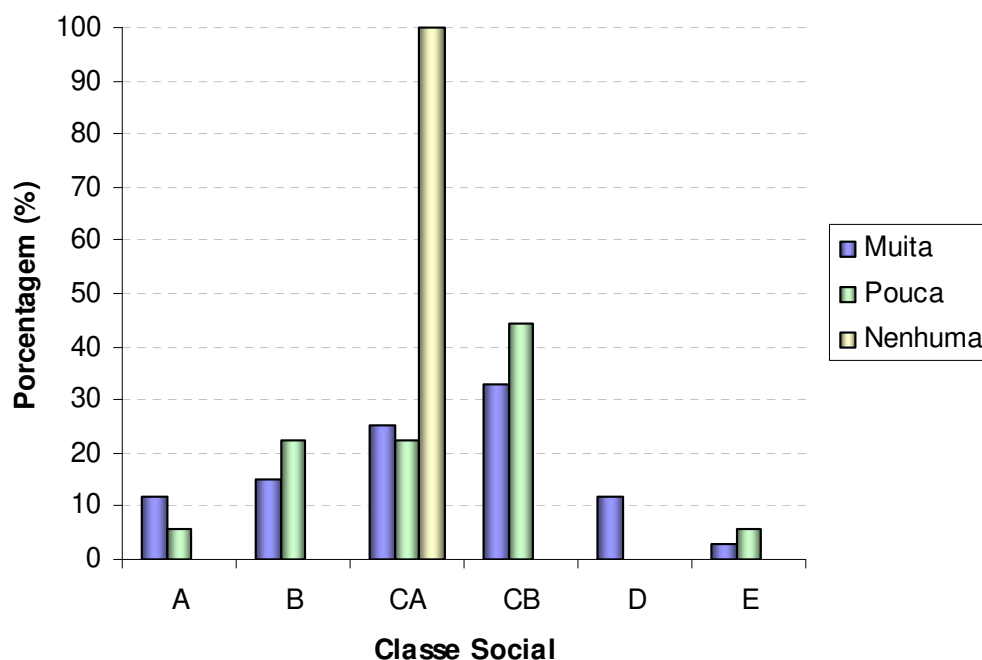


Figura 80: Porcentagem sobre a Importância atribuída pelos pais por classe social à Classificação Indicativa na TV como meio legal de possibilitar que nossas crianças e adolescentes se defendam de conteúdos televisivos Inadequados.

Tabela 82: Importância atribuída pelos professores por classe social à Classificação Indicativa na TV, como meio legal de possibilitar que nossas crianças e adolescentes se defendam de conteúdos televisivos inadequados.

Classe Social (Professores)	Que grau de importância você atribui à <i>Classificação Indicativa</i> na TV, como meio legal de possibilitar que nossas crianças e adolescentes se defendam de conteúdos televisivos inadequados?					
	Muita		Pouca		Nenhuma	
	n	%	n	%	n	%
A	1	1,4	3	21,4	0	0,0
B	19	27,1	5	35,7	3	42,9
CA	24	34,3	3	21,4	2	28,6
CB	22	31,4	2	14,3	1	14,3
D	4	5,7	1	7,1	1	14,3
E	1	1,4	3	21,4	0	0,0
Total	70	100	14	100	7	100

*Obs: 9 professores não responderam.

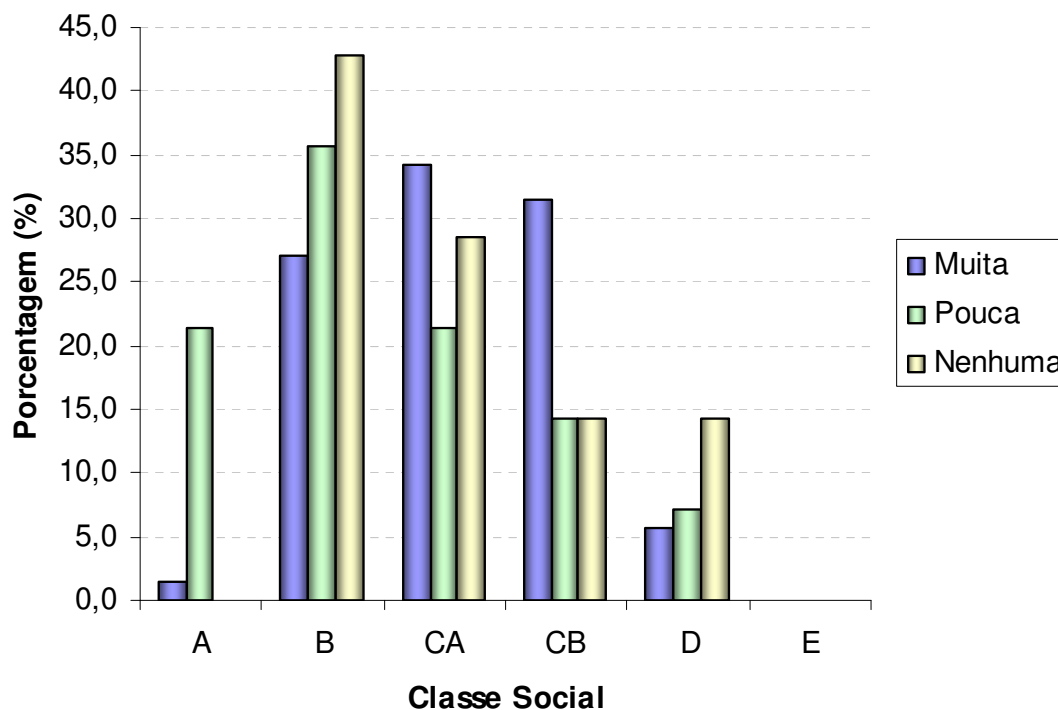


Figura 81: Percentagem sobre a importância atribuída pelos professores por classe social à Classificação Indicativa na TV como meio legal de possibilitar que nossas crianças e adolescentes se defendam de conteúdos televisivos inadequados.

Tabela 83: Avaliação dos pais por classe social, sobre papel do GOVERNO frente aos conteúdos televisivos exibidos na TV.

Classe Social (Pais)	Como você avalia o papel do GOVERNO frente aos conteúdos televisivos exibidos na TV?							
	1		2		3		4	
	n	%	N	%	n	%	n	%
A	1	5,0	5	13,9	2	6,5	1	8,3
B	4	20,0	5	13,9	3	9,7	3	25,0
CA	4	20,0	10	27,8	11	35,5	2	16,7
CB	6	30,0	8	22,2	14	45,2	4	33,3
D	3	15,0	5	13,9	1	3,2	2	16,7
E	2	10,0	3	8,3	0	0,0	0	0,0
Total	20	100	36	100	31	100	12	100

*Obs: 1 pai não respondeu.

Categorias de respostas

- 1 Não respondeu ou Não Soube Avaliar o Papel do Governo frente aos conteúdos televisivos exibidos na TV.
- 2 Avalia o Papel do Governo frente aos conteúdos televisivos atribuindo-lhe funções de outras instituições (Família, Emissoras de TV) ou unicamente julgando seu papel (Bom; Ruim; Médio)
- 3 Avalia que o Governo atua de Forma Ineficiente, mostrando-se pouco interessado em promover ações que visam melhorar a qualidade da TV no Brasil.
- 4 Avalia que o Governo está tomando as medidas cabíveis, dentro de suas possibilidades, para melhorar a qualidade na TV no Brasil no intuito de assegurar os direitos das crianças e adolescentes.

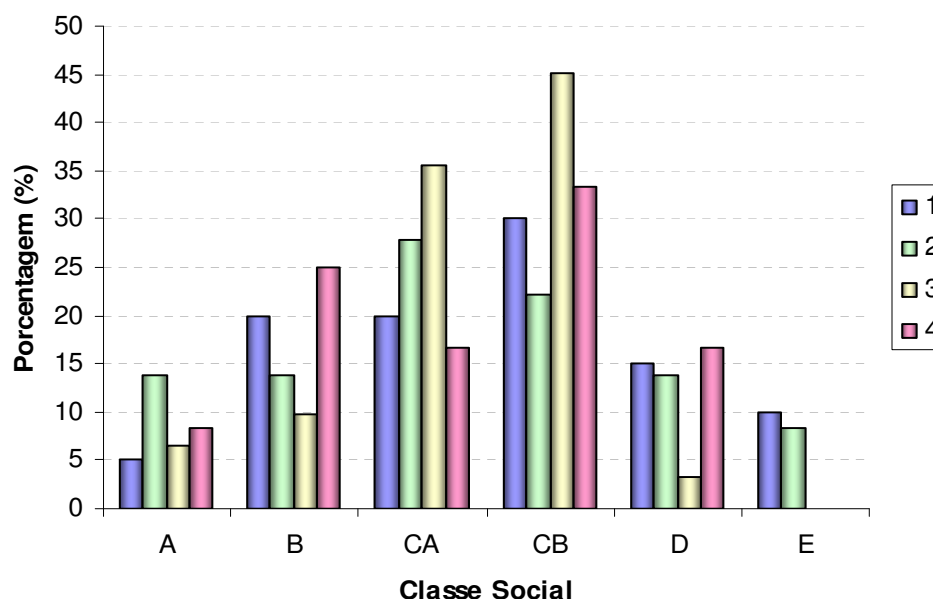


Figura 82: Porcentagem da avaliação dos pais por classe social sobre o papel do GOVERNO frente aos conteúdos televisivos exibidos na TV.

Tabela 84: Avaliação dos professores por classe social sobre o papel do GOVERNO frente aos conteúdos televisivos exibidos na TV.

Classe Social (Professores)	Como você avalia o papel do GOVERNO frente aos conteúdos televisivos exibidos na TV?							
	1		2		3		4	
	n	%	n	%	n	%	n	%
A	1	12,5	0	0,0	3	9,1	0	0,0
B	2	25,0	8	25,8	7	21,2	12	42,9
CA	1	12,5	9	29,0	10	30,3	10	35,7
CB	3	37,5	11	35,5	10	30,3	6	21,4
D	1	12,5	3	9,7	3	9,1	0	0,0
Total	8	100	31	100	33	100	28	100

Categoria:

- 1 Não respondeu ou Não Soube Avaliar o Papel do Governo frente aos conteúdos televisivos exibidos na TV.
- 2 Avalia o Papel do Governo frente aos conteúdos televisivos atribuindo-lhe funções de outras instituições (Família, Emissoras de TV) ou unicamente julgando seu papel (Bom; Ruim; Médio)
- 3 Avalia que o Governo atua de Forma Ineficiente, mostrando-se pouco interessado em promover ações que visam melhorar a qualidade da TV no Brasil.
- 4 Avalia que o Governo está tomando as medidas cabíveis, dentro de suas possibilidades, para melhorar a qualidade na TV no Brasil no intuito de assegurar os direitos das crianças e adolescentes.

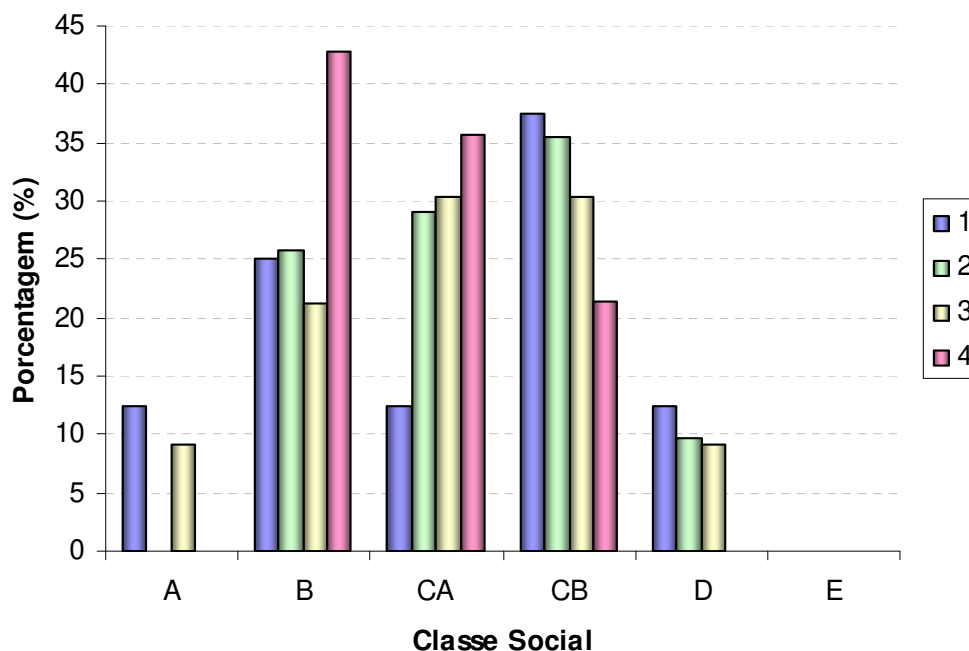


Figura 83: Porcentagem da avaliação dos professores por classe social sobre o papel do GOVERNO frente aos conteúdos televisivos exibidos na TV.

Tabela 85: Avaliação dos pais por classe social, sobre o papel da SOCIEDADE na contribuição para melhoria dos conteúdos televisivos exibidos na TV.

Classe Social (Pais)	Como você avalia o papel da SOCIEDADE na melhoria dos conteúdos televisivos exibidos na TV?							
	1		2		3		4	
	n	%	n	%	n	%	n	%
A	1	4,2	3	9,7	1	3,1	4	30,8
B	5	20,8	3	9,7	5	15,6	2	15,4
CA	5	20,8	12	38,7	9	28,1	2	15,4
CB	9	37,5	6	19,4	12	37,5	5	38,5
D	2	8,3	6	19,4	3	9,4	0	0,0
E	2	8,3	1	3,2	2	6,3	0	0,0
Total	24	100	31	100	32	100	13	100

Categoria:

- 1=** Não respondeu ou Não Soube Avaliar o Papel da Sociedade na melhoria dos conteúdos televisivos exibidos na TV.
- 2=** Avalia o Papel da Sociedade frente aos conteúdos televisivos atribuindo-lhe funções de outras instituições (Governo, Emissoras de TV) ou unicamente julgando seu papel (Bom; Ruim; Médio).
- 3=** Avalia que a Sociedade não se posiciona ou se mobiliza para exigir uma TV que apresente conteúdos de melhor qualidade.
- 4=** Avalia o papel da Sociedade remetendo-se as ações necessárias que as pessoas precisam fazer para trazer melhorias à programação televisiva.

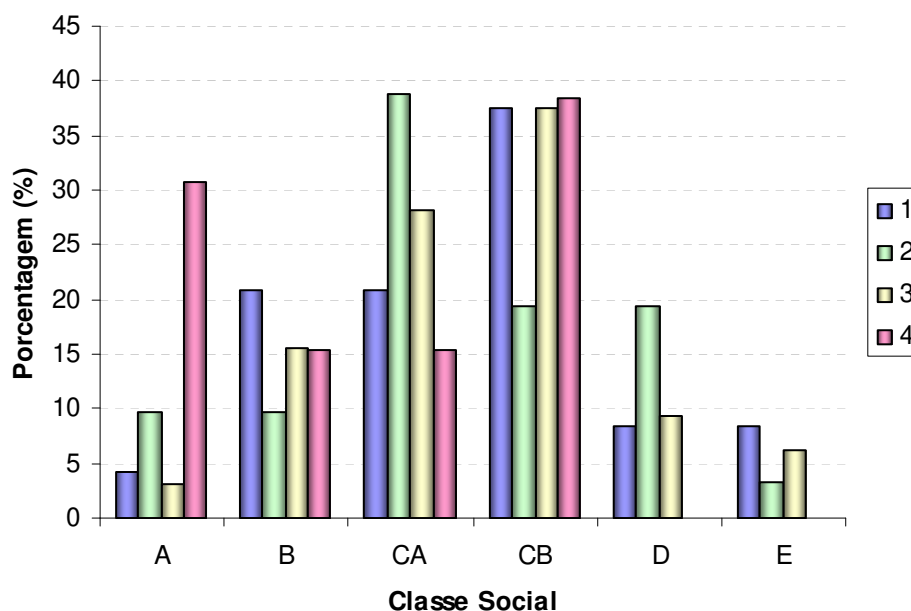


Figura 84: Porcentagem da avaliação dos pais por classe social sobre o papel da SOCIEDADE na contribuição para melhoria dos conteúdos televisivos exibidos na TV.

Tabela 86: Avaliação dos professores por classe social, sobre papel da SOCIEDADE na contribuição para melhoria dos conteúdos televisivos exibidos na TV.

Classe Social (Professores)	Como você avalia o papel da SOCIEDADE na melhoria dos conteúdos televisivos exibidos na TV?							
	1		2		3		4	
	n	%	n	%	n	%	n	%
A	0	0,0	1	3,2	1	3,8	2	6,7
B	3	23,1	13	41,9	5	19,2	8	26,7
CA	2	15,4	6	19,4	13	50,0	9	30,0
CB	6	46,2	9	29,0	5	19,2	10	33,3
D	2	15,4	2	6,5	2	7,7	1	3,3
Total	13	100	31	100	26	100	30	100

Categoria:

- 1 Não respondeu ou Não Soube Avaliar o Papel da Sociedade na melhoria dos conteúdos televisivos exibidos na TV.
- 2 Avalia o Papel da Sociedade frente aos conteúdos televisivos atribuindo-lhe funções de outras instituições (Governo, Emissoras de TV) ou unicamente julgando seu papel (Bom; Ruim; Médio).
- 3 Avalia que a Sociedade não se posiciona ou se mobiliza para exigir uma TV que apresente conteúdos de melhor qualidade.
- 4 Avalia o papel da Sociedade remetendo-se às ações necessárias que as pessoas precisam fazer para trazer melhorias à programação televisiva.

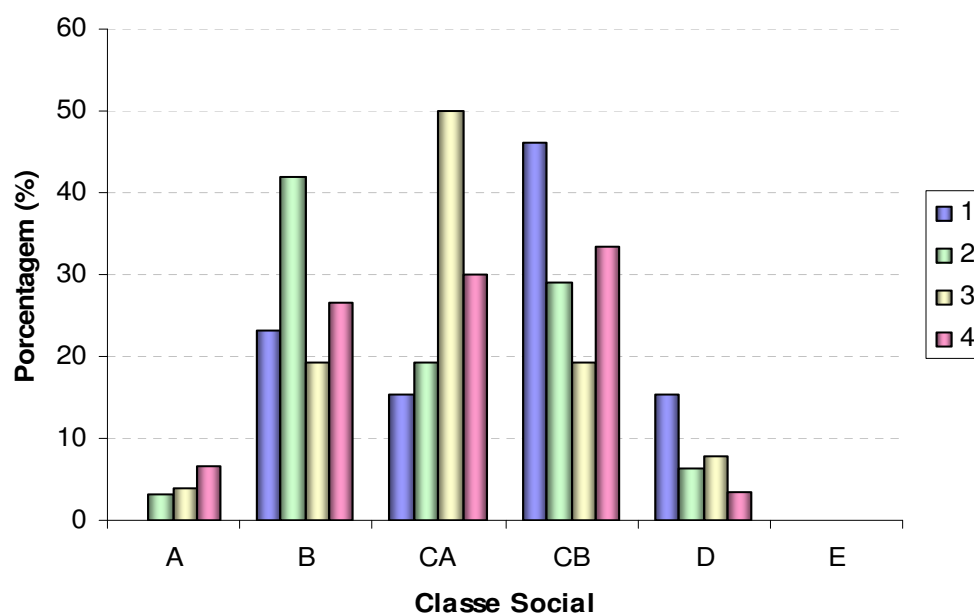


Figura 85: Porcentagem da avaliação dos professores por classe social sobre o papel da SOCIEDADE na contribuição para melhoria dos conteúdos televisivos exibidos na TV.

4.7. Síntese dos Resultados

Ao investigar a concepção apresentada por pais e professores sobre a educação para a mídia televisiva, pode-se perceber o quanto ainda há por fazer para que, neste campo de pesquisa, os direitos das crianças e adolescentes sejam, de fato, respeitados. Os resultados deste trabalho evidenciaram isso.

Estruturada em três grandes eixos norteadores, a família, a escola e o Estado, procurou-se discutir as responsabilidades de cada uma destas instituições na educação para a mídia televisiva. Desta forma, os resultados encontrados serão apresentados em quatro partes, organizados para atender aos objetivos propostos.

Parte I – Conhecendo os pais e professores e suas preferências televisivas.

Nesta primeira parte da apresentação dos dados, procurou-se agrupar as perguntas em comum aos pais e professores, presentes em seus respectivos questionários.

Para melhor discussão, esta parte foi subdividida em dois blocos. No primeiro, buscou-se conhecer as características dos pais e dos professores e suas preferências televisivas, contextualizando-os na pesquisa.

Dos 200 participantes, a maioria da amostra é do gênero feminino, tanto para os pais como para os professores. A porcentagem da amostra de pais e professores do gênero feminino foi bastante parecida, sendo ligeiramente superior para os professores.

Os pais eram casados, com idade entre 22 a 59 anos; contudo, um fato chamou a atenção: Não foram encontrados nesta amostragem pais separados. Quanto aos professores, com idade entre 18 e 61 anos, não foi relevante conhecer o estado civil destes, visto que este dado nada acrescentaria à forma de trabalhar com os alunos.

Constatou-se que 34% dos pais respondentes trabalhavam em empresa pública, 38% em empresa privada, 20,8% em outras instituições ou, como autônomos e, apenas 4,2% em algum tipo de cooperativa.

Com relação aos professores, 50% trabalhavam na rede pública e 50% na rede privada. Este dado reflete o cuidado em selecionar a amostragem por conveniência, garantindo um número proporcional de participantes que permitisse um parâmetro para possíveis relações estatísticas entre os respondentes desta classe.

A maioria dos pais trabalhava na área administrativa, em empresas de médio e pequeno porte.

A porcentagem de executivos de médio/alto porte foi igual a 17,3%, mesma porcentagem encontrada para ofícios qualificados. Constatou-se também que, os trabalhos ocasionais e informais e os ofícios não-qualificados, apresentaram as porcentagens mais baixas dentre as categorias formadas. Notou-se maior porcentagem de professores com ensino superior e Pós-Graduação Lato Sensu. Em contrapartida, a porcentagem de pais foi superior, relacionados ao ensino fundamental e médio.

Como destacado anteriormente, o município de Americana, onde os dados foram coletados, é caracterizada como uma cidade industrial, com tradição de empresas gerenciadas por familiares, há gerações. Este fato pode explicar o motivo pelo qual os trabalhos ocasionais e informais e os ofícios não-qualificados apresentaram as porcentagens mais baixas dentre as categorias formadas. Outro dado a ser destacado é o fato de ser considerada a quarta cidade mais desenvolvida da região metropolitana de Campinas, propiciando aos habitantes, várias oportunidades culturais, sociais e educacionais, um dos motivos que, atrelado ao nível socioeconômico, pode incentivar a continuidade dos estudos, sobretudo, por aqueles que estão diretamente envolvidos com a Educação, evidenciado em nossa pesquisa.

No segundo bloco, buscou-se agrupar as questões referentes às concepções que pais e professores apresentaram sobre a mídia televisiva, procurando conhecer seus hábitos para com a TV.

Iniciando as questões sobre a televisão, notou-se que a maioria absoluta da amostra possui TV, praticamente todos os pais 99%, e 95% dos professores. Não foi encontrada associação significativa entre pais e professores e a questão “Você tem televisão em sua casa?” (teste exato de Fisher; p-valor=0,212).

A quantidade de dois aparelhos por residência foi similar para os pais e professores. O cômodo mais citado foi a sala de estar/visita, seguido pelos quartos dos pais. A porcentagem de filhos com televisores no próprio quarto foi semelhante, sendo 38% para os pais e 34% para os professores. Cabe aqui uma ressalva: no questionário dos professores,

não foi perguntado sobre o número de filhos. Esta informação foi revelada nas respostas sobre a quantidade de televisores que pais e professores tinham em casa e em quais cômodos da casa estavam instalados.

Com relação à frequência que assistem à TV em casa, foi observada associação significativa entre pais e professores (Qui-Quadrado; p -valor=0,030).

Quanto aos motivos de se assistir (ou não) à TV, houve necessidade de se criar categorias, considerando que as respostas mais elementares foram agrupadas nas categorias iniciais, especificadas abaixo:

Na categoria 1, foram agrupados os sujeitos que: Não responderam ou Não assistiam à TV. O motivo justificado, para os que não assistiam à TV, foi a Religião.

Na categoria 2, os que assistiam à TV: Por Gosto; Hábito; Relaxamento/Distração; por falta de condições econômicas para ter outro lazer. Estas respostas foram consideradas as mais elementares.

Na categoria 3, os que relataram os tipos de programas que assistiam. Ex: noticiários, novelas, restringindo suas respostas a uma das funções da TV.

Na Categoria 4, os que concebiam a TV como uma possibilidade de Informação/ Atualização, de Aprendizagem/ Entretenimento, agrupando todas as funções da TV.

As diferenças entre as categorias encontram-se nos argumentos dados pelos participantes. Quanto mais completas e elaboradas, as respostas foram enquadradas nas categorias superiores.

A proporção de respostas dos pais, afirmando que a TV não influencia no desenvolvimento de seus filhos ou influencia positivamente foi superior, comparada às respostas dos professores (teste de duas proporções; p -valores = 0,005 e <0,001, respectivamente). Em contrapartida, a proporção de respostas dos pais que responderam

que a TV exerce uma influência negativa no desenvolvimento infantil, foi inferior comparada às respostas dos professores (teste de duas proporções; p -valor=0,001).

Apesar das diferenças significativas observadas, deve-se considerar que a maioria das respostas referiu-se aos conteúdos assistidos pelas crianças e adolescentes, exercendo influência tanto positiva como negativa no desenvolvimento dos filhos.

Não foi observada associação significativa entre pais e professores e a questão “*Já ouviu falar em Classificação Indicativa dos conteúdos de TV?*” (teste exato de Fisher; p -valor=0,357). Para melhor entender o pensamento dos pais estas respostas foram categorizadas da seguinte forma:

Categoria 1. Dos 15 pais, 4 não responderam e 11 não tinham conhecimento da Classificação Indicativa. Dos 9 professores, 4 não responderam e 5 não tinham conhecimento da Classificação Indicativa.

Nesta categoria observou-se um número significativo de pais que desconheciam a Classificação Indicativa. Embora houvesse um número menor de professores, a maioria afirmou desconhecer a Classificação Indicativa.

Categoria 2. Observou-se que 4 pais e 6 professores não atribuíram importância à Classificação Indicativa, por considerá-la ineficaz, manipuladora ou por concebê-la como uma medida de censura. Nestas respostas percebeu-se o quanto confundem a função da Classificação Indicativa, não compreendendo que ela apenas adverte sobre o conteúdo dos programas exibidos. Aos pais, cabe a decisão do que os filhos podem ou não assistir.

Categoria 3. Dos respondentes 13 pais e 11 professores atribuíram pouca importância à Classificação Indicativa, justificando que os pais têm pouco ou nenhum controle sobre o que os filhos assistem na TV, quando estão sozinhos. É possível inferir aqui, a relação destas famílias com os filhos. Se os valores da família são claros aos adolescentes, estes terão maior chance de legitimá-los e, portanto, segui-los, mesmo na ausência física dos pais.

Categoria 4. Observou-se que 55 pais e 65 professores atribuíram muita importância à Classificação Indicativa. Perceberam que o conteúdo dos programas que estão permitindo a seus filhos assistirem na TV, é de responsabilidade da família.

Complementando estes dados, é interessante destacar outras três questões:

O que você sabe sobre a Classificação Indicativa no Brasil?

Que importância você atribui à Classificação Indicativa?

Como você tomou conhecimento da Classificação Indicativa na TV?

Desta forma, pode-se concluir que a grande maioria dos respondentes tomou conhecimento da Classificação Indicativa por meio da própria televisão, confirmando, também, que 52,2% dos professores e 59,8% dos pais conheciam e sabiam explicar o que significava Classificação Indicativa. Observou-se que a maioria dos pais e professores já assistiu a algum programa com Classificação Indicativa.

Ainda no segundo bloco, buscou-se conhecer como os pais e professores avaliam o papel do Estado, da Família e da Escola na melhoria dos conteúdos exibidos na TV.

A porcentagem de professores que avaliou positivamente o papel do governo foi significativamente maior comparada às respostas dos pais (figura 26 - p 110).

Foi observada associação significativa entre pais e professores e a questão sobre o papel do Governo frente aos conteúdos exibidos na TV (Qui-Quadrado; p-valor=0,007).

As razões, apresentadas para esta questão, foram categorizadas segundo as respostas dos pais e professores considerando que as justificativas mais elementares se encontram na categoria 1, seguindo, progressivamente, para as categorias superiores à medida que suas respostas foram mais completas e descritivas.

Categoria 1. Dos 20 pais, 13 não responderam e, dos 8 professores, somente 1 não respondeu. Os demais afirmaram não saber avaliar o papel do Governo frente aos conteúdos televisivos exibidos na TV. A porcentagem de pais que não respondeu ou não soube responder foi significativamente maior comparada aos professores.

Categoria 2. Observou-se que 36,4% dos pais e 31% dos professores avaliaram o Papel do Governo frente aos conteúdos televisivos atribuindo funções de outras instituições (Família, Emissoras de TV). Tanto os pais como os professores avaliaram o Governo julgando seu papel (como Bom; Ruim; Médio).

Categoria 3. Nesta categoria 1,3% dos pais e 33% dos professores avaliaram que o Governo atua de forma ineficiente, mostrando-se pouco interessado em promover ações que visam melhorar a qualidade da TV no Brasil.

Categoria 4. Pôde-se observar que 12,1% dos pais e 28% dos professores avaliaram que o Governo está tomando as medidas cabíveis, dentro de suas possibilidades, para melhorar a qualidade na TV no Brasil no intuito de assegurar os direitos às crianças e adolescentes.

A porcentagem de professores que avaliou positivamente o papel do Governo foi significativamente maior comparada às respostas dos pais.

Associação significativa entre pais e professores e a questão sobre o papel da sociedade frente aos conteúdos exibidos na TV (Qui-Quadrado; $p\text{-valor} = 0,014$) foi observada.

Os professores que avaliaram o papel da sociedade remetendo-se a ações necessárias que as pessoas precisavam fazer para trazer melhorias à programação televisiva foi significativamente maior comparada aos pais.

Novamente observou-se que os pais que não responderam ou não souberam responder à questão, foi significativamente maior comparado aos professores.

Para as categorias 2 e 3 os resultados foram bastante similares como se observa a seguir.

Categoria 1. Dos 24 pais, 7 não responderam e, dos 13 professores, 8 não responderam. Os demais não souberam avaliar o Papel da Sociedade na melhoria dos conteúdos televisivos exibidos na TV.

Categoria 2. Um fato interessante. 31% dos pais e 31% dos professores avaliaram o papel da Sociedade frente aos conteúdos televisivos atribuindo-lhe funções de outras instituições (Governo, Emissoras de TV). Observou-se, também, que tanto os pais como os professores avaliaram esta questão, emitindo um juízo de valor (como Bom; Ruim; Médio).

Categoria 3. Dos respondentes, 32% dos pais e 26% dos professores avaliaram que a Sociedade não se posiciona ou se mobiliza para exigir uma TV que apresente conteúdos de melhor qualidade.

Categoria 4. Observou-se que 13% dos pais e 30% dos professores avaliaram o papel da Sociedade, remetendo-se a ações necessárias que as pessoas precisam fazer para trazer melhorias à programação televisiva.

Com relação à questão se os pais devem (ou não) proibir os filhos a assistirem conteúdos não apropriados a sua faixa etária, observou-se que os pais e professores julgaram que os pais deveriam proibi-los, como exemplificados nas categorias abaixo.

Categoria 1 – Observou-se que 11% dos pais e 5% dos professores não responderam à questão.

Categoria 2. Dos respondentes, 5% dos pais e 16% dos professores acreditaram que proibir os filhos não ajudaria na educação dos mesmos.

Categoria 3. Cerca de 69% dos pais e 72% dos professores acreditaram que proibir era uma das formas dos pais orientarem os valores da família aos filhos, protegendo, sobretudo, os pequenos, à exposição de conteúdos não apropriados a sua idade.

Categoria 4. Pode-se perceber que 13% dos pais e 7% dos professores acreditaram que proibir era função da família. Enfatizaram ainda a necessidade de eles explicarem aos filhos, os motivos da proibição/limites, para que os mesmos pudessem construir seus próprios valores, tomando consciência das regras familiares.

Estes dados evidenciam que, apesar de 82% dos pais e 79% dos professores entenderem a necessidade de se trabalhar com a questão do limite, assegurando a integridade psicológica da criança, 69% dos pais e 72% dos professores evidenciaram encontrar muita dificuldade em conversar com as crianças e adolescentes sobre o motivo da proibição, contrariamente à ênfase dada nas respostas dos pais e professores que se encontram na categoria 4, em que se observa a necessidade do diálogo e da construção de regras.

Parte II: Questionário Pais - A influência da TV na educação dos filhos

As questões desta segunda parte tiveram por objetivo conhecer as concepções dos pais sobre os hábitos televisivos de seus filhos, bem como se os orientam no que diz respeito ao uso da TV em suas casas.

Como resultado, pode-se perceber que houve alguma orientação por parte dos pais com relação às escolhas dos programas assistidos por seus filhos na TV.

Ficou evidente, também, que as orientações ocorreram, por exemplo, quando conversaram sobre as preferências televisivas, ou ainda, quando estabeleceram um “crivo” de qualidade na programação destinada à faixa etária das crianças e adolescentes.

Quanto ao papel da escola na formação de alunos mais críticos frente aos conteúdos televisivos, foi observada uma associação significativa entre as respostas dos pais e professores que consideraram a escola, fonte promotora de reflexão sobre a mídia televisiva (Qui-Quadrado; $p\text{-valor} < 0,001$).

A porcentagem de respostas para os professores foi maior nas categorias dois (8,0%) e três (23%), ou seja, os que não acreditavam que a escola poderia ajudar as crianças e adolescentes a serem mais críticos e seletivos diante do que a TV lhes oferecia - categoria 2 - e os que às vezes acreditaram, relacionando a sua crença ao tipo de programa assistido- categoria 3 - (p.112 – tabela 37).

Para os pais a porcentagem de respostas foi maior na categoria 1 (18 pais – destes, 10 não responderam).

Deve-se atentar que, apesar da diferença significativa entre as categorias 1, 2 e 3, houve expressiva quantidade de pais (71,4%) e professores (63,0%) que seguiram acreditando que a escola poderia ajudar as crianças e os adolescentes a se tornarem mais críticos e seletivos com relação à mídia televisiva, sobretudo, ao trabalharem os acontecimentos/notícias que trazem para a sala de aula. Destaca-se ainda, a referência quanto à influência da TV (tanto de forma positiva quanto negativa) na vida das crianças e adolescentes, enfatizando a necessidade de uma orientação aos pais.

Um fato importante foi identificado nas respostas referentes ao terceiro filho. Apenas sete pais responderam ao questionário. Isto ocorreu, pois, atualmente, segundo os dados coletados, a maioria das famílias tem no máximo dois filhos.

Desta forma, os comentários e conclusões para a comparação entre os filhos devem ser realizados com cautela, levando-se em conta a diferença no tamanho das amostras entre eles (filhos). Em contrapartida, o número de pais que responderam ao questionário para o segundo filho foi 44, não sendo constatada muita diferença nas respostas dos pais com relação à ordem dos filhos.

Parte III: Questionário - Professores: Conhecendo os professores e sua realidade escolar.

Do total de 100 professores que responderam ao questionário, 5 deles lecionam em 2 escolas, estando localizada na área central e periférica do município.

Outro dado significativo: 86,6%, a grande maioria dos professores considera importante que a escola tenha TV. Contudo, apenas 29,5% dos professores a concebe como ferramenta pedagógica na realização de atividades educativas e recreativas, destacando ainda o seu uso na orientação dos conteúdos curriculares e na formação de alunos e professores.

Cabe ressaltar também que, a maior parte dos televisores foi adquirida pelo Governo Municipal ou pela mantenedora escolar.

Com relação ao uso da TV em sala de aula, observou-se que: 67,3% dos professores utilizam a TV em sala de aula; contudo, seu emprego ainda é bastante deficitário, como pode ser observado nas categorias de respostas levantadas.

Categoria 1 - Cerca de 26,6% dos professores não responderam esta questão ou afirmaram não gostar de TV.

Categoria 2. Observou-se que 18,1% dos professores não utilizam a TV em suas aulas ou, somente a utiliza como um mero aparelho eletrônico, para lazer.

Categoria 3. Apenas 3,2% dos professores utilizam a TV para apresentação de Material Artístico, não acessível às crianças (obras de artes, musicais etc.).

Categoria 4. Dos professores respondentes 52,1%, utilizam a TV como conteúdo pedagógico exibindo arquivos históricos, reportagens/documentários científicos; como complemento didático ilustrando e exemplificando as aulas.

Ficou evidente nas respostas desta questão que não há, em nenhuma escola pública ou privada, a organização de um trabalho sistematizado com a TV, embora em alguns momentos ela seja utilizada como recurso pedagógico.

Para identificar as principais dificuldades encontradas tanto pelos professores na escola, quanto pelos pais em casa, com relação à “educação para mídia televisiva”, é importante refletir sobre os seguintes dados revelados.

Primeiramente, chamou a atenção o número elevado de pais e professores que não responderam a esta questão. Entre os fatores evidenciados, os professores afirmaram que a falta de limite da família deixa a criança assistir a conteúdos impróprios ou agressivos; deve-se orientá-los quanto aos conteúdos a assistir. Outro dado destacado foi a falta de conhecimento dos programas televisivos que as crianças assistem ou de material vídeo-gráfico para se trabalhar com os alunos.

Com relação aos pais, os mesmos afirmaram que as maiores dificuldades encontradas relacionada ao uso da TV por seus filhos, se deve ao fato de haver, durante a programação infantil, muita propaganda, além da falta de programas educativos e tempo suficiente para acompanhar seus filhos quando assistem à TV. Outras dificuldades como controlar a quantidade de tempo da criança e do adolescente frente à TV e o acesso dos filhos aos canais, mostram uma associação significativa com as respostas obtidas ao se questionar, por exemplo, se os pais acreditam que podem ajudar seu filho a entender melhor os conteúdos televisivos e como os orientam quanto à escolha dos programas assistidos.

Cabe ressaltar que, para uma visão global das respostas encontradas neste estudo, fez-se necessário considerar os dados acima expostos que, por sua vez, evidenciaram a falta de conhecimento e preparo dos pais e professores em lidar com as questões relativas à Educação para a mídia televisiva, tanto em casa como na escola.

Parte IV - Classificação socioeconômico dos pais e professores

As classes sociais apresentadas, a seguir, referem-se ao chefe da família da casa onde moram os pais ou professores que responderam ao questionário (NSE).

Neste item, foi encontrada associação significativa entre classe social e pais e professores (Qui-Quadrado; p -valor=0,030). Contudo, duas caselas com valores esperados menores que 5 para o teste Qui-Quadrado, foi observado, o que viola uma das suposições do teste.

Desta forma, para avaliar as diferenças ocorridas entre pais e professores foi realizado o teste de duas proporções para cada classe social encontrada, como pode ser observado a seguir.

A proporção de pais da Classe B foi significativamente inferior à proporção de professores da classe B (teste de 2 proporções; p -valor=0,017).

A proporção de pais da Classe E foi significativamente superior à proporção de professores da classe E (teste de 2 proporções; p -valor=0,024).

Nas demais comparações entre as classes, não foram encontradas diferenças significativas entre as proporções de pais e professores (teste de duas proporções; p -valores $> 0,05$).

Apesar da pequena frequência de resposta observada para os pais que nunca ouviram falar sobre a Classificação Indicativa dos conteúdos na TV, nota-se que, comparativamente com os pais que já ouviram falar, quanto menor a classe social menos conhecimento sobre ela foi observado.

A exceção foi a classe CA onde a proporção foi menor para os pais que já ouviram falar da Classificação Indicativa.

Considerando-se a força dos meios de comunicação de massa em praticamente todas as instâncias da vida em nossa sociedade (na economia, na política, na religião, no lazer...), não se pode deixar de observar sua quase total ausência onde, supostamente, seria o local

privilegiado para se “adquirir” conhecimento. Diante deste fato, levanta-se a seguinte questão: Por que rádio, televisão, jornais e revistas são tão limitadamente utilizados nas escolas?

No caso da televisão, ainda costumam considerá-la como algo negativo na escola, influenciando mal os alunos, roubando-lhes o tempo de estudo.

É tempo de rever essa posição. Embora a maioria das crianças (e dos adultos) manifeste uma opinião positiva sobre a televisão, principalmente, pelo fato de propiciar lazer e o conhecimento de lugares, pessoas, culturas e objetos que, de outra forma, jamais veriam, não se pode dizer que tudo o que a televisão traz é aproveitável. Neste sentido, o correto é referir-se à utilização da TV na escola como uma possibilidade a mais para a construção de conhecimentos, pois, inegavelmente, trata-se de um meio de comunicação, entretenimento, informação e conhecimento, passível de crítica.

O olhar distanciado, atento e crítico que se constrói pela apropriação das informações sobre os meios de comunicação e o tratamento que se dá às mensagens veiculadas, podem e devem ser desenvolvido na escola, revelando assim, o compromisso dos educadores com o exercício da cidadania pelos alunos.

Em síntese, os resultados encontrados na análise de cada um dos quatro blocos de idéias oferecem informações que, em sua maioria, comprovaram as hipóteses norteadoras da pesquisa. Pode-se perceber, também, que as respostas dos pais e dos professores foram muito similares quanto à educação para a mídia televisiva.

Com relação à compreensão da Classificação Indicativa, mesmo não sendo observada nenhuma associação significativa entre pais e professores e a questão “O que você sabe sobre classificação indicativa no Brasil?”, os dados deixaram claro que, somente a minoria a legitimou, evidenciando a necessidade de um trabalho mais contundente com os três eixos norteadores da educação para a mídia.

Como exposto nas pesquisas apresentadas nos capítulos iniciais deste trabalho, a compreensão de um conteúdo televisivo supõe a habilidade do telespectador para compreender um programa ou mesmo uma parte deste, implicando assim, um processo de construção de representações, com formas específicas de as crianças expressarem seus julgamentos sobre os programas e conteúdos apresentados.

Neste estudo, assim como nas pesquisas relatadas no Capítulo 2, foi possível observar que as agências governamentais deveriam assumir, uma vez mais, as suas responsabilidades regulamentadoras e endereçar à legislação, políticas e regulamentos necessários para assegurar um clima que encorajará a produção de bons programas televisivos para as crianças, refletindo princípios éticos e estéticos como apresentado por Sodré (2002) em seu livro “O império do grotesco”.

“(...) Com efeito, na televisão aberta do Brasil, apesar da consolidação da audiência pelas redes (resguardada sempre pela hegemonia da Globo), mantêm-se como recurso de apelo crescente a mesma estética do grotesco, responsável pelo formato popularesco hegemônico. Predominam hoje dois padrões de programação: o “**de qualidade**”, ou seja, esteticamente *clean* bem comportado em termos morais e visuais e sempre fingindo jogar do lado da “cultura”, e o do **grotesco** em que se desenvolvem as estratégias mais agressivas pela hegemonia da audiência”(SODRÉ, 2002:130)

Partindo-se do princípio de que tanto o desenvolvimento moral como o cognitivo é um processo de construção, cujas ações e vivências dos sujeitos são referências para as interpretações de mundo, ao buscar conhecer os hábitos televisivos de pais e professores, acredita-se que, como concebem a TV e sua função, se repercute nos hábitos que os mesmos apresentam com a TV, podendo, também, ser elemento de reflexão sobre o que as crianças e adolescentes estão compreendendo dos conteúdos televisivos exibidos.

Cabe ressaltar que, as pesquisas que abordam a temática “Televisão e Infância” apontam para a necessidade de se trabalhar de forma sistemática o conteúdo televisivo com as crianças. Para tanto, as mesmas devem lidar com as situações da TV e da mídia em geral,

de forma a refletir sobre ela, evidenciando mais uma vez, a necessidade da corresponsabilidade do Estado, da Escola e da Família, para com os assuntos relativos à mídia televisiva.

O Estado à medida que promova meios de discussão, informação, elaboração e execução - em todas as esferas governamentais - de Políticas Públicas, como é o caso da Classificação Indicativa, garantido de fato o direito de proteção à criança e ao adolescente na mídia televisiva considerada abusiva.

As Escolas apropriando-se de informações sobre a '*Educação para Mídia Televisiva*', por meio de trabalhos científicos que deem sustentação às suas práticas pedagógicas, para que possam cumprir seu dever de oferecer um ensino de qualidade, respeitando o direito à educação.

Ao orientar, discutir e trabalhar com seus alunos, a educação para mídia pode-se alicerçar um elo importante com os pais, informando-os e promovendo espaços de discussão sobre a influência da mídia na educação das crianças e adolescentes.

Por fim, **a Família** ao receber maiores informações sobre a Classificação Indicativa poderá pensar sobre a sua responsabilidade na educação de seus filhos, considerando o dever de proteger as crianças e os adolescentes, frente a conteúdos inadequados exigindo, sobretudo, das emissoras e do Estado, ações efetivas para a consolidação destes direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As recentes investigações relacionadas à criança e a sua compreensão televisiva, superam muitos preconceitos e tabus no que se refere ao entendimento dos conteúdos televisivos na infância.

Nos Estados Unidos, Austrália, França, Suíça, Reino Unido e Espanha, esta temática é fonte de pesquisas há mais de sessenta anos, desde que a TV se transformou em um fenômeno social. No Brasil, a relação TV /Criança tem, a cada dia, tomado proporções maiores, instigando pais, educadores, pesquisadores e organizações interessadas em promover os direitos das crianças e dos adolescentes, a pensar sobre esta nova realidade.

Como objeto de pesquisa, este estudo é resultado de uma profunda inquietação ao acompanhar o trabalho de professores em rede pública e particular em vários municípios. Por ser professora-pesquisadora, tenho a responsabilidade de discutir com os futuros pedagogos e psicólogos as diferenças que podem “fazer” na educação e na sociedade, provocando-os a agirem, a se indignarem com as injustiças, com a violência e com a indiferença do ser humano.

“(...) em relação à escola, a pesquisa reafirma não apenas o descomprometimento da instituição escolar em torno da educação para a televisão ou, de forma mais abrangente, de uma educação para a comunicação, mas também as próprias reestruturações que vão sendo impostas ao papel hegemônico exercido pela escola como instituição educativa na vida dos adolescentes. Tal descomprometimento tem como causa muito mais um desconhecimento e uma não-formação adequada dos educadores, que um relaxamento puro e simples. A escola não faz mais porque mais não sabe. Os professores repetem as fórmulas com as quais foram formados. Apenas aqueles mais audazes, inquietos, procuram novas fórmulas de ensino-aprendizagem, utilizando-se das tecnologias emergentes. Essas incursões são importantes, pois, se ainda não possuem transcendência para o conjunto da educação, demonstram, ao menos, a relevância de se pensar projetos de educação e comunicação que não se reduzam às iniciativas pessoais nem transfiram aos professores a responsabilidade exclusiva de se utilizarem das tecnologias da comunicação, movidos pela urgência de modernização de seu trabalho docente.” (COGO, 2001:94-95)

Infelizmente, ainda hoje, na concepção de muitos pais e educadores, o modelo tradicional de educação prevalece. Este modelo como muito bem apresentado por Cogo (2001), evidencia práticas de ensino pautadas na obtenção de respostas prontas e assertivas, atividades memorísticas, autoritárias e descontextualizadas da vida dos alunos.

Enquanto instituição responsável pelo trabalho educativo é função da escola possibilitar aos alunos uma formação integral (contemplando o aspecto físico, social, afetivo e cognitivo), o que implica ações e posturas que não podem estar relacionadas apenas à preocupação imediata de aquisição de conteúdos e preparação do aluno para a série seguinte. No exercício de um ensino desvinculado da realidade do aluno, a escola acaba por reforçar o modelo tradicional de educação, deixando, também, de cumprir a sua função social.

Rompendo com este paradigma educacional, os estudos e descobertas da psicologia do desenvolvimento infantil, sobretudo, ao comprovar que a compreensão dos fenômenos físicos, afetivos, lógicos e sociais está associada a um processo construtivo de reelaborações conceituais e atrelada às possibilidades cognitivas de cada indivíduo, fundamenta uma educação com princípios construtivistas.

Nesta concepção de educação, a aprendizagem acontece a partir de questões que os próprios indivíduos se colocam ao se apropriarem dos conceitos físicos, lógicos e sociais. Como resultado, observa-se um processo de construção do conhecimento no qual o aluno se envolve, pois o que está aprendendo, atende às suas necessidades e interesses.

O fato é que esta possibilidade de construção do conhecimento não ocorre quando uma escola se limita a transmitir soluções prontas por meio de conhecimentos considerados como verdades estáticas, desconsiderando a necessidade do exercício do pensamento criativo, da imaginação e do desenvolvimento de responsabilidade e espírito crítico do aluno. Ora, se a educação para mídia televisiva na escola possibilita conhecer as idéias das crianças e adolescentes sobre os fatos que acontecem no mundo social, é fundamental inseri-la no contexto educacional, de tal forma, que haja ação e reflexão dos conteúdos acadêmicos, promovendo assim, a elaboração de novas idéias.

Partindo-se do pressuposto de que a escola ainda está muito distanciada da criança e, por conseguinte, de sua família e comunidade, há que se pensar, como a educação para a mídia televisiva poderá fazer parte do cotidiano escolar.

Transformar a realidade educacional que se tem, e introduzir uma idéia nova, não é uma tarefa fácil, pois pressupõe conhecer suas reais condições e desejar trabalhar um pouco à frente, estabelecendo os novos rumos que se pretendem seguir. A educação para mídia televisiva na escola, implica, primeiramente, refletir sobre os mitos (falsas verdades), o que pais e professores pensam da TV e suas funções, bem como, compreender de que forma, a escola pode, de fato, viabilizar um trabalho de educação para a mídia televisiva.

Como visto no capítulo um, alguns mitos tendem a se tornar verdades no cotidiano das pessoas. Dizer que as crianças são passivas diante da TV, demonstra o quanto a falta de conhecimento sobre o desenvolvimento humano, permeia as ações dos indivíduos, principalmente, dos professores, pedagogos e psicólogos, profissionais estes, que estão diretamente envolvidos com as questões da educação no contexto escolar.

A grande contribuição da Psicologia Genética de Piaget à Educação se dá pelo fato de oferecer aos educadores e demais profissionais da educação, uma ampla idéia de como o sujeito constrói seus conhecimentos, apresentando uma teoria consistente e irrefutável sobre a gênese do desenvolvimento cognitivo. Cabe lembrar que a preocupação de Piaget não se ateve às questões educacionais, visto que sua preocupação era de origem epistemológica.

Nesta pesquisa, diante das respostas dos pais e professores sobre seus hábitos televisivos e o trabalho com a Educação para a mídia na escola, pode-se perceber um despreparo dos mesmos com relação às questões de orientação para a mídia televisiva. A impressão de passividade, a idéia de interpretação unidirecional dos conteúdos televisivos e ainda, a idéia de que a violência na TV causa um efeito direto na conduta da criança, foram elementos evidenciados nas concepções dos participantes. No entanto, ao buscar-se na psicologia genética, uma interpretação para os resultados encontrados nesta pesquisa, observa-se que, tanto as crianças como os adultos, à medida que constroem diferentes recursos cognitivos e interagem com o meio social, atribuem aos conteúdos televisivos, diferentes significações, não sendo, por exemplo, passivos diante da TV.

Esse dado permite-nos entender que, no caso da educação para a mídia televisiva, as representações elaboradas pelos sujeitos (pais e professores) não são simples cópia daquilo que a mídia, o meio familiar, escolar ou social lhes transmitem, mas trata-se de hipóteses próprias frente ao objeto social (TV). Os sujeitos, portanto, ao se depararem com os conteúdos televisivos, realizam uma importante tarefa de atribuição de significados aos elementos e atos que o constituem e, a partir da prática vivida, conceitualizam esse meio de comunicação. Este fato evidencia que os mitos citados são rompidos quando os pais e professores entendem as trocas evolutivas que ocorrem por ocasião da compreensão dos conteúdos televisivos.

A este respeito, Enesco (1997), ao discutir a compreensão dos conteúdos televisivos na infância, evidencia o importante papel que a escola e os pais assumem no processo de formação do indivíduo. A respeito dessa função esclarece que o impacto da TV depende de quem assiste; como se assiste e o que se assiste na TV, sendo necessário considerar:

- A idade e o nível cognitivo
- A experiência prévia com o meio Televisivo
- A personalidade do sujeito
- As circunstâncias em que se assiste à TV
- O formato e o conteúdo dos programas
- O meio sócio-familiar

Com relação à idade e o nível cognitivo do sujeito, cabe aqui destacar que, apesar de pequenas, as crianças interpretam os acontecimentos que presenciam ou escutam, refletindo nestas experiências, suas estruturas cognitivas. Assim, uma criança de até aproximadamente dois anos de idade interpreta o que vê e ouve na TV, manifestando as estruturas elementares do pensamento sensório-motor e suas características que, por sua vez, são diferentes daquelas apresentadas por crianças pré-operatórias e das manifestadas pelos adultos que pressupõem o pensamento formal. Este fato é muito importante; contudo, o desconhecimento de muitos pais e professores, como observado em nossa pesquisa, dispensa cuidados essenciais, como por exemplo, a atenção ao conteúdo midiático adequado à criança e ao horário de exposição do mesmo (Classificação Indicativa).

Embora muitos programas sejam classificados como LIVRES, seu conteúdo e formato merecem atenção. Em nossa pesquisa, aproximadamente 36% dos professores e 44% dos pais consideram que a TV tem uma função informativa, elegendo como conteúdo preferido os telejornais. Que implicações tais constatações desencadeiam na educação da criança e do adolescente para a mídia televisiva?

Para responder esta questão faz-se necessário resgatar a contribuição da Classificação Indicativa como fonte de informação e alerta aos pais, sobre os conteúdos vídeo-gráficos.

Como apresentado no capítulo dois, a Classificação Indicativa no Brasil, segue um modelo de autorregulação, definido no caso da televisão pela própria emissora. Contudo, há que se acrescentar que, a Classificação Indicativa, respeitando o Direito de Livre-Expressão garantido à Imprensa, não se aplica à programação esportiva, propagandas, programas políticos e aos programas informativos, como o caso dos telejornais. Desta forma, não há nenhum tipo de co-responsabilidade por parte do Estado ou Emissoras de TV quanto ao conteúdo exibido, sendo responsabilidade exclusiva da família, permitir que as crianças assistam ou não, a estes programas. Posto isto, discutiremos alguns problemas encontrados em nossa investigação.

O primeiro problema que constatamos, refere-se à qualidade dos programas exibidos e sua compreensão pelas crianças, sobretudo, as pequenas.

Sabe-se que a natureza sensacionalista de determinados telejornais, o caráter agressivo de alguns programas esportivos e o incentivo ao consumo de inúmeras propagandas, têm sido alvo de muita discussão por parte de algumas organizações da sociedade civil, contudo, sem o êxito merecido. Embora muitos pais e professores reclamem da qualidade dos programas exibidos na TV, evidenciada em nossa pesquisa na questão referente às dificuldades de orientação para a mídia (questão nº. 47 – questionário professores e nº. 31- questionário pais), poucos se dão conta de que podem fazer algo para mudar esta situação. Não se observou nesta pesquisa, nenhum tipo de mobilização por parte dos pais ou professores em defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente frente à exposição de conteúdos televisivos inapropriados.

O segundo problema encontrado diz respeito à compreensão da criança frente aos conteúdos considerados inapropriados. Como apresentado anteriormente, partimos da concepção de que o conhecimento é uma construção contínua e particular de cada sujeito. Sendo assim, a forma como a criança entende o que assiste na TV perpassa por sua base cognitiva e sua experiência com o meio televisivo.

Considerando que a criança não possui a mesma estrutura de pensamento do adulto, a compreensão que apresenta dos telejornais, por exemplo, reflete uma “lógica própria” dos fatos exibidos, que pode ser uma assimilação deformante da realidade, gerando falsas idéias ou expectativas, banalizações de sentimentos, valores ou, ainda, manifestação de medo.

A experiência prévia com o meio televisivo é outro fator que influencia a compreensão dos conteúdos televisivos pelas crianças e adolescentes. De acordo com a teoria do desenvolvimento Infantil de Piaget, o conhecimento não se encontra pré-determinado pela herança genética, nem procede diretamente dos objetos, sendo, portanto, fruto da constante interação entre o sujeito e o meio (físico e social). Assim, o sujeito aprende à medida que interage com o objeto do conhecimento¹¹, abstraindo suas propriedades e incorporando-as às suas estruturas. Partindo-se desta premissa, pode-se afirmar que o conhecimento do meio televisivo (conteúdo e forma), é tanto mais significativo quanto maior for a vivência da criança e do adolescente com a TV e seus conteúdos. Este fato suscita a importância do papel que os pais, em momentos familiares e a escola, em situações pedagógicas, desempenham na tarefa de educar a criança e o adolescente para a mídia televisiva.

A personalidade do sujeito é outro ponto importante a ser levado em consideração na influência da TV na infância. Este aspecto implica as características pessoais, as preferências televisivas e a forma com que cada indivíduo elabora e manifesta seus sentimentos diante do que assiste na TV. O fato de ser mais comunicativa, por exemplo, confere à pessoa algumas habilidades sociais, que são menos evidentes nos sujeitos tímidos. Neste sentido, o componente afetivo se traduz em um apoio às ações e a forma como decodificam e assimilam a linguagem televisiva.

¹¹ No contexto piagetiano, objeto tem o sentido de “meio”, representando tudo o que o indivíduo interage de forma concreta ou simbólica.

Ao se investigar as circunstâncias em que se assiste à TV, encontramos concomitantemente, um fator que influencia a compreensão dos conteúdos televisivos na infância e que se manifestou como mais um problema nas respostas dos sujeitos participantes desta pesquisa.

No primeiro capítulo deste trabalho, foi apresentado que mais que um gosto, assistir à TV é um hábito e, assim sendo, pode se constituir em bom ou mau hábito. Tudo depende da postura da família frente às circunstâncias em que a criança assiste à TV.

O fato de se alimentar assistindo à TV; preferir à TV a realizar atividades físicas, recreativas ou desportivas; permanecer diante da TV por longo período de tempo e, em horário inapropriado (noturno), são exemplos de comportamentos relatados pelos pais e professores de nossa pesquisa, observados em seus filhos e/ou alunos.

As consequências destas ações são gravíssimas e se revelam, muitas vezes, no desenvolvimento físico das crianças e adolescentes, estando acima do peso ou obesos, ou abaixo do padrão de desenvolvimento físico esperado para a idade. Estes dados também foram constatados por Fiates, Amboni e Teixeira (2208) no estudo intitulado “Comportamento consumidor, hábitos alimentares e consumo de televisão por escolares” de Florianópolis. Outra consequência observada, sobretudo, pelos professores refere-se ao desempenho escolar de seus alunos, que em muitos momentos estão desanimados em sala de aula, com dificuldade de concentração em razão de noites mal dormidas.

O impacto da TV também depende da capacidade cognitiva e da capacidade da criança e do adolescente em compreender o que passa na TV. Como visto anteriormente, Enesco (1997) constatou, em seus estudos que, há trocas evolutivas importantes nos aspectos relativos à representação da TV e suas funções, passando progressivamente de discriminação das funções sociais à compreensão destas funções.

Chama a atenção o fato de que a maioria dos professores de nossa pesquisa, não conseguiu identificar adequadamente quais conteúdos as crianças são capazes de entender em distintas idades e, por conseguinte, não se sente apto a utilizar como ferramenta pedagógica a TV e seus conteúdos em sala de aula. Desta maneira, quando a TV não é trabalhada como fonte de intervenção pedagógica, seu papel na escola se limita ao uso descontextualizado, com um caráter meramente lúdico/recreativo. Cabe lembrar que outras limitações podem ocorrer na escola, com relação ao uso da TV, como por exemplo, a falta

de equipamento, o estado de conservação e acessibilidade aos mesmos. Estes itens fizeram parte do questionário para o professor, evidenciado em suas respostas que na maioria das unidades escolares, tanto públicas como privadas, há quantidades suficientes de aparelhos e materiais para a mídia televisiva. A dificuldade, segundo os respondentes, se encontra na formação do professor para trabalhar com a TV e seus conteúdos em sala de aula. Este dado indica a necessidade de se levar às escolas, palestras, cursos de capacitação e informações atuais sobre o trabalho com a Educação para a mídia televisiva, de forma a propiciar aos professores e demais integrantes da escola, referencial teórico que fundamenta o uso desta tecnologia em sala de aula.

É neste sentido que se estabelece a educação para mídia no contexto escolar, valendo-se por vez, do uso sistematizado da TV em sala de aula enquanto meio educativo, objeto de conhecimento (conteúdo e forma), fonte de intervenção pedagógica e de orientação aos pais, sobretudo, ao destacar os aspectos que devem ser observados na educação para a mídia televisiva.

Neste trabalho voltado aos pais, cabe ressaltar algumas observações importantes para o êxito de suas intervenções.

A começar pela atenção dos pais, a quantidade de tempo que a criança assiste à TV, como constatado em nossa pesquisa é de em média três a quatro horas. Como consequência, observa-se que as crianças deixam de fazer outras atividades que também são importantes ao seu desenvolvimento como, por exemplo, brincar, ler, conversar com outras crianças e adultos.

Um segundo aspecto a ser observado pelos pais, refere-se ao conhecimento da programação televisiva assistida por seus filhos. É importante que os pais saibam o que os filhos estão vendo na TV. Ao conhecer os tipos de programas e os conteúdos que preferem, poderão ter idéia, sobre o quê seus filhos identificam neles, como por exemplo, os valores e antivalores, os estereótipos, a violência e a diferença entre a realidade e fantasia apresentada nos programas, observando ainda, se a programação é adequada ou não à faixa etária da criança ou adolescente.

Cabe lembrar que, o fato de um determinado programa estar classificado como livre, não significa que o mesmo seja isento de conteúdos inadequados. Muitos pais se

surpreendem quando assistem à TV com seus filhos e constataam, por exemplo, que os valores morais exibidos são contrários aos pregados pela própria família.

O terceiro aspecto que deve ser observado refere-se à Classificação Indicativa dos Conteúdos Televisivos. Embora seja um instrumento meramente regulador, sua contribuição reside no fato de ofertar aos pais, informações quanto aos conteúdos exibidos na TV, para que possam decidir se são adequados ou não à faixa-etária de seus filhos. Cabe ressaltar que é de suma importância que haja um diálogo aberto entre pais e filhos, estabelecendo um vínculo de confiança, de tal forma que os pais sintam segurança ao trabalhar limites com seus filhos, principalmente, quando houver necessidade de não permitir que os mesmos assistam a determinados conteúdos televisivos. Conversando com seus filhos, os pais podem esclarecer o motivo da proibição e explicar sua posição diante de tal atitude, além de incentivar seus filhos a conhecer outros tipos de programas.

Por fim, é muito importante que em alguns momentos, que os pais assistam à TV com seu filho. Esta pequena atitude pode ajudar as crianças e os adolescentes a observarem com atenção o que estão assistindo, a comentar os programas e conteúdos violentos ou depreciativos, manifestando seus sentimentos frente a determinadas atitudes e situações conflitantes, instigando-os a pensar em outras formas que poderiam resolver os conflitos.

Acredita-se que a originalidade desta pesquisa, resida justamente em pensar a escola como fonte promotora de um trabalho sistematizado com a mídia televisiva, de tal forma, que auxilie as crianças e adolescentes a serem mais críticos e seletivos frente aos conteúdos televisivos, pois como se sabe, à medida que elas interagem com o mundo social se deparam com informações, valores, normas, hábitos e condutas, tendo a necessidade de adaptar-se às regularidades existentes ao seu redor, ao que podem ou não fazer, organizando todos esses dados dentro de um sistema de significações.

Espera-se que a partir dos resultados encontrados nesta pesquisa, novas perspectivas para o estudo das noções referentes à Educação para a Mídia Televisiva, possam ser levantadas e outras implicações sobre o importante papel que, tanto a pedagogia, quanto a psicologia assumem, no desenvolvimento do ser humano, possam ser estabelecidas. Somente assim, efetivas contribuições poderão se desdobrar às escolas, seus alunos e pais, de modo a atender a real educação para a mídia no século XXI

BIBLIOGRAFIA

ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância. **Regulação de Mídia e Direitos das Crianças e Adolescentes: Uma análise do marco legal de 14 países latino-americanos, sob a perspectiva da promoção e proteção**, Brasília, julho de 2008.

ALMEIDA, André Mendes de. **Mídia Eletrônica: Seu Controle nos EUA e no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

BAPTISTELLA, Ester Cecília F. **A compreensão do conteúdo de um comercial televisivo na infância**, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

BARBEIRO, Heródoto. **Você na telinha**, São Paulo, Futura, 2002.

BARBOSA, Cristina. **Crime e TV**, Revista do Ilanud nº13, São Paulo, 2001.

BASTOS, Laura. **A criança diante da TV. Um desafio para os Pais**, Vozes.[sd].

BAZI, Rogério E. R. **TV Regional: trajetórias e perspectivas**. Campinas: Átomo e Alínea, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão: a influência do jornalismo e os jogos Olímpicos**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1997.

BUCKINGHAM, David. **Crescer na era das mídias eletrônicas**, Tradução: Gilka Girardello, São Paulo, Edição Loyola, 2007.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**, Tradução Plínio Dentizen, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2003.

BUSSAB, Wilton de O. e Morettin, Pedro A. **Estatística Básica**, 5ª ed, 2003.

CABÚS, Joan Munsó. **La Otra Cara de la Televisión**, Espanha, 2001.

CADERNOS CEDES 54, **Indústria Cultural e Educação**, Centro de Estudos Educação e Sociedade, Unicamp/Campinas/SP, 2002.

CAMPOS, Maria Malta **Educação & Sociedade**, Ano XX, Nº 68, Dezembro/99
<http://www.tvpesquisa.puc-rio.br/> Banco de dados sobre a Televisão Brasileira.
Acessado em: 10/12/2008 às 16h23.

CANELA, Guilherme (org). **Políticas públicas e sociais e os desafios para o jornalismo**, realização: ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância. UNICEF, São Paulo, Cortez Editora, 2008.

“**Comunicações no Brasil: da Confusão Legal à Necessidade de Regular**”, apresentado ao NP 10 – Políticas e Estratégias de Comunicações, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, Sociedade Brasileira de Ciências da Comunicação [sd].

CARISSON, Ulla. **A criança e a violência na mídia**. São Paulo, Cortez, Brasília, Unesco, 1999.

CAVALCANTI FILHO, José Paulo – “**E Lord Jones morreu – discurso por controles democráticos ao poder dos meios de comunicação**”, in: Informação e poder: ampla liberdade de informar X responsabilidade no exercício desta liberdade. Rio de Janeiro: Record, 1994.

CIRO, Marcondes Filho. **Televisão a vida pelo vídeo**, São Paulo, Moderna, 1988.

CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA: construindo a cidadania na tela da tevê. Supervisão editorial Veet Vivarta; Coordenação de texto: Guilherme Canela, Brasília: ANDI, Secretaria da Justiça, 2006.

COGO, Denise Maria. **Televisão, escola e juventude**. Porto Alegre, Mediação, 2001.

CONOVER, W.J. Practical Nonparametric Statistics. 3rd Edition 1999.
John Wiley & Sons, INC.

CUNHA, Antônio Eugênio. **Afetividade na Prática Pedagógica, Educação, TV e Escola**, Rio de Janeiro, Wark Ed., 2007.

DELVAL, Juan. **A Televisão e a escola: colaboração ou competição** - in ASSIS., Múcio e MANTOVANI DE ASSIS, Orly- Anais do XVII Encontro Nacional de professores do PROEPRE: Construtivismo e prática pedagógica; Campinas: NICAMP/FE/LPG, 2000.

DELVAL, Juan. **Aprender na vida e aprender na escola**. Porto Alegre, RS, Artmed, 2001.

Manifesto por uma escola cidadã. Campinas/SP, Papyrus, 2006.

A escola possível: democracia, participação e autonomia. Campinas/SP, Mercado de Letras, 2008.

DENEGRI Marianela C. **Alfabetización Económica**, Universidade de Temuco, Chile, 2003. CORIA, Marianela Denegri, TAPIA, Mireya Palavecinos, FUENTEALBA, René Gemp et al. **Economic socialization in chilean families of middle class**. *Psicol. Soc.*, May/Aug. 2005, vol.17, no.2, p.88-98. ISSN 0102-7182.

ENESCO, Ileana, SIERRA Purificación & LINAZA Josetxu – **La comprensión infantil de los contenidos y mensajes televisivos**. Memoria del projeto de investigación seleccionado en el Concurso Nacional de Proyectos de Investigación sobre Educación y Televisión, Universidad Autónoma de Madrid, 1997.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **CMDCA**, 13ª Edição, Campinas/SP, Dezembro de 2004.

FERRÉS, Joan. **Televisão e Educação**, - Tradução: Beatriz Afonso Neves; Porto Alegre, RS, Artes Médicas, 1996.

FIATES, Giovanna Medeiros Rataichesk; AMBONI, Renata Dias de Mello Castanho e TEIXEIRA, Evanilda. **Comportamento consumidor, hábitos alimentares e consumo de televisão por escolares de Florianópolis**. *Rev. Nutr.* [online]. 2008, v. 21,n. 1, pp. 05-114.ISSN 1415-5273. 10.1590/S1415-52732008000100011.

FISCHER, Rosa Maria Bueno, **Televisão e Educação, fruir e pensar a TV**, 2ªEd., Belo Horizonte, Autêntica, 2003.

GOSCIOLA, Vicente. **Roteiro para novas mídias, do game a TV interativa**, São Paulo, 2003.

GREENFIELD, Patrícia M. **L'enfant et les médias**, Éditions Universitaires Fribourg Suisse, Volume 8, 1998.

GUNTER, B. & MCALLER, J. **Children and television: How do well children follow and understand TV?** Londres. 2ª Edição, 1997.

HABERMAS, Jürgen – **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

LOPES, Vera Maria de Oliveira N. **Concessões de serviço público de rádio e televisão**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito, USP, 1997.

MILTON, John. **Areopagítica: discurso pela liberdade de imprensa ao parlamento da Inglaterra**. Prefácio e edição: Felipe Fortuna. Tradução e notas: Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. 4ª ed. São Paulo, Senac, 2005.

MATTOS, Sérgio. **Mídia controlada: A história da censura no Brasil e no mundo**, São Paulo, Paulus, 2005.

MELO, José Marques de. **Mídia e Educação**, Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2008.

MONTGOMERY, Douglas C.. Design and analysis of experiments. 4th edition, 1997. John Wiley & Sons, INC.

MOTTER, Paulino (1994). **A Batalha Invisível da Constituinte**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar a televisão na sala de aula**. São Paulo, Contexto, 1999.

PACHECO, Elza Dias (org). **Televisão, Criança, Imaginário e Educação**. Dilemas e diálogos, Campinas/SP, Papirus, 1998.

PENTEADO, Heloísa Dupas. **Televisão e Escola, conflito ou cooperação?** São Paulo, Cortez, 1991.

PEREIRA JR, Antonio Jorge. **“Direito à formação integral: o dever da TV no concerto das entidades”**,

PIAGET, Jean. **A representação do Mundo na criança**. Tradução: Rubens Fiuza e R.M. da Silva, Janeiro, Record. 1979 (obra original 1926).

_____. **Para onde vai a Educação?** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed.1973 (obra original 1948).

_____. **Seis estudos de Psicologia**. Tradução: Maria Alice Magalhães D’Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva, 18^a edição, Rio de Janeiro, RJ, Forense Universitária, 1991(obra original 1964).

PILLAR, Analice Dutra. **Criança e Televisão, leituras de imagens**, Porto Alegre, Mediação, 2001.

PONTES, Aldo (org). **Infância, Cultura e Mídia**, São Paulo, Zouk, 2005.

PORTO, Mauro. **"Mass media and politics in democratic Brazil"**, paper presented to the Conference "Fifteen Years of Democracy in Brazil", Institute of Latin American Studies, University of London, London, 15-16 February, 2001.

PRADO, José Luiz Aidar. **Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas**, São Paulo, Hacker Editores, 2002.

PRATA, José, Nirlando Beirão e Teiji Tomioka. **Sérgio Motta: o trator em ação**. São Paulo: Geração Editorial, 1999

PROULX, Philippe Breton S. **Sociologia da Comunicação**, São Paulo, Brasil, 2002.

ROSENBERG, Bia. **A TV que seu filho vê**. São Paulo, Panda Books, 2008.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **Mediatamente! Televisão, Cultura e Educação**, Brasília, Ministério da Educação, Seed, 1999.

SIMÕES, Inimá. **A nossa TV brasileira: por um controle social da televisão**, São Paulo, SENAC, 2004.

SNEDECOR, George W. and Cochran, William G.. **Statistical Methods**. Iowa State University Press, 8th edition, 1989.

SODRÉ, Muniz. **O império do grotesco**, Rio de Janeiro, Mauad, 2002.

SOUSA, Mauro Wilton de (org). **Sujeito, o lado oculto do Receptor**, São Paulo, Brasiliense, 2002.

SOUZA, Jesus Barbosa de. **Meios de comunicação de massa, jornal, televisão, rádio**, São Paulo, Scipione, 1996.

TAMANAHÁ, Paulo. **Planejamento de mídia, teoria e experiência**, São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2006.

VINHA – Telma Peleggi. **O educador e a Moralidade infantil: uma visão Construtivista**, Mercado das Letras, 2000.

VIVARTA, Veet (coord.). **Cidadania antes dos 7 anos: A Educação Infantil e os meios de comunicação**. realização: ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância, UNICEF, São Paulo, Cortez Editora, 2003.

_____. **Remoto Controle: Linguagem, Conteúdo e Participação nos programas de televisão para adolescentes**. Realização: ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância. UNICEF, São Paulo, Cortez Editora, 2004.

<http://www.tvpesquisa.puc-rio.br/> banco de dados sobre a Televisão brasileira. Acessado em: 10/12/2008 às 16h23.

<http://www.wikipedia.org/wiki/americana>
Acessado em: 19/12/2008 às 15h30.

APÊNDICE 1



A CONCEPÇÃO DE PAIS E PROFESSORES SOBRE A EDUCAÇÃO PARA A MÍDIA TELEVISIVA NA ESCOLA

SENHORES PAIS

Este questionário tem por objetivo conhecer as representações que pais e professores, do Município de Americana/SP, apresentam sobre os hábitos televisivos, a televisão e suas funções, tanto nos lares como na escola bem como investigar o que fazem para auxiliar as crianças e adolescentes a serem telespectadores mais críticos e seletivos diante do que a TV lhes oferece.

Trata-se de uma pesquisa, na área de Psicologia, Desenvolvimento Humano e Educação, em Nível de DOUTORADO, realizada na Faculdade de Educação da UNICAMP, pela Psicóloga Ester Cecília Fernandes Baptistella, sob a orientação da Profa. Dra. Orly Zucatto Mantovani de Assis.

Para participar desta pesquisa, solicito que leia e preencha o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que se encontra a seguir, contendo informações sobre como ocorrerá esta pesquisa. Este termo é o compromisso que sua identificação será mantida em sigilo e os resultados gerais obtidos através da pesquisa, utilizados apenas para alcançar os objetivos expostos acima, incluída sua publicação na literatura científica especializada, assegurando a ética do trabalho e a integridade dos participantes.

Desde já agradeço a sua participação, colocando-me à disposição para quaisquer outras explicações pelos fones: (19)3462.3675 - residência da pesquisadora email: estercecilia@uol.com.br ; No Laboratório de Psicologia Genética/FE/UNICAMP pelo fone: (19) 3521.5584 ou email: lpgunicamp@sigmanet.com.br ou, em caso de denúncia, contatar o Comitê de Ética da FCM/UNICAMP pelo telefone (19) 3521.8936 ou email: cp@fcm.unicamp.br

Americana, ____de _____de ____.

Ester Cecília Fernandes Baptistella
Pesquisadora LPG/FE/UNICAMP



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
1ª VIA – PAIS PARTICIPANTES

Título da Pesquisa: A CONCEPÇÃO DE PAIS E PROFESSORES SOBRE A EDUCAÇÃO PARA A MÍDIA TELEVISIVA NA ESCOLA.

*Eu _____ RG: _____ Endereço: _____, Americana/SP,

abaixo assinado, **dou meu Consentimento livre e Esclarecido para participar como voluntário na pesquisa supracitada**, sob a responsabilidade da pesquisadora Ester Cecília Fernandes Baptistella, aluna do Curso de Doutorado na Faculdade de Educação da UNICAMP, sob orientação da Profa. Dra. Orly Zucatto Mantovani de Assis, professora Titular desta mesma Instituição.

ASSINANDO ESTE TERMO DE CONSENTIMENTO ESTOU CIENTE DE QUE:

*1-O objetivo da pesquisa é conhecer as idéias que os pais e professores apresentam sobre a Educação para a Mídia Televisiva na escola.

*2-Durante o estudo responderei a um questionário contendo 47 questões destinadas especificamente aos pais de crianças na faixa-etária de 6 meses a 14 anos, sendo 33 questões referentes aos meus hábitos televisivos e 14 aos hábitos televisivos de meus filhos.

*3-Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a minha participação na referida pesquisa;

*4- Estou livre para interromper a qualquer momento minha participação na pesquisa;

*5- Meus dados pessoais serão mantidos em sigilo e os resultados gerais obtidos através da pesquisa, utilizados apenas para alcançar os objetivos expostos acima, incluída sua publicação na literatura científica especializada;

*6- Poderei contatar os responsáveis pelo estudo, Ester C. F. Baptistella, pelo fone: (19)3462.3675 e pelo email: estercecilia@uol.com.br; ou com a orientadora Profa. Dra. Orly Z. Mantovani de Assis, no LPG/FE/UNICAMP pelo telefone (19)3521.5584 e pelo email: lpgunicamp@sigmanet.com.br, sempre que necessário, ou ainda, em caso de denuncia, contatar o Comitê de Ética da FCM/UNICAMP pelo telefone (19) 3521.8936 email: cp@fcm.unicamp.br

*7- Este Termo de Consentimento é feito em duas vias, sendo que uma permanecerá em meu poder e outra com a pesquisadora responsável.

Americana, ____ de _____ de _____

Assinatura do Voluntário

Assinatura da Pesquisadora



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
2ª VIA – PAIS PARTICIPANTES

Título da Pesquisa: A CONCEPÇÃO DE PAIS E PROFESSORES SOBRE A EDUCAÇÃO PARA A MÍDIA TELEVISIVA NA ESCOLA.

*Eu _____ RG: _____ Endereço: _____, Americana/SP,

abaixo assinado, **dou meu Consentimento livre e Esclarecido para participar como voluntário na pesquisa supracitada**, sob a responsabilidade da pesquisadora Ester Cecília Fernandes Baptistella, aluna do Curso de Doutorado na Faculdade de Educação da UNICAMP, sob orientação da Profa. Dra. Orly Zucatto Mantovani de Assis, professora Titular desta mesma Instituição.

ASSINANDO ESTE TERMO DE CONSENTIMENTO ESTOU CIENTE DE QUE:

*1-O objetivo da pesquisa é conhecer as idéias que os pais e professores apresentam sobre a Educação para a Mídia Televisiva na escola.

*2-Durante o estudo responderei a um questionário contendo 47 questões destinadas especificamente aos pais de crianças na faixa-etária de 6 meses a 14 anos, sendo 33 questões referentes aos meus hábitos televisivos e 14 aos hábitos televisivos de meus filhos.

*3-Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a minha participação na referida pesquisa;

*4- Estou livre para interromper a qualquer momento minha participação na pesquisa;

*5- Meus dados pessoais serão mantidos em sigilo e os resultados gerais obtidos através da pesquisa, utilizados apenas para alcançar os objetivos expostos acima, incluída sua publicação na literatura científica especializada;

*6- Poderei contatar os responsáveis pelo estudo, Ester C. F. Baptistella, pelo fone: (19)3462.3675 e pelo email: estercecilia@uol.com.br; ou com a orientadora Profa. Dra. Orly Z. Mantovani de Assis, no LPG/FE/UNICAMP pelo telefone (19)3521.5584 e pelo email: lpgunicamp@sigmanet.com.br, sempre que necessário, ou ainda, em caso de denuncia, contatar o Comitê de Ética da FCM/UNICAMP pelo telefone (19) 3521.8936 email: cp@fcm.unicamp.br

*7- Este Termo de Consentimento é feito em duas vias, sendo que uma permanecerá em meu poder e outra com a pesquisadora responsável.

Americana, ____ de _____ de ____.

Assinatura do Voluntário

Assinatura da Pesquisadora



UNICAMP

QUESTIONÁRIO PAIS -1ª PARTE

1) Iniciais do seu nome:

2) Assinale o seu Sexo

1.Masculino

2.Feminino

3)Qual sua idade? _____ anos

4) Assinale seu Estado Civil

1. Solteiro (a)

2. Casado (a)

3 .Divorciado (a)/ Desquitado (a)/ Separado(a)

4. Viúvo(a)

5) Quantos filhos você tem? _____ filho(s)

6) Assinale qual seu maior nível de escolaridade

Nível de escolarização	Completo	Incompleto	Andamento
1.Ensino Fundamental			
2.Ensino Médio			
3.Ensino Superior			
4.Qual? _____			
5. Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>			
6. Qual _____			
7. Mestrado			
8. Qual área? _____			
9. Doutorado			
10. Qual área? _____			
11. Outros:			

7) Qual a sua Profissão? _____

8) Assinale o tipo de Instituição/Empresa que você trabalha		
1. Pública		
2. Privada		
3.Cooperativa		
4. Outras		

9) Você tem televisão em sua casa?		
1. Sim		
2. Não		
Por quê?		
Caso esta resposta seja negativa vá para a questão 12		

10) Quantos televisores você tem em sua casa ? _____

11) Assinale o(s) cômodo(s) onde há televisor em sua casa.	
1.Sala de Visita/ Estar	
2.Sala de TV	
3.Quarto dos Pais	
4.Quarto dos Filhos	
5.Cozinha	
6.Outras dependências	

12) Você assiste à TV?		
1. Sim		
2. Não		
Por quê?		
Caso esta resposta seja negativa vá para a questão 17		

13) Com que frequência você assiste à TV?		
1. Diariamente	_____ horas	
2. Semanalmente	_____ horas	
3. Mensalmente	_____ horas	

14) Assinale qual(ais) o(s) período(s) que você assiste à TV?		
1. Manhã		
2. Almoço		
3. Tarde		
4. Jantar		
5. Noite		
6. Madrugada		
7. Outros:		

15) Assinale o tipo de programa/ formato preferido por você, ESCOLHENDO SOMENTE UMA DAS ALTERNATIVAS ABAIXO:		
1. Documentário/Informativo		
2. Telejornal		
3. Filme/ Seriado		
4. Novela		
5. Desenho Animado		
6. Programas de Variedades/ Entretenimento		
7. <i>Reality show</i> / Auditório		
8. Propagandas		
9. Outros: qual?		

16) Qual o tipo de TV mais assistida por você em sua casa?		
1. TV Aberta		
2. TV Paga – por assinatura		
3. Ambas		

17) Que tipo de influência os conteúdos televisivos exercem no desenvolvimento de seu(s) filho(s)?		
1. A TV não influencia o desenvolvimento de meu(s) filho(s)		
2. A TV influencia o desenvolvimento de meu(s) filho(s) positivamente		
3. A TV influencia o desenvolvimento de meu(s) filho(s) negativamente		
4. Dependendo do conteúdo assistido, a TV influencia tanto positiva como negativamente o desenvolvimento de meu(s) filho(s)		

18) Você já ouviu falar sobre a <i>Classificação Indicativa</i> dos conteúdos exibidos na TV?		
1. Sim		
2. Não		
Caso esta resposta seja negativa vá para a questão 24		

19) O que você sabe sobre a *Classificação Indicativa* no Brasil?

--

20) Que grau de importância você atribui à *Classificação Indicativa* na TV como meio legal de possibilitar que nossas crianças e adolescentes se defendam de conteúdos televisivos inadequados?

1. Muita importância		
2. Pouca importância		
3. Nenhuma importância		

Por quê?

--

21) Assinale como você tomou conhecimento da *Classificação Indicativa* no Brasil.

1. Internet		
2. Jornais		
3. Revistas		
4. Televisão		
5. Rádio		
6. Escola		
7. Amigos		
8. Outros:		

22) Você já assistiu a algum programa televisivo que apresenta a *Classificação Indicativa*?

1. Sim		
2. Não		

Caso esta resposta seja negativa vá para a questão 24

23) Em qual(ais) momento(s) do programa assistido você percebeu a(s) apresentação(ões) da *Classificação Indicativa*.

1. Antes da exibição do programa		
2. Durante a exibição do programa		
3. Ao retornar do intervalo comercial		
4. Outros momentos:		

24) Você já observou a *Classificação Indicativa* em outros materiais *videográficos*, como por exemplo DVD, Jogos etc.

1. Sim	
2. Não	

25) Como você avalia o papel do GOVERNO frente aos conteúdos televisivos exibidos na TV?

26) Como você avalia o papel da SOCIEDADE na melhoria dos conteúdos televisivos exibidos na TV?

27) Os pais devem proibir os filhos de assistir aos conteúdos televisivos que não julgar apropriado para a idade deles?

1. Sim	
2. Não	

Por quê?

28) Você acredita que pode ajudar seu(s) filho(s) a entender melhor os conteúdos televisivos?

1. Sim	
2. Não	
3. Às vezes	

Se sua resposta foi “sim” ou “às vezes”, explique como pode ajudar seus filhos a entender melhor os conteúdos televisivos.

29) Em casa, você orienta seu(s) filho(s) quanto à escolha dos programas assistido por ele(s) na TV?

- | | |
|-------------|--|
| 1. Sim | |
| 2. Não | |
| 3. Às vezes | |

Caso esta resposta seja negativa vá para a questão 32

30) Como se dá esta orientação?

31) Como pais, na sua casa, quais são as maiores dificuldades encontradas na “condução” das questões relacionadas ao “uso da TV” pelo(s) seu(s) filho(s)?

IMPORTANTE:

Registre a maior dificuldade no item 1 e, se houver outras, registre nos itens 2 e 3, considerando o grau de importância em ordem crescente. Caso não tenha dificuldade, assinale o item 4.

- | | |
|---|--|
| 1. | |
| 2. | |
| 3. | |
| 4. Não encontro dificuldade na condução das questões relacionadas ao uso da TV. | |

32) Você já ouviu falar ou conhece algum trabalho de Educação para a Mídia Televisiva realizado nas escolas?

- | | |
|--------|--|
| 1. Sim | |
| 2. Não | |

33) Você acredita que a escola pode ajudar seu(s) filho(s) a se tornar (em) mais crítico(s) e seletivo(s) diante do que a TV lhe(s) oferece?

- | | |
|-------------|--|
| 1. Sim | |
| 2. Não | |
| 3. Às vezes | |

Se sua resposta foi “sim” ou “às vezes”, explique como:



UNICAMP

QUESTIONÁRIO - 2ª PARTE

As respostas a seguir se referem às observações do

FILHO ÚNICO OU PRIMEIRO FILHO

IMPORTANTE:

Caso você tenha mais de um filho, queira, por favor, responder todas as questões de número **34 a 47**, para cada um de seus filhos. Para iniciar, responda os hábitos televisivos de **seu primeiro filho (o mais velho)**, em seguida do segundo filho e o terceiro, respectivamente.



QUESTIONÁRIO PAIS - PRIMEIRO FILHO

34) Iniciais do nome de seu Primeiro/Único filho:

35) Assinale o Sexo deste seu filho

1. Masculino

2. Feminino

36) Qual a idade deste(a) seu(ua) filho(a)? anos.

37) Assinale o nível de escolarização deste(a) seu(ua) filho(a).

Importante: Para responder a esta questão, oriente-se pelo nível atual de escolarização de seu(ua) filho(a). A idade é apenas um fator referencial.

1. Maternal (até 3 anos de idade aproximadamente)

2. Pré-escolar (entre 4 e 5 anos de idade aproximadamente)

3. Primeira série do Ensino Fundamental (6 anos de idade aproximadamente)

4. Entre a 2ª e a 5ª série do Ensino Fundamental (entre 7- 10 anos de idade aproximadamente)

5. Entre a 6ª e a 9ª série do Ensino Fundamental (entre 11- 14 anos de idade aproximadamente)

6. Ainda não estuda

38) Assinale a quantidade de horas que este(a) seu(ua) filho(a) assiste à TV nos períodos abaixo, DIARIAMENTE.

Período	Não assiste	Até 30 minutos	De 30 a 60 minutos	De 1 a 2 horas	Acima de 2 horas
1. Manhã					
2. Almoço					
3. Tarde					
4. Jantar					
5. Noite					
6. Madrugada					
7. Outros:					

39) Você conhece o conteúdo dos programas que este(a) seu(ua) filho(a) assiste na TV?

1. Conheço o conteúdo de todos os programas assistidos por ele(a)

2. Não conheço o conteúdo dos programas assistidos por ele(a)

3. Conheço o conteúdo de alguns programas assistidos por ele(a)

40) Assinale o tipo de programa/ formato preferido por este(a) seu(ua) filho(a), ESCOLHENDO SOMENTE UMA DAS ALTERNATIVAS ABAIXO:

1. Documentário / Informativo	
2. Telejornal	
3. Filme / Seriado	
4. Novela	
5. Desenho Animado	
6. Programas de Variedades / Entretenimento	
7. <i>Reality show</i> / Auditório	
8. Comercial	
9. Outros	

41) Você consegue identificar no programa preferido deste seu filho valores morais?

1. Não consigo identificar	
2. Diálogo	
3. Respeito	
4. Amizade	
5. Honestidade	
6. Cooperação	
7. Justiça	
8. Virtudes como generosidade, humildade, tolerância	
9. Outros	

42) Você consegue identificar no programa preferido deste seu filho antivalores morais?

1. Não consigo identificar	
2. Ausência de Diálogo – agressões físicas ou verbais	
3. Desrespeito	
4. Preconceito	
5. Desonestidade/ Mentiras	
6. Competição desleal	
7. Injustiça	
8. Ausência de Virtudes	
9. Outros	

43) Assinale em qual tipo de TV o programa preferido deste(a) seu(ua) filho(a) é exibido

1. TV Aberta	
2. TV Paga – por assinatura	
3. Ambas	

44) Assinale com quem este(a) seu(ua) filho(a) geralmente assiste à TV.		
1. Com você		
2. Com outro adulto		
3. Com irmãos		
4. Com amigos		
5. Sozinho		
6. Outros:		

45) Em qual(ais) momentos/circunstâncias este(a) seu(ua) filho(a) geralmente assiste à TV?

46) Você já observou seu(ua) filho(a) imitar algum personagem de programa televisivo?		
1. Sim		
2. Não		
Se sua resposta foi “sim”, qual o personagem que você já o presenciou imitando?		

47) De que tipo de programa/formato televisivo é este personagem?		
1. Documentário / Informativo		
2. Telejornal		
3. Filme / Seriado		
4. Novela		
5. Desenho Animado		
6. Programas de Variedades / Entretenimento		
7. Reality show / Auditório		
8. Comercial		
9. Outros:		



QUESTIONÁRIO - 2ª PARTE

SENHORES PAIS

As respostas a seguir se referem às observações de seu

SEGUNDO FILHO



QUESTIONÁRIO PAIS - SEGUNDO FILHO

34) Iniciais do nome de seu SEGUNDO filho:

35) Assinale o Sexo deste seu filho

1. Masculino

2. Feminino

36) Qual a idade deste(a) seu(ua) filho(a)? anos.

37) Assinale o nível de escolarização deste(a) seu(ua) filho(a).

Importante: Para responder a esta questão, oriente-se pelo nível atual de escolarização de seu(ua) filho(a). A idade é apenas um fator referencial.

1. Maternal (até 3 anos de idade aproximadamente)

2. Pré-escolar (entre 4 e 5 anos de idade aproximadamente)

3. Primeira série do Ensino Fundamental (6 anos de idade aproximadamente)

4. Entre a 2ª e a 5ª série do Ensino Fundamental (entre 7- 10 anos de idade aproximadamente)

5. Entre a 6ª e a 9ª série do Ensino Fundamental (entre 11- 14 anos de idade aproximadamente)

6. Ainda não estuda

38) Assinale a quantidade de horas que este(a) seu(ua) filho(a) assiste à TV nos períodos abaixo, DIARIAMENTE.

Período	Não assiste	Até 30 minutos	De 30 a 60 minutos	De 1 a 2 horas	Acima de 2 horas
1. Manhã					
2. Almoço					
3. Tarde					
4. Jantar					
5. Noite					
6. Madrugada					
7. Outros:					

39) Você conhece o conteúdo dos programas que este(a) seu(ua) filho(a) assiste na TV?

1. Conheço o conteúdo de todos os programas assistidos por ele(a)

2. Não conheço o conteúdo dos programas assistidos por ele(a)

3. Conheço o conteúdo de alguns programas assistidos por ele(a)

40) Assinale o tipo de programa/ formato preferido por este(a) seu(ua) filho(a), ESCOLHENDO SOMENTE UMA DAS ALTERNATIVAS ABAIXO:

1. Documentário / Informativo	
2. Telejornal	
3. Filme / Seriado	
4. Novela	
5. Desenho Animado	
6. Programas de Variedades / Entretenimento	
7. <i>Reality show</i> / Auditório	
8. Comercial	
9. Outros	

41) Você consegue identificar no programa preferido deste seu filho valores morais?

1. Não consigo identificar	
2. Diálogo	
3. Respeito	
4. Amizade	
5. Honestidade	
6. Cooperação	
7. Justiça	
8. Virtudes como generosidade, humildade, tolerância	
9. Outros	

42) Você consegue identificar no programa preferido deste seu filho antivalores morais?

1. Não consigo identificar	
2. Ausência de Diálogo – agressões físicas ou verbais	
3. Desrespeito	
4. Preconceito	
5. Desonestidade/ Mentiras	
6. Competição desleal	
7. Injustiça	
8. Ausência de Virtudes	
9. Outros	

43) Assinale em qual tipo de TV o programa preferido deste(a) seu(ua) filho(a) é exibido.

1. TV Aberta	
2. TV Paga – por assinatura	
3. Ambas	

44) Assinale com quem este(a) seu(ua) filho(a) geralmente assiste à TV.

1. Com você		
2. Com outro adulto		
3. Com irmãos		
4. Com amigos		
5. Sozinho		
6. Outros:		

45) Em qual(ais) momentos/circunstâncias este(a) seu(ua) filho(a) geralmente assiste à TV?

46) Você já observou seu(ua) filho(a) imitar algum personagem de programa televisivo?

1. Sim		
2. Não		

Se sua resposta foi “sim”, qual o personagem que você já o presenciou imitado?

47) De que tipo de programa/formato televisivo é este personagem?

1. Documentário / Informativo	
2. Telejornal	
3. Filme / Seriado	
4. Novela	
5. Desenho Animado	
6. Programas de Variedades / Entretenimento	
7. <i>Reality show</i> / Auditório	
8. Comercial	
9. Outros:	



QUESTIONÁRIO - 2ª PARTE

SENHORES PAIS

**As respostas a seguir se referem às observações de seu
TERCEIRO FILHO**



QUESTIONÁRIO PAIS - TERCEIRO FILHO

34) Iniciais do nome de seu TERCEIRO filho:

35) Assinale o Sexo deste seu filho

1. Masculino

2. Feminino

36) Qual a idade deste(a) seu(ua) filho(a)? anos.

37) Assinale o nível de escolarização deste(a) seu(ua) filho(a).

Importante: Para responder a esta questão, oriente-se pelo nível atual de escolarização de seu(ua) filho(a). A idade é apenas um fator referencial.

1. Maternal (até 3 anos de idade aproximadamente)

2. Pré-escolar (entre 4 e 5 anos de idade aproximadamente)

3. Primeira série do Ensino Fundamental (6 anos de idade aproximadamente)

4. Entre a 2ª e a 5ª série do Ensino Fundamental (entre 7- 10 anos de idade aproximadamente)

5. Entre a 6ª e a 9ª série do Ensino Fundamental (entre 11- 14 anos de idade aproximadamente)

6. Ainda não estuda

38) Assinale a quantidade de horas que este(a) seu(ua) filho(a) assiste à TV nos períodos abaixo, DIARIAMENTE.

Período	Não assiste	Até 30 minutos	De 30 a 60 minutos	De 1a 2 horas	Acima de 2 horas
1. Manhã					
2. Almoço					
3. Tarde					
4. Jantar					
5. Noite					
6. Madrugada					
7. Outros:					

39) Você conhece o conteúdo dos programas que este(a) seu(ua) filho(a) assiste na TV?

1. Conheço o conteúdo de todos os programas assistidos por ele(a)

2. Não conheço o conteúdo dos programas assistidos por ele(a)

3. Conheço o conteúdo de alguns programas assistidos por ele(a)

40) Assinale o tipo de programa/ formato preferido por este(a) seu(ua) filho(a),

ESCOLHENDO SOMENTE UMA DAS ALTERNATIVAS ABAIXO:	
1. Documentário / Informativo	
2. Telejornal	
3. Filme / Seriado	
4. Novela	
5. Desenho Animado	
6. Programas de Variedades / Entretenimento	
7. <i>Reality show</i> / Auditório	
8. Comercial	
9. Outros	

41) Você consegue identificar no programa preferido deste seu filho valores morais?	
1. Não consigo identificar	
2. Diálogo	
3. Respeito	
4. Amizade	
5. Honestidade	
6. Cooperação	
7. Justiça	
8. Virtudes como generosidade, humildade, tolerância	
9. Outros	

42) Você consegue identificar no programa preferido deste seu filho antivalores morais?	
1. Não consigo identificar	
2. Ausência de Diálogo – agressões físicas ou verbais	
3. Desrespeito	
4. Preconceito	
5. Desonestidade/ Mentiras	
6. Competição desleal	
7. Injustiça	
8. Ausência de Virtudes	
9. Outros	

43) Assinale em qual tipo de TV o programa preferido deste(a) seu(ua) filho(a) é exibido.	
1. TV Aberta	
2. TV Paga – por assinatura	
3. Ambas	

44) Assinale com quem este(a) seu(ua) filho(a) geralmente assiste á TV.

1. Com você		
2. Com outro adulto		
3. Com irmãos		
4. Com amigos		
5. Sozinho		
6. Outros:		

45) Em qual(ais) momentos/circunstâncias este(a) seu(ua) filho(a) geralmente assiste à TV?

46) Você já observou seu(ua) filho(a) imitar algum personagem de programa televisivo?

1.Sim		
2.Não		

Se sua resposta foi “sim”, qual o personagem que você já o presenciou imitando?

47) De que tipo de programa/formato televisivo é este personagem?

1. Documentário / Informativo	
2. Telejornal	
3. Filme / Seriado	
4. Novela	
5. Desenho Animado	
6. Programas de Variedades / Entretenimento	
7. <i>Reality show</i> / Auditório	
8. Comercial	
9. Outros:	



ATENÇÃO:

**AS QUESTÕES ABAIXO SE REFEREM
À PESSOA QUE APRESENTA
A MAIOR FONTE DE RENDA DA FAMILIAR.**

a) Assinale qual a escolaridade da pessoa que é a maior fonte de renda familiar.

Nível de escolarização	Completo	Incompleto	Andamento
1. Ensino Fundamental			
2. Ensino Médio			
3. Ensino Superior			
4. Qual? _____			
5. Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>			
6. Qual _____			
7. Mestrado			
8. Qual área? _____			
9. Doutorado			
10. Qual área? _____			
11. Outros:			

b) Qual a Profissão da pessoa que é a maior fonte de renda familiar

1. Descreva o que esta pessoa faz:

c) A pessoa que é a maior fonte de renda familiar encontra-se:	
1. Trabalhando com vínculo empregatício (autônomo e/ou registrado)	
2. Trabalhando informalmente (Fazendo “Bico”)	
3. Aposentado	
4. Desempregado	
5. Afastado e/ou licenciado do serviço	

d) Dos bens abaixo assinale qual(ais)a sua família possui:	
1. Automóvel	
2. Computador	
3. Forno Microondas	
4. Câmera de Vídeo	
5. Chuveiro elétrico	
6. TV a cabo (por assinatura)	

e) A família mora em:	
1. Residência própria	
2. Residência alugada	
3. Residência cedida e/ ou compartilhada com outra família (Ex: reside junto com pais/irmãos casados ou outros familiares)	
4. Outras situações de moradia: Qual?	

APÊNDICE 2



A CONCEPÇÃO DE PAIS E PROFESSORES SOBRE A EDUCAÇÃO PARA A MÍDIA TELEVISIVA NA ESCOLA

SENHORES PROFESSORES

Este questionário tem por objetivo conhecer as representações que pais e professores, do Município de Americana/SP, apresentam sobre os hábitos televisivos, a televisão e suas funções, tanto nos lares como na escola bem como investigar o que fazem para auxiliar as crianças e adolescentes a serem telespectadores mais críticos e seletivos diante do que a TV lhes oferece.

Trata-se de uma pesquisa, na área de Psicologia, Desenvolvimento Humano e Educação, em Nível de DOUTORADO, realizada na Faculdade de Educação da UNICAMP, pela Psicóloga Ester Cecília Fernandes Baptistella, sob a orientação da Profa. Dra. Orly Zucatto Mantovani de Assis.

Para participar desta pesquisa, solicito que leia e preencha o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que se encontra a seguir, contendo informações sobre como ocorrerá esta pesquisa. Este termo é o compromisso que sua identificação será mantida em sigilo e os resultados gerais obtidos através da pesquisa, utilizados apenas para alcançar os objetivos expostos acima, incluída sua publicação na literatura científica especializada, assegurando a ética do trabalho e a integridade dos participantes.

Desde já agradeço a sua participação, colocando-me à disposição para quaisquer outras explicações pelos fones: (19) 3462.3675, residência da pesquisadora email: estercecilia@uol.com.br; No Laboratório de Psicologia Genética/FE/UNICAMP, pelo fone: (19) 3521.5584, email: lpgunicamp@sigmanet.com.br, e no caso de denúncia, contatar o Comitê de Ética da FCM/UNICAMP pelo telefone (19) 3521.8936 ou email: cp@fcm.unicamp.br

Americana, ____ de ____ de ____.

Ester Cecília Fernandes Baptistella
Pesquisadora LPG/FE/UNICAMP



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
1ª VIA – PROFESSORES PARTICIPANTES

Título da Pesquisa: A CONCEPÇÃO DE PAIS E PROFESSORES SOBRE A EDUCAÇÃO PARA A MÍDIA TELEVISIVA NA ESCOLA.

*Eu _____ RG: _____ Endereço: _____ Americana/SP,

abaixo assinado, **dou meu Consentimento livre e Esclarecido para participar como voluntário na pesquisa supracitada**, sob a responsabilidade da pesquisadora Ester Cecília Fernandes Baptistella, aluna do Curso de Doutorado na Faculdade de Educação da UNICAMP, sob orientação da Profa. Dra. Orly Zucatto Mantovani de Assis, professora Titular desta mesma Instituição.

ASSINANDO ESTE TERMO DE CONSENTIMENTO ESTOU CIENTE DE QUE:

- *1- O objetivo da pesquisa é conhecer as idéias que os pais e professores apresentam sobre a Educação para a Mídia Televisiva na escola.
- *2- Durante o estudo responderei a um questionário contendo 48 questões específicas aos professores, sendo 26 questões referentes aos meus hábitos televisivos e 22 ao trabalho com TV na(s) escola(s) que leciono.
- *3- Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a minha participação na referida pesquisa.
- *4- Estou livre para interromper a qualquer momento minha participação na pesquisa.
- *5- Meus dados pessoais serão mantidos em sigilo e os resultados gerais obtidos através da pesquisa, utilizados apenas para alcançar os objetivos expostos acima, incluída sua publicação na literatura científica especializada.
- *6- Poderei contatar os responsáveis pelo estudo, Ester C. F. Baptistella, pelo fone: (19)3462.3675 e pelo email: estercecilia@uol.com.br; ou com a orientadora Profa. Dra. Orly Zucatto Mantovani de Assis, no LPG/FE/UNICAMP pelo telefone (19)3521.5584, email: lpgunicamp@sigmanet.com.br, sempre que julgar necessário, e em caso de denúncia, contatar o Comitê de Ética da FCM/UNICAMP pelo telefone (19) 3521.8936 email: cp@fcm.unicamp.br.
- *7- Este Termo de Consentimento é feito em duas vias, sendo que uma permanecerá em seu poder e outra com a pesquisadora responsável.

Americana, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Voluntário

Assinatura da Pesquisadora
LPG/FE/UNICAMP



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
2ª VIA – PROFESSORES PARTICIPANTES

Título da Pesquisa: A CONCEPÇÃO DE PAIS E PROFESSORES SOBRE A EDUCAÇÃO PARA A MÍDIA TELEVISIVA NA ESCOLA.

*Eu _____ RG: _____ Endereço: _____ Americana/SP,

abaixo assinado, **dou meu Consentimento livre e Esclarecido para participar como voluntário na pesquisa supracitada**, sob a responsabilidade da pesquisadora Ester Cecília Fernandes Baptistella, aluna do Curso de Doutorado na Faculdade de Educação da UNICAMP, sob orientação da Profa. Dra. Orly Zucatto Mantovani de Assis, professora Titular desta mesma Instituição.

ASSINANDO ESTE TERMO DE CONSENTIMENTO ESTOU CIENTE DE QUE:

- *1- O objetivo da pesquisa é conhecer as idéias que os pais e professores apresentam sobre a Educação para a Mídia Televisiva na escola.
- *2- Durante o estudo responderei a um questionário contendo 48 questões específicas aos professores, sendo 26 questões referentes aos meus hábitos televisivos e 22 ao trabalho com TV na(s) escola(s) que leciono.
- *3- Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a minha participação na referida pesquisa.
- *4- Estou livre para interromper a qualquer momento minha participação na pesquisa.
- *5- Meus dados pessoais serão mantidos em sigilo e os resultados gerais obtidos através da pesquisa, utilizados apenas para alcançar os objetivos expostos acima, incluída sua publicação na literatura científica especializada.
- *6- Poderei contatar os responsáveis pelo estudo, Ester C. F. Baptistella, pelo fone: (19)3462.3675 e pelo email: estercecilia@uol.com.br; ou com a orientadora Profa. Dra. Orly Zucatto Mantovani de Assis, no LPG/FE/UNICAMP pelo telefone (19)3521.5584, email: lpgunicamp@sigmanet.com.br, sempre que julgar necessário, e em caso de denúncia, contatar o Comitê de Ética da FCM/UNICAMP pelo telefone (19) 3521.8936 email: cp@fcm.unicamp.br.
- *7- Este Termo de Consentimento é feito em duas vias, sendo que uma permanecerá em meu poder e outra com a pesquisadora responsável.

Americana, ____ de _____ de _____..

Assinatura do Voluntário

Assinatura da Pesquisadora
LPG/FE/UNICAMP



QUESTIONÁRIO PROFESSORES -1ª PARTE

1) Iniciais do seu nome:

2) Assinale o seu Sexo

1. Masculino

2. Feminino

3) Qual sua idade? _____ anos

4) Assinale qual seu maior nível de escolaridade.

Nível de escolarização	Completo	Incompleto	Andamento
1. Ensino Médio/ Magistério			
2. Ensino Superior			
3. Qual? _____			
4. Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>			
5. Qual _____			
6. Mestrado			
7. Qual área? _____			
8. Doutorado			
9. Qual área? _____			
10. Outros:			

5) Você tem televisão em sua casa?

1. Sim

2. Não

3. Por quê?

Caso esta resposta seja negativa vá para a questão 8

6) Quantos televisores você tem em sua casa ? _____

7) Assinale o(s) cômodo(s) em que há televisor em sua casa.		
1. Sala de Visita/ Estar		
2. Sala de TV		
3. Quarto dos Pais		
4. Quarto dos Filhos		
5. Cozinha		
6. Outras dependências		

8) Você assiste à TV?		
1. Sim		
2. Não		
3. Por quê?		
Caso esta resposta seja negativa vá para a questão 13		

9) Com que frequência você assiste à TV?		
1. Diariamente	_____ horas	
2. Semanalmente	_____ horas	
3. Mensalmente	_____ horas	

10) Assinale qual(ais) o(s) período(s) você assiste à TV?		
1. Manhã		
2. Almoço		
3. Tarde		
4. Jantar		
5. Noite		
6. Madrugada		
7. Outros:		

11) Assinale o tipo de programa preferido por você, ESCOLHENDO SOMENTE UMA DAS ALTERNATIVAS ABAIXO:		
1. Documentário/Informativo		
2. Telejornal		
3. Filme/ Seriado		
4. Novela		
5. Desenho Animado		
6. Programas de Variedades/ Entretenimento		
7. <i>Reality show</i> / Auditório		
8. Outros:		

12) Assinale em qual tipo de TV o seu programa preferido é exibido.

1. TV Aberta	
2. TV Paga - por assinatura	
3. Ambas	

13) Você já ouviu falar sobre a *Classificação Indicativa* dos conteúdos exibidos na TV?

1. Sim	
2. Não	

Caso esta resposta seja negativa vá para a questão 20

14). O que você sabe sobre a *Classificação Indicativa* no Brasil?

15) Que grau de importância você atribui à *Classificação Indicativa* na TV, como meio legal de possibilitar que nossas crianças e adolescentes se defendam de conteúdos televisivos inadequados?

Muita importância	
Pouca importância	
Nenhuma importância	

Por quê?

16) Assinale como você tomou conhecimento da *Classificação Indicativa* no Brasil.

1. Internet	
2. Jornais	
3. Revistas	
4. Televisão	
5. Rádio	
6. Escola	
7. Amigos	

8 Outros:

17) Você já assistiu a algum programa televisivo que apresenta a *Classificação Indicativa*?

1. Sim	
2. Não	

Caso esta resposta seja negativa vá para a questão 19

18) Em qual(ais) momento(s) do programa assistido você percebeu a(s) apresentação(ções) da *Classificação Indicativa*.

1. Antes da exibição do programa	
2. Durante a exibição do programa	
3. Ao retornar do intervalo comercial	
4. Outros:	

19) Você já observou a *Classificação Indicativa* em outros materiais VIDEOGRAFICOS como por exemplo: DVD, Jogos etc.

1. Sim	
2. Não	

20) Como você avalia o papel do GOVERNO frente aos conteúdos televisivos exibidos na TV?

21) Como você avalia o papel da SOCIEDADE na melhoria dos conteúdos televisivos exibidos na TV?

22) Que tipo de influência os conteúdos televisivos exercem no desenvolvimento de seus alunos ?

1. A TV não influencia o desenvolvimento de meus alunos	
2. A TV influencia o desenvolvimento de meus alunos positivamente	
3. A TV influencia o desenvolvimento de meus alunos negativamente	
4. Dependendo do conteúdo assistido, a TV influencia tanto positiva como negativamente o desenvolvimento de meus alunos.	

23) Os pais de seus alunos devem proibi-los de assistir os conteúdos televisivos que não julgar apropriado para a idade deles?

1. Sim

2. Não

3. Por quê?

24) Você já ouviu falar ou conhece algum trabalho de Educação para a Mídia Televisiva realizados nas escolas?

1. Sim

2. Não

25) Você acredita que a escola pode ajudar seus alunos a tornarem-se mais crítico(a) e seletivo(a) diante do que a TV lhes oferece?

1. Sim

2. Não

3. Às vezes

Se sua resposta foi “sim” ou “às vezes”, explique como.

26) Você acredita que como professor pode ajudar seus alunos a entenderem melhor os conteúdos televisivos?

1. Sim

2. Não

3. Às vezes

e sua resposta foi “sim” ou “às vezes”, explique como pode ajudar seus alunos a entenderem melhor os conteúdos televisivos.



QUESTIONÁRIO PROFESSORES - 2ª PARTE

As respostas a seguir se referem às observações da
ESCOLA 1 que você leciona.

IMPORTANTE:

Caso você leccione em mais de uma escola, queira, por favor, responder todas as questões de número **27 a 48** para cada uma das escolas, identificando-as como **ESCOLA 1**, **ESCOLA 2**, respectivamente, iniciando pela escola que tiver **o maior número de alunos**.



QUESTIONÁRIO PROFESSORES – ESCOLA 1

27) Inicial do Nome da Escola

28) Número médio de alunos da escola _____ alunos

29) Assinale onde esta escola está localizada

1. Área Central

2. Área Periférica

3. Área Rural

4. Outras:

30) Assinale o tipo de Rede a que esta escola pertence

1. Pública

2. Privada

3. Cooperativa

4. Outras

31) Assinale que(quais) nível(eis) de educação você leciona nesta escola

1. Educação Infantil 0-3anos

2. Educação Infantil 4-6

3. Ensino Fundamental 1º Ciclo

4. Ensino Fundamental 2º Ciclo

5. Outros:

32) Quantos televisores há nesta escola? _____ televisores

33) Você considera importante que a escola tenha TV?

1. Sim

2. Não

3. Por quê?

34) Assinale como o(s) televisor(es) foi(ram) adquirido(s)		
1. Associação de Pais		
2. Doação particular		
3. Governo Federal		
4. Governo Estadual		
5. Governo Municipal		
6. Mantenedora		
7. Outros:		

35) Com quais finalidades os televisores foram adquiridos ou doados para a esta escola?

36) Nos documentos oficiais desta escola, como por exemplo: Plano Político Pedagógico, Proposta Pedagógica ou Proposta Curricular, há referência ao trabalho com a televisão no contexto escolar?		
1. Sim		
2. Não		
3. Desconheço		

37) O(s) televisor(res) nesta escola esta(ão) funcionando normalmente?		
1. Sim		
2. Não		

38) Nesta escola, há pelo menos um aparelho de televisão itinerante, de forma a propiciar o seu deslocamento por toda a escola?		
1. Sim		
2. Não		

39) Não havendo televisão itinerante, ou ainda, havendo nesta escola, além de um televisor itinerante, televisores fixos, onde se encontram instalados?		
1. Sala de Vídeo ou de Recurso Audiovisual		
2. Biblioteca		
3. Brinquedoteca		
4. Diretoria /Secretaria		
5. Coordenação		
6. Sala de Reunião/ Professores		
7. Pátio/ Refeitório		
8. Outros:		

40) Por que estão instalados neste(s) ambiente(s)?

41) Há alguma orientação específica ou cronograma que deve ser seguido pelos professores para se usar a TV nesta escola?

1. Sim

2. Não

Caso esta resposta seja negativa vá para a questão **43**

42) Qual é esta orientação/ cronograma?

43) Há alguma restrição por parte da Direção ou Coordenação Pedagógica com relação aos conteúdos televisivos trabalhados nesta escola?

1. Sim

2. Não

3. Por quê?

44) Nesta escola, você utiliza TV em suas aulas?

1. Sim

2. Não

3. Se a resposta for afirmativa explique de que forma você utiliza a TV em suas aulas.

45) Nesta escola, com que frequência você utiliza a TV em sala de aula?		
1. Diariamente:	___ horas	
2. Semanalmente:	___ horas	
3. Mensalmente:	___ horas	
4. Bimestralmente:	___ horas	
5. Trimestralmente:	___ horas	
6. Semestralmente:	___ horas	
7. Anualmente:	___ horas	

46) Você orienta seus alunos quanto à escolha dos programas assistido por eles na TV?		
1. Sim		
2. Não		
3. Às vezes		
4. Se esta resposta for “sim” ou “às vezes” explique como se dá esta orientação		

47) Como professor, nesta escola, quais são as maiores dificuldades encontradas na “condução” das questões relacionadas ao “uso da TV” pelos seus alunos?	
Registre a maior dificuldade no item 1 e, se houver outras, registre nos itens 2 e 3, considerando o grau de importância em ordem decrescente.	
1.	
2.	
3.	
4. Não tenho dificuldade	

48) Se você leciona em mais de uma escola, você observa diferença entre as escolas, com relação à utilização da TV pelos professores no trabalho com os alunos?		
1. Sim		
2. Não		
3. Justifique sua resposta		



ATENÇÃO SENHORES PROFESSORES

SOMENTE respondam às questões seguintes se trabalharem em mais de uma escola, a qual denominaremos de ESCOLA 2.



QUESTIONÁRIO PROFESSORES – ESCOLA 2

27) Inicial do Nome da Escola

28) Número médio de alunos da escola _____ **alunos**

29) Assinale onde esta escola está localizada

1. Área Central

2. Área Periférica

3. Área Rural

4. Outras:

30) Assinale o tipo de Rede a que esta escola pertence

1. Pública

2. Privada

3. Cooperativa

4. Outras

31) Assinale que(quais) nível(eis) de educação você leciona nesta escola

1. Educação Infantil 0-3anos

2. Educação Infantil 4-6

3. Ensino Fundamental 1º Ciclo

4. Ensino Fundamental 2º Ciclo

5. outros:

32) Quantos televisores há nesta escola? _____ **televisores**

33) Você considera importante que a escola tenha TV?

1. Sim

2. Não

3. Por quê?

34) Assinale como o(s) televisor(es) foi(ram) adquirido(s)		
1. Associação de Pais		
2. Doação particular		
3. Governo Federal		
4. Governo Estadual		
5. Governo Municipal		
6. Mantenedora		
7. Outros:		

35) Com quais finalidades os televisores foram adquiridos ou doados para a esta escola?

36) Nos documentos oficiais desta escola, como por exemplo: <i>Plano Político Pedagógica, Proposta Pedagógica ou Proposta Curricular</i>, há referência ao trabalho com a televisão no contexto escolar?		
1. Sim		
2. Não		
3. Desconheço		

37) O(s) televisor(res) nesta escola esta(ão) funcionando normalmente?		
1. Sim		
2. Não		

38) Nesta escola, há pelo menos um aparelho de televisão itinerante, de forma a propiciar o seu deslocamento por toda a escola?		
1. Sim		
2. Não		

39) Não havendo televisão itinerante, ou ainda, havendo nesta escola além de um televisor itinerante, televisores fixos, onde se encontram instalados?		
1. Sala de Vídeo ou de Recurso Audiovisual		
2. Biblioteca		
3. Brinquedoteca		
4. Diretoria /Secretaria		
5. Coordenação		
6. Sala de Reunião/ Professores		
7. Pátio/ Refeitório		
8. Outros:		

40) Por que estão instalados neste(s) ambiente(s)?

41) Há alguma orientação específica ou cronograma que deve ser seguido pelos professores para se usar a TV nesta escola?

1. Sim

2. Não

Caso esta resposta seja negativa vá para a questão 43

42) Qual é esta orientação/ cronograma?

43) Há alguma restrição por parte da Direção ou Coordenação Pedagógica com relação aos conteúdos televisivos trabalhados nesta escola?

1. Sim

2. Não

3. Por quê?

44) Nesta escola, você utiliza TV em suas aulas?

1. Sim

2. Não

3. Se a resposta for afirmativa explique de que forma você utiliza a TV em suas aulas.

45) Nesta escola, com que frequência você utiliza a TV em sala de aula?		
1. Diariamente:	___	horas
2. Semanalmente:	___	horas
3. Mensalmente:	___	horas
4. Bimestralmente:	___	horas
5. Trimestralmente:	___	horas
6. Semestralmente:	___	horas
7. Anualmente:	___	horas

46) Você orienta seus alunos quanto à escolha dos programas assistido por eles na TV?		
1. Sim		
2. Não		
3. Às vezes		
4. Se esta resposta for “sim” ou “às vezes” explique como se dá esta orientação		

47) Como professor, nesta escola, quais são as maiores dificuldades encontradas na “condução” das questões relacionadas ao “uso da TV” pelos seus alunos?	
Registre a maior dificuldade no item 1 e, se houver outras, registre nos itens 2 e 3, considerando o grau de importância em ordem decrescente.	
1.	
2.	
3.	
4. Não tenho dificuldade	

48) Se você leciona em mais de uma escola, você observa diferença entre as escolas, com relação à utilização da TV pelos professores no trabalho com os alunos?		
1. Sim		
2. Não		
3. Justifique sua resposta		

ATENÇÃO:

**AS QUESTÕES ABAIXO SE REFEREM
À PESSOA QUE APRESENTA
A MAIOR FONTE DE RENDA DA FAMILIAR.**

a) Assinale qual a escolaridade da pessoa que é a maior fonte de renda familiar.

Nível de escolarização	Completo	Incompleto	Andamento
1. Ensino Fundamental			
2. Ensino Médio			
3. Ensino Superior			
4. qual? _____			
5. Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>			
6. Qual _____			
7. Mestrado			
8. Qual área? _____			
9. Doutorado			
10. Qual área? _____			
11. Outros:			

b) Qual a Profissão da pessoa que é a maior fonte de renda familiar

1. Descreva o que esta pessoa faz:

c) A pessoa que é a maior fonte de renda familiar encontra-se:	
1. Trabalhando com vínculo empregatício (autônomo e/ou registrado)	
2. Trabalhando informalmente (Fazendo “Bico”)	
3. Aposentado	
4. Desempregado	
5. Afastado e/ou licenciado do serviço	

d) Dos bens abaixo, assinale qual(ais)a sua família possui:	
1. Automóvel	
2. Computador	
3. Forno Microondas	
4. Câmera de Vídeo	
5. Chuveiro elétrico	
6. TV a cabo (por assinatura)	

e) A família mora em:	
1. Residência própria	
2. Residência alugada	
3. Residência cedida e/ ou compartilhada com outra família (Ex: reside junto com pais/irmãos casados ou outros familiares)	
4. Outras situações de moradia: Qual?	

ANEXO 1

PARECER COMITÊ DE ÉTICA FCM/UNICAMP



FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

www.fcm.unicamp.br/pesquisa/etica/index.html

CEP, 30/10/08.
(Grupo III)

PARECER CEP: Nº 741/2008 (Este nº deve ser citado nas correspondências referente a este projeto)
CAAE: 0382.0.146.000-08

I - IDENTIFICAÇÃO:

PROJETO: “A CONCEPÇÃO DE PAIS E PROFESSORES SOBRE A EDUCAÇÃO PARA A MÍDIA TELEVISIVA NA ESCOLA”.

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Ester Cecília Fernandes Baptistella

INSTITUIÇÃO: Escola Particular e Escola Municipal do Município de Americana - SP

APRESENTAÇÃO AO CEP: 11/09/2008

APRESENTAR RELATÓRIO EM: 30/10/09 (O formulário encontra-se no site acima)

II - OBJETIVOS

1. Conhecer os hábitos televisivos de pais e professores e as idéias que apresentam sobre “Educação para a Mídia Televisiva” ou “Alfabetização Televisiva” na educação de crianças e adolescentes; 2. Identificar o nível socioeconômico dos participantes; 3. Identificar as principais dificuldades encontradas pelos participantes em relação à “Educação para Mídia Televisiva”; 4. Conhecer o que pais e professores sabem sobre a Classificação Indicativa da TV, identificando se os mesmos se valem deste recurso como forma de orientar crianças e adolescentes; 5. Averiguar se as variáveis: Escolarização, Nível Sócioeconômico, Número de filhos, Idade dos filhos, diferem quanto aos procedimentos e orientações sobre a Mídia Televisiva dadas pelos pais.

III - SUMÁRIO

Projeto de pesquisa para Doutorado. Desenha-se como pesquisa básica de modelo descritivo, na área do Conhecimento Social. A partir dos objetivos, serão estabelecidas correlações sobre a forma como os participantes compreendem a televisão e suas funções no ambiente familiar e escolar. A pesquisa será realizada com uma amostragem não aleatória, por conveniência de 100 pais e 100 professores do Município de Americana. As instituições envolvidas serão duas escolas, sendo uma particular e uma municipal. Serão utilizados dois questionários, um para pais e outro para professores. Para caracterização socioeconômica será utilizada a Matriz NSF-Esomar (2003). Os dados serão analisados de forma qualitativa e quantitativa e discutidos à luz de trabalhos sobre Mídia Televisiva e estudos evolutivos sobre a construção do Conhecimento Social. Espera-se com o estudo, resgatar a importância do trabalho com a Educação para a Mídia Televisiva no contexto escolar, como ferramenta pedagógica.

IV - COMENTÁRIOS DOS RELATORES

Após respostas às pendências, o projeto encontra-se adequadamente redigido e de acordo com a Resolução CNS/MS 196/96 e suas complementares, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Comitê de Ética em Pesquisa - UNICAMP
Rua: Tessália Vieira de Camargo, 126
Caixa Postal 6111
13084-971 Campinas – SP

FONE (019) 3521-8936
FAX (019) 3521-7187
cep@fcm.unicamp.br

- 1 -



V - PARECER DO CEP

O Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP, após acatar os pareceres dos membros-relatores previamente designados para o presente caso e atendendo todos os dispositivos das Resoluções 196/96 e complementares, resolve aprovar sem restrições o Protocolo de Pesquisa, bem como ter aprovado o Termo do Consentimento Livre e Esclarecido, assim como todos os anexos incluídos na Pesquisa supracitada.

O conteúdo e as conclusões aqui apresentados são de responsabilidade exclusiva do CEP/FCM/UNICAMP e não representam a opinião da Universidade Estadual de Campinas nem a comprometem.

VI - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 196/96 – Item IV.1.f) e deve receber uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado (Item IV.2.d).

Pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS Item III.1.z), exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade do regime oferecido a um dos grupos de pesquisa (Item V.3.).

O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS Item V.4.). É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.

Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projeto do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma junto com o parecer aprovatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial (Res. 251/97, Item III.2.e)

Relatórios parciais e final devem ser apresentados ao CEP, de acordo com os prazos estabelecidos na Resolução CNS-MS 196/96.

VII - DATA DA REUNIÃO

Homologado na IX Reunião Ordinária do CEP/FCM, em 23 de setembro de 2008.

Profa. Dra. Cármen Sílvia Bertuzzo
PRESIDENTE DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
FCM/UNICAMP

ANEXO 2

MATRIZ - NSE - ESOMAR

La Matriz de Clasificación Socio Económica

- Las dos variables antes definidas conforman los estratos socio-económicos, de acuerdo a la siguiente matriz.
- La matriz es incluyente, en el sentido que considera todas las posibles combinaciones de valores. Algunas de ellas son muy poco probables.
- Esta matriz se aplica sólo cuando existe un principal sostenedor del hogar que es activo laboralmente. Si esta persona es jubilado o está desempleado, entonces debe usarse la tabla de bienes que se describe más adelante.

La Matriz de Clasificación Social Modificada

	1. Trabajos menores ocasionales e informales (lavado, aseo, servicio doméstico ocasional, "pololos", cuidador de autos, limosna).	2. Oficio menor, obrero no calificado, jornalero, servicio doméstico con contrato.	3. Obrero calificado, capataz, microempresario (kiosko, taxi, comercio menor, ambulante)	4. Empleado administrativo medio y bajo, vendedor, secretaria, jefe de sección. Técnico especializado. Profesional independiente de carreras técnicas (contador, analista de sistemas, diseñador, músico). Profesor Primario o Secundario	5. Ejecutivo medio (gerente, sub-gerente), gerente general de empresa media o pequeña. Profesional independiente de carreras tradicionales (abogado, médico, arquitecto, ingeniero, agrónomo).	6. Alto ejecutivo (gerente general) de empresa grande. Directores de grandes empresas. Empresarios propietarios de empresas medianas y grandes. Profesionales independientes de gran prestigio.
1. Básica incompleta o menos	E	E	D	CB	CB	CA
2. Básica completa	E	D	D	CB	CB	CA
3. Media incompleta. Media técnica completa (liceo industrial o comercial)	D	D	D	CB	CA	CA
4. Media completa. Superior técnica incompleta (instituto)	D	D	CB	CB	CA	B
5. Universitaria incompleta. Superior técnica completa (instituto)	CB	CB	CA	CA	CA	B
6. Universitaria completa	CB	CB	CA	CA	B	A
7. Post grado (master, doctorado o equivalente)	CB	CB	CA	B	A	A

La batería de bienes

- En aquellos casos en que el principal sostenedor del hogar no esté económicamente activo, no es posible aplicar la Matriz anterior. Principalmente esto se da en el caso de jubilados y desempleados.
- Para estos casos se utiliza la matriz de bienes. Esto es un conjunto de 6 bienes, cuya presencia o ausencia en el hogar, determina el NSE.
- Estos bienes fueron elegidos de un conjunto de 24 bienes estudiados, como aquellos que mejor discriminan entre los diferentes grupos.
- Por cada uno de los 6 bienes que se posea en el hogar, se le asigna 1 punto. Cada hogar obtiene así un mínimo de 0 puntos (no posee ninguno de los 6 bienes), hasta un máximo de 6 puntos (posee todos los 6 bienes).
- Los bienes seleccionados son:
 - Automóvil
 - Computador.
 - Horno Microonda.
 - Cámara de video filmadora.
 - Califont u otro sistema de ducha caliente.
 - Servicio de TV Cable.
- La forma de aplicar la batería de puntos es como sigue:

– 0 puntos	=	E
– 1-2 puntos	=	D
– 3-4	=	Cb
– 5	=	Ca
– 6 puntos	=	B
- La batería de 6 bienes clasifica correctamente los hogares con un 80% de probabilidad. Esto es, en un 80% de los casos arroja el mismo resultado que la Matriz de Clasificación Socio-Económica. Esto lo constituye en una medición alternativa útil cuando por cualquier motivo no se dispone de las variables educación y categoría ocupacional del principal sostenedor del hogar.

A los usuarios del Sistema de NSE Esomar.

- El sistema propuesto pretende ser un avance sobre la situación actual.
- El sistema tiene grandes ventajas en cuanto a objetividad, simplicidad y aún comparabilidad internacional.
- Se ruega comunicarnos la experiencia. Estamos en proceso de reunir información sobre ventajas, dificultades, etc.
- Ya hemos recibido información y existe gran cantidad de datos acumulados. Para información de más de 10.000 encuestas en las Comunas de Santiago, visitar www.adimark.cl
- Es probable que antes de fin de año podamos reunirnos investigadores, empresas usuarias, agencias de publicidad e intercambiar las experiencias.
- No hay duda que el método puede ser perfeccionado, y se agradece desde ya las sugerencias.

Santiago, Octubre 2000

ANEXO 3

PORTARIA Nº. 1.120, DE 11 DE JULHO DE 2007
CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA DE OBRAS AUDIOVISUAIS DESTINADAS À
TELEVISÃO E CONGÊNERES

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA nº 1.220, de 11 de julho de 2007

Regulamenta as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), da Lei nº 10.359, de 27 de dezembro de 2001, e do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, relativas ao processo de classificação indicativa de obras audiovisuais destinadas à televisão e congêneres.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 1º, inciso I e art. 8º, inciso II do Anexo I ao Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, e considerando:

que a República Federativa do Brasil tem como fundamento a dignidade da pessoa humana e como objetivo promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

- que é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura e licença, de acordo com o art. 5º, inciso IX, e art. 220, *caput* e §2º, da Constituição Federal;

- que compete à União exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão, de acordo com os arts. 21, inciso XVI e 220, § 3º, inciso I da Constituição Federal;

- a responsabilidade dos pais no exercício do poder familiar, de acordo com os arts. 1.630 e 1.634, inciso I da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil;

- a co-responsabilidade da família, da sociedade e do Estado na garantia à criança e ao adolescente do direito à educação, ao lazer, à cultura, ao respeito e à dignidade, de acordo com o art. 227 da Constituição Federal;

- que cabe ao poder público regular as diversões e espetáculos públicos, informando sobre sua natureza, a faixa etária a que não se recomendem, bem como os horários em que sua apresentação se mostre inadequada, nos termos do *caput* do art. 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990- Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;

- que compete ao Poder Executivo, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.359, de 27 de dezembro de 2001, proceder à classificação indicativa dos programas de televisão, ouvidas as entidades representativas das emissoras concessionárias e permissionárias de serviços de televisão, inclusive por assinatura e a cabo;

- o disposto nos artigos 4º, 6º, 75, 76, 254 e 255 da Lei nº 8.069, de 1990- Estatuto da Criança e do Adolescente;

- o sistema de garantias dos direitos da criança e do adolescente caracterizado pela articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, tal como preconizado na Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA;

- que o exercício da Classificação Indicativa de forma objetiva, democrática e em corresponsabilidade com a família e a sociedade implica o dever de promover a divulgação da classificação indicativa com informações consistentes e de caráter pedagógico, para que os pais realizem o controle da programação; e, ainda, o dever de exibir o produto de acordo com a classificação, como meio legal capaz de garantir à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de produtos inadequados;

- que sugestões apresentadas nos debates mantidos nos últimos sessenta dias produziram contribuições significativas para o aprimoramento da Classificação Indicativa;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

Seção I

Do Dever de Exercer a Classificação Indicativa

Art. 1º. Regulamentar as disposições da Lei nº 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), da Lei nº 10.359, de 27 de dezembro de 2001, e do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, relativas ao processo de classificação indicativa de obras audiovisuais destinadas à televisão e congêneres.

Parágrafo único. O processo de classificação indicativa, disciplinado nos termos desta Portaria, integra o sistema de garantias dos direitos da criança e do adolescente, composto por órgãos públicos e organizações da sociedade civil.

Art. 2º. Compete ao Ministério da Justiça proceder à classificação indicativa de programas de televisão em geral.

Seção II

Da Natureza, Finalidade e Alcance

Art. 3º. A classificação indicativa possui natureza informativa e pedagógica, voltada para a promoção dos interesses de crianças e adolescentes, devendo ser exercida de forma democrática, possibilitando que todos os destinatários da recomendação possam participar do processo, e de modo objetivo, ensejando que a contradição de interesses e argumentos promovam a correção e o controle social dos atos praticados.

Art. 4º. Cabe ao Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação, vinculado à Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça – DEJUS/SNJ, exercer a classificação indicativa dos programas e obras audiovisuais regulados por esta Portaria.

Parágrafo único. O exercício da classificação indicativa corresponde essencialmente:

- I** – análise das características da obra ou produto audiovisual;
- II** – monitoramento do conteúdo exibido nos programas sujeitos à classificação; e
- III** – atribuição de classificação para efeito indicativo.

Art. 5º. Não se sujeitam à classificação indicativa no âmbito do Ministério da Justiça as seguintes obras audiovisuais:

- I** – programas jornalísticos ou noticiosos;
- II** – programas esportivos;
- III** – programas ou propagandas eleitorais; e
- IV** – publicidade em geral, incluídas as vinculadas à programação.

§1º. Os programas exibidos ao vivo poderão ser classificados, com base na atividade de monitoramento, constatada a presença reiterada de inadequações.

§2º. A não atribuição de classificação indicativa aos programas de que trata este artigo não isenta o responsável pelos abusos cometidos, cabendo ao DEJUS/SNJ encaminhar seu parecer aos órgãos competentes, exceto quanto aos programas jornalísticos ou noticiosos.

Seção III Do Procedimento

Art. 6º. O ato de atribuição de classificação indicativa é o resultado do procedimento instaurado no DEJUS/SNJ.

Parágrafo único. Para análise e atribuição de classificação indicativa, o interessado deverá protocolar o requerimento no Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação, da Secretaria Nacional de Justiça, sito na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ministério da Justiça, Anexo II, Brasília, CEP 70064-900.

Seção IV

Da autotclassificação

Art. 7º. O titular ou o representante legal da obra audiovisual que apresentar requerimento, com descrições fundamentadas sobre o conteúdo e o tema, estará dispensado de qualquer análise prévia.

§ 1º. O requerimento de que trata o *caput* deste artigo deverá conter a autotclassificação pretendida para o produto audiovisual e ser rigorosamente instruído com os seguintes documentos:

I ficha técnica de classificação, disponível no sítio eletrônico www.mj.gov.br/classificacao;

II formulário de justificação, disponível no sítio eletrônico www.mj.gov.br/classificacao, ou petição fundamentada contendo a descrição das principais características do produto audiovisual e suas finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; e

III cópia do pagamento da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE, quando devido, ou cópia do registro no respectivo órgão regulador da atividade.

§ 2º. O requerimento de classificação indicativa para obra audiovisual anteriormente classificada em matriz diversa deverá ser acompanhado de declaração de inalterabilidade do conteúdo para que se possa reproduzir a classificação atribuída na primeira solicitação.

Art. 8º. A análise dos documentos previstos no artigo 7º será realizada pela Coordenação de Classificação Indicativa – COCIND/DEJUS e publicada no sítio eletrônico www.mj.gov.br/classificacao em até vinte dias úteis, contados do protocolo de requerimento, ressalvados os casos de comprovada urgência.

Art. 9º. O deferimento ou indeferimento do pedido de autotclassificação, deverá ser proferido pelo Diretor do DEJUS/SNJ e publicado no Diário Oficial da União no prazo máximo de sessenta dias após o início da exibição da obra audiovisual.

Art. 10. A reclassificação de obra anteriormente classificada por sinopse ou documento assemelhado fica condicionada à apresentação de compromisso do requerente de adequá-la à categoria de classificação na qual se pretende a reexibição, sem prejuízo dos demais documentos regularmente exigidos.

Seção V

Dos Recursos

Art. 11. Da decisão que indeferir total ou parcialmente o requerimento de classificação caberá pedido de reconsideração ao Diretor do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação, que o decidirá no prazo de cinco dias.

§ 1º. O pedido de reconsideração de que trata será instruído com o resumo descritivo, podendo apresentar novos fundamentos, inclusive, com a apresentação da respectiva obra audiovisual.

§2º. Mantida a decisão, o Diretor do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação encaminhará os autos ao Secretário Nacional de Justiça, que apreciará o recurso no prazo de trinta dias.

Seção VI

Da Fiscalização e Da Garantia da Proteção à Criança e ao Adolescente

Art. 12. Qualquer pessoa está legitimada a averiguar o cumprimento das normas de Classificação Indicativa, podendo encaminhar ao Ministério da Justiça, ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público, ao Poder Judiciário e ao Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA representação fundamentada acerca dos programas abrangidos por esta Portaria.

Art. 13. Os programas televisivos sujeitos à classificação indicativa serão regularmente monitorados pelo DEJUS/SNJ no horário de proteção à criança e ao adolescente.

Parágrafo único. Entende-se como horário de proteção à criança e ao adolescente o período compreendido entre 6 (seis) e 23 (vinte e três) horas.

Art. 14. De ofício ou mediante solicitação fundamentada de qualquer interessado será instaurado procedimento administrativo de classificação ou de reclassificação.

Parágrafo único. Constatada qualquer inadequação com a classificação atribuída, o DEJUS/SNJ procederá a instauração de procedimento administrativo para apurá-la, comunicando o responsável, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

Art. 15. A obra classificada por sinopse ou assemelhados que reincidir na exibição de qualquer inadequação e, assim, configurar, no âmbito do procedimento administrativo instaurado, descumprimento dos parâmetros de classificação, será reclassificada em caráter de urgência, garantidos o contraditório e ampla defesa.

CAPÍTULO II

Seção I

Do Dever de Divulgar e Exibir a Classificação Indicativa

Art. 16. A atividade de Classificação Indicativa exercida pelo Ministério da Justiça é meio legal capaz de garantir à pessoa e à família a possibilidade de receber as informações necessárias para se defender de diversões públicas inadequadas à criança e ao adolescente, nos termos da Constituição Federal e da Lei nº 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e Adolescente – ECA).

Seção II

Das Categorias de Classificação Indicativa

Art. 17. Com base nos critérios de sexo e violência, as obras audiovisuais destinadas à exibição em programas de televisão são classificadas como:

I – livre;

II – não recomendada para menores de 10 (dez) anos;

III – não recomendada para menores de 12 (doze) anos;

IV – não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos;

V – não recomendada para menores de 16 (dezesesseis) anos; e

VI – não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos.

Seção III

Da Vinculação entre Categorias de Classificação Indicativa e Faixa Horária

Art. 18. A informação sobre a natureza e o conteúdo de obras audiovisuais, suas respectivas faixas etárias e horárias é meramente indicativa aos pais e responsáveis, que, no regular exercício do poder familiar, podem decidir sobre o acesso de seus filhos, tutelados ou curatelados a quaisquer programas de televisão classificados.

Parágrafo único. O exercício do poder familiar pressupõe:

I – o conhecimento prévio da classificação indicativa atribuída aos programas de televisão;

II – a possibilidade do controle eficaz de acesso por meio da existência de dispositivos eletrônicos de bloqueio de recepção de programas ou mediante a contratação de serviço de comunicação eletrônica de massa por assinatura que garantam a escolha da programação.

Art. 19. A vinculação entre categorias de classificação e faixas horárias de exibição, estabelecida por força da Lei nº 8.069, de 1990, dar-se-á nos termos seguintes:

I – obra audiovisual classificada de acordo com os incisos I e II do artigo 17: exibição em qualquer horário;

II – obra audiovisual classificada como não recomendada para menores de 12 (doze) anos: inadequada para exibição antes das 20 (vinte) horas;

III – obra audiovisual classificada como não recomendada para menores de 14 (catorze) anos: inadequada para exibição antes das 21 (vinte e uma) horas;

IV – obras audiovisual classificada como não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos: inadequada para exibição antes das 22 (vinte e duas) horas; e

V – obras audiovisual classificada como não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos: inadequada para exibição antes das 23 (vinte e três) horas.

Parágrafo único. A vinculação entre categorias de classificação e faixas horárias de exibição implica a observância dos diferentes fusos horários vigentes no país.

Seção IV

Da Forma de Veiculação da Classificação Indicativa

Art. 20. As emissoras, as produtoras, os programadores de conteúdos audiovisuais ou seus responsáveis devem fornecer e veicular a informação correspondente à classificação indicativa, nos seguintes termos:

I – ser fornecida e veiculada textualmente em português com tradução simultânea em Linguagem Brasileira de Sinais – Libras, conforme as normas técnicas brasileiras de acessibilidade em comunicação na televisão (ANEXO I);

II – ser veiculada, durante cinco segundos, ininterruptos e sempre ao início de cada obra, preferencialmente no rodapé da tela (ANEXO I); e

III – ser veiculada na metade do tempo de duração de cada parte do programa, durante cinco segundos, em versão simplificada, correspondente ao símbolo identificador da categoria de classificação (ANEXO II).

Parágrafo único. É facultada a veiculação da tradução em Libras das categorias de classificação estabelecidas nos incisos I e II do art. 17.

Art. 21. Os *trailers*, chamadas ou congêneres referentes às obras audiovisuais televisivas devem ser veiculados indicando, em versão simplificada, a classificação do produto principal.

CAPÍTULO III

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 22. A constatação de inadequações ou qualquer outro caso de descumprimento da classificação indicativa pela exibição de obra audiovisual serão comunicados ao Ministério Público e demais órgãos competentes.

Art. 23. A classificação indicativa atribuída à obra audiovisual será informada por Portaria do Ministério da Justiça e publicada no Diário Oficial da União, além de veiculada pelo sítio eletrônico www.mj.gov.br/classificacao.

Parágrafo único. Por intermédio de endereço eletrônico será dada publicidade aos pedidos de classificação apresentados, ao andamento processual das solicitações de classificação e às demais informações de interesse público relativas ao processo de classificação.

Art. 24. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. O parágrafo único do art. 19 entrará em vigor após decorridos cento e oitenta dias da publicação desta Portaria.

Art. 25. Revogam-se as Portarias do Ministério da Justiça nº 796, de 8 de setembro de 2000, e nº 264, de 9 de fevereiro de 2007.

Tarso Genro
Ministro de Estado da Justiça

ANEXO I

L**Livre****Libras****10****Contém cenas inadequadas para menores de 10 anos****Libras****12****Contém cenas inadequadas para menores de 12 anos****Libras****14****Contém cenas inadequadas para menores de 14 anos****Libras****16****Não recomendado para menores de 16 anos:**
Contém cenas inadequadas de (descrição objetiva do conteúdo)**Libras****18****Não recomendado para menores de 18 anos:**
Contém cenas inadequadas de (descrição objetiva do conteúdo)**Libras**

ANEXO II

L

Livre

Cor de Fundo: Verde

10

10 anos

Cor de Fundo: Azul Claro

12

12 anos

Cor de Fundo: Ouro

14

14 anos

Cor de Fundo: Laranja Claro

16

16 anos

Cor de Fundo: Vermelho

18

18 anos

Cor de Fundo: Preto